I Simpósio Integrado de Pesquisa do Curso de Direito

De 2 a 4 de maio de 2017 | 14 - 18 horas

Local: FAMESC

Anais

ISBN

978-1548555207

VOLUME

04

Anais do I Simpósio Integrado de Pesquisa do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos

02-04 de maio de 2017

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS ANAIS

Profa. Dra. Fernanda Castro Manhães

Prof. Dr. Marcos Oliveira Athayde

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel

ISBN: 978-1548555207

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

Avenida Governador Roberto Silveira, nº 910

Bom Jesus do Itabapoana-RJ

CEP: 28.360-000

Site: www.famescbji.edu.br

Telefone: (22) 3831-5001

Projeto Gráfico da Capa: Antônio Bendia de Oliveira Júnior

O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.

A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Fernanda Castro Manhães
Diretora Acadêmica da Faculdade Metropolitana São Carlos

Prof. Dr. Marcos Oliveira Athayde
Coordenador Acadêmico da Faculdade Metropolitana São Carlos

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes
Coordenadora Institucional de Extensão Universitária

Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel
Coordenador Institucional de Trabalho de Curso

Profa. Ma. Ione Galoza de Azevedo
Coordenadora do Curso de Direito

Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva
Coordenador do PROCON

Profa. Ma. Viviane Bastos Machado
Coordenadora do Núcleo da Cidadania

Prof. Me. Valdeci Ataíde Cápua
Docente do Curso de Direito

Profa. Esp. Geovana Santana
Docente do Curso de Direito

Prof. Esp. Oswaldo Moreira Ferreira
Docente do Curso de Direito

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Fernanda Castro Manhães
Diretora Acadêmica da Faculdade Metropolitana São Carlos

Prof. Dr. Marcos Oliveira Athayde
Coordenador Acadêmico da Faculdade Metropolitana São Carlos

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes
Coordenadora Institucional de Extensão Universitária

Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel
Coordenador Institucional de Trabalho de Curso

Sr. Carlos Luciano B. Henriques
Administrador Institucional

Sra. Edyala Oliveira Brandão Veiga
Assessora Acadêmica

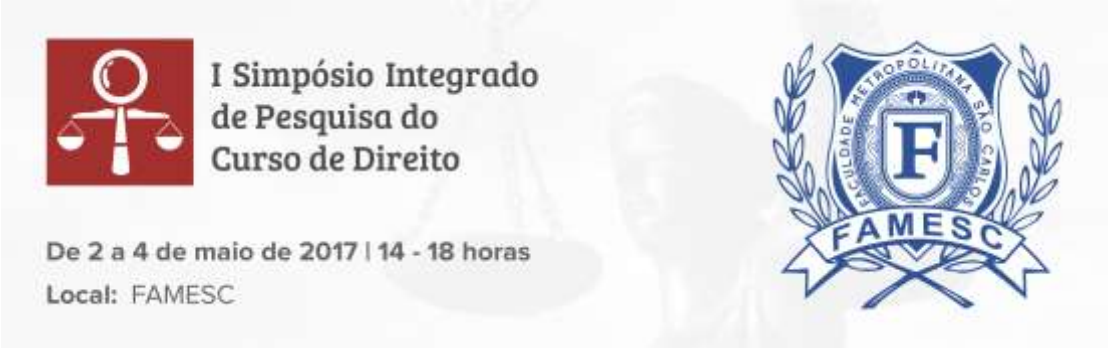
Sra. Thaís Batista
Secretária Universitária

Sra. Danila Ferreira Cardoso
Assistente Administrativo

Sr. Antônio Bendia de Oliveira Júnior
Auxiliar Administrativo

Sr. Josef de Souza
Auxiliar Administrativo

Sra. Sabrina Pereira Azeredo
Auxiliar Administrativo



S U M Á R I O

Apresentação **11**

GRUPO DE TRABALHO: HERMENÊUTICA, INTERPRETAÇÃO E PENSAMENTO CRÍTICO DO DIREITO **14**

A substituição da rubrica "crimes contra os costumes" por "crimes contra a dignidade sexual" à luz da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 – Alencar Cordeiro Ridolphi; Tauã Lima Verdan Rangel 15

"O Bêbado e o Equilibrista" em análise: a música como protesto – Alessandra Kelly Guimarães dos Santos; Marcos de Aguiar Antônio Júnior; Tauã Lima Verdan Rangel 26

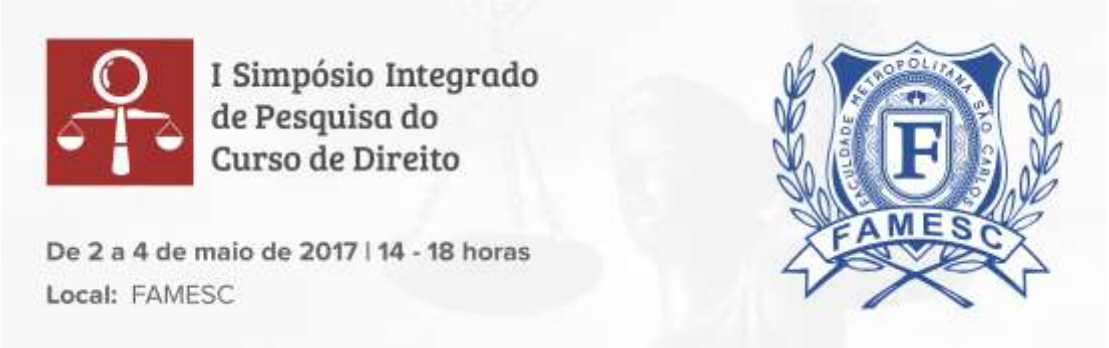
"Guerra", de Lasar Segall, e o aumento da criminalidade no Brasil: uma releitura contemporânea – Alex de Oliveira Maia Gomes; Nier Sérgio Cordeiro Barbosa; Tauã Lima Verdan Rangel 35

Uniões Homoafetivas como manifestação do alargamento do sentido do termo "família" na Constituição Federal – André Luiz Poeys Oliveira; Tauã Lima Verdan Rangel 43

As etapas do processo de proteção ao meio ambiente no âmbito nacional – Anysia Carla Lamão Pessanha; Tauã Lima Verdan Rangel 53

O direito à cidade sustentável: um reflexo marcado pela marginalização – Camila Aparecida Teixeira de Aguiar; Tathiana Borges Martins; Tauã Lima Verdan Rangel 63

Uma análise da liberdade sexual à luz da dignidade da pessoa humana – Geney Soares; Sérvio Alves Pralon; Tauã Lima Verdan Rangel 73



"Êxodo" e "Eternos Caminhantes" de Lasar Segall e a questão dos refugiados – Luana Barroso Cardoso; Thalia Machado dos Santos; Tauã Lima Verdan Rangel 81

A superação tradicional do "meio ambiente": o reconhecimento do meio ambiente digital à luz das evoluções tecnológicas – Shamantta de Paula Mendes; Luciano Silva da Veiga Oliveira; Tauã Lima Verdan Rangel 91

"O Massacre dos Inocentes", de Cândido Portinari, à luz da problemática social de crianças e adolescentes em situação de rua – Hugo Leonardo Ribeiro Ávila; Luciano Fortunato Egídio; Tauã Lima Verdan Rangel 100

As expressões de "Alegria, Alegria" durante os anos de algemas militares – Márcio Pereira de Jesus Campos; Tauã Lima Verdan Rangel 111

"Os Despejados", de Cândido Portinari, e o reconhecimento do direito à moradia: uma análise à luz do artigo 6º da Constituição Federal – Natália Santos Balbino; Raiane Souza de Oliveira Teixeira; Tauã Lima Verdan Rangel 119

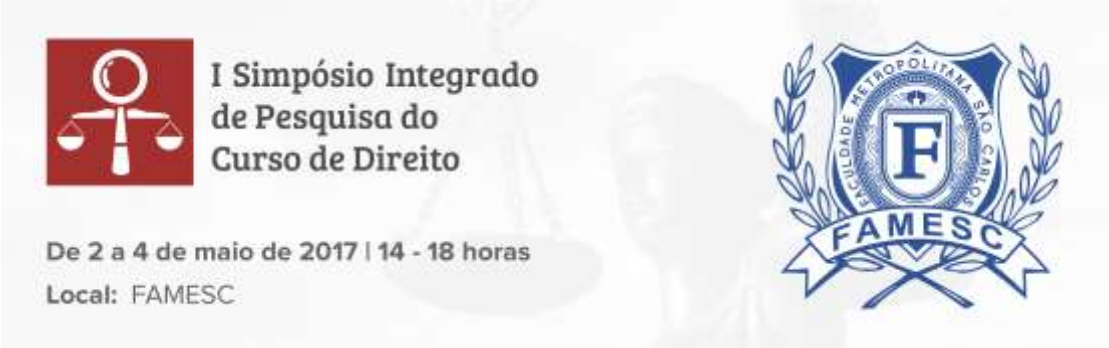
"Que País é esse?": O Brasil de muitas faces – Rafael Guimarães de Oliveira; Ricardo Soares Aguiar; Tauã Lima Verdan Rangel 129

Da Dissolução Parcial da Sociedade Anônima – Rodrigo Andrade Dias; Tauã Lima Verdan Rangel 136

Hiroshima e Nagazaki: Tristeza Mundial – Gustavo Silva dos Santos; Thiago Ribeiro da Silva; Tauã Lima Verdan Rangel 146

"Rua" e "Rua das Erradias", de Lasar Segall, e "Mangue", de Di Cavalcanti, e o tratamento contemporâneo das profissionais do sexo – Mayara da Silva Parrine; Viviane Castro Sobral; Tauã Lima Verdan Rangel 155

GRUPO DE TRABALHO: ECONOMIA, DIREITO, ADMINISTRAÇÃO E INTERFACES 165



"Pogrom", de Lasar Segall, e a denúncia pelo reconhecimento da dignidade entre indivíduos: um exame à luz do princípio da dignidade da pessoa humana – Felipe de Almeida Alves de Freitas; Elionardo dos Santos de Oliveira; Tauã Lima Verdan Rangel 166

Violência Doméstica contra a mulher – Adriany Carvalho Rodrigues Pimenta; Kmilly Oliveira Donádio Amaral; Thaynara Nunes Ferreira; Tauã Lima Verdan Rangel 173

Bela, Recatada e do Lar? A mulher na contemporaneidade – Renato Pereira Alves; Júlio César de Pereira Oliveira Jesus; Tauã Lima Verdan Rangel 180

Soja: nosso ouro em grão – César Nascimento Mangaravite; Vanessa Ferreira Schuwartz; Neuza Maria de Siqueira Nunes; Maria Margarete Salvate Brasil 187

A exportação de celulose no Brasil – Maria Elena Figueiredo Silva; Rafaela de Oliveira Panis; Neuza Maria de Siqueira Nunes 195

EMBRAER: Aviões para o Mundo – Kathia Valinho Baptista Lima; Luciene Alves da Silva; Neuza Maria de Siqueira Nunes 204

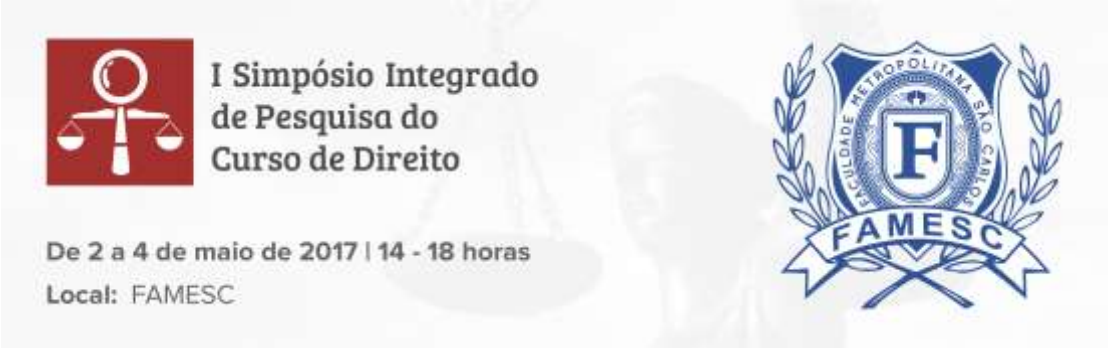
Comércio Internacional da Carne Brasileira x Operação Carne Fraca – Juliana Galdino de Oliveira; Ângela Priscila Machado; Neuza Maria de Siqueira Nunes 212

Reflexos históricos e econômicos da divisão sexual do trabalho – Luiza Sant'ana Vargas Figueiredo; Gilmara Rodrigues Leite; Neuza Maria de Siqueira Nunes 221

A globalização e seus efeitos no comércio internacional – Maria de Fátima Abreu Farofe; Bruniele de Oliveira Silva; Neuza Maria de Siqueira Nunes 229

Operação Carne Fraca e seus impactos na economia brasileira – Thatiany Nascimento; Camila Gonçalves de Almeida; Neuza Maria de Siqueira Nunes 241

A Economia na Síria – Caroline Alves de Aguiar; Mariana Rodrigues Coutinho Assis; Neuza Maria de Siqueira Nunes; Maria Margarete Salvate Brasil 249



Mercado Internacional e suas influências – Andréia Aparecida Alves Affonso; Neuza Maria de Siqueira Nunes; Maria Margarete Salvate Brasil 256

O nascimento do café no Brasil e sua contribuição para a economia – Jhonathan Rezende de Melo; Nielson Fernandes Muri da Silva; Heitor Macedo Barroso; Neuza Maria de Siqueira Nunes..... 262

Mercado "Fechado" na Coreia do Norte – Anísio Miranda dos Santos; Rafael Oliveira da Silva Chaves; Neuza Maria de Siqueira Nunes 272

Exportação de Carne Bovina no Brasil – André Cordeiro Gomes; Romenique José Lopes da Silva; Neuza Maria de Siqueira Nunes 279

Economia Ambiental – Roger Melo de Araújo; Neuza Maria de Siqueira Nunes 287

Milagre Econômico no Brasil – Maurício Fernandes de Andrade; Luan Augusto Diniz; Ighor Hilgemberg Couto; Neuza Maria de Siqueira Nunes..... 294

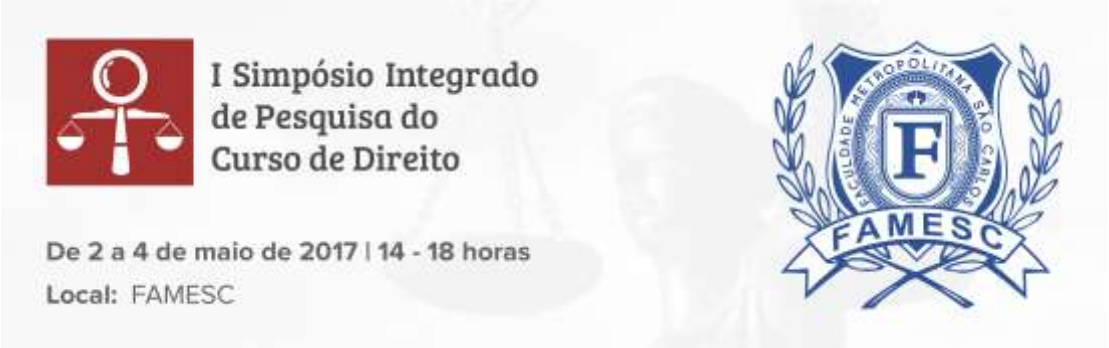
Um "Novo Brasil" pela óptica da lei de terceirização – Leonardo Laurindo Zanon; Luciano Fortunato de Egídio; Neuza Maria de Siqueira Nunes 301

Dívida Externa Brasileira – Renato Alves Pereira; Júlio César de Jesus Pereira Oliveira; Neuza Maria de Siqueira Nunes; Maria Margarete Salvate Brasil..... 311

Um país desigual: a distribuição de renda no Brasil – Ivanildo Geremias da Silva Júnior; Alice Padilha de Oliveira Silva; Neuza Maria de Siqueira Nunes 319

Mercado automobilístico *versus* impacto na economia brasileira em virtude da crise financeira de 2008 – Johne José Ferreira de Souza; Juliane Izabela de Oliveira dos Santos; Neuza Maria de Siqueira Nunes; Maria Margarete Salvate Brasil..... 328

O Desemprego no Plano Real – Alan Teixeira de Aguiar; Gustavo Lafaete Alvarenga; Neuza Maria de Siqueira Nunes; Maria Margarete Salvate Brasil 335



O impacto da crise na PETROBRÁS no ano de 2015 – Edno Otacílio Silva V. de Jesus; Hugo Mota Teixeira; Neuza Maria de Siqueira Nunes 342

A indústria bélica brasileira e suas exportações – Edmar Abdallah Marques Filho; Wender Gonçalves da Silva; Neuza Maria de Siqueira Nunes 349

Políticas Públicas de combate à inflação no Plano Real – Bruna Almeida Gomes; Douglas Souza Guedes; Letícia de Moura Magalhães; Neuza Maria de Siqueira Nunes 359

A Revolução Industrial – Diego de Lucas Guimarães; Samuel Oliveira Gomes; Neuza Maria de Siqueira Nunes 366

Comércio Eletrônico – Daniela Cândido da Silva; Jó Geovane Maciel da Silva; Charles Gabriel Nalin de Oliveira; Neuza Maria de Siqueira Nunes 373

Comércio Internacional – Arthur Leopoldina Brinco; Bruno de Vasconcelos Borges; Thiago Ribeiro de Almeida; Neuza Maria de Siqueira Nunes 382

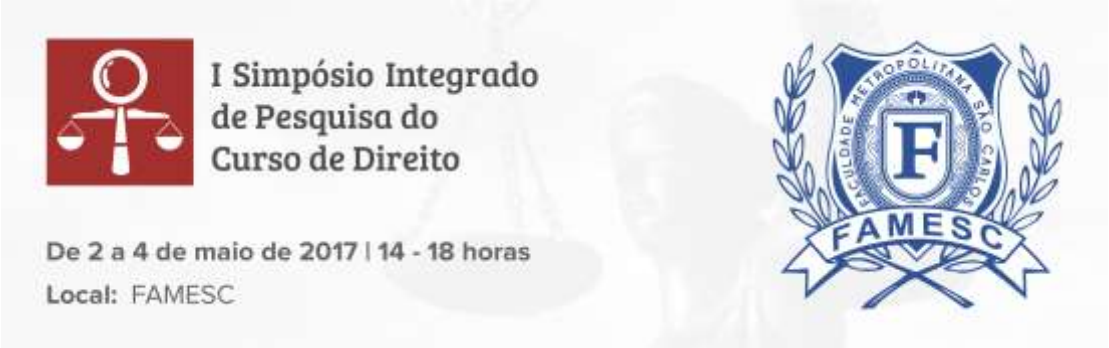
Perspectivas sobre a Previdência Social – Anderson Oliveira Lacerda; Emanuel Quintino Angelo; Ramon Vargas Martins; Neuza Maria de Siqueira Nunes 390

A Crise de 1929 e a Depressão de 1930 – Alison Moreira de Souza; Ana Luíza Lamão Pessanha; Lucas Borges de Abreu Ferreira; Neuza Maria de Siqueira Nunes 398

Programas Sociais no Brasil – Ademilson Goulart de Oliveira Farias; Neuza Maria de Siqueira Nunes; Maria Margarete Salvate Brasil 406

Endividamento no cartão de crédito por consumidores brasileiros – Bruna Araújo Jardim Massard; Pândhia Milani Crespo; Jailson Barreto Rodrigues; Neuza Maria de Siqueira Nunes 414

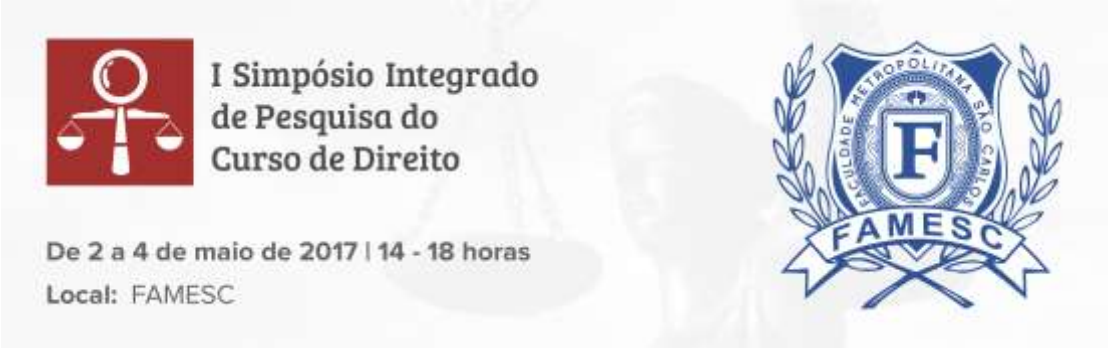
Produção e venda de veículos novos no Brasil: 2016-2017 – Gabriel Corrêa da Silveira; João Paulo Lazzarini Pimentel; Neuza Maria de Siqueira Nunes 422



A crise hídrica em São Paulo 2014-2016 e o Sistema Cantareira – Dayane Raposo Bartolazzi; Gissely da Silva Nascimento; Lays Nascimento de Souza; Neuza Maria de Siqueira Nunes 430

O aumento da partição feminina no mercado de trabalho – Gustavo Mangaravite da Silva; Pâmela Reis da Silva; Neuza Maria de Siqueira Nunes 439

A Importância da Agropecuária na Economia Brasileira – Bruna Medeiros Sobreira; Kamille Gabri Batorlazi; Maysson Azevedo Lacerda; Neuza Maria de Siqueira Nunes 448

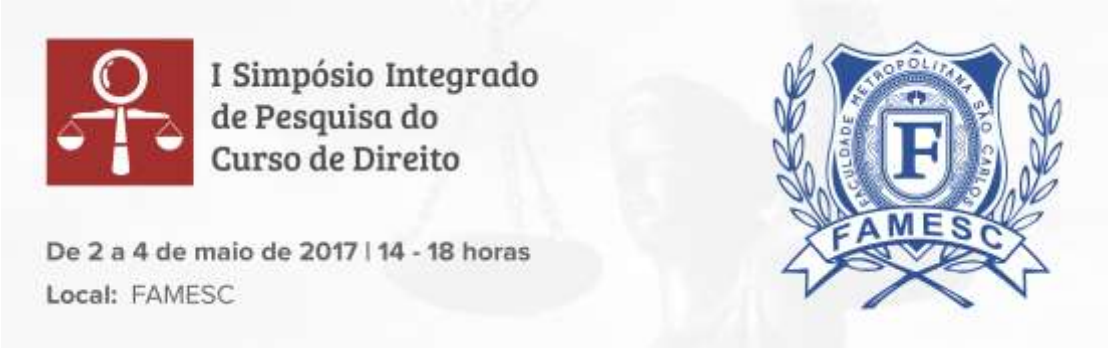


A P R E S E N T A Ç Ã O

Essa publicação reúne as produções científicas de discentes, docentes e pesquisadores dos cursos de graduação da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC, unidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, participantes do I Simpósio Integrado de Pesquisa, realizado entre 02 e 04 de maio de 2017. A ideia do evento se destina, fundamentalmente, do propósito de fortalecer, na Instituição, um lugar de intercâmbio científico e cultural entre os pares da instituição de ensino superior, privilegiando-se uma discussão sobre as teorias interdisciplinares que ganham expressão no debate acadêmico contemporâneo.

O evento foi pensado como uma oportunidade para estreitar as relações entre discentes e docentes da FAMESC, estes últimos participando das atividades como orientadores dos trabalhos apresentados. Trata-se nestes Anais, em forma de artigos, trabalhos apresentados envolvendo as seguintes áreas conhecimento: Linguagem, Ciências Sócio-Históricas, Educação, Ciências Biológicas, Administração e Direito.

Tal fator resultou na apresentação de mais de 130 (cento e trinta) trabalhos, organizados em quatro volumes. O volume 01 reúne trabalhos advindos dos Grupos de Trabalho de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade e de Ética, Profissões Jurídicas e Prerrogativas. O volume 02 compreende os trabalhos apresentados nos Grupos de Trabalho de Estado,

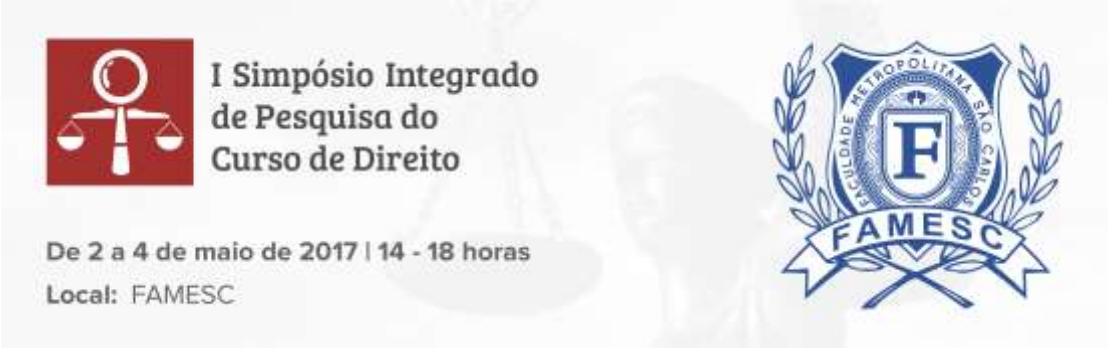


Instituições e Reflexões Contemporâneas. Por sua vez, o volume 03 agrupa os trabalhos expostos no Grupo de Trabalho de Pesquisa Aplicada ao Direito. Por fim, o volume 04 engloba os trabalhos apresentados nos Grupos de Trabalho de Hermenêutica, Interpretação e Pensamento Crítico do Direito e Economia, Direito, Administração e Interfaces.

Acreditamos que a discussão ampliada, que inclua os diversos atores envolvidos nas diversas áreas, e, entendendo que existe uma abordagem interdisciplinar, esperamos contribuir para o fomento do saber acadêmico científico, viabilizando um espaço à divulgação de resultados de pesquisas relevantes para a formação do licenciando, bacharel, e do pesquisador da área e de áreas afins.

Por outro lado, queremos destacar que foi imprescindível a atuação coletiva na organização deste evento, que contou com a participação da coordenação acadêmica representada pelo Prof. Dr. Marcos Oliveira Athayde, do Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso, Assessoria Acadêmica representada pela Edyala Brandão, demais coordenadores de cursos, docentes e discentes. Sem o interesse de todos, a dedicação e a responsabilidade principalmente dos funcionários técnicos administrativos envolvidos, não seriam atingidas a forma e a qualidade necessárias ao sucesso da atividade.

Que este trabalho compartilhado em tantos níveis possa trazer muitas ideias e ações. O Simpósio Integrado de Pesquisa já representa um



espaço significativo e verdadeiro de troca de experiências e de oportunidade de conhecer a produção científica de forma interdisciplinar e coletiva.

Boa leitura a todos!

Profª. Drª. Fernanda Castro Manhães
Diretora Acadêmica da Faculdade Metropolitana São Carlos

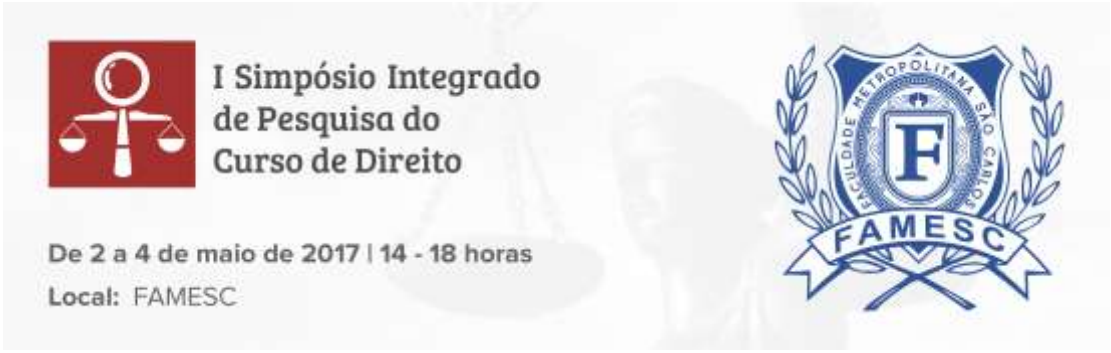
I Simpósio Integrado de Pesquisa do Curso de Direito

De 2 a 4 de maio de 2017 | 14 - 18 horas

Local: FAMESC

GRUPO DE TRABALHO:

HERMENÊUTICA, INTERPRETAÇÃO E PENSAMENTO CRÍTICO DO DIREITO



A SUBSTITUIÇÃO DA RUBRICA "CRIMES CONTRA OS COSTUMES" POR "CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL" À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

RIDOLPHI, Alencar Cordeiro[1]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[2]

INTRODUÇÃO

A Lei nº. 12.015, de 7 de agosto de 2009, altera o conceito de "crimes contra os costumes" para "crimes contra a dignidade sexual. A redação de 1940 das tipificações penais para Crimes Contra os Costumes, dada a época em que foi inserida no Código Penal, não refletia mais a realidade social contemporânea e os princípios constitucionais fundamentais (KONEGUNDES,2015). Silva, (2014), também argumenta que após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em um cenário de maior independência e inclusão da mulher dentro das relações em sociedade, assim como a consolidação de outras formas de relacionamento do indivíduo com o seu corpo, satisfação da sua sexualidade e relacionamentos

[1] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: alencar_cr@yahoo.com.br
[2] Professor orientador: Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taua_verdan2@hotmail.com

interpessoais, independentemente de gênero e sexo, desqualificam a rubrica "costumes" como um bem jurídico a ser tutelado pelo Estado no que se refere a individualidade de comportamentos e atos sexuais .

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 apresenta fundamentos para que o ordenamento jurídico inferior considere algumas condições quando da criação e interpretação de legislações e, em especial as tipificações de fato crime e suas sanções.

Assim, a legislação atual procura preservar, de forma mais ampla e objetiva a individualidade, como abordado por Karina Romualdo Konegundes (2015) é a "proteção de bens jurídicos mais fundamentais da pessoa, possibilitando o desenvolvimento de sua personalidade, sua realização ética, bem como a vida em comunidade" que, no caso em voga, refere-se à dignidade sexual.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram utilizados artigos e publicações de autores e doutrinadores da área do direito relacionados com a interpretação e comparação entre a nova legislação vigente e a antiga redação do Código Penal de 1940 e em consonância com normas e princípios constitucionais no que se refere a crimes sexuais.

DESENVOLVIMENTO

A intimidade da vida privada, traduzida nas relações sexuais do indivíduo pode ser considera como umas das principais condições de dignidade da

liberdade de vontade da pessoa. Os crimes contra os costumes eram entendidos como crimes contra hábitos da vida social, aprovados pela moral e disciplina social. Porém, o constituinte garantiu na constituição brasileira que se deve primar pela individualidade e vontade da pessoa, independentemente de considerar um ato imoral ou inadequado, pois o julgamento de valores da sociedade é plural. O que deve ser coibido é o comportamento sexual que viole a vontade do indivíduo que sofre a coação (KONEGUNDES, 2015). Consagra-se neste ponto o atendimento pelo legislador do princípio constitucional presente no Inciso III do Artigo 1º da Constituição Federal, a "valorização da dignidade da pessoa humana" como pressuposto ao ato de legislar.

Sob a nova rubrica de crimes contra a dignidade sexual, pode ser considerado como o mais significativo avanço do legislador o entendimento de que o ato do crime não diz respeito à coletividade, a honra da família ou de costumes morais, mas representa uma conduta que viola o direito, antes de tudo, individual da vítima, em conformidade com os incisos III, X e XLI do artigo 5º da Constituição Federal. A legislação inova acrescentando comportamentos sociais que antes não eram considerados "crimes contra os costumes" e que atualmente passam a ser considerados como "crimes contra a dignidade sexual", justamente por conta da mutabilidade das práticas sociais e ora vigentes, que trazem a questão de moral sexual para dentro dos limites íntimos do indivíduo.

De acordo com Ana Karina França de Merlo (2009), "a dignidade sexual encerra o conceito de intimidade e revela-se em harmonia com o princípio da dignidade da pessoa humana". Um ponto interessante que pode ser observado na análise apresentada por Merlo (2009), na antiga redação sobre crimes sexuais é que

dela se inferia o atentado sexual sofrido apenas pela mulher e este também se decorria de uma expectativa de comportamento moral da figura feminina em sociedade. No novo conceito abordado, o entendimento de violação sexual é mais abrangente, pois o homem também pode ser considerado além de autor, vítima de um crime contra a sua dignidade sexual e a mulher deve ter suas vontades sexuais respeitadas, independentemente de seu comportamento moral em sociedade. Neste sentido, pode ser observada a consonância com os direitos e deveres individuais e coletivos presentes nos incisos I e III do artigo 5º da Constituição Federal e novamente o inciso III do Artigo 1º da Carta Magna.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em consonância com a análise da rubrica da redação do título VI do Código Penal pela já mencionada lei, realizada por William Lopes da Silva (2014), Geilson Nunes (2016) e também por Rogério Greco (2012), pode ser observado que o Crime de estupro era considerando quando houvesse o constrangimento à mulher por conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. A tipificação do crime de estupro considerava apenas a mulher como agente passivo vulnerável, conforme Artigo 213 do Decreto Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Como apresentado por Greco (2012), essa tipificação era omissiva quanto ao mesmo comportamento criminoso que, por ventura, viesse a ser praticado de forma inversa, sendo uma mulher um agente ativo do estupro e um homem o agente passivo da ação. Mais profundo ainda, desconsiderava a possibilidade de

cometimento de estupro entre pessoas do mesmo sexo. O crime de atentado violento ao pudor era considerado como a prática de ato libidinoso, sem conjunção carnal e com ameaça ou grave ameaça, sendo uma tipificação criminal diferente do crime de estupro e inclusive com sanções penais distintas. O agente ativo da ação poderia então cometer um ato sexual, sem conjunção carnal, necessariamente, mas que ainda assim tivesse como objetivo a satisfação de sua libido, que o ato não seria considerado um crime de estupro, como pode ser observado no artigo 214 do referido código.

Para Silva, (2014), a posse sexual mediante fraude apresentava-se como uma tipificação criminal não inclusiva e gravemente discriminatória, pois se tipificava ou não o ato crime conforme a observância do comportamento social da mulher em relação a sua sexualidade, não levando em consideração as relações de intimidade e liberdade da mulher – apenas da mulher – com o seu corpo. O crime só seria considerado como tal se a fraude com conjunção carnal fosse praticada contra mulher "honesta", com agravante se a vítima fosse virgem. Na mesma linha de raciocínio, era tratado o crime de atentado ao pudor mediante fraude, em que havendo prática de ato libidinoso sem conjunção carnal, seria uma conduta ilícita se fosse praticado contra mulher "honesta" e também tendo a virgindade como agravante, texto original presente nos Artigos 2015 e 2016 do referido Decreto-Lei.

Presume-se, então, que, caso um homem que viesse a praticar atos de posse sexual ou atentado ao pudor, ambos mediante fraude, poderiam não ser condenados por atos criminosos, nem mesmo processados, caso a vítima, mulher apenas, não fosse honesta e virgem. Nesta abordagem, a legislação penal pecava

no que tange a garantia da intimidade, liberdade e dignidade da mulher, independentemente de seu comportamento e das suas maneiras de se satisfazer sexualmente (SILVA, 2014).

Ainda de acordo com Silva (2014), dado o período de edição do código penal, não é de se surpreender com tal omissão, também não há surpresa com a não referência a crimes sexuais que pudessem ser sofridos por homens ou por pessoas do mesmo sexo. O contexto social e legal da época não abordava de forma clara e objetiva as liberdades individuais e o comportamento social. Levavam-se em consideração aspectos morais e de honra que não são tão relevantes nas relações sociais contemporâneas. Com a Lei nº. 12.015/2009 e a evolução em matéria de direitos e liberdades, ocorreram algumas interessantes alterações nas tipificações criminais relacionadas a crimes sexuais, assim como se modernizou a visão do papel da mulher e também do homem, seja como agente ou paciente do fato.

Segundo análise de Nunes (2016), os crimes de estupro e atentado violento ao pudor passam a ter no Artigo 2013 da Lei 12.015/2009 apenas a tipificação penal de estupro, que consiste em constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. A novidade neste caso é incluir violações de outros atos libidinosos, que não a conjunção carnal, mas que ainda assim satisfaçam a libido do agente, como crime de estupro. A nova rubrica apresenta também atitudes qualificadoras, deste modo, caso ocorra crime de estupro que resulte lesão corporal grave ou se a vítima é menor de dezoito anos de idade e maior de

quatorze anos, ou também se o ato resultar em morte, o crime passa a ser qualificado.

Conforme mostrado por Merlo (2009), a violação sexual mediante fraude, artigo 215 da nova lei de 2009, consiste em ter a conjunção carnal, ou outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima, com agravante de ter o ato a intenção de obter alguma vantagem econômica. Tipifica-se o crime de assédio sexual, Artigos 2016 e 2018, quando houver constrangimento com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, em casos em que o agressor for superior hierárquico ou ascendente à vítima e utilizar-se de sua condição inerente ao exercício de emprego, cargo ou função. Tais crimes independem da interpretação subjetiva de honestidade da mulher e de sua condição de virgindade ou não, tendo, como agravante, casos cometidos contra vítimas menores de dezoito anos.

Ainda, em consonância com o artigo 226, inciso VII, § 4º da Carta Magna - "A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente" -, a Lei 12.015/2009 tipifica em seu capítulo V os crimes sexuais contra vulneráveis, sendo estes os menores de quatorze anos de idade, rufianismo e o estupro de vulneráveis, além também de trazer agravantes em várias das demais tipificações penais quando a vítima for menor de dezoito anos, conforme apresentado por Merlo, (2009) e Nunes (2016).

De acordo com a análise de Greco (2012) e Nunes (2016) verifica-se na nova redação o suprimento do termo "mulheres", como paciente do crime, por palavras que não distinguem gênero, pois qualquer pessoa pode ser considerada praticante do crime como também vítima. Outra alteração importante é a supressão total dos

termos "mulher honesta" e "mulher virgem", mostrando assim o legislador que o Estado não tem intenção e nem o direito de intervir ou julgar os comportamentos e vontades individuais, que dizem respeito à vida privada do indivíduo sobre a relação com o seu próprio corpo e satisfação sexual. A grande inovação na interpretação do Texto Constitucional é garantir que, qualquer pessoa, de qualquer sexo, tem o poder e o direito de decidir sobre o seu corpo quando o assunto for se satisfazer sexualmente, não podendo qualquer outra pessoa violar ou sugerir ameaça e intimidação a este direito.

Apesar da indiscutível evolução jurídica e social quanto à tipificação e interpretação de crimes sexuais com a mudança da rubrica de "crimes contra os costumes" para "crimes contra a dignidade" introduzida pela Lei 12.015/2009, ainda existem algumas críticas quanto à abordagem do assunto. Para esta corrente doutrinária e minoritária, a legislação ainda não evoluiu tanto quanto as questões sociais atuais que envolvem o caso. De acordo com Karina Romualdo Konegundes (2015), a rubrica "dignidade sexual" ainda conteria um significado restritivo quanto ao crime praticado. O termo dignidade pode ser interpretada como uma manutenção de características de um padrão de comportamento sexual desejado, análogo à moral, invadindo ainda a vida intima e privada do indivíduo e, por tanto, não consagrando o princípio da dignidade da pessoa humana. Para estes, devem ser abordadas rubricas mais específicas para que interpretações menos moralistas possam ser introduzidas no ordenamento jurídico nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leis, enquanto construtos jurídicos também devem ser analisadas como uma reflexão da evolução das práticas sociais. No caso em voga, fica evidente a necessidade de o legislador adequar uma legislação, que tratava de crimes sexuais e que havia sido escrita em meados do século XX, para a realidade sociocultural contemporânea da sociedade Brasileira, conforme entendimento de Silva (2014).

Independentemente de divergências doutrinárias, é evidente o caráter evolutivo e inclusivo da Lei 12.015/2009 ao incorporar princípios e condições norteadoras da Constituição Federal de 1988 dentro do código civil brasileiro no que concerne a tipificação de crimes sexuais, ora chamado de "crimes contra os costumes" agora chamado de "crimes contra a dignidade sexual. "

Neste sentido, o legislador fez garantir na aplicação da lei a valorização da dignidade da pessoa humana e a proteção estatal ao bem jurídico na perspectiva das liberdades individuais além da proteção dos deveres individuais e coletivos; a igualdade entre homens e mulheres; a privação de tratamento sob tortura, desumano ou degradante; a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas; a previsão legal para a prática de crime e sua cominação legal; a punição para discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais e a punição mais severa quanto ao abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 28 mar. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 28 mar. 2017.

_____. **Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009.** Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 28 mar. 2017.

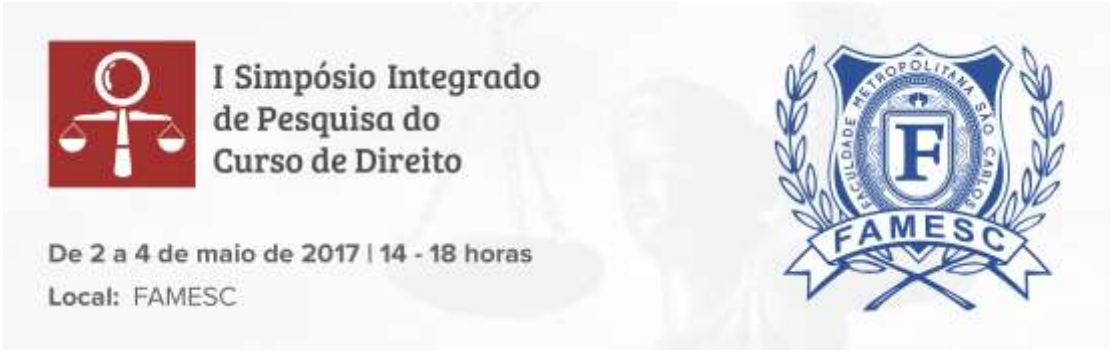
GRECO, Rogério. Crimes contra a dignidade sexual. **Jusbrasil:** 2012. Disponível em: <https://rogeriogreco.jusbrasil.com.br/artigos/121819865/crimes-contra-a-dignidade-sexual>. Acesso em: 20 mar. 2017.

KONEGUNDES, Karina. A dignidade sexual à luz da teoria do bem jurídico. In: **Cadernos de Programa de Pós-Graduação Direito,** Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 171 a 179/2015.

MERLO, Ana Karina. Dos crimes contra os costumes à evolução dos crimes contra a dignidade sexual - As repercussões práticas da Lei 12.015/09 no Título VI do Código Penal. In: **Âmbito Jurídico,** Rio Grande, a. 12, n. 69, out 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6855 > Acesso em: 21 mar. 2017.

NUNES, Geilson. A proteção da sexualidade humana, sob a ótica do princípio da dignidade humana. *In*: **Direito & Realidade**, v. 4, n.1, 2016, p.16-29.

SILVA, William Lopes da. A reforma penal nos crimes contra a dignidade sexual. *In*: **Conteúdo Jurídico**, Brasília: 22 out. 2014. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.50321&seo=1 >. Acesso em: 20 mar. 2017.



"O BÊBADO E O EQUILIBRISTA" EM ANÁLISE: A MÚSICA COMO PROTESTO

SANTOS, Alessandra Kelly Guimarães dos[3]
ANTÔNIO JÚNIOR, Marcos de Aguiar[4]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[5]

INTRODUÇÃO

Em 31 de Marco de 1964 os militares destituíram o então atual presidente João Goulart, o chamado golpe de Estado, este governo militar teve a duração de 21 anos. Anos de censura, restrição do voto, reprimindo com violência quem ia de contra seus preceitos, o primeiro governante militar marechal Humberto de Alencar Castello Branco (Arena) (1964-1967) iniciou seu mandato declarando dos atos institucionais, suspendendo direitos dos partidos políticos, dissolução de todos partidos políticos e criação de agremiação políticas entre outros atos instituídos. A arte no Brasil não se trata de uma forma linear, a musica, pintura,

[1] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, alessandrakg37@email.com;
[2] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana,marcosjunior-32@hotmail.com;
[5] Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista Lato Senso em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana taua_verdan2@hotmail.com

literatura e cinema tiveram obras de extrema importância no período sombrio da ditadura militar.

A música "O Bêbado e o Equilibrista", Gravada em 1979, João Bosco (melodia) e Aldir Blanc (letra), retrata uma época marcante da história do Brasil e tornou-se um hino à anistia no período final da ditadura militar iniciada no golpe, ressaltando a luta contra a opressão da Ditadura civil-Militar, contestando os fatos e levando informações a população, mesmo havendo repreensão pelos órgãos opressores, descrevendo horrores da ditadura com peculiaridade, mostrando ao mundo que no Brasil não havia mais liberdade de expressão, não deixando que sejam esquecido todas as atrocidades cometida na época.

.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites e selecionados da internet, que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O período que se inicia no ano de 1964 e vai até 1985 é conhecida como o período da Ditadura militar, a situação de tensão já vinha desde a renuncia de Jânio Quadros em 1961, seu vice João Goulart assume então o mandato em seu lugar (1961-1964), havendo grandes organizações estudantis, trabalhadoras e etc., fazendo com que a classe mais conservadora se preocupasse com a ascensão do

Brasil e que ele se tornasse um país socialista. (SUA PESQUISA, s.d.). O Golpe Militar marca uma série de fatos que havia se dado na data de 31 de março de 1964 no Brasil, e que resultava em um golpe de estado no dia 1 de abril de 1964, dando então fim ao governo do atual presidente, também conhecido como *Jango*, que de forma democrática foi eleito vice-presidente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). (SO HISTORIA, s.d.)

Com a tomada de o governo militar, instituindo novas leis, modificando a constituição, anulando mandatos e interrompendo direitos políticos por 10 anos, podendo demitir, aposentar, todos que se deliberassem contra o país, determinando as eleições indiretas para cargo de presidente da República, criando a "democracia" em que as regras mudavam, assim não haveria como a oposição vencer e a equidade da administração pública. Ao longo deste governo militar, incidiu um aumento do poder central, poder Executivo, atribuindo à função de legislar, em favorecimento dos outros poderes instituídos pela Constituição de 1946. Assim o as forças armadas em seu altivo poder passou a controlar a sucessão presidencial, recomendando um candidato militar validado pelo Congresso Nacional (SO HISTORIA, s.d.).

Neste período toda e qualquer forma de liberdade de expressão era inexistente, tendo quem descumpria interferência do governo, sendo agredido e até mandado ao exílio. A censura foi uma das formas mais repugnante do governo militar, e uma sala de cinema para passar um filme havia primeiro um anuncio para então depois iniciar e assim com grandes partes de cortes, mesmo em filme onírico.

A música popular brasileira teve um auge durante a ditadura, e algumas dessas letras foram para contestar o regime, e um hino foi na voz de Elis Regina no ano de 1979, o Bêbado e o Equilibrista sendo apelidado de "Hino da Anistia", em uma interpretação cheia de irreverência fazendo menção ao Charles Chaplin que havia morrido no final de 1977, lembrando de seus talentos, tanto atuando como cantando, de seu sorriso como em letra composta Smile. "Caía a tarde feito um viaduto... o viaduto Paulo de Frotin no Rio de Janeiro que caiu no ano de 1971 deixando 29 vitima fatal, em trechos como "Choram Marias e Clarisses" o momento político e lembrado pela Maria e Clarisse viúvas de presos políticos mortos porões do DOI-CODI. (JORNAL GGN, 2013).

Com alusão a trajes de luto como a classe artística se encontravam na época, com privação de liberdade de criação, mostrando a igreja católica se posicionando a favor da anistia mesmo com algumas restrições, o "bêbado" um estado insanidade para fazer reverencia a tal realidade, em que tudo acontecia na calada da noite, e o Hino Nacional como forma de patriotismo mesmo que subtendido "Chora nossa pátria, mãe gentil" mencionando mães e esposas que sentiam por seus entes exilados, mesmo com todo revés mostra esperança e que os brasileiros não abandonam a luta. (BRASIL VERDADE PARA TODOS, 2012).

Ao lado do exposto, ao fim do mandato marechal Castello Branco tinha a pretensão de passar o governo aos civis, mas radicais do exercito obrigaram Artur da Costa e Silva (Arena) encarregar-se do poder (1967-1969). Em 1965, o governo criou o AI-2 estipulando eleições indiretas para a presidência, em 1966 publicou o AI-3, estabelecendo eleições indiretas também para os governos dos estados. O AI-

4, também de 1966, citou o congresso para formular a nova constituição. (SÓ HISTÓRIA, s.d.)

Enfrentando greves, oposições, protesto, movimento estudantil universitário, houve movimentos contra a ditadura, com armas empunhadas, seqüestro e ato terrorista, com o governo radicalizando as medidas repressivas no ato de inibir os movimentos oposicionistas. Em 1968, os militares para legitimarem suas decisões instituindo atos constitucionais e para um sistema político absoluto, e a implantação da ditadura estabeleceu o ato constitucional nº5 (AI-5). (OLIVEIRI, 2008). No então governo de Figueiredo houve o movimento pela democracia, conhecida como Diretas Já! Entre 1983-84 requisitando eleições diretas por intermédio da votação em uma emenda constitucional, sendo rejeitada pelo congresso, só alcançando vitória quando o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves, que morreu antes de sua posse assumindo seu vice José Sarney, mas somente em ocorreram as primeiras eleições diretas pra presidência da república, após a ditadura civil-militar. (SÓ HISTÓRIA, s.d.)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ditadura civil-militar, ocorrida do ano 1964-1985, foi um golpe de estado, em que o militares assumindo o governo mesmo perdido em seu papel, promulgaram novos atos constitutivos assim tendo poderes excepcionais perseguindo seus inimigos, retirando dos civis seus direitos legais tais como comunicação, ir e vir, manifestação, liberdade de expressão, controlando

pensamentos de quem era subordinado a trabalhos informativo ou artístico, a liberação de conteúdo era submetido ao governo analisando critérios morais e políticos para serem liberados ou não ao público, e quem não cumprissem eram presos, torturados, exilados entre outas formas de opressão. No estado autoritário uma das formas de inibir o povo e tirando sua liberdade de expressão. A Lei nº. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, a Lei de Imprensa, restringia a liberdade de expressão. Com a edição do AI-5, bem como com a do Decreto-Lei nº 898, denominado Lei de Segurança Nacional ou LSN, de 29 de setembro de 1969, complementada no ano seguinte pelo já citado Decreto-Lei 1.077. (OLIVEIRI, 2008).

As obras artística foi uma forma para expressar sua liberdade, mesmo que subtendido, a música foi uma delas por meio de suas letras levavam ao povo o que realmente estava acontecendo, criticando a forma de governo e a aceitação do povo, revelando e questionando a situação do país, servindo como arma de protesto. A música "o bêbado e o equilibrista" retratando o final do golpe faz menção aos exilados, as mães que choram por falta de seus filhos, e ao povo que mesmo perseguido, continua mantendo seu bom humor e sempre tendo esperança. Foram vinte e um anos de ditadura militar e mesmo com toda censura houve resistência ao sistema de governo. E o meio artístico levou em sua forma subliminar toda informação se mantendo firme em sua forma de protesto, alertando a população todas as atrocidades cometidas.

Figura 01. Representação da Música o Bêbado e o Equilibrista. Fonte: PREMIO DA MÚSICA.

Figura 02. Manifestação pedindo anistia aos exilados políticos. Fonte: APROVADO NO VESTIBULAR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Liberdade de expressão é um direito de se manifestar livremente pensamentos, ideais e opiniões, mas no período da ditadura militar (golpe) o principio constitucional da liberdade de pensamento foi perdido, entrando em seu lugar a censura, impedido qualquer meio de comunicação, reprimindo a liberdade de expressão. O tempo compreendido entre a década de 60-70 foi marcada pelas "canções de protesto" por cantores que desejavam liberdade e democracia indo de contra o período de governo dos militares, com canções de combate social, tendo um grande apelo romântico, criticando explorações, denunciando atos de

atrocidade, provocando ouvintes, estimulando a resistência contra a ditadura e a luta a favor da liberdade, tendo em sua letra trechos com forte impacto.

REFERÊNCIAS

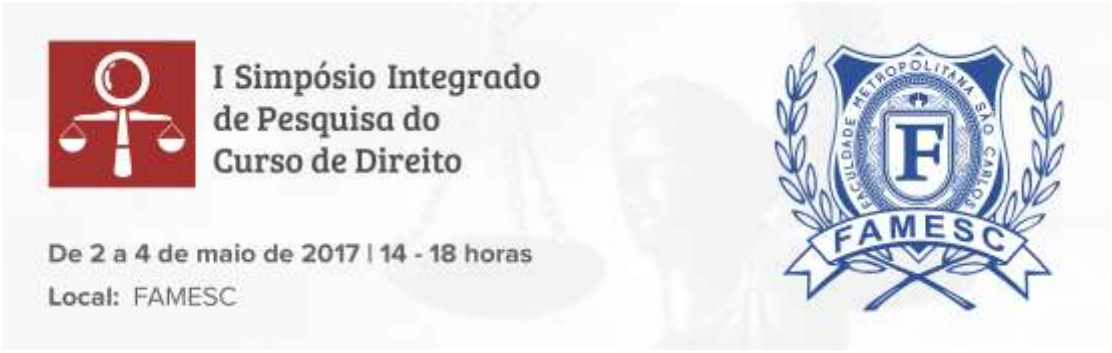
ANALISE da música "O Bêbado e A Equilibrista". Disponível em: < http://brasilverdadeparatodosja.blogspot.com.br/2012/06/analise-da-musica-o-bebado-e.html> Acesso em 08 abr. 2017.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 09 abr. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm>. Acesso em 09 abr. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, §8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em 09 abr. 2017.

_____. **Lei nº 5.520, de 9 de fevereiro de 1967.** Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm>. Acesso em 09 abr. 2017.



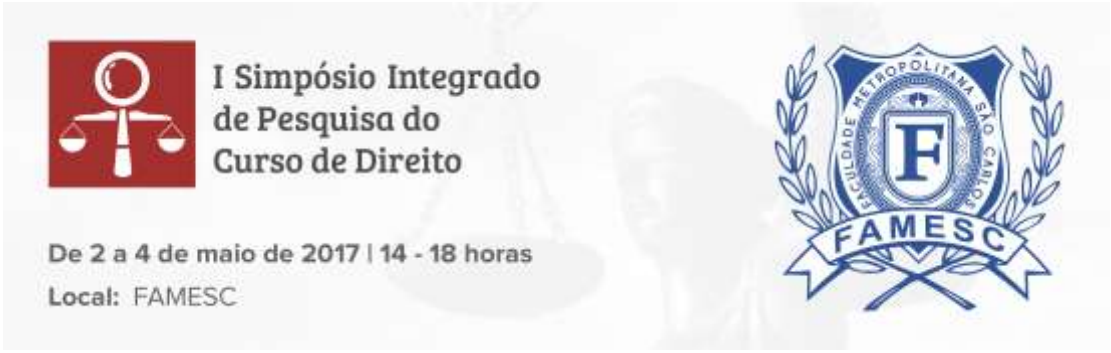
CALARUSSO, Osvaldo A música brasileira durante a ditadura: bons efeitos de um mau governo**. Gazeta do Povo:** versão eletrônica. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/falando-de-musica/a-musica-brasileira-durante-a-ditadura-bons-efeitos-de-um-mau-governo/> Acesso em 08 abr. 2017.

CONHEÇA a história de 'O Bêbado e a Equilibrista'**. GGN:** portal eletrônico de notícias, 26 nov. 2013. Disponível em <http://jornalggn.com.br/blog/joao/conheca-a-historia-de-o-bebado-e-a-equilibrista> Acesso em 08 abr. 2017.

DITADURA Militar no Brasil. **Só História**: portal eletrônico Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/>. Acesso em 08 abr. 2017.

DITADURA Militar no Brasil. **Sua pesquisa:** portal eletrônico Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/ditadura/>. Acesso em 08 abr. 2017

OLIVEIRI, Antônio Carlos. Censura: O regime militar e a liberdade de expressão**. Uol:** portal eletrônico de notícias, 27 ago. 2008. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/censura-o-regime-militar-e-a-liberdade-de-expressao.htm>. Acesso em 09 abr. 2017.



"GUERRA", DE LASAR SEGALL, E O AUMENTO DA CRIMINALIDADE NO BRASIL: UMA RELEITURA CONTEMPORÂNEA

GOMES, Alex de Oliveira Maia[6]
BARBOSA, Nier Sérgio Cordeiro[7]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[3]

INTRODUÇÃO

Lasar Segall nasceu na cidade de Vilna, capital da República de Lituânia em 21 de julho de 1891, foi um pintor lituano, domiciliado no Brasil. Sendo o indicador do expressionismo, pensava nos traços, nas cores e em suas representações. Lasar Segall, ainda quando criança, demonstrava seu interesse pela arte, pelo desenho, com 14 anos entrou na Academia de Desenho da cidade em que residia. Em 1906, mudou-se para Berlim, Alemanha, para realizar seu estudo na Academia Imperial, em que viveu por 5 anos. No ano de 1911, mudou-se novamente para a cidade de Dresden, em que estudou na Academia de Belas Artes.

[6] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, alexoliveiramaia1@gmail.com
[7] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, santacasadiagnostico@outlook.com
[3] Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista Lato Sensu em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC). E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

Lasar Segall, no início de sua carreira, passou por diversas lutas, tão somente por inserir ideias revolucionárias e inovando, totalmente diferente da existente. No ano de 1912, Segall veio para o Brasil, em que viviam seus irmãos. Em 1913, Segall fez duas exposições individuais, em Campinas – SP e em São Paulo – SP, ainda sem grande repercussão de suas obras. Lasar Segall, sempre preocupado com questões e com os temas sociais, fez um traço que marcou em suas pinturas as emoções, mais diretamente, o sofrimento, sendo ele nas guerras, ou nas perseguições como as que os judeus sofreram, religião a qual Segall se identificava, durante até mesmo do nazismo e da prostituição.

Os menos favorecidos, entre eles, os marginais de sua época foram retratados em suas pinturas, gravuras e desenhos com algumas deformações específicas, que passavam a ideia de e um clima de sofrimento que foi vivido por eles. Segall foi um dos primeiros artistas modernos que expos no Brasil suas artes, assim que deixou a Europa e veio morar no Brasil definitivamente no ano de 1923. Sempre pensando e se influenciando pelo expressionismo e impressionismo, Segall encontrou aqui o que colocou o nome de "milagre de luz e cor", que iria dar à sua arte, os contrastes para ilustrar as diversas emoções que absolvia também dentro do cotidiano do país.

Em suas obras, além de usar cores como relato lírico de suas emoções humanas, houve também o jogo entre linhas e o espaço em seus desenhos. Sendo toda suas obras abordando a preocupação com os problemas sociais existentes, além de relatar em seus desenhos temas do universo, precisamente abordando as diversas emoções.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, teve ao longo do estudo o auxílio do site Ebiografia, ao qual se fez diante da Biografia do Pintor Lasar Segall, para obter o conteúdo de sua elaboração, levantando a questão de quais foram as principais influências do Pintor Lasar Segall, encontrada no site Obviousmag.

O Museu de Arte de São Paulo – Assis Chateaubriand, disponibilizou em seu site a obra relativa a "GUERRA", a qual retrata seu ponto de vista, e o sofrimento, colocando a ideia de dor e de luta, ao qual sofreram durante a Segunda Guerra Mundial, Segall, em suas obras buscava expor o que sentia, e o que sentiam em diferentes ocasiões, demonstrando a criminalidade, o sofrimento, e o descaso de alguns seres humanos perante outros.

DESENVOLVIMENTO

O site Museu Lasar Segall disponibilizou informações sobre as obras de Segall. O Museu Lasar Segall, mostra 50 obras que foram selecionadas, sendo escolhidas entre as que mais foram representadas da produção de Segall. Em massa foi composto por mais de 3 mil itens utilizados, variando as pinturas a óleo das pinturas feitas sobre o papel, das esculturas e gravuras e até os seus desenhos. O site Itaú Cultural, trouxe uma enciclopédia das obras de Lasar Segall, possibilitando o desenvolvimento do trabalho.

Podendo acompanhar pelo Museu Lasar Segall, nessa escolha, o caminho que Segall escolheu para percorrer na Alemanha, sendo primordialmente

intuitivo por sua grande admiração pelos impressionistas alemães até a sua integração no movimento expressionista, ao qual participou ativamente como um dos expressionistas eslavos, junto de Chaim Soutine e Marc Chagall (MUSEU LASAR SEGALL, s.d.).

Sua emigração para o país, no ano de 1923, promoveu uma mudança significativa na obra, inserindo, na visão de Mário de Andrade, a sua 'fase brasileira'. Esse repertório de temas empregados por Lasar Segall evidentemente os assuntos que foram extraídos da Cultura Judaica, sendo seus personagens expressões de emoção e de compaixão pela vida humana que foi marginalizado (MUSEU LASAR SEGALL, s.d.).

No Brasil, Lasar se interessou pela natureza tropical, por toda arquitetura das favelas e pela humanidade, principalmente os negros, por serem exóticos aos olhares dos europeus. Sendo a tonalidade de sua cor, sóbrias diferentes dos alemães que se tornando, assim, os negros com cores mais iluminadas. Em ambientes que a intimidade recende, como em seu ateliê juntamente com a natureza de Campos do Jordão, ele elabora pinturas e desenhos sensuais, de cores únicas, a qual o crítico Paulo Mendes de Almeida alegou ser 'a cor de Segall' (MUSEU LASAR SEGALL, s.d.). Os problemas políticos e os sociais permanecem merecendo sua atenção, sobretudo durante o decorrer da Segunda Guerra Mundial, que foi quando ele criou pinturas de grandes dimensões. Sendo em sua última década de vida, Lasar Segall retomou seus temas anteriores, deixando sua trajetória em suas séries, Favelas e Florestas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Lasar Segall se instalou definitivamente no Brasil no início dos anos 20, se naturalizando depois de casar-se com Jenny Klabin, em 1925. Sendo nesse período o início do surgimento de temas brasileiros em suas obras, passando essas obras a ganhar espaços menos tensos, sem perder sua característica expressionista, uma marca de Segall.

Os personagens das obras a partir deste momento passam a ser mulatas, negros, prostitutas e marinheiros, demonstrando nessas obras a criminalidade, a agressividade, a dor, o sofrimento, demonstrando nas mesmas, o aumento dessas emoções, o aumento das mortes ao decorrer da Segunda Guerra Mundial, sendo demonstradas sob o ponto de vista de Segall.

Tendo essas obras, resultado em uma grande atuação sob a vida cultural paulista no momento, sendo diante desta, fundada a Sociedade Paulista de Arte Moderna (SPAM), em 1932. Segall era amigo e conselheiro de algumas figuras importantíssimas do Modernismo, como Gregori Warchavchik e Geraldo Ferraz. Gregori projetou a casa em que Segall residiu até seu falecimento. Além disso, passou a dar aulas e influenciou toda uma geração de brasileiros.

Figura 01. Guerra de Lasar Segall (1942). Fonte: Estadão

Com a aproximação da Guerra, seu trabalho, entretanto, retornou aos temas trágicos, ao número crescente de óbitos decorrentes da criminalização da época. Para Lasar a obra deveria ser despida de requintes estilísticos, querendo expressar o sofrimento humano de maneira aprofundada, e é isso que pode ser visualizado e compreendido nas séries como o Navio de Emigrantes e Pogrom. A obra foi pintada em 1942, tendo 2 metros por 2 metros e 90 (2m x 2,90m). Sendo uma pintura dramática da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto os argumentos mencionados sobre o tema Guerra, Lasar Segall vivenciou a primeira guerra mundial, e deu início aos seus desenhos e obras já na segunda guerra mundial. Em suas obras ele expressava de forma que emocionava quem olha sua obra.

Lasar e seu expressionismo fez com que o brasileiro redescobriu-se sua ingenuidade. Lasar não passou intacto pela segunda guerra mundial pois ele se ressentiu profundamente com o que estava acontecendo na época em relação aos judeus e diante da própria guerra, como ele passa em sua obra uma imagem de corpos esquartejados, pessoas decapitadas, aterrorizante para Segall.

Lasar Segall sentia-se desconfortável, sentia-se ressentido com a agressividade com que foram mortos os militantes, os judeus, prostitutas, ele viu acontecer uma série de situações e em sua obra "GUERRA" ele demonstra a sua visão própria do acontecimento.

REFERÊNCIAS

AS Principais Influências de Lasar Segall em suas Obras. Disponível em: <http://obviousmag.org/pintores-brasileiros/lasar_segall/as-principais-influencias-nas-obras-de-lasar-segall.html> Acesso em 06 mar. 2017.

BIOGRAFIA de Lasar Segall. **Ebiografia**: portal eletrônico de biografias. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/lasar_segall/>. Acesso em 06 mar. 2017.

GUERRA de Lasar Segall. **Youtube**: portal de vídeos. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=LVbDt7GFpU0&spfreload=10>. Acesso em 06 mar. 2017.

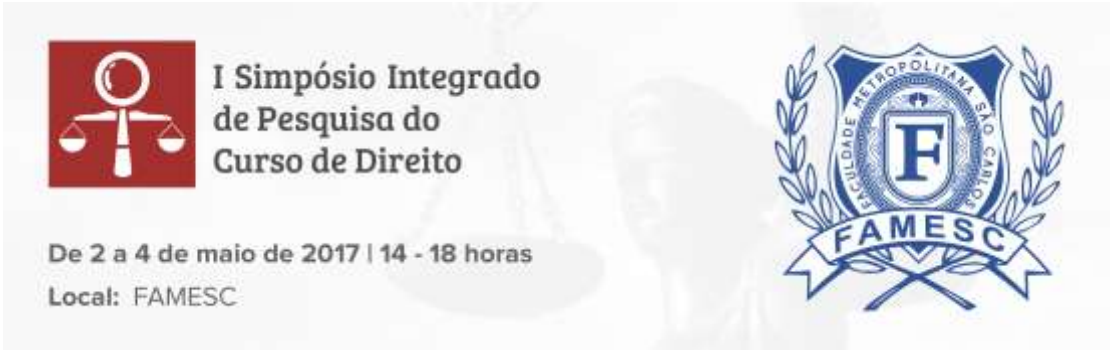
LASAR Segall. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8580/lasar-segall>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SÃO PAULO (ESTADO). **Museu de Arte de São Paulo**. Disponível em: <http://masp.art.br/masp2010/acervo_detalheobra.php?id=410>. Acesso em 06 mar. 2017.

_____. **Museu de Arte Contemporânea de São Paulo:** Modernismo Brasileiro – Lasar Segall. Disponível em: <http://www.macvirtual.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo2/modernismo/artistas/segall/index.htm> Acesso em 06 mar. 2017.

OBRA "Guerra" – 1942 – Lasar Segall. **Estadão**: portal eletrônico de notícias Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-lasar-segall/guerra-1942,6CB8B88E-9BB8-407C-B94A-ED2B81B0B634> Acesso em 06 mar. 2017.

VISÕES de Guerra de Lasar Segall. Disponível em: <http://cargocollective.com/fabiozuker/Visoes-de-Guerra-de-Lasar-Segall> Acesso em 06 mar. 2017.



UNIÕES HOMOAFETIVAS COMO MANIFESTAÇÃO DO ALARGAMENTO DO SENTIDO DO TERMO "FAMÍLIA" NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

OLIVEIRA, André Luiz Poeys[8]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[9]

INTRODUÇÃO

A união de pessoas do mesmo sexo sofreu muitos preconceitos e despertou um grande debate jurídico até ser reconhecida judicialmente, e apesar de várias conquistas ainda não existe norma regulamentadora. As uniões homoafetivas são constitucionalmente protegidas, sendo reconhecidas como entidade familiar, com os mesmo direitos e deveres da união estável, podendo, inclusive, ser convertida em casamento.

Apesar disso, há corrente doutrinária que sustenta que a união entre duas pessoas do mesmo sexo não constitui uma entidade familiar, alegando que a Constituição Federal exige diversidade de sexos. Entretanto, essa corrente minoritária vem sendo massacrada, pois para a corrente majoritária tal

[8] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: andrepoeys1@gmail.com
[9] Professor orientador: Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taua_verdan2@hotmail.com

posicionamento fere os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da liberdade. O fato é que o conceito de família vem mudando com o passar dos anos e atualmente a união homoafetiva é vista como tipo de família.

METODOLOGIA

Foram utilizados artigos e publicações de autores e doutrinadores da área do direito relacionados com a interpretação e comparação acerca da mutação do conceito de família no ordenamento jurídico.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 procuraram adaptar- se à evolução social que vem ocorrendo há décadas, preservando os valores familiares, para tanto, o ordenamento jurídico estabeleceu princípios implícitos e explícitos, pois a família possui integral proteção do Estado.

Surge daí o princípio eudemonista, no qual segundo Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald (2015, p. 58) "todas as entidades formadas por pessoas humanas que estão vinculadas pelo laço afetivo, tendendo à permanência, estão tuteladas juridicamente pelo Direito das Famílias, independentemente de celebração de casamento". Segundo Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald (2015, p. 12) a família existe em razão de seus componentes, e não estes em função daquela, valorizando de forma definitiva e inescondível a pessoa humana.

> É o que se convencionou chamar de família eudemonista, caracterizada pela busca da felicidade pessoal e solidária de cada um de seus membros. Trata-se de um novo modelo familiar, enfatizando a absorção do deslocamento do eixo fundamental do Direito das Famílias da instituição para a proteção especial da pessoa humana e de sua realização existencial dentro da sociedade. (CHAVES; ROSENVALD, 2015, p. 12)

Maria Berenice Dias assevera:

> A busca da felicidade, a supremacia do amor, a vitória da solidariedade ensejam o reconhecimento do afeto como único modo eficaz de definição da família e de preservação da vida. São as relações afetivas o elemento constitutivo dos vínculos interpessoais. A possibilidade de buscar formas de realização pessoal e gratificação profissional é a maneira de as pessoas se converterem em seres socialmente úteis. (DIAS, 2015, p. 143)

Assim, o princípio eudemonista ou princípio da busca pela felicidade seria a base para o reconhecimento do pluralismo das entidades familiares, haja vista as inúmeras possibilidades de arranjos familiares, principalmente aquelas ainda não juridicamente tuteladas. Flávio Tartuce (2014, p.828) leciona que "a solidariedade social é reconhecida como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil pelo art. 3.º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, no sentido de construir uma sociedade livre, justa e solidária. A solidariedade familiar deve ser entendida num sentido amplo, tendo caráter afetivo, social, moral e patrimonial. O Código Civil de 2002 deu destaque à solidariedade moral e material recíproca entre os cônjuges e companheiros, e a solidariedade em relação aos filhos que serão instruídos e educados até atingirem a idade adulta.

Paulo Lobo (2011, p. 85) reforça que os tribunais brasileiros com fundamento no princípio da solidariedade "asseguram aos avós, tios, ex-

companheiros homossexuais, aos padrastos e madrastas o direito de contato, ou de visita, ou de convivência com as crianças e adolescentes uma vez que, no melhor interesse destas e da realização afetiva daqueles, os laços de parentesco ou os construídos na convivência familiar não devem ser rompidos ou dificultados". Ainda, nas palavras do autor:

> A solidariedade do núcleo familiar deve entender-se como solidariedade recíproca dos cônjuges e companheiros, principalmente quanto à assistência moral e material. A solidariedade em relação aos filhos responde à exigência da pessoa de ser cuidada até atingir a idade adulta, isto é, de ser mantida, instruída e educada para sua plena formação social. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança inclui a solidariedade entre os princípios a serem observados, o que se reproduz no ECA (art. 4º). (LOBO, 2011, p.64)

Dessa forma o princípio da solidariedade familiar é dever imposto à sociedade e ao Estado para a proteção do grupo familiar, à criança e ao adolescente e à pessoa idosa. A solidariedade é dever social e abrange todos os tipos de família e todos os tipos de relações familiares. Conforme assevera Maria Berenice Dias (2015, p. 52) "a afetividade é o princípio que fundamenta o Direito de Família na estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida, com primazia em face de considerações de caráter patrimonial ou biológico".

Afirma Paulo Lobo (2011, p. 71) que "a afetividade, como princípio jurídico, não se confunde com o afeto, como fato psicológico ou anímico, porquanto pode ser presumida quando este faltar na realidade das relações". Tal princípio se encontra interligado ao princípio da busca da felicidade devendo o Estado criar

meios para o alcance da felicidade dessas pessoas, garantindo a dignidade a todos os cidadãos e assegurando o afeto

> A afetividade é dever imposto aos pais em relação aos filhos e destes em relação àqueles, ainda que haja desamor ou desafeição entre eles. Na relação entre cônjuges e entre companheiros o princípio da afetividade incide enquanto houver afetividade real, pois esta é pressuposto da convivência. (LOBO, 2011, p.71)

O princípio da afetividade está implícito na Constituição Federal em seu artigo 227 e parágrafos, quando assevera que todos os filhos são iguais, independentemente da origem, tendo a adoção como escolha afetiva, a garantia à criança e ao adolescente à convivência familiar.

DISCUSSÃO

Maria Berenice Dias a maior defensora da homossexualidade, alega que a Constituição assegura proteção especial à família e ao casamento, no entanto, nada diz sobre a diversidade do sexo do par. O Código Civil, ao tratar de casamento, não exige que o casal seja formado por pessoas de sexo diferentes. Apesar disso as uniões homoafetivas não estão incluídas no sistema jurídico, entretanto, a ausência de lei não significa inexistência de direito, por construção da realidade jurisprudencial. Nos dizeres da autora Dias (2015, p. 272) a Constituição estabelece garantias constitucionais a todos os cidadãos. "A constitucionalização da família implica assegurar proteção ao indivíduo em suas estruturas de convívio, independentemente de sua orientação sexual".

> O compromisso do Estado para com o cidadão sustenta-se no primado do respeito à dignidade humana e aos princípios da igualdade e da liberdade. Ao conceder proteção a todos, veda discriminação e preconceitos por motivo de origem, raça, sexo ou idade e assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Ao elencar os direitos e as garantias fundamentais, proclama (CF 5º): todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. (DIAS, 2015, p. 272)

Ao lado disso, não se pode excluir a união homoafetiva do conceito de família, deixá-las fora do atual conceito de família, quando da existência de duas pessoas ligadas por um vínculo afetivo, com o intuito de manter relação duradoura, pública e contínua, como se casadas fossem, formando um núcleo familiar à semelhança do casamento, independentemente do sexo a que pertencem. A inexistência da possibilidade de gerar filhos, não serve de fundamento para não serem reconhecidas como entidade familiar.

Apesar de haver omissão do legislador e a existência de lacunas no sistema legal ao que tange a união homoafetiva tem havido avanços jurisprudenciais, no reconhecimento dessas uniões como entidade familiar. Entretanto, em um primeiro momento o legislador não reconhecia como união, mas sim como vínculo empregatício, deferindo-se indenizações por prestação de serviços, passando-se após a reconhecê-las apenas com efeito de ordem patrimonial, denominando-as como sociedade de fato, conforme atesta Maria Berenice Dias:

> Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribui; com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. Visualizava-se

> exclusivamente um vínculo negocial e não uma relação afetiva com características de uma família. Chamar as uniões de pessoas do mesmo sexo de sociedade de fato, as insere no direito obrigacional, com consequente alijamento do manto protetivo do direito das famílias, o que acaba por afastar os direitos sucessórios e previdenciários. (DIAS, 2015, p. 274-275)

Após anos de luta, a união homoafetiva finalmente foi reconhecida como entidade familiar, após o STF ter acolhido duas ações declaratórias de inconstitucionalidade em 2011, a ADI 4.277 e a ADPF 132, tendo como relator o Ministro Ayres Brito, passando a ter os mesmo direito e deveres da união estável. A partir dessa decisão abriram-se as portar para que todo o Brasil reconhecesse a união homoafetiva e lhes aplicassem os mesmos efeitos da união estável, inclusive na sua conversão em casamento.

Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald (2015, p. 63) ensinam que "as uniões homoafetivas, em nosso sistema jurídico, são entidades familiares, autonomamente compreendidas, merecendo especial proteção, ao lado do casamento, da união estável, da família monoparental, dentre outros núcleos". Finalmente em 2013 o CNJ por meio da Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, admitiu a habilitação direta para o casamento, proibindo, inclusive, as autoridades competentes de recusarem a habilitação, a celebração do casamento civil ou a conversão da união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo. Para Paulo Lobo as uniões homoafetivas são entidades familiares constitucionalmente protegidas, enquanto preencherem os requisitos de afetividade, estabilidade e ostensibilidade e tiverem finalidade de constituição de família.

> A ausência de lei que regulamente essas uniões não é impedimento para sua existência, porque as normas do art. 226 são autoaplicáveis, independentemente de regulamentação. As uniões homossexuais são constitucionalmente protegidas enquanto tais, com sua natureza própria. Como a legislação ainda não disciplinou seus efeitos jurídicos, como fez com a união estável, as regras desta podem ser aplicáveis àquelas, por analogia (art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil), em virtude de ser a entidade familiar com maior aproximação de estrutura, nomeadamente quanto às relações pessoais, de lealdade, respeito e assistência, alimentos, filhos, adoção, regime de bens e impedimentos. (LOBO, 2011, p. 90-91)

Para muitos doutrinadores, se trata de mero preconceito por expressar na Constituição somente as uniões estáveis entre homem e mulher, o legislador deve acompanhar a evolução da sociedade, a omissão de referida evolução constitui lesão a direito fundamental, como da igualdade, proteção integral da família, na realidade do direito de família na estrutura do Estado brasileiro.

CONCLUSÃO

Desde o início dos tempos a família é a base da sociedade, inicialmente com o modelo patriarca, hierarquizada, tendo sempre o homem como o chefe da família, aquele que decidia o destinos de todos, esposa, filhos e até mesmo empregados. A Constituição Federal de 1988 surge dando total proteção à família, instaurando direitos iguais entre homens e mulheres, reconhecendo a união estável e a possibilidade de sua dissolução.

De acordo com a Constituição Federal a família é decorrente do casamento civil, da união estável entre homem e mulher, podendo esta ser convertida em casamento e a família monoparental. Entretanto, para a doutrina majoritária a

Constituição apresenta apenas um rol exemplificativo, sendo admitidas outras manifestações familiares, entre elas, a homoafetiva.

A união de duas pessoas do mesmo sexo sofreu e ainda sofre grande discriminação e preconceito pela sociedade, mas para a maioria da doutrina a ausência de norma regulamentadora não significa inexistência de direito. Em 2011 a união de duas pessoas do mesmo sexo foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como entidade familiar, passando a ter os mesmo direitos e deveres da união estável, devendo ser reconhecidas por meio de escritura pública, podendo ser convertida em casamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 18 abr. 2017.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Instituto o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 18 abr. 2017.

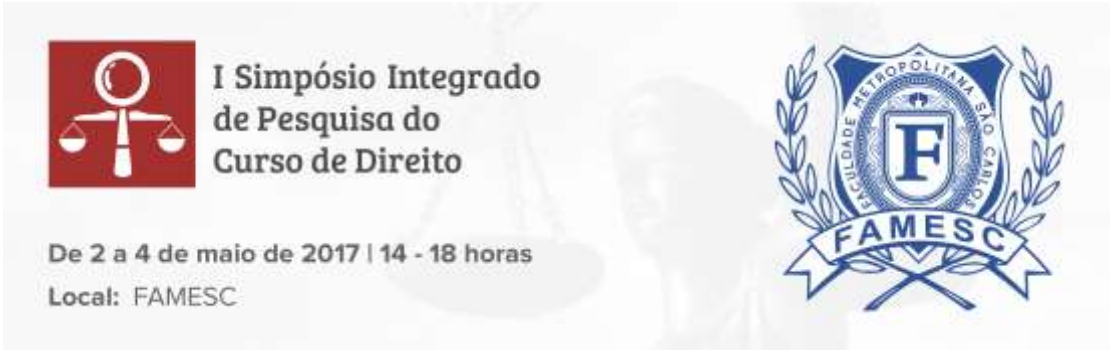
DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Revistas dos Tribunais, 2015.

_____ Maria Berenice. **Homoafetividade e Direito Homoafetivo**.2010. Disponível em: <www.mariaberenice.com/artigos>. Acesso em 18 abr. 2017.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil, Famílias**. v. 6. 7 ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Ed. Atlas S/A, 2015.

LOBO, Paulo. **Direito Civil: famílias**. 4 ed. São Paulo: Ed. Saraiva. 2011.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 4ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Método. 2014.



AS ETAPAS DO PROCESSO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO NACIONAL[10]

PESSANHA, Anysia Carla Lamão Pessanha[11]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[12]

INTRODUÇÃO

O processo para se alcançar a proteção ambiental teve início assim que o homem vislumbrou a finitude do meio ambiente e dos recursos naturais nele contido, a princípio essa preocupação era de forma tênue, porém foi acentuando diante da crise planetária ecológica (MEDEIROS, 2009, s.p.). Inicialmente, a importância da natureza se configurava pelo seu aspecto divino, tendo em vista que o conhecimento que se tinha era de que a natureza era criação divina e por esse motivo deveria ser preservada. Ocorre que, posteriormente, o ser humano fora evoluindo de modo a compreender os processos e as reações que ocorrem entre os seres bióticos (com vida) e abióticos (sem vida) componentes do ecossistema, assim, a visão de proteção ambiental se ampliou (COUTINHO 2008, s.p.).

[10]Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa "Faces e Interfaces do Direito: Sociedade, Cultura e Interdisciplinaridade no Direito"

[11] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, pessanha.lamao@gmail.com;

[12] Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. taua_verdan2@hotmail.com.

Ainda com base na evolução humana, houve um impacto negativo na natureza, pois com a evolução técnico-científica surgidas com a Revolução Industrial, o ser humano degradou cada vez mais o meio ambiente. Ante esse quadro de industrialização, o meio ambiente fora contaminado por resíduos nucleares, disposição de diversos tipos de lixo, como hospitalares, químicos, domésticos e industriais, de forma inapropriada, bem como queimadas, e o uso desenfreado dos recursos naturais não renováveis. Na realidade, a Revolução Industrial proporcionou diversos benefícios ao homem, entretanto, os meios utilizados para promover tal revolução não foram adequados, tendo em vista que se perdura. A título de exemplo, têm-se a poluição do ar, da água e do solo, além do uso desordenado dos recursos naturais, o aumento populacional desenfreado e com esse aumento, os problemas sobrevieram (MEDEIROS, 2009, s.p.).

A fim de corroborar o quanto alegado, Oliveira (1982, p. 56) afirma que grande parte do interesse relacionado ao meio ambiente surgiu na década de sessenta, em razão da sociedade consumerista atingir o ápice. Período em que o binômio produção/consumo era desconsiderado, pois existiam matéria-prima e energia, no entanto, finita. Devido o afastamento desse binômio, as sobras resultavam em lixo. Acontece que, nessa época, finitude era conhecida, a consciência já havia sofrido evolução, pois os impactos das atividades econômicas na natureza, já eram conhecidos. É mister esclarecer que na agricultura a erosão era perceptível ante a diminuição na produção de alimentos, bem como, nos grandes centros, a poluição era notável e refletia diretamente na saúde dos habitantes. Como bem destaca o aludido autor que "apesar de se notar essa consciência em relação ao problema, esta refletia uma preocupação muito mais

setorial que global no sentido de compreender a ação dos mecanismos ambientais e suas várias implicações".

Diante disso, impera salientar que a preocupação com o meio ambiente é recente na humanidade e no âmbito nacional, pois perante as catástrofes e problemas ambientais que as organizações internacionais exigiram um novo posicionamento, sendo imprescindível a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesta oportunidade fora realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo no ano de 1972. Com isso, surgiu a conhecida Declaração de Estocolmo que elencou diversos princípios, de forma que os problemas ambientais fossem visto sob uma nova perspectiva, o que refletiu diretamente na legislação ambiental nacional (COUTINHO, 2008, s.p.). Contudo, a proteção ambiental na esfera nacional compreende-se em três períodos que serão desenvolvidos sucintamente ao longo do presente resumo expandido.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois o método de pesquisa utilizado para discorrer e desenvolver sobre o assunto em tela nesse resumo expandido, foi a análise da legislação ambiental, doutrinária e de artigos relacionados ao tema.

DESENVOLVIMENTO

A proteção ambiental nacional se subdivide em três períodos distintos, ao longo da história, como será explanado sucintamente a seguir. Nessa vereda,

Sirvinskas (2015, p. 78) e Benjamin (1999, p. 50-52) afirmam que, diante desses três lapsos temporais, o primeiro se caracterizou pelo descobrimento do Brasil e se estendeu até a chegada da família real Portuguesa. Por outro lado, o período sucessor fora marcado pela chegada da família real Portuguesa até o estabelecimento da lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, de 31 de agosto de 1981, sob número 6.938. Já o terceiro e último período de proteção ao meio ambiente, eclodiu conjuntamente com a lei supramencionada (SIRVINSKAS, 2015, p. 79), tal período foi nomeado por Benjamin (1999, p. 50-52) como fase holística.

Neste passo, cuida-se analisar cada fase, iniciando pela produção legislativa colonial, ou seja, o primeiro período. Durante o período em estudo, o país era regido pelas ordenações Afonsinas advindas de Portugal e que vigoraram durante o reinado de Dom Afonso IV (FARIAS, 2007, s.p.). A qual fora concluída no ano de 1446, tendo como pilar o direito canônico e romano, bem como dispunha ambientalmente no que se refere ao corte de árvores frutíferas, vez que tal conduta tipificava o crime de injúria ao rei (ARAUJO, 2012, p. 56). Em complemento, Ann Helen Wainer leciona que

> A legislação ambiental portuguesa, naquela época, era muito evoluída. A preocupação com a falta de alimentos, principalmente de cereais, data de 13 de julho de 1311, quando D. Afonso III determinava que o pão e a farinha não poderiam ser transportavam para fora do reino. Para o caso de descumprimento da norma jurídica, a pena era "dos corpos e dos averes" (WAINER, 1993, p. 193).

Além disso, haviam disposições relacionadas ao furto das aves com sua devida sanção, visto que, em 1326, foi comparado aos demais tipos de furto por D. Diniz (NAZO; MUUKAI, 2001, p. 119). Nesse caso era previsto, ainda, uma prestação pecuniária devido ao proprietário que teve sua ave furtada, de caráter reparatório, ou seja, esse deveria ser ressarcido do dano material decorrente do furto de sua ave, com ressalva ao gavião e o falcão devido seu alto valor. Nesse tempo, sobreveio uma escassez à Portugal quanto aos alimentos derivados de trigo e cevada, sendo assim, o rei de Portugal, com o intuito de dirimir ou, até mesmo, extinguir essa situação, cedeu terras (sesmarias) a alguns beneficiários (sesmeiros) para que cultivasse na terra cedida, sob pena de perder tal espaço para outra pessoa que viesse atingir o quanto determinado no cultivo, como também cultivasse em toda a extensão (WAINER, 1993, p. 193). No entanto, esse regramento fora substituído pelas ordenações Manuelinas, finalizada em 1514 (FREITAS FILHO, s.d., s.p.) que, por sua vez, tratou do meio ambiente de forma mais detalhada e moderna, vedando a caça de animais com a utilização de instrumentos que causassem sofrimento até sobrevir a morte (WAINER, 1993, p. 193).

Com o advento das ordenações Filipinas, assim que o Brasil passou ao domínio espanhol, a proteção se voltou às águas, de modo a protegê-la contra a poluição, bem como proteger os peixes (FARIAS, 2007, s.p.). Portanto, o aludido período corre entre o descobrimento do Brasil à chegada da família real Portuguesa em 1808, o qual haviam normas esparsas referentes aos recursos ameaçados de extinção, vez que essa foi uma fase exploratória (DIÓGENES, s.d., s.p.).

Já o segundo período correu entre a chegada da Família Real Portuguesa ao surgimento da Lei nº 6.938/81, mais conhecida como fase fragmentária (FARIAS, 2007, s.p.), a principal característica desse período foi o uso desenfreado dos recursos ambientais e, as possíveis soluções, encontravam-se no Código Civil de 1916 (MILARÉ, 2004, p. 118). Nessa fase, o legislador procurou proteger os recursos naturais na forma mais ampla possível, limitando o uso desordenado de tais recursos, considerando a sua relevância econômica. Entretanto, os recursos naturais como água, fauna e flora passaram a ser regulamentados por legislação específica a fim de inexistir articulação entre esses elementos ou dentre as políticas específicas (FARIAS, 2007, s.p.).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das considerações anteriormente explanadas, percebe-se a evolução no que se refere a proteção do meio ambiente. Com isso, insta salientar que o terceiro período foi marcado pelo estabelecimento da Lei nº 6.938/81, mais conhecida como a lei da Política Nacional do Meio Ambiente (SIRVINSKAS, 2015, p. 79). Esse terceiro e último período é denominado por Benjamim (1999, p. 22) de fase holística que visava a proteção ambiental total por meio de sistema ecológico integralizado, assim, protegendo-se as partes a partir de uma totalidade. Com essa fase, foram instituídas legislações referentes a ação civil pública, política agrícola, sanções penais e administrativas àqueles que lesionarem potencialmente o meio ambiente, bem como unidades de conservação, o Estatuto das Cidades, Política Nacional de Resíduos e Sólidos, Política Nacional de saneamento básico.

É mister esclarecer que foi nesse período, mais especificamente em 1988 que ocorrera a promulgação da atual Constituição Federal, sendo a primeira tratar efetivamente assuntos relacionados ao meio ambiente. Contendo vários artigos dispondo sobre essa matéria e um artigo específico que é o art. 225, tendo em vista que a grande inovação se deu por ter inserido o meio ambiente num contexto humano e social da proteção ambiental, ultrapassando-se a esfera de que o meio ambiente se limita ao caráter biológico, consoante argumenta Garcia (2011, s.p.).

Desta sorte, forçoso é perceber que desde a época do Brasil Colônia, a preocupação com o meio ambiente já se fazia presente. Obviamente, sob uma outra visão, qual seja, antropocêntrica, em que o ser humano se alocava ao centro do universo como detentor de plenos direitos, tendo como pilar o utilitarismo dos recursos naturais para subsistência e desenvolvimento da economia e, até mesmo, do próprio ser humano (SIRVINSKAS, 2015, p. 79). As primeiras disposições ambientais foram referentes ao corte de madeira, que eram feitos para exportação, considerando que Portugal não possuía tais recursos naturais com abundância como no Brasil. Seguindo a esteira de Araujo, constata-se que

> Essa preocupação com a madeira se dava por conta da expansão marítima – AS GRANDES NAVEGAÇÕES, posto ser esse tipo de produto que abastecia diretamente a coroa portuguesa (ARAUJO, 2012, p. 57). (Destaque do autor)

Esse mesmo autor argumenta que, diante dessa situação, foram tomadas medidas protecionistas aos recursos naturais, criando assim, regulamentações

criminais para aqueles recursos de relevante importância estética, botânica ou de direito de propriedade (ARAUJO, 2012, p. 57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face às considerações aduzidas, vislumbra-se grande evolução no que tange a legislação ambiental, sendo ainda mais evidente com o advento da lei nº 6.938/81, a qual promoveu o meio ambiente como direito próprio e autônomo. Dessa forma, diversos problemas que envolviam questões ambientais de vizinhança, propriedade, ocupação do solo, uso dos recursos minerais, entre demais problemáticas, foram solucionadas por meio de disposições da lei supracitada. A partir de então, visava-se a proteção ambiental tendo como instrumentos aqueles disponibilizados pela lei em voga que estabeleceu um norte, por meio de princípios e diretrizes, observando sempre os quesitos internacionais. Não obstante, o Brasil evolui na questão ambiental a tal ponto que essa é reconhecida como ciência autônoma dentro da ordem jurídica nacional por meio da Constituição Federal do ano de 1988.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Rodolfo de Medeiros. **Manual de direito ambiental.** 1 ed. São Paulo: CL EDIJUR, 2012.

BENJAMIN, Antônio Herman Vasconcellos. Introdução ao direito ambiental brasileiro. In: _____; SICOLI, José Carlos Meloni; ANDRADE, Filippe

Augusto Vieira de (Org.). **Manual prático da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e legislação ambiental.** 2. ed. São Paulo, IMESP, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 05 abr. 2017.

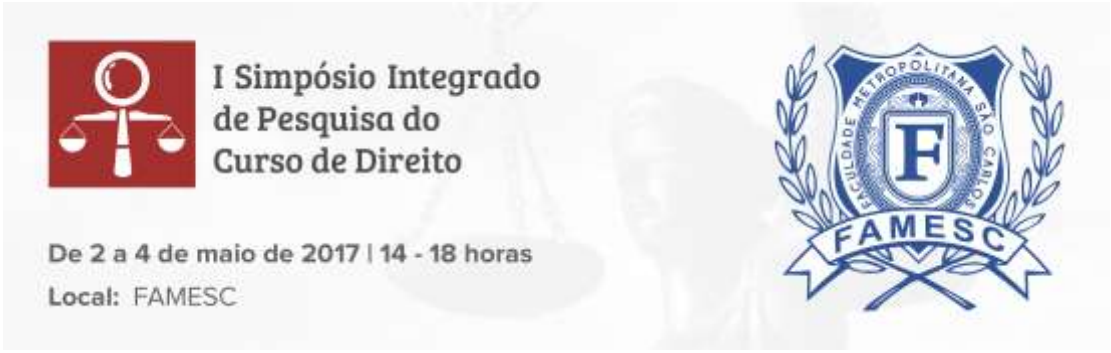
_____. **Lei Nº. 6.938, de 31 de Agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16 jan. 2017.

COUTINHO, Gilson De Azeredo. Políticas públicas e a proteção do meio ambiente. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, a. 11, n. 51, mar 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4727>. Acesso em 12 jan. 2017.

DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. **Da evolução legislativa e constitucional de proteção do bem jurídico ambiental**. Disponível em <http://www.jurisite.com.br/doutrinas/ambiental/doutamb02.html>. Acesso em 12 fev. 2017.

FARIAS, Talden Queiroz. Evolução histórica da legislação ambiental. In: **Âmbito Jurídico,** Rio Grande, a. 10, n. 39, mar 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3845>. Acesso em 12 fev. 2017.

FREITAS FILHO, Luiz Gonzaga de. **Períodos e fases do direito ambiental no Brasil.** Disponível em <https://flavionogueira.wordpress.com/meioambiente/periodos-e-fases-do-direito-ambiental-no-brasil/> Acesso em 20 fev. 2017.



GARCIA, Denise Schimitt Siqueira. Evolução legislativa do direito ambiental no Brasil. In: **Boletim Jurídico**, Uberaba, n. 752, 08 fev. 2011. Disponível em <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2172>. Acesso em 13 fev. 2017.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Políticas Públicas de Meio Ambiente.** Disponível em <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%AAnciapolitica/politicas-publicas/meio-ambiente/>. Acesso em 11 fev. 2017.

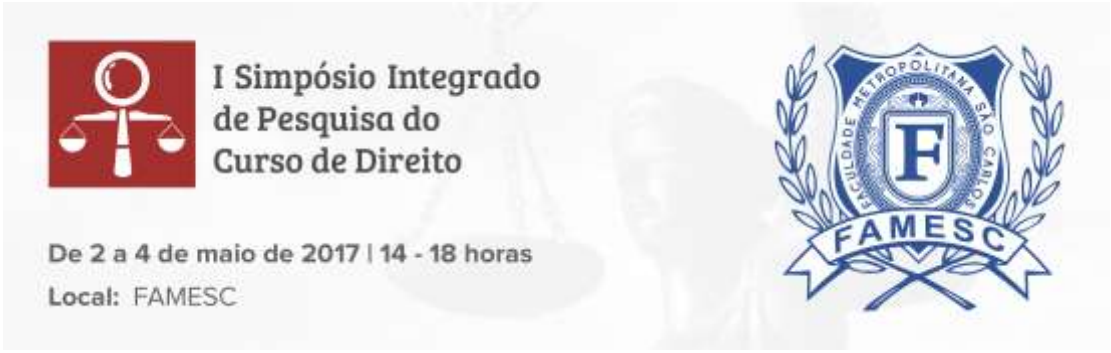
MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente.** 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004

NAZO, Georgette Nacarato; MUKAI, Toshio. O direito ambiental no Brasil: Evolução histórica e a relevância do direito internacional do meio ambiente. In: **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 224, abr.-jun. 2001, p. 117-145. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/47761/45557>. Acesso 19 mar. 2017.

OLIVEIRA, Manoel Carlos de. **Discussões sobre o conceito de meio ambiente.** Disponível em <http://ppegeo.igc.usp.br/index.php/rig/article/view/8759/8026>. Acesso em 11 fev. 2017.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental.** 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

WAINER, Ann Helen. **Legislação ambiental brasileira:** Evolução histórica do direito ambiental. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176003/000468734.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 fev. 2017.



O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL: UM REFLEXO MARCADO PELA MARGINALIZAÇÃO

AGUIAR, Camila Aparecida Teixeira de[13]
MARTINS, Tathiana Borges[14]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[15]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico visa abordar considerações acerca do tema "Favelas", de Cândido Portinari, e o direito à cidade sustentável: um exame à luz do Meio Ambiente Artificial, visando sua interpretação jurídico-artística, bem como sua classificação. Cândido Portinari foi um pintor brasileiro muito famoso, sendo conhecido pelas características de suas obras, pois retratam de maneira significativa as questões sociais do Brasil e a arte figurativa com influências do surrealismo, cubismo e da arte dos muralistas mexicanos.

O tema a respeito do desenvolvimento sustentável começa a ter relevância a partir da Conferência de Estocolmo (1972), que foi a primeira conferência internacional, realizada pela ONU para que houvesse um consenso, sobre as ações

[13]Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, camila_bji@yahoo.com.br;
[14] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taty_borges.bji@hotmail.com;
[15] Professor orientador: Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taua_verdan2@hotmail.com

do homem em relação do meio ambiente. Acentuou-se ainda mais as discussões acerca da preocupação aos recursos naturais, que ficavam mais escassos, gerando problemas nas esferas econômicas, sociais e ambientais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado

DESENVOLVIMENTO

O meio ambiente artificial, deve ser compreendido como um espaço urbano construído, ou seja, as cidades e todos seus elementos constituintes, seu espaço poderá ser fechado ou aberto, como as praças. É um patrimônio tão considerável que se determinam no ramo do Direito Ambiental, como também no ramo do Direito Urbanístico. O ambiente urbano é tutelado não como um todo, mas sim por meio de seus elementos. Uma série de legislações incide sobre esse ambiente artificial, na esfera federal destaca-se a Constituição Federal, a Lei 10.257/200, a Lei 6.766/79. As favelas por estarem introduzidas no interior de muitas cidades brasileiras, podem ser vistas como um patrimônio jurídico, que passa a ser dotado como um bem ambiental, passando a ser classificadas como bairros. Segundo Celso Fiorillo:

> Como bairros que são, as favelas têm no âmbito jurídico uma série de interesses específicos; referidos interesses, conforme indica o art. 29, XIII, da Constituição Federal, asseguram a prerrogativa de a comunidade (pessoas integrantes de determinado bairro) tutelar direitos não só por meio da denominada iniciativa popular, visando projetos de lei específicos, observando-se a manifestação de, pelo menos, 5% do eleitorado (a exemplo do Município e da cidade), como mediante as ações ambientes destinadas à tutela do meio ambiente artificial sempre que ocorrer, [...], lesão ou ameaça ao piso vital mínimo observado concretamente em face de diferentes hipóteses encontradas no território brasileiro". (FIORILLO,2012, p. 597)

Cabe à esfera do Poder público ser o responsável por todos os elementos que integram o meio ambiente, atuando como um defensor desse bem. No sentido de resguardar, zelando para que o mesmo mantenha-se intacto. Neste sentido, dispõe o artigo 225 da Constituição Federal que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 1988).

Sobre o início da urbanização brasileira ressalta-se Maricato (2011, p. 17) meio em que realizavam-se obras de saneamento básico para a eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. Pode-se evidenciar sobre esse aspecto que a população que não tinha o perfil para o movimentar o mercado capitalista era expulsa para os morros e franjas da cidade, devido à falta de meios apropriados para arranjar e acompanhar o crescimento urbano. De maneira geral, o conceito que se tem sobre as favelas

ainda é baseada no preconceito, pois é um reflexo de vários fatores. É o que elenca Alba Zaluar e Marcos Altivo, conforme escólio reproduzido:

> A favela ficou registrada oficialmente como a área de habitações irregularmente construídas, sem arrumamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultou da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser erradicado, pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade[...]" (ZALUAR; ALTIVO, 2004, p.7)

Segundo o magistério de Fiorillo (2014, p. 50), "constata-se que os recursos ambientais não são inesgotáveis, tornando-se inadmissível que as atividades econômicas desenvolvam- se alheias a esse fato". Conforme o entendimento de Carla Canepa (2007), o conceito de desenvolvimento sustentável não está devidamente delimitado e é alvo de grandes discussões teórico-políticas, não é um simples estado estático, mas deve existir a harmonização da exploração de recursos, orientação do desenvolvimento tecnológico, gerenciamento de investimentos e mudanças institucionais.

No art.182 da Constituição Federal é assegurada a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. No Brasil, o meio ambiente é tutelado simultaneamente nas esferas civil, administrativa e criminal, conforme previsto no artigo 225, §3º, da CF/88, inexistindo bis in idem, uma vez que essas esferas são independentes (AMADO, 2014, p.714). Por ser o meio ambiente de extrema relevância para a sociedade, atribuiu-se ao Estado

a titularidade para agir em prol de sua tutela, sem a necessidade de manifestação de qualquer pessoa, bastando, para tanto, o preenchimento das condições da ação e dos pressupostos processuais de existência e validade (FIORILLO, 2012, p.79).

Qualquer cidadão poderá levar ao conhecimento do Ministério Público a incidência de alguma infração ambiental. Busca-se por meio do direito penal, penalizar os infratores que vierem causar danos à flora e a fauna brasileira. O meio ambiente humano ou artificial como salienta Fiorillo, encontra-se demarcado no espaço urbano como um conjunto de edificações, que designa a um espaço urbano fechado e com equipamentos públicos, denominado espaço urbano aberto. Portanto, o diz respeito ao meio ambiente artificial, refere-se aquilo construído pelo homem com as ruas, praças e áreas verdes.

DISCUSSÃO

Atualmente, cabe ainda considerar a lei 10.257/01, conhecida como Estatuto da Cidade, como norma fundamental do meio ambiente artificial. A Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n. 6.766/79) "tem por finalidade disciplinar a ocupação das áreas urbanas, a fim de dar cumprimento às funções sociais da cidade, ordenando adequadamente os espaços de ocupação, de lazer e áreas verdes" (SIRVINSKAS, 2003, p. 285). Ela estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto na Lei às peculiaridades regionais e locais (artigo 1º, parágrafo único).

Figura 01. Favelas de Cândido Torquato Portinari (1957). Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#/pagina/candido-portinari/apresentacao>. Acesso em 04 abr. 2017.

O meio ambiente defendido pela Constituição Federal não se limita apenas ao meio ambiente natural, pois abrange outros bens jurídicos tutelados. Dentre as obras de Cândido Portinari, em especial seu quadro Favelas, é retratado a questão social voltada às camadas populares de baixa renda que, por falta de políticas públicas são levados a morar nos morros constituindo as favelas. Para tornar possível o desenvolvimento de políticas ambientais impreteríveis a proteção do meio ambiente, conforme descritas na Constituição Federal, é importante assegurar também, os princípios ambientais citados em leis. O resultado dessas medidas, culminam na preservação do meio ambiente, nos quais necessitam de

uma maior articulação, com os demais princípios que orientam o Direito Ambiental.

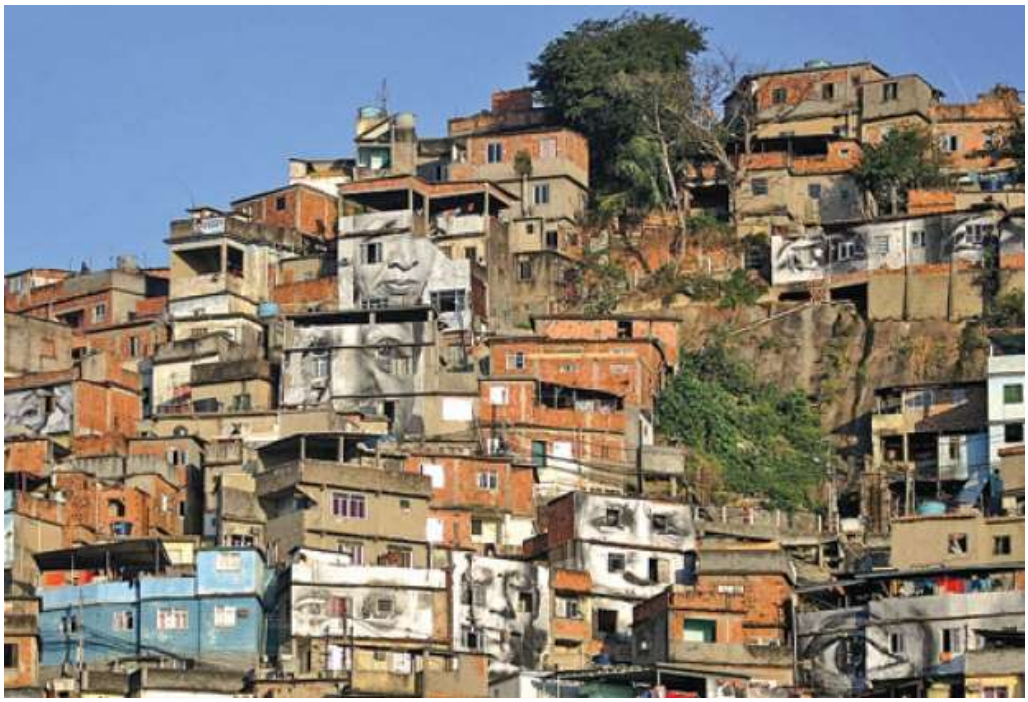


Figura 02. Favela da Rocinha situada na Zona Sul do Rio de Janeiro. Foto de Ricardo Moraes (2009). Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/brasil/expans%C3%A3o-de-favelas-equivale-ao-bairro-de-ipanema-inteiro-1.244598>. Acesso em 04 abr. 2017.

No Brasil, muitas favelas foram urbanizadas, mas ainda não estão regularizadas, configurando verdadeiras cidades oficiosas dentro dos núcleos urbanos oficiais. Ora, a situação tende a se agravar quando se denota que o processo de favelização de áreas periféricas advém da ausência de planejamento urbanístico. Neste sentido, torna relevante salientar o magistério de Arbos:

> Atualmente, muitas foram urbanizadas, mas ainda não regularizadas, o que faz substituir a mesma precariedade de outrora. Esta política, além

> de contribuir para que a favela se tornasse um espaço ao mesmo tempo marginal e estruturante da paisagem urbana da cidade, provocou uma espécie de vácuo jurídico que relativizou a influência do estado nas favelas. Estas de desenvolveram à margem da legislação e não encontraram um respaldo jurídico que as reconhecesse como parte integrante da cidade. Sendo o ambiente jurídico plural e complexo, cabe ao direito não negar as formas distintas de regulação no interior das favelas, nem ceder diante delas. (ARBOS, 1995, p.240)

A solidificação das favelas, como parte constituinte da cidade, passa por um novo ajuste sócio-político, que reconhece suas particularidades e aprofunde e aplique o novo paradigma urbanístico instalado pela CF/88, que almeja assegurar o acesso à moradia e à cidade a uma população historicamente excluída, de modo que o espaço urbano não seja meramente um dispositivo para a reprodução do capital. Ora, reclama-se a observância do ideário de cidades sustentáveis e do direito à cidade como paradigma para o desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira, tem se caracterizado por alguns elementos culturais como o desenvolvimento em ritmo acelerado, repentino e com grandes transformações tecnológicas. A urbanização é um processo de desenvolvimento da vida moderna, que se deu em face aos processos de degradação ambiental. A defesa da construção de uma ética urbana se fundamenta na justiça social, cidadã e a prática de políticas públicas mais eficazes. Assim, é necessário que se prevaleça os direitos humanos fundamentais, que garanta a eficácia do princípio da dignidade da pessoa humana.

Com o passar dos anos, a atuação do Ministério Público nos casos referente à guarda do meio ambiente se torna mais efetiva, por fazer parte de um conjunto de normas jurídicas, atribuindo os instrumentos e a função de proteção ambiental. Em síntese, espera-se para gerações atuais e vindouras a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de modo que as leis constitucionais sejam cumpridas, em face dessas garantias previstas na Carta Maior.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico Augusto di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ARBOS, X. **Le droit non étatique dans la régulation sociale**. in MIAILLE, M., (org), La régulation entre droit et politique, Paris, l'Harmattan, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 01 abr. 2016.

_____. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parecer do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm> Acesso em 04 abr. 2017.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 04 abr. 2017.

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis**: o Município como Lócus da Sustentabilidade. São Paulo: RCS editora, 2007.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARICATO. Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

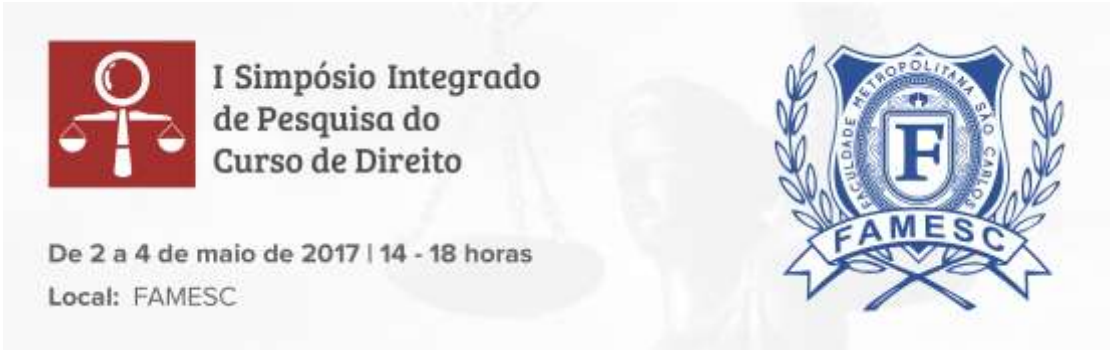
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo de 1972**. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 04 abr. 2017.

O TEMPO BRASIL. **Expansão de favelas equivale ao bairro de Ipanema inteiro** Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/brasil/expans%C3%A3o-de-favelas-equivale-ao-bairro-de-ipanema-inteiro-1.244598 >. Acesso em 04 abr. 2017.

PORTINARI, Cândido. **Projeto Portinari**. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#/pagina/candido-portinari/apresentacao>. Acesso em 01 abr. 2017.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 2 ed. São Paulo, Saraiva: 2003.

ZALUAR, Alba e Altivo, Marcos. **Um Século de Favela**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.



UMA ANÁLISE DA LIBERDADE SEXUAL Á LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

SOARES, Geney[16]
PRALON, Sergio Alves[17]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[18]

INTRODUÇÃO

Na visão da sociedade, o casamento somente ocorria entre pessoas do sexo oposto, ou seja, do homem e mulher, tendo em vista que a família, a Igreja e o Estado só reconheciam a união familiar do cidadão que se casava na igreja para ser abençoado por Deus e ter o consentimento dos homens. Com o decorrer do passar dos anos, o princípio da dignidade da pessoa humana passou a se desenvolver um objetivo de assegura todo o cidadão o direito de ter uma vida digna sem qualquer forma de descriminação tendo todo o direito a segurados pelos tratados internacionais e Constituição Federal de 1988podendo o cidadão usufruir livremente sua vida podendo casa com qualquer pessoa independente de sua sexualidade e ainda ser senhor de si.

[16] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Boa Jesus do Itabapoana, geneysoares@hotmail.com
[17] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana – pralonsergio@hotmail.com;
[18] Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taua_verdan2@hotmail.com

A Declaração Universal dos Direitos Humanos teve como objetivo principal as liberdades individuais a todas as pessoas independente da sua sexualidade. O artigo 16º, todos que tiverem idade núbil, seja homem ou mulher, têm direito de se casar, construir sua família sem restrição de raça, nacionalidade ou religião. Ora, o caso em tela afirma que o homem e mulher podem se casar com qualquer pessoa, tendo este artigo 16 afirmado que não precisa se realmente do mesmo sexo para se casar.

Tendo o direito fundamental da liberdade e igualdade de escolha sobre seu pensamento e podendo escolher o quer ser, o que fazer com sua liberdade sexual da sua própria vida, sem qualquer distinção de cor, raça, religião e sexo. A Constituição Federal de 1988 teve o cuidado de proteger os direitos fundamentais da liberdade e de igualdade, dando, a todos os cidadãos, o direito de suas escolhas independentemente de cor, raça e sexo que tem previsão legal no artigo 3°, inciso IV, isso mostra que os tempos vêm florindo para respeita os direitos adquiridos.

METODOLOGIA

O presente assentou-se na utilização da revisão de literatura, com consultas a artigos e a legislação específica sobre a temática eleita, bem como emprego da internet para auxiliar nas reflexões propostas.

DESENVOLVIMENTO

A família passou por várias mudanças na sua base, que dizia respeito à forma como era administrada pelo seu provedor que tinha sobre o controle absoluto sobre a esposa e os filhos. Com as mudanças sociais e fundamentais, o pai abandonou o status de ser o único provedor da sua casa e o único que dava a palavra final, passando a coexistir com as escolhas de sua esposa e filhos. Ao lado disso, as mudanças supramencionadas passaram a conferir maior ênfase ao laço afetivo e abandonando o cunho essencialmente patrimonial que a família concentrava demostrando maior valorização ao indivíduo.

A sociedade vem prosperando ao longo do tempo, tendo seus valores previstos nos seios da legislação da Constituição Federal de 1988, tendo amparos legais e realmente de fatos na Declaração de Direito Humana, que visa combater qualquer forma de descriminação da desigualdade da pessoa humana, sendo vetada qualquer forma de vexame contra qualquer pessoa seja de cor, idade e sexo, estes princípios legais tem amparo legal de proteger todas as formas de constrangimentos da dignidade da pessoa humana. O direito da dignidade da pessoa humana tem como fundamento um Estado Democrático de Direito visa garantir o direito fundamental de todos os seres pessoas Humana.

Neste sentido, Pedro Lenza (2010) manifesta-se favorável ao reconhecimento das relações homossexuais em relação a entidade família. Parece, então, que a união homoafetiva, á luz do princípio da dignidade da pessoa humana, artigo 1°, III, regra-matriz dos direitos fundamentais, do direito á intimidade artigo 5°, XI, da não discriminação, enquanto objetivo fundamental do

Estado artigo 3°, IV, da igualdade em relação ao tratamento dado á união estável entre um homem e uma mulher artigo 5°, caput, será considerada como entidade família e, assim, ter o tratamento e proteção especial por parte do Estado, exatamente comovem sendo conferido á união estável entre um homem e uma mulher. (LENZA, 2010, p. 952)

A dignidade do ser humano tem por finalidade evitar qualquer tipo de agressão a pessoa humana seja de cor, sexo ou de origem, tem por objetivo de defender os que sobre agressão na virtude de sua opção seja religiosa entre outras. O Estado tem que entender que eles fazem leis não é donos do corpo do seres humanos tem apenas o dever de aplicar deforma correta as leis aprovas e não procura ser detentor do corpo humano.

A liberdade individual tendo sua intimidade no exercício de suas escolhas de sua vida partícula poderá ser realizada sem interferência do Estado, tendo o individuo o direito de utilizar seu corpo da maneira que quiser sem a menor preocupação de que as pessoas pensam ou Estado pensa. Se própria Constituição Federal de 1988, no ensina que o texto da carta magna aplicou o principio da liberdade e igualdade, devendo ambos ser respeitado este principio constitucional que pode ser aplicado ambos sem qualquer distinção, neste sentido ambos são detentor de direito de fato.

No mesmo sentido, Declaração de Direitos Humana estabelece que toda pessoa tenha o direitos e liberdade, sem qualquer forma de opressão, sendo qualquer forma de humilhação e distinção de sua preferência de sexo, cor, religião, nota se que o tratado faz coro com a Constituição Federal 1988, tendo este direito amparado legalmente. Sendo que cada pessoa vivem livremente para poder

escolher o seu exercício da sua sexualidade, tendo seus direitos elencados e previsto na liberdade e dignidade da pessoa humana sem qualquer interferência do Estado perante seu corpo, tendo este principio protegido sem qualquer ameaça prevista.

DISCUSSÃO

Mesmo transcrito na Constituição Federal de 1988, e no tratado que versa sobre o Direito Humano que da garantia da dignidade da pessoa humana sem qualquer distinção seja de cor, ração, idade e sexo o Estado tem interferindo na vida do cidadão, seja em relação do casamento e de sua opção sexual, não restando qualquer duvida de fato que o Estado Democrático de Direito ainda se acha proprietário dos seres humanos no qual dita às leis. Ficando aqui bem claro que Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, já resguardou tais direitos no artigo 2°, que afirma que toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos, sem distinção de qualquer espécie, seja raça, cor, sexo, língua, religião, seja de origem nacional ou social, artigo 7°, todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igualdade de proteção da lei, tendo total proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração Universal dos Direitos Humano.

No mesmo sentido a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, IV, a firma que promovera o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer formas de discriminação, novamente esta afirmação no artigo 5°, a firma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, seja

brasileiro e estrangeiro tendo que se respeita a inviabilidade do direito a vida, á liberdade, á igualdade.

À luz do direito da Declaração Universal dos Direito Humanos de 1948 e da Constituição Federal de 1988, não resta à menor sombra de duvida que o Estado Democrático de Direito vem violando os tratados internacionais, já determinava que se respeitasse o direito a dignidade da pessoa humana seja ela pessoa de cor, ração, idade ou sua opção sexual. Para ter o direito respeitado tem que implora ao Superior Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e juntamente com Conselho Nacional de Justiça que precisa da decisão sobe o direito da dignidade da pessoa humana, sendo que todo já se encontra amparados no tratado internacional e Constituição Federal de 1988. Isso prova que o Estado só aprova leis para poder controla o pensamento do cidadão, não resta menor duvida que a dignidade da pessoa humana passe longe, que deviria ser o primeiro da respeita e não fazendo o cidadão de fantoche, quem tem direitos são o cidadão de fazer da sua vida o que bem tendentes em intervenção deste.

.

CONCLUSÃO

O direito da dignidade humana e independente de sexo, cor, idade, visa o respeita aos diretos já adquirido e previstos legalmente, já protegido na Constituição Federal de 1988,tendo a Declaração de Direito Humano já previsto que todas as pessoas são livres para decidir sobre sua vida, tendo o mesmo amparado à dignidade da pessoa humana de forma que o Estado não possa intervi no seu direito de utilizar seu corpo do jeito que acha melhor ,vale aqui afirma que

o Estado tem o direito de legisla as leis aprovada não interferir na vida partícula do ser humana.

O direito a opção sexual à luz da dignidade da pessoa humana e um direito que visa ela escolher de que forma poderá viver ou utilizar seu corpo independente de sua opção, cediço que se vive num país democrático que não a espaço para pensamento autoritário e muito menos um Estado que se acha no direito de ter o controle da vida ou da dignidade humana em suas mão, lamentavelmente em pleno século vinte um ainda a pessoas que se acha proprietário do corpo humano, sem o menor respeito a vida alei ou as leis já elaborada. Sendo imprescindível que o Estado Democrático de Direito seja o primeiro a respeita a dignidade da pessoa humana não fazendo deste tema uma escravatura de ditadura.

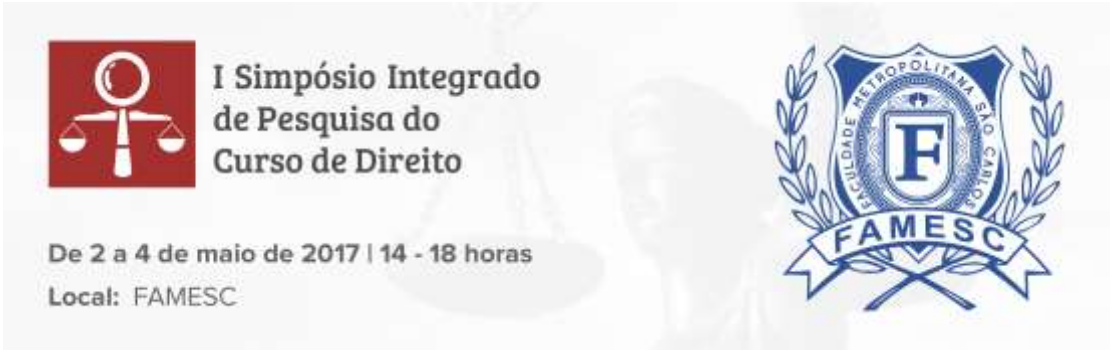
A opção da sexualidade da pessoa diz respeito a ela não ao Estado que visa controlar quietamente a opção da pessoa, o Estado Democrático de Direito tem a finalidade de procura fazer valer as leis dando amparo a esta pessoa tendo já garantido o direito de viverem livre de forma que possa utilizar seu corpo sem qualquer forma de opressão, seja pelo Estado ou pessoas que se acham acima de todos ou de tudo. O país ainda está longe de respeita a dignidade da pessoa humana, mesmo amparo pela Constituição Federal de 1988 e a Declaração dos Direitos Humanos, tendo em vista que mesmo editadas as leis elas não torna os efeitos imediatos quando se fala sobre a liberdade de sexualidade tendo o próprio Estado o primeiro a desrespeita o direito à liberdade e dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 22 abr. 2017.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 14. ed.São Paulo: Saraiva, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em 22 abr. 2017.



"ÊXODO" E "ETERNOS CAMINHANTES" DE LASAR SEGALL E A QUESTÃO DOS REFUGIADOS

CARDOSO, Luana Barroso[19]
SANTOS, Thalia Machado dos[20]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[21]

INTRODUÇÃO

A questão dos refugiados existe a milhares de anos. Desde sempre, ouve-se falar em guerras, conflitos, perseguições religiosas e políticas na história de diversos povos, e que desses povos saíram muitos refugiados e deslocados que emigraram para outros países em várias épocas da humanidade. Porém, quem são os refugiados e deslocados? E qual a diferença entre os imigrantes? (MILESI, 2013, p. 13). A definição de refugiados pode variar muito dependendo do lugar ou tempo, mas com a situação se tornando tão frequente, um consenso foi tomado, como um termo geral, definido na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados

[19] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, luanabarrosoc@hotmail.com;
[20] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, thaliamachado49@gmail.com;
[21] Professor Orientador. doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taua_verdan2@hotmail.com

das Nações Unidas – 1951 (A Convenção dos Refugiados), um refugiado é toda pessoa que: (OLIVEIRA, 2012)

"Devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a determinado grupo social e por suas opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, por causa dos ditos temores, não queira recorrer a proteção de tal país" (CONVENÇÃO DOS REFUGIADOS, 1951). Todavia existe também outra categoria de refugiados, que são aqueles indivíduos que são forçados a fugirem do país por razões semelhantes e não conseguem cruzar nenhuma fronteira Internacional, ficando conhecidos assim com deslocados internos ou aqueles que saem dos seus países somente por questões financeiras, que são os imigrantes. (OLIVEIRA, 2012)

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O dilema dos refugiados existe já a algum tempo, mas o século atual está entre um dos maiores contingentes de refugiados da humanidade. Um marco histórico que causa grande polêmica até os dias atuais é a questão do holocausto, na qual Adolf

Hitler chegou ao poder em um momento em que o desprezo aos judeus estava grande e ele defendendo uma raça ariana (pura) canalizou esse ódio em uma plano de extermínio aos judeus. Boa parte desse povo foi colocado em campos de concentração em condições de desprezo, enquanto outros tentavam se refugiar para outros países. (SEVERO, 2006)

Aproximadamente 254 morreram durante a Segunda Guerra Mundial, a maioria em campos de concentração; outros saíam como refugiados em embarcações, desesperados para escapar da Alemanha nazista, como, por exemplo, os 937 passageiros do S.S. St. Louis, quase todos refugiados judeus, que não encontraram abrigo nem em Cuba nem nos Estados Unidos, pois os lugares eram alimentados pelo antissemitismo, xenofobia, nativismo e isolacionismo, além de verem nesses refugiados comunistas infiltrados, assim como as não aceitações e manifestações eram grandes esses foram forçados ao retorno à Europa. (DN, 2017, s.p)

Atualmente, o número de refugiados cresce de maneira exacerbada como resultado, principalmente, dos graves conflitos militares e religiosos que acontecem nos países. O maior grupo desses indivíduos são de sírios, que buscam um lugar mais seguro para viverem; os afegãos e eritreus vêm logo em seguida em busca de escapar da pobreza e violação aos direitos que têm, além dos povos da Nigéria, Kosovo e outros. (IG SÃO PAULO, 2015, s.p.)

Calcula-se que em 2015 mais de 300 mil pessoas tenham cruzado de forma ilegal o mar para chegar ao continente Europeu, em diversas vezes em embarcações precárias, correndo risco de vida e ainda pertencendo a traficantes de pessoas que fazem desse transporte algo lucrativo. (DE MORAIS; BLUME, 2015)

Os países que mais abrigam os refugiados no mundo são: Paquistão, Líbano, Irã, Turquia e Jordânia. Na Europa, a questão nem é a capacidade e sim um desafio político que requer uma liderança política que trace estratégias para a absorção desses refugiados. (PEROSA, 2015). O continente europeu vivencia um período de grande crise econômica, o que torna essa questão de receber essas pessoas estrangeiras ainda mais complicada, gerando até uma certa xenofobia, que é um preconceito e discriminação com pessoas de outras culturas e raças que pode desenvolver até sentimentos de desprezo e ódio. (EL PAÍS, 2017, s.p)

Já o Brasil segue a Convenção de 1951 e é considerado pelo ACNUR como um pioneiro na proteção internacional dos refugiados, com cerca de 8 mil em seu território; na legislação interna, segue-se a Lei 9.747, de 1997, que garante aos refugiados os mesmos direitos que qualquer estrangeiro no país. Além de que o país possui programas de reassentamento aos refugiados que possuem maior vulnerabilidade, e está prevendo planos para os sírios que chegam no país, como, o cadastramento de algumas famílias sírias no programa do Bolsa Família. (MORAIS; BLUME, 2015)

DISCUSSÃO

Como representação desse cenário dos refugiados, tem-se Lasar Segall uns dos ícones do modernismo brasileiro; pintor, gravador, escultor, desenhista e de origem judaica, que relatava em suas obras sobre diversos temas que se observava no âmbito social da época. E em um dos seus quadros, "Eternos Caminhantes", retratava um grupo de andantes, cansados e infelizes, fazendo referência ao êxodo

e a perseguição aos judeus na época da Segunda Guerra Mundial como já exposto acima no trabalho. (VOLTARELLI, 2013). Assim também foi com a obra "Êxodo", que tenta mostrar o sofrimento desses refugiados; o medo com que eles convivem, a falta de apoio, a incerteza do futuro que os espera e o desespero de ver a morte tão perto.

Figura 1. "Êxodo" (1949) de Lasar Segall. Museu Lasar Segall, São Paulo.

Pelo o aumento do número de refugiados e diversos outros fatores, foi convocada uma Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas para redigir uma Convenção sobre o Estatuto dos refugiados, sendo adotado em 28 de julho de

1951, entrando em vigor em abril de 1954. Tal Convenção fixa instrumentos legais internacionais relacionados aos refugiados e oferece codificação dos direitos desses a nível Internacional, estabelecendo padrões básicos de tratamento aos refugiados. Por exemplo, assegura o princípio de non-refoulement ("não-devolução"), na qual nenhum país deve expulsar ou devolver um refugiado. (ACNUR, s.d, s.p). Todavia com a nova conjuntura desses conflitos e perseguições, tornou-se necessário providências novas, assim sendo criado um protocolo na Resolução 2198 (XXI) de 16 de dezembro de 1966, em vigor em 1967, que solicitava promover instrumentos internacionais para a proteção dos refugiados e supervisionar essa aplicação. (ACNUR, s.d, s.p)

Figura 2. "Eternos Caminhantes" (1919) de Lasar Segall. Museu Lasar Segall, São Paulo.

De acordo com a ONU o número de pessoas forçadas a sair de suas casas e países passou de 50 milhões em 2013, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. (FOULKES, 2014), o que deixa evidente a preocupação para que seja destinadas a eles seus direitos. Um refugiado tem direito a um asilo seguro, de gozar dos mesmos direitos e assistências básicas de qualquer outro estrangeiro, de direitos civis, como: liberdade de pensamento e liberdade de deslocamento; além de direitos econômicos e sociais que se aplicam a outros indivíduos, tendo acesso a assistência médica, ao trabalho e a escolaridade; em contrapartida eles possuem o dever de respeitar as leis e as obrigações dos países que os acolham. Porém, se estas demandas não forem concretizadas pelos recursos disponíveis dos países de acolhida, o ACNUR deve oferecer essa assistência básica proporcionando alimentação, materiais, donativos financeiros e dispositivos para a garantia de uma boa dignidade humana. (ACNUR, s.d, s.p)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o trânsito de pessoas fugindo de guerras, pobreza, desastres naturais e condições precárias vêm crescendo de maneira exacerbada nos últimos anos. E esses refugiados se veem em situação de difícil adaptação, o que é contraditório em um mundo que derrubou barreiras para a livre circulação de capital e de informação, mas está construindo muros entre fronteiras e regiões. (PEROSA, 2015)

Isto posto, o maior obstáculo de alguns países é a unidade entre eles para que consigam controlar o trânsito de refugiados e organizar os pleitos de asilo.

(PEROSA, 2015). Sendo assim, é necessário uma maior preocupação com o recebimento desses refugiados nos países e a garantia de acolhimento e estabilidade desses que sofrem tanto com os acontecimentos nos seus países de origem quanto com a travessia até chegar em um território de esperança; e além de tentar estabelecer direitos fundamentais a todos eles e não promover xenofobia, é interessante que doações sejam feitas ao ACNUR que é um dos principais órgãos globais destinados aos refugiados para que esses consigam uma qualidade melhor de vida e não um fim tão trágico como o do menino sírio, Aylan Kurdi, de 3 anos, que foi encontrado morto em praia turca por naufrágio com outros refugiados que chocou toda a população mundial.

REFEÊNCIAS

ACNUR. O que é a Convenção de 1951? **ACNUR** (agência da ONU para refugiados): portal eletrônico de notícias, 2001-2016. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. Quais são os direitos de um refugiado?. **ACNUR (agência da ONU para refugiados):** portal eletrônico de notícias, 2001-2016. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 04 abr. 2017.

A história do navio de refugiados judeus que ninguém quis: 254 morreram no Holocausto. **DN:** portal eletrônico de notícias, 29 jan. 2017. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/a-historia-do-navio-de-refugiados-judeus-que-ninguem-quis-254-morreram-no-holocausto-5635401.html>. Acesso em: 04 abr. 2017.

BRASIL. **Convenção dos Refugiados**,1951. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50215.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

FOULKES, Imogen. ONU: número de refugiados é o maior desde a Segunda Guerra Mundial. **BBC:** portal eletrônico de notícias, 20 jun. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140619_refugiados_entrevista_hb>. Acesso em: 04 abr. 2017.

FRACASSO do plano de refugiados. **EL PAÍS:** portal eletrônico de notícias, 29 mar. 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/28/opinion/1490720148_315106.html>. Acesso em: 04 abr. 2017.

MILESI, Rosita. **Refugiados:** realidade e perspectiva. São Paulo: Editora Loyola, 2003.

MORAIS, Renata Cabrera de; BLUME, Bruno André. O Brasil e a crise de refugiados. **Politize!**: portal eletrônico de notícias, 20 out. 2015. Disponível em: <http://www.politize.com.br/o-brasil-e-a-crise-de-refugiados/>. Acesso em: 04 abr. 2017.

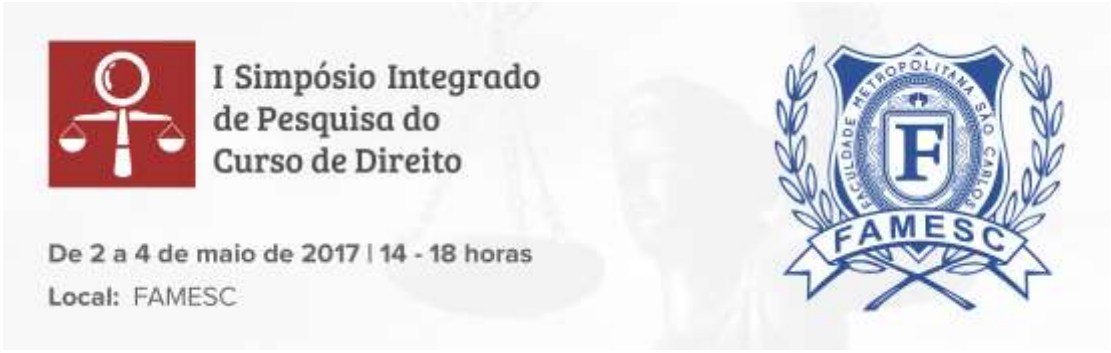
OLIVEIRA, Ariadna de. **A questão dos refugiados no mundo. Impacto publicações:** portal eletrônico de notícias**, 22 out. 2012. Disponível em: <**https://www.revistaimpacto.com.br/a-questao-dos-refugiados-no-mundo/>. Acesso em: 04 abr. 2017.

PEROSA, Teresa. Seis perguntas para entender a crise humanitária de refugiados na Europa. **Época**: portal eletrônico de notícias, 4 set. 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/09/seis-perguntas-para-entender-crise-humanitaria-de-refugiados-na-europa.html>. Acesso em: 04 abr. 2017.

QUEM são, por que e de onde saem os refugiados que entram na Europa?. **IG:** portal eletrônico de notícias, 06 set. 2015. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2015-09-06/quem-sao-por-que-e-de-onde-saem-os-refugiados-que-entram-na-europa.html>. Acesso em: 04 abr. 2017.

SEVERO, Julio. **O holocausto dos judeus**. Disponível em: <http://juliosevero.blogspot.com.br/2006/01/o-holocausto-dos-judeus.html>. Acesso em: 04 abr. 2017.

VOLTARELLI, Maura. **Lasar Segall:** o artista cromático e social. 18 mai. 2013. Disponível em: <https://glaucocortez.wordpress.com/2013/05/18/lasar-segall-o-artista-cromatico-e-social/>. Acesso em: 04 abr. 2017**.**



A SUPERAÇÃO TRADICIONAL DO "MEIO AMBIENTE": O RECONHECIMENTO DO MEIO AMBIENTE DIGITAL À LUZ DAS EVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

MENDES, Shamantta de Paula[22]
OLIVEIRA, Luciano Silva da Veiga[23]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[24]

INTRODUÇÃO

Inicialmente o presente resumo leva a reflexão e análise acerca da proposição colocada em tela. Vislumbra-se que as inovações tecnológicas cresceram nos últimos anos e é notório que a constitucionalização do meio ambiente no Brasil tem se viabilizado um grande salto, no que concerne, especificamente, às normas de proteção ambiental. Isso é decorrente de que os consectários e princípios norteadores só foram alcançados ao patamar constitucional e dos direitos fundamentais constituintes alicerçadas nos aspectos modificadores que compuseram sua estruturação, alheios às necessidades e diversidades sociais, nos quais influenciaram os Ordenamentos Jurídicos. Torna-se

[22] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: shamanttadepaula@hotmail.com;
[23] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: lucianodjsilv@gmail.com;
[24] Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista Lato Sensu em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: taua_verdan2@hotmail.com

imperioso destacar tal premissa por meio do prisma de avaliação, pois, em que está a sociedade está o direito, em que está o direito está a sociedade. Vale lembrar que, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tornou-se o pilar central de sustentação do Ordenamento Jurídico Brasileiro até os dias vindouros.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir do tema proposto em tela, utilizaram-se os meios disponíveis da internet, revistas e publicações de artigos científicos que discorrem sobre o assunto. Partindo desta premissa, pode-se criar o resumo expandido, foram fundamentais para absorver e explanar tal conhecimento sobre o que foi exposto. Como métodos foram feitos resumos e comparativos de vários estudiosos até que estes pesquisadores pudessem tirar suas próprias experiências pessoais intelectuais indispensáveis sobre enunciado.

DESENVOLVIMENTO

Os aspectos preliminares a respeito da superação tradicional do "meio ambiente" o reconhecimento do meio ambiente digital à luz das evoluções tecnológicas está apresentado no Ordenamento Jurídico pelo inciso I do artigo 3º da Lei Nº. 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências,

salienta que o meio ambiente consiste no conjunto e conjunto de condições, leis e influências de ordem química, física e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. (Lei Nº. 6.938, de 31 de Agosto de 1981). Pode-se verificar que o meio ambiente é um complexo conjunto de fatores abióticos, de ordem química, física e biótica, nas mais variadas formas dos seres viventes.

Considera-se meio ambiente como a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. (SILVA, 2009, p.20). Destaca-se, ainda, que tal discurso se assenta em um ideal jurídico indeterminado, o que levará aos interpretes das leis, na promoção de seu preenchimento dado a fluidez do tema. O Ministro Luiz Fux, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade N°. 4.029/AM, salientou, com bastante pertinência, que:

> (...) o meio ambiente é um conceito hoje geminado com o de saúde pública, saúde de cada indivíduo, sadia qualidade de vida, diz a Constituição, é por isso que estou falando de saúde, e hoje todos nós sabemos que ele é imbricado, é conceitualmente geminado com o próprio desenvolvimento. Se antes nós dizíamos que o meio ambiente é compatível com o desenvolvimento, hoje nós dizemos, a partir da Constituição, tecnicamente, que não pode haver desenvolvimento senão com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. A geminação do conceito me parece de rigor técnico, porque salta da própria Constituição Federal. (Supremo Tribunal Federal. Acórdão proferido em Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 4.029/AM).

Com a constitucionalização do meio ambiente no Brasil viabilizou de certa forma um salto qualitativo, no que se refere às normas de proteção ambiental decorrente dos consectários e princípios norteadores só foram alcançados ao

patamar constitucional e dos direitos fundamentais constituintes alicerçadas nos aspectos modificadores que compuseram sua estruturação, alheios às necessidades e diversidades sociais, nos quais influenciaram os Ordenamentos Jurídicos. Coube ao Constituinte após gravar na Carta Política Brasileira, ecoando os valores dos direitos de terceira grandeza, inscrever na redação do artigo 225, concedendo amplo e robusto respaldo ao meio ambiente, e com isso tornando-o integrante dos direitos fundamentais. "Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as normas de proteção ambiental são alçadas à categoria de normas constitucionais, com elaboração de capítulo especialmente dedicado à proteção do meio ambiente" (THOMÉ, 2012, p. 116.).

Em decorrência de tal tratamento, o meio ambiente foi levado à condição de direito de todos, tanto presentes como as futuras gerações tornou-se algo pertencente a toda a coletividade não se admitindo o qualquer distinção entre brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro, com destaque a necessidade de preservação, conservação. O artigo 225 traça normas de cunho não só do Território Nacional, pois, devido ao cunho de direito difuso que lhe é pertinente, extrapola os limites de seus territórios compreendendo toda a humanidade. A partir desta premissa, o Ministro Celso de Mello, ao estimar a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 1.856/RJ destacou que:

> A preocupação com o meio ambiente - que hoje transcende o plano das presentes gerações, para também atuar em favor das gerações futuras [...] tem constituído, por isso mesmo, objeto de regulações normativas e de proclamações jurídicas, que, ultrapassando a província meramente doméstica do direito nacional de cada Estado soberano, projetam-se no plano das declarações internacionais, que refletem, em sua expressão

> concreta, o compromisso das Nações com o indeclinável respeito a esse direito fundamental que assiste a toda a Humanidade (Supremo Tribunal Federal. Acórdão proferido em Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 1.856/RJ).

Com base neste contexto, Coutinho define o meio ambiente digital como:

> Manifestação da criação humana e parte integrante do patrimônio imaterial, sobretudo representado pela tecnologia do espectro eletromagnético (ondas de rádio, TV, celular e internet)", deve estar a serviço do desenvolvimento sustentável e, portanto, tem que considerar o imperativo de proteção ambiental. (COUTINHO, 2014, s.p.).

Observa-se que no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, destaca para o zelo do meio ambiente para que este sempre esteja à sua disposição tantas as gerações presentes como a que estão por nascer, objetivando o reconhecimento do gênero humano e o direito fundamental a liberdade, à igualdade e a desfrutar de condições de vida adequada na incumbência tanto ao Poder Público quanto à coletividade considerada em si mesma.

É possível frisar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos traz a tona a concepção de um meio ambiente cultural como espaço apto para analisar as criações tecnológicas tendenciosas e informacionais e sua relevância nas discussões contemporâneas a respeito do desenvolvimento sustentável, buscando, dessa maneira, a preocupação ambiental no contexto da realidade atual. Neste sentido, a tutela jurídica do meio ambiente digital tem como finalidade dispensar uma proteção à cultura digital, notadamente no que se refere à tutela jurídica das formas de expressão, dos modos de criar, fazer e viver, como

também as criações científicas, artísticas e tecnológicas, realizadas com a ajuda de computadores e outros componentes eletrônicos, examinando-se o contido nas regras de comunicação social determinadas na Constituição Federal de 1988. tratam-se indiscutivelmente no século XXI de um dos mais importantes aspectos constituintes do direito ambiental brasileiro destinado às presentes e futuras gerações, a ser assegurado pela tutela jurídica do meio ambiente cultural, notadamente em razão do lacuna digital ainda existente no País.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão sobre a problemática apresentada na superação tradicional do "meio ambiente": o reconhecimento do meio ambiente digital à luz das evoluções tecnológicas nos remete a relação jurídica ambiental pois, possui características peculiares, por abranger indivíduos totalmente distintos como públicos e privados, fica esplêndido que devido aos agentes sociais a complexidade das questões ambientais contemporâneas, já que evidência o reconhecimento de que o estudo do direito ambiental abraça diferentes disciplinas para tratar de um tema comum.

Desta forma, o cenário contemporâneo fica caracterizado por uma sociedade de informação cada vez mais veloz entre os indivíduos, instituições e corporações caracterizando um novo cenário de produção de relações sociais, baseado na flexibilidade e no incentivo criativo restando de certa forma que nos campos de pesquisa é possuidor das mesmas complexidades das relações ambientais já os dois modelos necessitam da compreensão das variáveis do tipo

econômico, cultural e histórico objetivando as inter-relações global/local na observância à garantir a manutenção das diferenças no Estado Democrático de Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta feita, surge a ideia de que se faz necessário a educação ambiental sendo capaz de produzir em seus entes obrigações e deveres recíprocos, principalmente entre o Poder Público e a sociedade, pois, o desenvolvimento sustentável não deve ser encarado como uma revolução, ou seja, uma medida brusca que exigirá uma rápida adaptação e, sim uma medida evolutiva que aos poucos se evolui e progride a fim de interagir o progresso ao meio ambiente sem sua degradação, incluindo pessoas físicas naturais ou jurídicas, de direito público tanto internas como interno, ou mesmo de direito privado, lembrando que, com o direito difuso não subsiste a possibilidade de quantificar quantas são as pessoas atingidas, pois, a coletividade é algo indeterminável e cabe ao Público o dever de geral de se responsabilizar por todos os elementos que integram o meio ambiente na condição positiva de atuação em prol de resguardar esse bem para os cidadãos da presente e da futura geração.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 14 abr. 2017.

_____. **Lei Nº. 6.938, de 31 de Agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 14 abr. 2017.

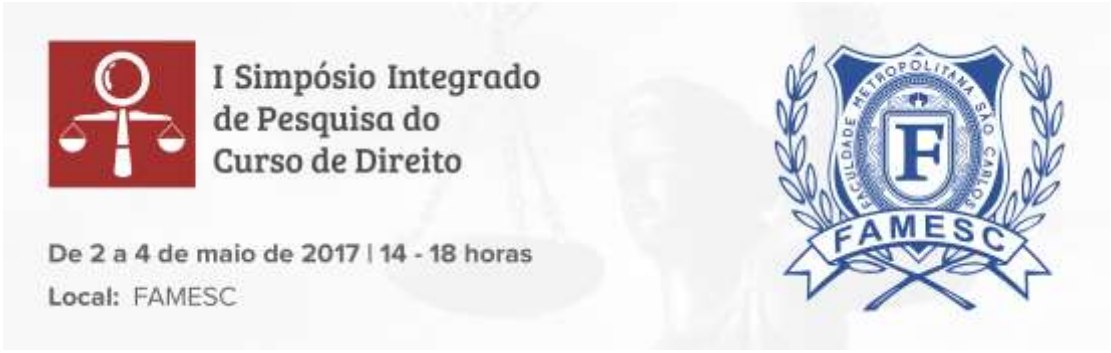
_____. **Supremo Tribunal Federal**. Acórdão proferido em Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 1.856/RJ. Ação Direta De Inconstitucionalidade - Briga de galos (Lei Fluminense Nº 2.895/98) - Legislação Estadual que, pertinente a exposições e a competições entre aves das raças combatentes, favorece essa prática criminosa - Diploma Legislativo que estimula o cometimento de atos de crueldade contra galos de briga - Crime Ambiental (Lei Nº 9.605/98, ART. 32) - Meio Ambiente - Direito à preservação de sua integridade (CF, Art. 225) - Prerrogativa qualificada por seu caráter de metaindividualidade - Direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão) que consagra o postulado da solidariedade - Proteção constitucional da fauna (CF, Art. 225, § 1º, VII) - Descaracterização da briga de galo como manifestação cultural - Reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei Estadual impugnada - Ação Direta procedente. Legislação Estadual que autoriza a realização de exposições e competições entre aves das raças combatentes - Norma que institucionaliza a prática de crueldade contra a fauna – Inconstitucionalidade. . Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Relator: Ministro Celso de Mello. Julgado em 26 mai. 2011. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 14 abr. 2017.

_____. **Supremo Tribunal Federal.** Acórdão proferido em Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 4.029/AM. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Federal Nº 11.516/07. Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Legitimidade da Associação Nacional dos Servidores do IBAMA. Entidade de Classe de Âmbito Nacional. Violação do art. 62, caput e § 9º, da Constituição. Não emissão de parecer pela Comissão Mista Parlamentar. Inconstitucionalidade dos artigos 5º, caput, e 6º, caput e parágrafos 1º e 2º, da Resolução Nº 1 de 2002 do Congresso Nacional. Modulação dos Efeitos Temporais da Nulidade (Art. 27 da Lei 9.868/99). Ação Direta Parcialmente Procedente. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Relator: Ministro Luiz Fux. Julgado em 08 mar. 2012. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 14 abr. 2017.

COUTINHO, Ricardo Silva. O meio ambiente digital e a tutela dos bens culturais. **Revista Brasileira de Meio Ambiente Digital e Sociedade da Informação**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental:** Conforme o Novo Código Florestal e a Lei Complementar 140/2011. 2 ed. Salvador: Editora ***Jus*** Podivm, 2012.



"O MASSACRE DOS INOCENTES", DE CÂNDIDO PORTINARI, À LUZ DA PROBLEMÁTICA SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

ÁVILA, Hugo Leonardo Ribeiro[25]
EGIDIO, Luciano Fortunato[26]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[27]

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz à tona a problemática que envolve a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, remetendo à ideia de fragilidade e dependência que se vinculam à situação desses menores, principalmente, aqueles oriundos de uma situação econômica mais carente. Nesse conceito, destacam-se as principais formas de transgressão aos direitos das crianças e dos adolescentes: o abandono, o descuido, desamparo, falta de compromisso, exploração, mão de obra infantil, etc.

No Brasil, deve-se levar em consideração a questão do fator violência como um fenômeno social, que aflige tanto as classes mais elevadas quanto aquelas que vivem em uma sistemática menos desfavorecida economicamente. Ressalta-se,

[25] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, hugo10leonardo@gmail.com
[26] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, fortunato.luc@gmail.com
[27] Professor orientador: Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taua_verdan2@hotmail.com

atualmente, o padrão dessa problemática que poderá ser acentuada levando-se em consideração os quesitos: idade, classe, etnia, gênero, sendo vítima ou agente da ação praticada. Todavia, é comum efetuar um paralelo entre pobreza e condições socioeconômicas, como simples pretexto de formar um perfil desigual, negando-se direitos ao esporte, educação, cultura, etc., importantes aliados no combate a esse tipo de comportamento (inverso) aos valores tradicionais. (CASTRO *et all*, 2001, p. 57) afirmam que: "Experiências que priorizam a participação dos jovens como protagonistas do seu processo de desenvolvimento veem demonstrando ser alternativas eficientes para superar a vulnerabilidade desses atores, tirando-os do ambiente de incerteza e insegurança.

Por outro lado, é de suma importância fortalecer o capital social direcionado a um eixo de políticas públicas que vislumbrem sérias alterações e mudanças sobre um novo perfil das políticas sociais. O Estado, municípios, sociedade em geral e o mercado de trabalho, desempenham relevante conceito, pragmatizado pela clara necessidade de sobrepujamento do aspecto de vulnerabilidade social. A partir da introdução, esse trabalho é caracterizado por alguns conceitos que envolvem a vulnerabilidade social e também a violência, dessa forma, tentando estabelecer parâmetros que serão disponibilizados ao longo do projeto. No segundo ponto, abordar-se-á o fato de como os países latino-americanos podem colaborar diante da violência e vulnerabilidade. Por fim, quais as prerrogativas que deverão ser apresentadas como atenuantes e suas ações ao combate da violência juvenil.

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto foi concretizado a partir da utilização de uma Obra importantíssima do célebre pintor Cândido Portinari, a tela "O Massacre dos Inocentes", de tema religioso, representando a figura humana, do conjunto série Bíblica (Rádio Tupi de São Paulo) datada do ano 1943. Além dessa memorável retrato dos Santos Inocentes, foram pesquisados e utilizados no conjunto desse trabalho, pesquisas de artigos e site.

DESENVOLVIMENTO

Como exemplo na elaboração desse projeto, trará a tona, trágicas lembranças de um dos crimes mais bárbaros ocorridos no país, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, que abalou não só os cariocas, mas o Brasil e o mundo e ficou conhecido internacionalmente por "Chacina da Candelária". Há quase 23 anos, numa madrugada fria e chuvosa do dia 23 de julho de 1993, cerca de 40 menores, dentre eles inúmeras crianças e alguns adolescentes dormiam nas cercanias da Igreja da Candelária, na região central da cidade da capital carioca, quando um grupo de homens fortemente equipados e armados com munições de grosso calibre passaram a atirar e promoveram um massacre que abalou a opinião pública, chocando o planeta (SILVEIRA; BOECKEL, 2015, s.p.).

Figura 01. O Massacre dos Inocentes de Cândido Torquato Portinari. Fonte: Projeto Portinari, 2017.

Passados mais de 20 anos desse tenebroso massacre, um dos poucos que sobreviveram a essa madrugada de horror e sangue e que vitimou 8 menores, alega sofre com inúmeros pesadelos, medo de dormir e angústia, até hoje. O carioca Wagner dos Santos, no auge de seus 21 anos de idade a época, dormia próximo à Candelária e foi brutalmente acordado durante a madrugada e jogado dentro de um veículo, sendo atingido quatro vezes por disparos ainda dentro do carro. Com ele, mais dois jovens. Os autores da chacina deixaram os três rapazes próximos ao Museu de Arte Moderna. Apenas Wagner conseguiu sobreviver entre os três. O seu depoimento foi primordial para que os envolvidos fossem devidamente identificados e, pasmem, três eram

policiais militares. A irmã de Wágner, Patrícia de Oliveira da Silva, afirma que: "O relato mais difícil dele é de quando acordou no Museu de Arte Moderna. Os outros dois meninos estavam mortos e ele achou que estava morto também. Um dos quatro tiros entrou na nuca dele e saiu pelo olho." (SILVEIRA; BOECKEL, 2015, s.p.)

Parafraseando o provérbio popular: "um raio não cai duas vezes no mesmo lugar" foi "desmentida" ao completar um ano do brutal ataque, quando o sobrevivente Wagner, novamente, foi alvo de mais um atentado e, milagrosamente, sobreviveu. No fim do ano de 1995, o então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, concedeu ao jovem uma autorização em caráter de medida protetiva na Suíça, voltando ao Brasil apenas para prestar depoimentos na Justiça, participando dos julgamentos de todos os envolvidos e acusados pela prática de chacina. Ao lado disso, sua irmã, Patrícia Oliveira, enfatiza:

> Ele tem pesadelos até hoje. Toda vez que está próximo da época da chacina ele relembra, conta como é que foi. É uma coisa que ele não esquece. E nem tem como esquecer, porque ele ficou com várias sequelas. Ele é cego de uma vista, ele é surdo, então isso ele jamais ele vai esquecer (SILVEIRA; BOECKEL, 2015, s.p.)

Mesmo internado, o sobrevivente Wagner conseguiu elaborar o retrato falado de um dos autores dessa barbárie. No entanto, a investigação policial conseguiu identificar e localizar a outros três envolvidos. Para a surpresa dos investigadores, três dos envolvidos eram policiais militares da ativa e um quarto elemento, apelidado de 'sexta-feira treze' era um ex-policial militar, expulso da corporação (SILVEIRA; BOECKEL, 2015, s.p.). De acordo com o inquérito policial, chegou-se a breve conclusão de que toda essa violência caracterizou-se em represália devido ao fato de alguns

desses meninos, na tarde anterior, terem participado de um confronto em frente à Igreja da Candelária e, um desses garotos teria (supostamente) arremessado uma pedra que estilhaçou o vidro de uma das viaturas, provocando um ferimento de natureza leve em um dos policiais destacados na ação.

Após a condenação, as penas de cada um dos acusados, somariam mais de 200 anos de reclusão. Entretanto, todos eles, com exceção apenas de Maurício da Conceição que morreu durante o andamento do processo judicial, foram colocados em liberdade bem antes de cumprirem os primeiros 10 por cento de suas penas, graças aos inúmeros benefícios que a lei assegura, nesse caso, o regime de progressão. Mais uma vez, Patrícia Silva, irmã do sobrevivente Wagner, menciona que "A população pede chacinas, principalmente quando não são com seus filhos. Se está morrendo na mão da polícia é porque alguma coisa errada estava fazendo. Até depois descobrir que não é isso" (SILVEIRA; BOECKEL, 2015, s.p.). A chacina da Candelária revolucionou a vida de Patrícia que se transformou em militante e ativista lutando em prol das vítimas em casos de violência. A redução da maioridade penal é uma das bandeiras levantadas por ela:

> A população pede chacinas, principalmente quando não são com seus filhos. Se está morrendo na mão da polícia é porque alguma coisa errada estava fazendo. Até depois descobrir que não é isso. A nossa sociedade fala isso. As nossas autoridades têm esse discurso de violência, de criminalização, por isso que se morre, se mata e se prende tanto no Brasil. (SILVA, 2016, s.p.)

Analisando a foto abaixo, observa-se uma a criança em condição da atual problemática social vivenciada no Brasil, repousando tranquilamente no colo de uma estátua de representação feminina, com seios a mostra, nua e olhar disperso,

em que, em seus sonhos, essa criança poderá estar vivenciando seus momentos de solidão, medo, tristeza e até de prantos?

Figura 02. A Estátua e o Menino. Fonte: Arte e Vida, 2015.

É importante ressaltar que, no dia em que aconteceu essa barbárie, uma pedagoga de 50 anos de idade, já militava em prol da problemática do abandono envolvendo meninos de rua. Ao ser informada da chacina, rapidamente se deslocou da Baixada Fluminense e foi até o local dos crimes para conferir se um dos mortos era um garoto de nome Joilson, acolhido por um projeto no qual ela atuava. Ao se deparar

com os corpos, identificou que o menino não estava entre os mortos. Algum tempo depois ao massacre, ela cooperou na fundação do projeto "Movimento Candelária Nunca Mais". No dia da Missa de Sétimo dia dos mortos na tragédia, criou-se então o grupo. A lista nominal dos oito meninos mortos na chacina da Candelária: Paulo Roberto de Oliveira, 11 anos; Anderson de Oliveira Pereira, 13 anos; Marcelo Cândido de Jesus, 14 anos; Valdevino Miguel de Almeida, 14 anos; "Gambazinho", 17 anos; Leandro Santos da Conceição, 17 anos; Paulo José da Silva, 18 anos; Marcos Antônio Alves da Silva, 19 anos.

DISCUSSÃO

Definição de violência não é algo simples. No que tange ao comportamento social, falar de violência é uma questão que envolve diretamente: disciplina, hábitos e práticas, de uma forma que o comportamento chegaria a ser enxergado como um ato de violência, comparado a uma ideia de violência simbólica presente na teoria de por Pierre Bourdieu (2001).

> A violência simbólica se realiza sem que seja percebida como violência, inclusive por quem é por ela vitimizada, pois se insere em tramas de relações de poder naturalizadas. Em que pesem as dificuldades em definir a violência, sendo comum a formulação de conceitos *ad hoc*,ou seja, mais apropriados ao lugar, ao tempo histórico que se examina, a literatura, a seguir apresentada, aponta uma tendência de conceituar a violência de forma mais abrangente do que relacioná-la com atos que imputam danos físicos a pessoas ou grupos de pessoas (BOURDIEU, 2001, p. 64)

Por outro lado, Chauí (1999), conceitua violência como:

> 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror (CHAUÍ, 1999, p. 3)

Pode-se dizer que, por natureza, a questão da violência é dúbia. Por não existir apenas uma concepção do termo, mas infinitos aspectos a serem analisados, poderá haver variação de um período a outro no que diz respeito aos contextos sociais. Inserido no perfil histórico da humanidade, a violência caracteriza-se por ser um dos problemas que mais estão propícios em manifestações coletivas ou individuais. Em seu estudo, Chesnais (1981) identifica diversas e variadas formas sobre a pauta e as relata em épocas com cronologia distintas da sociedade, chegando à conclusão que, de acordo com o custo social, uma hierarquia será formada entre os seus mais distintos conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, estudo das mais variadas situações, englobadas dentro do contexto juvenil, numa tangente de risco em meio ao caos social, endereça-se inicialmente a problemática vivenciada no meio político-sócio-econômico. Os obstáculos da frágil realidade que circunda o assunto, esbarra numa exclusão social, numa excludente e diferenciada distribuição de renda, onerando os mais necessitados,

proporcionado assim um aumento desse contingente de necessitados e colocados a margem de uma sociedade cada vez mais capitalista e menos humanitária.

REFERÊNCIAS

ARTE E VIDA. **blogspot:** portal eletrônico de notícias, 03 jul. 2015. Disponível em: <http://gracacampos.blogspot.com.br/2015/07/a-estatua-e-o-menino.html>. Acessado em 13 abr. 2017.

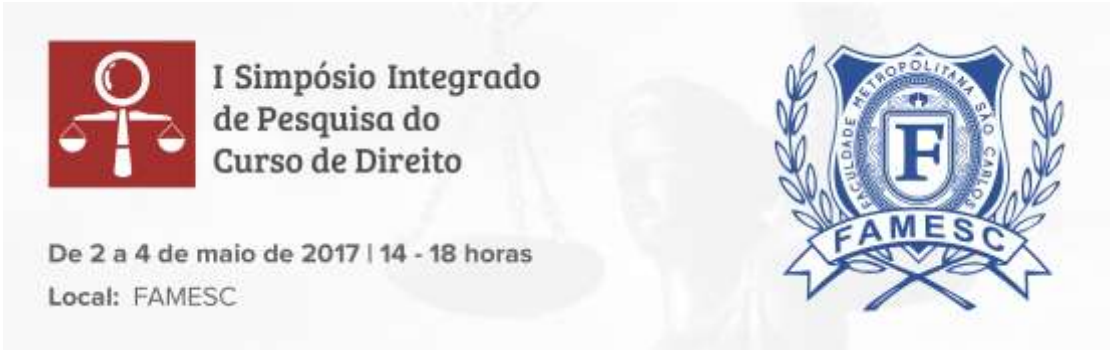
BOECKEL, Cristina; SILVEIRA, Daniel. Chacina da Candelária: sobrevivente ainda tem pesadelos, diz irmã. **G1:** portal eletrônico de notícias, 23 jul. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/chacina-da-candelaria-sobrevivente-ainda-tem-pesadelos-diz-irma.html>. Acesso em 13 abr. 2017.

CASTRO, M. G. *et all*. **Cultivando vida, desarmando violências:** experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

LETRACIGANA. **blogspot:** portal eletrônico de notícias, 14 ago. 2015. Disponível em: <http://letracigana.blogspot.com.br/2015/08/uma-crianca-dorme-nos-bracos-de-uma.html>. Acesso em 13 abr. 2017.

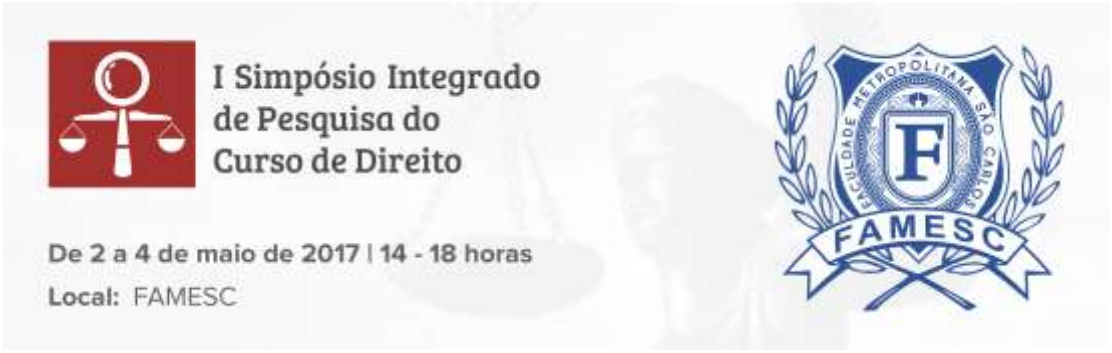
MARTINELLI, Claudia da Costa *et all*. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina:** Desafios para Políticas Públicas**.** Unesco, BID, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>. Acesso em 13 abr. 2017.

MOLAIB, Maria de Fátima Nunes. **Crianças e adolescentes em situação de risco e suas relações com a instituição Conselho Tutelar.** Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28308-28319-1-PB.pdf>. Acesso em 13 abr. 2017.



PROJETO PORTINARI: página na internet dedicada à vida e as obras do artista. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#>. Acesso em 13 abr. 2017.

SILVA, Patrícia de Oliveira. Chacina da Candelária: sobrevivente ainda tem pesadelos, diz irmã. **G1:** portal eletrônico de notícias, 23 jul. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/chacina-da-candelaria-sobrevivente-ainda-tem-pesadelos-diz-irma.html >. Acesso em 13 abr. 2017



AS EXPRESSÕES DE "ALEGRIA, ALEGRIA" DURANTE OS ANOS DE ALGEMAS MILITARES

CAMPOS, Marcio Pereira de Jesus[28]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[29]

INTRODUÇÃO

A obra "Alegria, Alegria" projetada em 1967, por Caetano Veloso, apurava a oposição, a ironia, o anarquismo e a liberdade. Fundamentado às frações do cotidiano do brasileiro, a música foi um dos lindes iniciais da agitação tropicalista da década de 1960. Cada verso da canção é uma crítica: ao abuso de poder; à violência; à opressão social; às sinistras condições da conjuntura cultural e educacional. Condições que se estabeleceu pelo regime militar, com atenção em formar brasileiros alienados.

Ainda que nomeada de Alegria, Alegria, sua poética nada tem a ver com o estado de viva satisfação, de vivo contentamento o qual se intitula, mas sim à conjectura do período de algemas militares, os chamados "anos de chumbo" pelo qual o Brasil passava. Tamanha é a potência da música de Caetano, que hoje se encontra inserida na mente e na história do povo brasileiro. O Tropicalismo,

[1] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, marciopjc@email.com;
[2] Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

trazido à baila, consistiu em um movimento sociocultural iniciado principalmente na música, mas que acabou por influenciar toda a cultura nacional, baseada na contracultura do humor e terror anárquico, nos elementos do Modernismo Brasileiro, e pincipalmente nas generalidades da Antropofagia. (OLIVEIRA, 2010)

Desde o início da carreira, Caetano sempre demonstrou uma posição política ativa e esquerdista, ganhando por isso a inimizade do regime militar instituído no Brasil em 1964 e cujos governos perduraram até 1985.

MATERIAL E MÉTODOS

Propõe-se procedimento metodológico de abordagem qualitativa denominada pesquisa exploratória, em que se visa proporcionar maior familiaridade com o fato ou fenômeno, a fim de torná-lo mais claro. Envolve um levantamento bibliográfico e documental, estudo de caso, entre outras técnicas.

DESENVOLVIMENTO

O cenário sócio histórico no qual o país se encontrava, ao final dos anos sessenta, era de absoluta Ditadura Militar, mais especificamente, nos chamados "anos de chumbo", como era conhecido o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, de total arrogância direitista, sendo o auge da ação dos instrumentos de repressão e tortura instalados no país (os chamados "porões da ditadura"). Estes anos foram seguidos de crescentes repressões e luta armada,

além de uma política de censura rigorosa a livros, jornais, revistas, filmes, peças de teatro, música e outras formas de expressão artística. (SOUZA, s.d.)

Percebe-se, deste período, que a grande repressão à imprensa, foi uma tática do governo militar para impossibilitar a denúncia das arbitrariedades que se lavravam pelo país. O uso massivo dos meios de comunicação era assim utilizado para imprimir, no povo brasileiro, uma visão positiva sobre o Governo Militar. Assim, quem operasse contra a máquina militar, instigando qualquer movimento esquerdista - como aconteceu com muitos, intelectuais, professores, artistas, e escritores - eram investigados, presos, torturados, exilados ou assassinados. (CORDEIRO, 2014)

A cultura envolvida era alienante, por essa razão, Caetano usou em sua composição palavras como Brigitte Bardot, Cardinales (atriz ítalo-americana) e coca-cola (símbolo maior do império norte-americano e financiador dos exércitos em toda a América Latina). (MIRANDA, 2015) "Alegria, alegria" ajudou, assim, a cunhar um estilo que hoje se intitula MPB e levou a expressão artística musical brasileira ao cenário da crítica social. Toda essa ideologia anarquista gerou a Caetano o título de "*persona nom gratta*" (expressão latina correspondente a mal-agradecido) e, por essa razão, mal-vindo de volta à pátria até 1972, quando retorna do seu exílio, que durou quase dois anos. (EXAME, 2012)

Ao iniciar a leitura da letra, ou sua audição, torna-se impossível não rememorar versos de outras composições da época. Diga-se, "Para não dizer que não falei das flores" de Geraldo Vandré, que convocava o povo a se rebelar contra o governo ditatorial vigente. Ambas as músicas começam com a palavra "Caminhando". "Alegria, Alegria" tem espirito poético. O que é uma característica

das obras de Caetano. Nesta época, dar a cara para bater era uma estratégia falha de protesto, não adiantava você protestar de maneira direta; tinha que ser sutil, de maneira que a mensagem chegasse para a população sem que parecesse que, de fato, tratava-se de um protesto. Assim, grande parte dos gênios brasileiros acabou ficando conhecido neste momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A música de Caetano, "Alegria, Alegria", retrata as ideologias de um rapaz no tempo da ditadura militar em que, indiscutivelmente, se posta contrario a mesma. Na obra, Caetano faz referência a haveres marcantes de sua época, a exemplo da gigante Coca-Cola, a viagem à lua, a símbolo sexual Brigitte Bardot e a censura militar da mídia. Com tudo isso, a música recebe sutilezas de atemporalidade, não importando a época que a lê e ouve.

Logo no primeiro verso, percebe-se o preito feito a Geraldo Vandré ("Caminhando contra o vento") e nos demais versos, a conexão da vida livre, da vida ao sol. Caetano entao faz inumerar observações a respeito da época em que vive, se regulando ao tema da musica e julgando a situação de seu país, como visto na passagem: "Sem lenço e sem documento", que tem relação a imposição de se ter um documento (autorização) para mover-se após o toque de recolher . Como os demais artistas da época, Caetano Veloso critica a opressão vivenciada no território nacional, mas de forma protegida, como foi referido em inúmeras músicas: "Caminhando contra o vento", em que Caetano aponta o fato de estar seguindo à esquerda, "contra a corrente" que é a ditadura.

"Alegria, Alegria" é das obras mais lembradas e emblemáticas do período de ditarura civil-militar brasileira. Por esta e outras musicas inovadoras que usaram da metáfora para driblar o regime militar, Caetano foi o grande divulgador deste período de grande revolução popular e de tanta inquietação cultural. Por ser uma canção composta no período tropicalista, "Alegria, Alegria" traz, nas entrelinhas, um julgamento crítico à direita alienada, a rejeição a qualquer forma de censura, uma denúncia da atração dos meios de comunicação de massa e um retrato direto da realidade urbana e industrial.

Figura 1: Militares no controle da população civil
Fonte: (PORTAL R7, 2015)

De acordo com o poeta, ensaísta, professor e tradutor brasileiro Décio Pignatari, "a letra possui uma estrutura cinematográfica, trata-se de uma letra-câmera-na-mão", citando o mote do Cinema Novo. E segue comentando: "Nesta canção há intertextualidade com a canção Para não dizer que não falei das flores e com uma pequena citação (modificada) do livro As Palavras, de Jean-Paul Sartre:

“nada nos bolsos e nada nas mãos", que ficou, "nada no bolso ou nas mãos” (MIRANDA, 2015) Por fim, nota-se que o verbo caminhar inicia-se no gerúndio, o que comunica a ideia de que este caminhar é contínuo e que coisa alguma será capaz de interrompê-lo, ainda que lhe falte uma identidade e as impunidades dos crimes brasileiros permaneçam.

Figura 2: severa política de censura colocada em execução
Fonte: (ALMEIDA, 2011)

A canção relata a opressão aturada pelo cidadão comum, no seu próprio país, no dia-a-dia da sua vida, nas ruas, na sua cultura e comunicação. Tal réplica é vislumbrada nas metáforas que o artista usou para denunciar: os abusos de poder, “caminhando contra o vento / sem lenço e sem documento”; a hostilidade do regime, “sem livros e sem fuzil, / sem fome, sem telefone, no coração do Brasil”; e a fraqueza do sistema educacional que geravam cidadãos alienados, “O sol nas bancas de revista / me enche de alegria e preguiça / quem lê tanta notícia?”.

Figura 3: Slogan do Período da Ditadura Militar no Brasil
FONTE: (AGÊNCIA BRASIL, 2014)

Com fim a exemplificar os desníveis sociais viventes e as desigualdades regionais, surge a sutiliza, genial e inovador, em que o autor utiliza de comparações ao que parece desconexas que agarrada às metáforas, é capaz de fazer clara denúncia, como nos versos: "Eu tomo uma Coca-Cola, / Ela pensa em casamento", "Em caras de presidente / em grandes beijos de amor/em dentes, pernas, bandeiras, bomba e Brigitte Bardot."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos têm medo da alegria, receosos que ela os leve ao patriotismo e ao desvio da visão crítica ante o fato, e seus reveses. Outros tantos a superestimam pois ela induz ao otimismo, a acreditar no espírito de união como um componente capaz de superar conflitos e assim guiar para que se entenda as dificuldades da realidade. Entretanto, assim como a tristeza não é depressão, a alegria não é mania. Alegria, Alegria é uma canção-poema. Sua narrativa acontece no presente, em que o eu-lírico "esboça" a história - 1ª pessoa do singular - sem, no entanto, tender ao egoísmo, mas apenas se situando como um lutador contra o regime.

Também há a denúncia da alienação, suportado nos ídolos impostos e fabricados pela mídia "exterior" (Claudia Cardinale e Brigitte Bardot), que imprimiam um comportamento novo na sociedade. Caetano aborda a felicidade e a liberdade de expressão como ideais naquele momento, uma realidade difícil de se alcançar. Ele imagina uma juventude livre, ao sol, que possa se expressar, percorrer seu caminho, propagar seus sonhos e não uma sociedade presa às repressões impostas e arbitrariedades infligidas pelas autoridades. Finalmente, o poeta indaga reiteradamente: "Por que não? E por que não?", o porquê de não poderem se expressar como ele cita em sua música.

REFERÊNCIAS

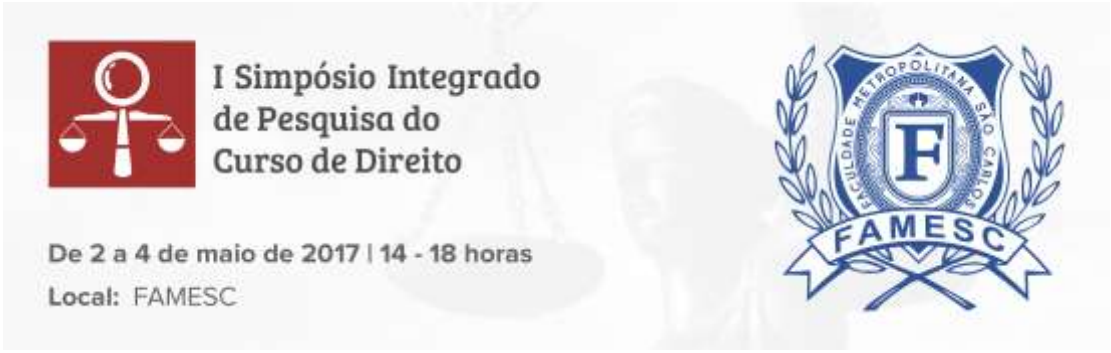
CORDEIRO, T. **Como Era o Brasil da Ditadura?** Editorial, Mundo Estranho, 2014. Disponível em < https://goo.gl/ gm5whB > Acesso em 04 abr. 2017

EXAME, Revista. **Caetano Veloso faz 70 anos com sucesso de disco quarentão**. 2012. Disponível em <https://goo.gl/ATtGsS> Acesso em 04 abr. 2017

MIRANDA, M. E. **Análise da letra musical de "Alegria, Alegria", de Caetano veloso.** Editorial, Resenhando, 2015. Disponível em < https://goo.gl/Hd4OBQ > Acesso em 04 abr. 2017

OLIVEIRA, A. **Movimento Tropicalia**. Movimento Tropicalia, 2010. Disponível em <https://goo.gl/cssWH9> Acesso em 04 abr. 2017

SOUSA, R. G. **General Medici**; Brasil Escola. Disponível em <https://goo.gl/KGmxQo>. Acesso em 04 abr. 2017.



"OS DESPEJADOS", DE CÂNDIDO PORTINARI, E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE À LUZ DO ARTIGO 6° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

BALBINO, Natalia Santos[30]
TEIXEIRA, Raiane Souza de Oliveira[31]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[32]

INTRODUÇÃO

A moradia é uma necessidade social, desde tempos passados, que vem sendo relatado na história do país, por meio de música, literaturas e pinturas. Como se pode ver, na obra de Cândido Portinari "Os Despejados", de 1934, que relata a existência daqueles que não tem um teto para mora ou terras para trabalhar (EDIMILSON, 2014). Esse descaso com a sociedade mostra que o país não tem política pública voltada para a necessidade dá população, ou tem e é mal aplicada. Hoje, ainda se tem relatos de moradias EM situações precárias, e pessoas que não teriam si quer um teto para mora.

[30] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, nataliasantos868@gmail.com
[31] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, raiane_souzadeoliveira@live.com
[32] Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor da Faculdade Metropolitana São Carlos. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

A Constituição de 1988, em seu artigo 6°, assegura o direito a moradia, como uma necessidade essencial do ser humano. **Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). O direito à moradia digna foi reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana, desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi recepcionado e propagado na Constituição Federal de 1988, por advento da Ementa Constitucional n° 26/00, em seu artigo 6°, caput. (GONÇALVES, 2013)

MATERIAS E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Em uma visão civil-constitucional, o direito à moradia define-se como um bem jurídico pertencente à pessoa. É, sob o aspecto do direito civil, um bem da personalidade que compõe o postulado (ou princípio, conforme a linha hermenêutica adotada) da dignidade da pessoa humana. Sob o aspecto constitucional, define-se como direito social atribuído pelo art. 6º da CR/88.

(SOUZA, 2012). O direito social tem como finalidade permitir que as pessoas disponham de serviços que garantam uma mínima qualidade de vida. São uma grande conquista dos trabalhadores no século XX, que, embora tenham repercutido com mais notoriedade em tal momento, fazem parte de um processo de longo prazo e que exige alto investimento. Para proporcionar uma vida digna ao cidadão ou, como diz T. H. Marshall, permitir que ele tenha uma vida de ser civilizado, o Estado deve garantir o direito à vida, o direito à igualdade, o direito à educação, o direito de imigração e emigração e o direito de associação. (GASPARETTO, 2017).

A Constituição de 1988 assegura, à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social e a proteção à maternidade, à infância e aos desamparados, mais a realidade é outra, o que se vê é a desigualdade social. O prazer de desfrutar de uma moradia digno, não tem sido nada fácil, porém a sociedade tenta busca refúgio em que tende mais acesso, por exemplo, favelas e invasões. As favelas tem sido um dos grandes problemas de moradia no Brasil, e quem mais sofre com isso, são as famílias de baixa renda, que tem suas casas em áreas de risco, sem saneamento básico e em locais invadidos. No artigo 23, inciso lX, da Constituição que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: lX- promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Deveres que não estão sendo compridos, projetos que não dão solução e nem diminuir, políticas públicas que não estão voltadas para problemas como esse.

Assim, a inclusão do direito à moradia no texto constitucional foi um grande avanço, mas, depende de mais esforços para que seja finalmente realizado e, o instrumento de maior alcance prático, dentre os quais se destaca é o Estatuto da Cidade que foi criado para que o direito à moradia possa ser efetivamente garantido. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 consubstanciada na legislação infraconstitucional, procura prover a fundamentação necessária, em formato de garantias concretas, para a defesa do direito à moradia digna. (GONÇALVES, 2013).

Os assentamentos urbanos e rurais informais estão diretamente ligada ao processo excludente da urbanização e da produção de habitação pelo Estado durante todo o século XX. Com a adoção da usucapião urbano na Constituição, reconhece-se o direito à moradia como elemento constitutivo para a aquisição do domínio de áreas urbanas abandonadas e que não cumprem a função social, sendo, então, utilizadas para fins de moradia por pessoas. Ora, desde o início da formação da sociedade, a desigualdade social sempre esteve presente, impossibilitando, assim, o acesso de todos os cidadãos à moradia.

O crescimento desenfreado e desordenado do espaço urbano ilegal, a exclusão social dos menos favorecidos e o descaso do Poder Público frente às questões habitacionais, principalmente nas décadas de 1980 e 90, fizeram com que a questão urbana ressurgisse relacionada aos movimentos sociais de reivindicações por infraestrutura e regularização das áreas ilegais, e esses movimentos culminaram num novo ordenamento constitucional. (GONÇALVES, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) em 2010, cerca de 11 milhões de habitantes no Brasil vivem em moradias inadequadas, como favelas e invasões, o que equivale a aproximadamente 6% da população. Ainda segundo o mesmo órgão, apenas 52,5% das residências apresentam-se como moradia totalmente adequadas, ou seja, com abastecimento de água, esgoto, coleta de lixo e até duas pessoas residentes por dormitório. Já conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o déficit habitacional no país ultrapassou, em 2011, os 8 % da população Brasileira. (PENA, 2015). O IBGE divulgou em 2010 que o número de casas vazias supera déficit habitacional do País. Existe hoje no Brasil, segundo o censo , pouco mais de 6,07 milhões de domicílios vagos incluindo os que estão em construção. Mesmo assim, essa quantidade supera cerca de 200 mil o número de habilitação que precisam ser construídas para todas as famílias brasileiras vivessem em locais considerados adequados: 5,8 milhões. (BRASIL, 2010).

Figura 01. Os Despejados de Cândido Torquato Portinari (1934). Disponível em: <https://www.museucasadeportinari.org.br/candido-portinari/linha-do-tempo/de-1930-a-1934>. Acesso em 08 abr. 2017.

O Programa "Minha Casa, Minha Vida" foi utilizado para reduzir o déficit habitacional no Brasil, mais não consegui atingir a demanda social. Neste sentido, ainda, cuida destacar que o estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) detecta que o programa supramencionado conseguiu reduzir cerca de 8% do déficit habitacional. Em 2009, a carência de moradias era de 5,7 milhões, baixando para 5,2 milhões em 2014. Os dados de pesquisa foram baseados em números fornecidos pela Caixa Econômica Federal e pela IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Ainda segundo o levantamento, até 2024 o Brasil ganharia mais 16,8 milhões de famílias. Para atender o déficit já existente, e ainda suprir o

que será gerado nós próximos nove anos, o MCMV teria que entregar 1,1 milhões de habitações por ano. (SANTOS, 2015).

São tantos problemas que envolvem moradia, na qual deveria ser solução, sendo ela um direito imposto pela Carta Magna, e reconhecido como dignidade da pessoa humana. O problema não é a constituição, mais sim os meios que não são postos em prática. Projetos que não consegui atingir a demanda como "O minha casa, minha vida", habitações vazias, que seriam regularizadas para o uso, e casas com situação nada boa. Ocupantes de casas populares reivindicam direito à moradia em Sergipe. (G1, 2013). Um grupo de moradores saiu nas ruas em busca de seu direito a moradia, alegam irregularidades nas distribuições dos beneficiários dos imóveis. Ora, o direito à moradia substancializa verdadeiro desafio para ser concretizado no cenário nacional, sobretudo ao se considerar o déficit de moradias e a população tradicionalmente afetada por tal problemática.

Figura 02. Manifestantes reivindicam o direito à moradia. Fonte: G1, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à moradia não é menos importante que o direito à vida e o direto a saúde, pois envolve a moral e o está bem, ter uma vida dessente é fundamental e essencial, contudo é a dignidade da pessoa humana. É preciso que a sociedade tenha acesso ao que é dela por direito, programas sociais, serviços e benefícios oferecidos pelo poder público, tendo em vista que a prioridade é o bem-estar da sociedade. Os Estados e Municípios tem um grande papel nesse

desenvolvimento, e são deles a responsabilidade de fornecer esses benefícios a população, com tudo o artigo 23, IX CF assegura esses deveres, e o Estatuto da Cidade que foi criado para que o direito à moradia fosse garantido. A complexidade para o Estado desenvolver e aplicar a política pública habitacional aumenta com o passar dos tempos, pois para efetivar o direito à moradia aos cidadãos é preciso um grande trabalho, tanto do Estado quanto da sociedade, no intuito de, no mínimo, diminuir as desigualdades sociais criadas pela política de urbanização. A constituição, seu compromisso, sempre e dá melhor forma possível, é fazer progredir a realização do ser humano e dá vida social, digna como tem que se.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Sanado Federal, 1988. BRASIL.

_____. **Número de casas vazias supera déficit habitacional do País, indica Censo 2010**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/12/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-do-pais-indica-censo-2010>. Acesso em: 02 abr. 2017.

EDIMILSON, José. **Os Despejados 1934 Candidato Portinari Kimberline Minaely**. Disponível em: <http://8ahistoria2014.blogspot.com.br/2014/09/os-despejados-1934-candido-portinari.html?m=1> Acesso em: 31 mar. 2017.

GASPARETTO, Antônio Júnior**. Direito Social**. Info Escola, abr. 2017. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/www.infoescola.com/sociologia/direito-social/amp/> Acesso em: 05 abr.2017.

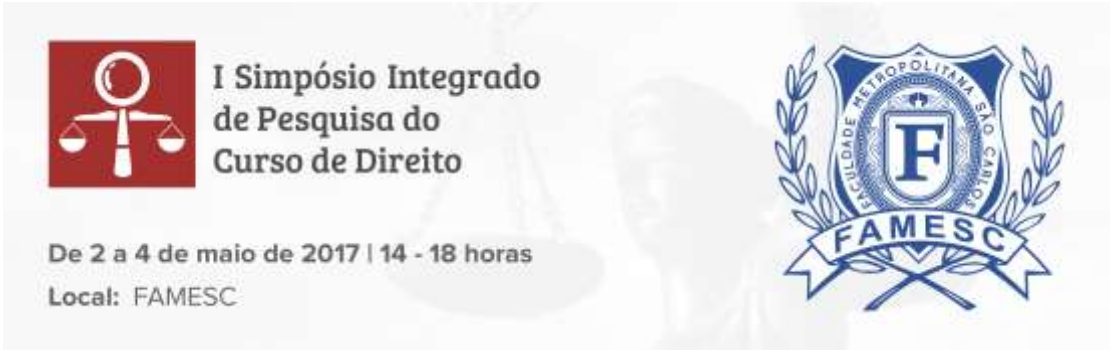
GONÇALVES, Fabiana Rodrigues. Direitos sociais: direito à moradia. *In*: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, a. 16, n. 110, mar. 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12892&revista_caderno=9>. Acesso em 05 abr. 2017.

OCUPANTES de casas populares reivindicam direito à moradia em SE. **G1:** portal eletrônico de notícias, mar. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/03/ocupantes-de-casas-populares-reivindicam-direito-moradia-em-se.> Acesso em : 02 abr. 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Problemas de moradia no Brasil**. Geografia, mai 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/m.alunosonline.uol.com.br/amp/geografia/problemas-moradia-no-brasil.> Acesso em: 02 abr. 2017.

SANTOS, Altair. **Minha casa, minha vida não contém déficit habitacional**. Gestão, mercado de construção, mar 2015. Disponível em: <http://www.cimentoitambe.com.br/minha-casa-minha-vida-deficit-habitacional/>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes. Direito à moradia e de habilitação. **Jornal Carta Forense**: portal eletrônico de notícias, jan. 2012. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/direito-a-moradia-e-de-habitacao/8111> Acesso em: 05 abr,2017.



"QUE PAÍS É ESSE?": O BRASIL DE MUITAS FACES[33]

OLIVEIRA, Rafael Guimarães de[34]
AGUIAR, Ricardo Soares[35]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[36]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar e abordar um conceito acerca do tema proposto, trazendo a baila os aspectos, culturas, crenças etc., em todo o país, fazendo conexão com a letra da música "Que País é esse?", de autoria de Renato Russo, demonstrando assim, o Brasil de Muitas faces.!

Nesta acepção, diz-se que a cultura no Brasil é feita por muitas cores e rostos, que por muitas vezes passam despercebidos dos olhos. A cultura brasileira está naquele senhor nordestino que toca o pífano, lá em que quase ninguém conhece, está no frevo, música tradicional do Brasil, está no Sul do País, como exemplo Renato Borguetti que "é hoje um dos artistas brasileiros de mais sólida

[33]Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa "Faces e Interfaces do Direito: Sociedade, Cultura e Interdisciplinaridade no Direito"

[34] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, raphaelgo18@hotmaill.com;

[35] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana.

[36]Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos – Unidade Bom Jesus do Itabapoana e líder do Grupo de Pesquisa "Faces e Interfaces do Direito: Sociedade, Cultura e Interdisciplinaridade no Direito". E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

carreira internacional", levando consigo seu acordeom. Em mesmo sentido, na sanfona de Luiz Gonzaga ou naquele senhor que fez de sua casa uma obra de arte em Minas Gerais. A cultura brasileira está em vários locais que nem se sabe existir.

Lado outro, a constante mutação em que se encontra o País permite abordar uma conexão entre a real situação vivida com a letra da composição alhures mencionada.

MATERIAL E MÉTODOS

No presente trabalho, fora realizada consultas juntos a sites de pesquisa relacionados ao tema em debate.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil possui características variadas e peculiares, a cultura brasileira é muita rica, e essa característica é comum no país com suas diversas formações cultural, desde a época da colonização o país se destaca com uma enorme importância no âmbito cultural. Neste contexto, Ruben George Oliven traduz que esses costumes culturais se espalham por todo o território nacional resultando assim a presença dos costumes de cada país em um só, nesse sentido as manifestações artísticas vêm contribuir para uma identidade nacional, sendo por meio da arte, da cultura que o povo se vê, se espelha, se conhece e tem orgulho de si próprio (2001, s.p).

Considerando que a letra da música "Que país é esse?" é muito forte, ela vem relatar diversos aspectos dentro da sociedade, e nos faz refletir sobre o país, nesta canção o autor apresentou criticas ao país, na primeira estrofe ele deixa bem claro o desrespeito a Constituição, a corrupção, uma comparação com as sujeiras existentes nas favelas e o senado, demonstrou de certa forma as ilusões em relação ao nosso país, mas no fundo demonstra uma esperança de um país melhor. (MARIANO, 2012, s. p.). Ainda em narrativa do autor, esclarece que na segunda parte da canção o compositor faz menção das mortes e cita várias regiões do Brasil, são pessoas que matam umas as outras para viverem em paz, na intenção de obter vantagens ilícitas ou ocultar determinados crimes que as comprometam. Na terceira parte vem demonstrar que o país nunca será de Terceiro Mundo, e que, além disso, a única solução que ele dá para o Brasil ficar rico é se vendermos.

De fato. Que país é esse que lá fora é considerado um país da corrupção, dos vexames? Que país é esse em que a sociedade é punida pela falta dos valores fundamentais? Que país é esse em que a dignidade e a honra da sociedade são violadas por meios de mentiras e farsas? Que país é esse em que toda a sociedade é punida pela incompetência na gestão dos bens públicos? O que o indivíduo minimamente inteligente percebe é que algo está errado, e muito errado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

"Nas favelas, no Senado, sujeira pra todo lado", imperioso se faz a abordagem da situação catastrófica que o País está passando, situação esta sem prazo de validade, assim, depreende-se das falas do Deputado Fábio Sousa

quando afirmou: "Parece que nós estamos vivendo o império da desfaçatez, do cinismo. A loucura acaba imperando no nosso País nos dias de hoje" (2012, s.p.). Em mesmo discurso, ainda, se diz preocupado com a economia, uma vez que afeta todas as classes, "dos mais ricos aos mais pobres, em especial àqueles que têm menos recursos, porque esses são os mais afetados em todos os aspectos", dessas narrativas do Deputado pode-se extrair o qual grande é o momento crítico em que o Brasil está vivendo, momento terrível, que choca a população brasileira de uma forma grandiosa. Lado outro, o País para de crescer, de desenvolver, não vai se transformar se as pessoas de bem não conversarem para tentar resolver os problemas (SILVA, 2014, p. 42).

Em continuidade, e em mesmo sentido de abordar e transcorrer a letra da música tema da presente pesquisa, tem-se "Ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação", ora, todos acreditam que o País pode melhorar, mas ninguém quer fazer sua parte, é sempre um esperando pelo outro e todos de braços cruzados. A Constituição aqui abordada pode ter sentidos diversos, talvez, no caso da letra, se reduza aos aspectos positivos de um conjunto imaginário de direitos e deveres de todos que vivem em sociedade.

Lado outro, tem-se "No Amazonas no Araguaia, na Baixada Fluminense, Mato Grosso, Minas Gerais e no Nordeste tudo em paz", em tal trecho, tem-se a referência não apenas a diversas regiões do País, mas, sobretudo, a fatos históricos envolvendo repressão. De tal acepção tem-se exemplificado à guerrilha do Araguaia, em que o regime militar matou e deixou desaparecidas várias pessoas que protestavam contra o governo, e a Baixada Fluminense que até os dias atuais

apresenta elevados índices de violência, sobretudo em razão do tráfico de entorpecentes, que em mesmo sentido está relacionado a região do Amazonas.

Dando sequência, tem-se "Na morte eu descanso, mas o sangue anda solto manchando os papéis, documentos fiéis ao descanso do patrão", aqui, o descanso, apresenta ser só o pós-vida, mas também, deixa transparecer que aquela tem sido mecanismo para os poderosos calarem a muitos, em que usando de suas influências, alteram documentos, somem com provas e qualquer indícios que possam liga-los a algum crime, e é de tal "queima de arquivo", que ainda nos dias de hoje ouve-se falar. E ainda, em mesmo trecho abordado, fica claro que aqueles que poderiam fazer alguma coisa, simplesmente ignoram, fazem vista grossa (MARIANO, 2012, s. p.).

De último trecho, extrai-se "terceiro mundo se for piada no exterior, mas o Brasil vai ficar rico, vamos faturar um milhão quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão", aqui, encontra-se uma visão sarcástica do presente e do futuro, deixa claro aqui, o quão longe o país está de se tornar uma grande nação, ficando clara visão de que o país se tornara uma potência de primeiro mundo quando esgotar seu último elemento da terra: os índios, sendo o elemento consagrado como símbolo da cultura e crença.

Demais disso, com a análise da letra de "Que país é este", percebe-se que a letra como a música compõe um ambiente de esperança perdida, de miséria, de revolta, por meio de suas guitarras estridentes, e, é representado como uma falácia total da esperança, ao contrário do que o artista procurava passar ao público (MARIANO, 2012, s. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto, conclui-se que de modo geral, a temática aqui abordada traz um discurso contestador que realiza uma critica aos poderosos da política brasileira, ou melhor, é uma critica a ordem pública, que na verdade não uma ordem e sim uma desordem, pois, de certo modo, a Constituição da nação não é respeitada. Assim, viu-se, nessa síntese, o inconformismo quanto ao sistema, tanto é que proposta da música é expor para a sociedade a verdadeira situação do Brasil, mostrando por meio das discursividades as mazelas que e estende por todo o território brasileiro, como também mostra a posição e as condições de produção ideológica do sujeito compositor que encarara a realidade e busca por meio de seu posicionamento e da sua interdiscursividade, intervir da melhor maneira possível, usando a música, para conscientizar os brasileiros que há a possibilidade de um Brasil melhor para nação, ou seja, as músicas são desejos de conduzir a população a intervir efetivamente nas questões sociais (SILVA, 2014, s. p.).

Evidencia-se, portanto, que as discussões aqui desenvolvidas não se propuseram a procurar uma "verdade" para os sentidos dos discursos das músicas analisadas, porém se propuseram realizar uma observação procurando enxergar "o real do sentido em sua materialidade histórica", pois a "língua funciona ideologicamente" nesse jogo de materialidade (ORLANDI, 2011, p. 59 *apud* SILVA, 2014, s.p.).

REFERÊNCIAS

BORGHETTI, Renato. **Biografia.** Disponível em: <http://www.renatoborghetti.com.br/#home>. Acesso em 11 abr. 2017.

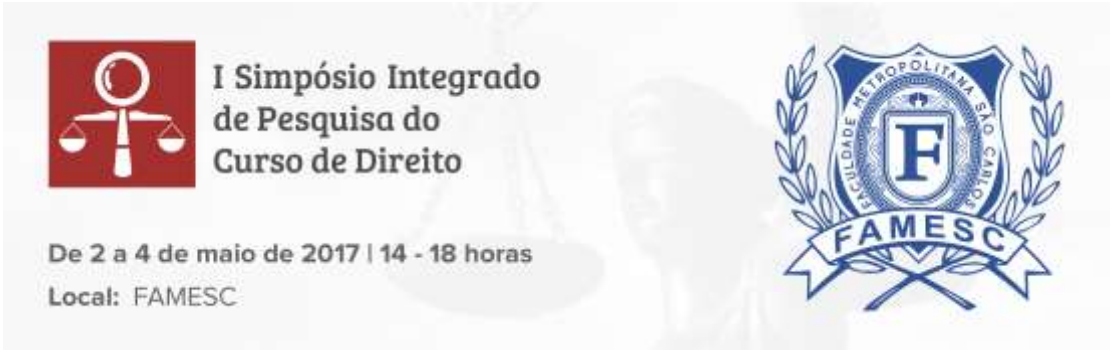
JOSÉ, Edson. **Brasil:** Cultura com muitas faces e cores. Disponível em: <https://ednene.wordpress.com/2009/08/20/brasil-cultura-com-muitas-faces-e-cores/>. Acesso em 11 abr. 2017.

MARIANO, Marcos. **Analisando Letra:** Que País é esse?. 2012, s. p. Disponível em: <http://rebobinandomemoria.blogspot.com.br/2012/10/analisando-letra-que-pais-e-esse-aborto.html>. Acesso em 11 abr. 2017.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. **Perspectiva,** v. 15, n. 2, abr.-jun. 2001. Disponível em: .<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200002>. Acesso em 19 abr. 2017.

SILVA, Gesiana Alves da. **Música e Ideologia**: análise discursivas das canções "geração coca-cola", "índios" e "que país é este". 2014, s.p. Disponível em: .<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6398/1/PDF%20-%20Gesiana%20Alves%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2017.

SOUSA, Fábio. **O Brasil está vivendo um momento muito crítico da sua história.** Disponível em: <http://fabiosousa.com.br/deputado/o-brasil-esta-vivendo-um-momento-muito-critico-da-sua-historia-diz-fabio-sousa/>. Acesso em 11 abr. 2017.



DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA[37]

DIAS, Rodrigo Andrade[38]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[39]

INTRODUÇÃO

O direito societário sofreu pontuais alterações no Direito, possuindo como principal transformação a norma posta pelo código de processo civil de 2015, pois passa a regulamentar a dissolução parcial de sociedade. Assim sendo, o instituto da dissolução parcial de sociedade busca, em síntese, proteger o direito do sócio dissidente e do sócio remisso para com a sociedade, bem como frente a terceiros na área de atuação empresarial.

Em que pese a norma posta de tal instituto para que se tenha o rompimento normatizado, anteriormente os tribunais realizavam dissoluções parciais por entendimentos doutrinários e do antigo diploma legal, qual seja o código de processo civil de 1973, que outrora abordava apenas a dissolução total de sociedade. A partir de tal cenário, a nova concepção de que hoje se confere às

[37]Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa "Faces e Interfaces do Direito: Sociedade, Cultura e Interdisciplinaridade no Direito"

[38]Bacharel em Direito pela Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC – RJ. Especializando Lato Sensu em Direito Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. E-mail: rodrigo_andrade_dias@hotmail.com

[39]Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista Lato Senso em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taua_verdan2@hotmail.com.

relações empresariais, sobretudo no que tange aos direitos e obrigações dos sócios, acompanha a evolução da sociedade quanto às novas configurações de debandada e o papel dos sujeitos de direito nesse contexto.

O instituto da dissolução existe, *a priori*, para proteção de retirada de eventuais sócios remissos e dissidentes para a apuração de haveres da parte do capital social por via judicial, bem como execuções que a sociedade venha a sofrer, resguardando assim o patrimônio particular desse sócio. Assim sendo, o diploma legal delimita aqueles que possam promover tal medida, mas nem sempre visando o melhor interesse do sócio. Caso tal sócio use a sociedade a fim de burlar a legislação, o Estado após ser provocado deverá intervir em tal relação, fiscalizando, portanto os atos dos envolvidos.

MATERIAL E MÉTODOS

Justifica-se a pesquisa que este projeto propõe por ser estudo destinado a agregar conhecimento na área do Direito que trata do tema. Consiste em tema de alta relevância, pois traz em seu bojo questões não só do Direito Processual Civil, mas também conceitos e elaborações inerentes ao Direito Empresarial, em sua principiologia referente aos direitos e garantias fundamentais. O trabalho científico que ora se propõe conduzir-se-á por meio de pesquisa teórica, contando com a importante bibliografia já produzida acerca do tema, o que mostra sua viabilidade. E o estudo, com seu intuito de somar conhecimento à academia e servir e objeto de consulta à sociedade, constitui, nestes pontos, sua relevância.

DESENVOLVIMENTO

Conforme demonstra Neves (2016) e Theodoro Junior (2016), por intermédio do artigo 599, §2º do Código de Processo Civil de 2015, a sociedade anônima de capital fechado pode ser objeto da ação de dissolução parcial, tornando-se excluídas desse procedimento as companhias abertas. Para Theodoro Junior (2016), conforme ilustra o artigo 137 da Lei 6.404 de 1976, o acionista dissidente tem direito de se retirar da sociedade, com reembolso do valor de suas ações, de quando acontecer as situações nele previstas. O desligamento do sócio da companhia por motivo alheio daqueles previstos na Lei das Sociedades Anônimas, com o proveniente reembolso do valor ao dissidente, poderia desestabilizar o capital da companhia e inviabilizar a preservação da sociedade.

De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o "reconhecimento de um direito de recesso – ou de retirada – não previsto em lei, mediante uma espécie de dissolução parcial da sociedade, no tocante às ações sonegadas, o que contraria a própria essência das sociedades anônimas", conforme o Recurso Especial número 1.179.342/GO, do Relator Ministro Luís Felipe Salomão, julgado em 27.05.2014.

Admitindo assim, "uma diferença marcante entre as sociedades anônimas (geralmente de capital) e as sociedades limitadas (geralmente de pessoas, nas quais predomina a *affectio societatis*): nas sociedades anônimas, a lei dificulta o reembolso das ações ao acionista dissidente, incentivando a alienação das ações para que terceiros ingressem em seus quadros; em contraste, nas sociedades limitadas, a lógica é inversa, pois a lei tem predileção pela dissolução parcial –

com apuração dos haveres – e dificulta o ingresso de terceiros nos quadros societários, haja vista que sua essência reside exatamente no vínculo pessoal entre os consorciados" conforme ensinamento de Theodoro Junior (2016).

DISCUSSÃO

Ilustra Neves (2016) e Theodoro Junior (2016) o disposto no artigo 5º, inciso XX, da Constituição Federal de 1988, que normatiza o direito de não permanecer associado. Assim, a jurisprudência passou a focar a dissolução parcial da sociedade anônima de capital fechado mediante outros fundamentos que não os elencados no artigo 137 da Lei das Sociedades Anônimas. Para o Superior Tribunal de Justiça, "normalmente não se decreta dissolução parcial de sociedade anônima: a Lei das S/A prevê formas específicas de retirada –voluntária ou não – do acionista dissidente. Essa possibilidade é manifesta, quando a sociedade, embora formalmente anônima, funciona de fato como entidade familiar, em tudo semelhante à sociedade por cotas de responsabilidade limitada", conforme Recurso Especial nº 1.303.284/PR, da relatoria da Ministra Nancy Andrighi, julgado em 16.04.2013.

> **Ementa:** Empresarial. Sociedade anônima fechada. Cunho familiar. Dissolução. Fundamento na quebra da *affectio societatis*. Possibilidade. Devido processo legal. Necessidade de oportunizar a participação de todos os sócios. Citação inexistente. Nulidade da sentença reconhecida.
> 1. Admite-se dissolução de sociedade anônima fechada de cunho familiar quando houver a quebra da *affectio societatis* .
> 2. A dissolução parcial deve prevalecer, sempre que possível, frente à pretensão de dissolução total, em homenagem à adoção do

> princípio da preservação da empresa, corolário do postulado de sua função social.
> 3. Para formação do livre convencimento motivado acerca da inviabilidade de manutenção da empresa dissolvenda, em decorrência de quebra da liame subjetivo dos sócios, é imprescindível a citação de cada um dos acionistas, em observância ao devido processo legal substancial.
> 4. Recurso especial não provido (BRASIL, 2013).

Tal cenário possibilita a interpretação que se configurou pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo inquestionável que as companhias são sociedades de capital (*intuitu pecuniae*), em que a pessoa do sócio não relevância. Entretanto, a realidade brasileira evidencia a existência de sociedades anônimas de médio e pequeno porte, de capital fechado, demonstram elementos importantes que concentram na pessoa de seus sócios, como acontece com as sociedades constituídas pelo *intuitu personae*, tal qual o fator dominante em sua formação, a afinidade e identificação pessoal entre acionistas. O que se tem na prática é uma sociedade de pessoas travestida de sociedade de capital. Como a ruptura da *affectio societatis* representava um impedimento para que a companhia prosseguisse com a realização do seu fim social, Como demonstra o artigo 206, II, 'b', da Lei nº 6.404 de 1976, conforme ensina Theodoro Junior (2016).

Para Neves (2016), a regra da dissolução total em dadas hipóteses, em nada contribuiria no que diz respeito à preservação de empregos, arrecadação de tributos e desenvolvimento econômico do país. Diante tais razões, o legislativo vislumbra o princípio da preservação da empresa, conforme consta da Lei nº 11.101 de 2005, também conhecida por "Lei de Recuperação de Empresas e Falências", que revogou o Decreto-lei nº 7.661 de 1945.A solução é "a que melhor

concilia o interesse individual dos acionistas retirantes com o princípio da preservação da sociedade e sua utilidade social, para evitar a descontinuidade da empresa, que poderá prosseguir com os sócios remanescentes", conforme Recurso Especial número 111.294, do Relator Ministro César Asfor Rocha, julgado em28 de maio de 2001.

> **Ementa**: Direito Comercial. Sociedade Anônima. Grupo Familiar. Inexistência de lucros e distribuição de dividendos há vários anos. Dissolução Parcial. Sócios Minoritários. Possibilidade.
> Pelas peculiaridades da espécie, em que o elemento preponderante, quando do recrutamento dos sócios, para a constituição da sociedade anônima envolvendo pequeno grupo familiar, foi a afeição pessoal que reinava entre eles, a quebra da affecttio societatis conjugada à inexistência de lucros e de distribuição de dividendos, por longos anos, pode se constituir em elemento ensejador da dissolução parcial da sociedade, pois seria injusto manter o acionista prisioneiro da sociedade, com seu investimento improdutivo, na expressão de Rubens Requião. O princípio da preservação da sociedade e de sua utilidade social afasta a dissolução integral da sociedade anônima, conduzindo à dissolução parcial. Recurso parcialmente conhecido, mas improvido (BRASIL, 2000).

A tese jurisprudencial citada se consolidou no Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo o direito de recesso em caso de quebra da confiança entre acionistas em companhia fechada, *intuitu personae* ou *intuitu familiae*, independentemente dos requisitos, conforme Recurso Especial número 1079763, do Relator: Ministro Sidnei Beneti, julgado em 18/11/2009.

> **Ementa:** Embargos de divergência. Dissolução parcial de sociedade anônima de caráter familiar e fechado. Requisito da quebra da *affectio societatis* afirmado suficiente pelos acórdãos expostos como paradigmas. Acórdão embargado que julgou no mesmo sentido.
> Incidência a Súmula 168/STJ.

> 1.- O Acórdão ora embargado, firmando, como único requisito à dissolução parcial da sociedade anônima familiar fechada a quebra da *affectio societatis*, julgou exatamente no mesmo sentido dos Acórdão invocados como paradigmas pretensamente divergentes, de modo que não cabem Embargos de Divergência, nos termos da Súmula 168/STJ.
> 2.- Subsistência da orientação constante do Acórdão embargado: "A 2ª Seção, quando do julgamento do EResp n. 111.294/PR (Rel. Min. Castro Filho, por maioria, DJU de 10.09.2007), adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da *affectio societatis* (EResp 419.174/SP, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO, DJ 04.08.2008)".
> 3.- Embargos de divergência não conhecidos.
> (BRASIL, 2012)

Assim sendo, criaram-se precedentes no enfoque de cumprimentos de exigências legais para rompimento do afeto societário, visto que, emana da legislação situações nas quais poderia ocorrer a quebra do afeto societário e, conforme a jurisprudência ora citada, tal exigência deixa a margem do julgador o poder de decisão para que diante do caso concreto possibilite a continuação da sociedade, diante a unificação de entendimentos do mesmo Colendo Tribunal acerca do tema, no pensamento de que é cabível a dissolução de sociedade anônima de cunho familiar quando da quebra da *affectio societatis.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem por análise o instituto da dissolução das sociedades, com enfoque das sociedades anônimas, que por seu turno no decorrer dos anos se modificou e ocasionou julgados controversos aos mandamentos regidos pela Lei das Sociedades Anônimas. Nesse diapasão, se consolida no

Superior Tribunal de Justiça a possibilidade da dissolução parcial da sociedade anônima fechada de caráter familiar, em que a pessoa do sócio importa para o desenvolvimento da sociedade, tipicamente vislumbrada nas sociedades contratuais *intuitu personae*.

A Legislação que aborda as sociedades anônimas, datada de 1976, confere a esse tipo societário apenas a dissolução total da companhia, na problemática de várias hipóteses elencadas que poderiam acarretar em dissolução total da sociedade anônima, por assim dizer que vale o capital investido na sociedade ante à qualidade que porventura os sócios poderiam ter. Já o Código Civil de 2002 mantém as hipóteses de dissolução semelhante as que ocorrem na Lei nº 6.404 de 1976, mas propõe mudanças no que tange a dissolução societária com uma nova forma de análise para se dissolver uma sociedade de capitais, conferindo as sociedades de pessoas, cuja companhia fechada se caracteriza como estritamente familiar. Assim, o Superior Tribunal de Justiça abre precedente e, diante tal entendimento, confere uma exceção ao contido na Lei 6.404 de 1976, em que a princípio não seria sensato dissolver uma companhia para retirada de um sócio. Cabe dizer que em caso de acionistas dissidentes, a Lei 6.404 de 1976 dificulta o reembolso, incentivando o trespasse das ações para terceiros.

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 evidenciou-se nos artigos 599 e seguintes a norma posta, sobretudo no que tange ao §2º do citado artigo, diante a dissolução de uma companhia, vislumbrar a possibilidade de exclusão e retirada de determinado sócio, se culminar na dissolução total societária. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, nenhum cidadão é obrigado a permanecer associado e, em análise dos julgados pelo Superior

Tribunal de Justiça, a realidade do Brasil evidencia o surgimento de várias companhias de pequeno e médio porte, constituindo-se por sociedades *intuitu personae* travestida de sociedade *intuitu pecuniae*, em que o que se predomina nos julgados é o princípio da preservação da sociedade.

Por fim, corroborando com o acima descrito, quando da quebra da *affectio societatis*, o que se prevalece atualmente nos Tribunais Brasileiros no enfoque das sociedades de capitais é o bom senso do eminente julgador em analisar como se forma e depende de uma companhia de pequeno e médio porte, para que se adentre no mérito da causa sem que prejudique o funcionamento da economia brasileira e porventura daqueles de dependem da mesma, continuando assim a sociedade mesmo após uma dissolução parcial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <www.planalto.gov.br>.Acesso em 04 nov. 2016.

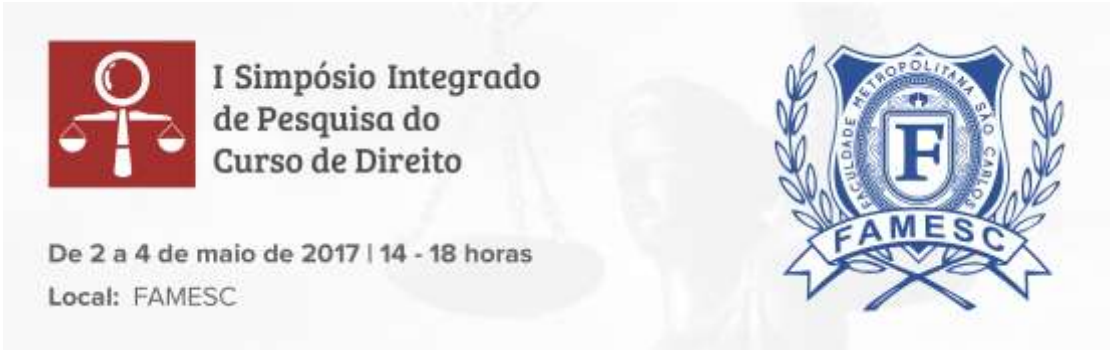
_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 04 nov. 2016.

_____.**Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 04 nov. 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assunção. **Manual de Direito Processual Civil**. v. único. 8ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____.**Novo Código de Processo Civil Comentado**. Salvador: Juspodivm, 2016.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil:** Procedimentos Especiais. v. 2. 50 ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.



HIROSHIMA E NAGASAKI: TRISTEZA MUNDIAL

SANTOS, Gustavo Silva dos[40]
SILVA, Thiago Ribeiro da [41]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[3]

INTRODUÇÃO

Pode-se, primeiramente, analisar o requisito fundamental do Jus Naturalismo como o fator mais essencial do ser humano, o direito à vida. Através do direito à vida emerge outros direitos fundamentais do Direito Natural, como o da liberdade entre outros. No que tange o aspecto mundial, esse rol de direitos atualmente está devidamente amparado pelos órgãos responsáveis mundialmente pela defesa do cidadão. A ONU e as demais entidades fiscalizam e defendem o indivíduo, pois merecem respeito, dignidade e direito à vida.

Mas tal direito foi altamente violado com o ataque nuclear às cidades de Hiroshima e Nagasaki, dizimando milhares da vida. Essa terrível conduta representa o paradigma de uma sociedade que rompeu com os valores morais de civilidade e de respeito mútuo. A escalada crescente da barbárie demonstra a

[40] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, gustavosantos2310@gmail.com;
[41] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, thiagoribeiro200@yahoo.com.br;
[3] Professor orientador: Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo- ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taua_verdan2@hotmail.com

predominância da recusa pela preservação do homem, de sua história e de seus laços sociais, em prol de interesse políticos e econômicos que incentivam a individualidade em uma sociedade massa.

MATERIAIS E MÉTODOS

A partir do tema proposto - Bomba em Hiroshima -, foi necessário a internet para aprofundar e ampliar a fonte de conhecimento. A busca por artigos, opiniões, resumos e pesquisas foram fundamentais para absorver conhecimento e expor o assunto. Baseado nos Direitos Humanos, a sociedade mundial necessita ter uma visão de que todo cidadão tem o seu direito à vida preservado e garantido.

DESENVOLVIMENTO

No dia 07 de dezembro de 1941, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), segundo Nakagawa (2014, p.13-15), o Japão atacou Pearl Harbor, base militar norte-americana localizada no Havaí. Esse teria sido o motivo pelo qual os Estados Unidos deixaram sua posição neutra adotada desde 1939 para unir-se oficialmente aos Aliados na Guerra contra o Eixo, no qual se encontravam Alemanha e Japão seus maiores alvos. O desejo de retaliação da população civil e militar norte-americana, desencadeado pela perda de milhares de vida no ataque japonês à base no Havaí, fez com que o governo Roosevelt não só pudesse atender às pressões militares do mundo, que vinham incitando os Estados Unidos a

abandonarem a neutralidade e tomarem uma posição frente ao conflito mundial, mas ingressar na Guerra com o apoio maciço de sua população, que estava chocada com o ataque e buscava vingança contra seus agressores.

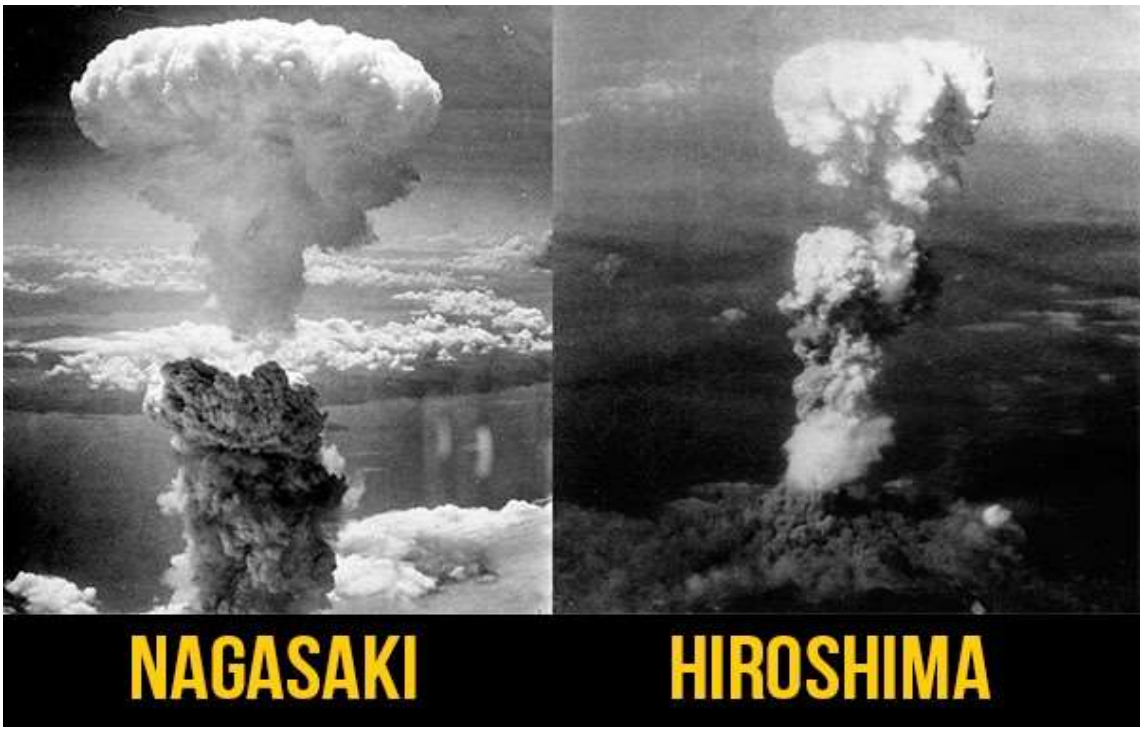


Figura 1. Mostra o desastre causado e pelas duas bombas atômicas, lançado pelos EUA em território Japonês (AMORIM, 2016).

Sua entrada, porém, visava não somente a reestabelecer o Pacífico como área de influência americana e satisfazer o desejo de retaliação de sua população recém-atacada, mas articular-se para que, no período pós Guerra, pudesse exercer sua influência em escala mundial, inaugurando a era da hegemonia norte-americana. Esta articulação envolvia a construção de um novo tipo de arma, poderosa o suficiente para aniquilar não só a nação inteira, mas o mundo todo.

Deu-se, então, o início ao Projeto Manhattan, responsável pelo desenvolvimento e construção de três bombas atômicas. Dessa, duas utilizavam o elemento plutônio, sendo que uma foi usada no Teste Trinity (primeiro teste atômico realizado pelo homem) e a outra foi lançada sobre a cidade de Nagasaki. A terceira bomba utilizava o elemento urânio, e foi usada no bombardeio á cidade de Hiroshima.

Figura 2. O desespero da população japonesa em Nagasaki, 1945. (BORGES, 2015).

A situação impensada dos EUA em lançar bombas atômicas - ocorrido em 06 de agosto de 1945 - sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki desperta até o

momento grande sentimento de indignação e revolta, pois tal fato feriu não somente a vida e a dignidade humana no local, como também o Direito Natural de todo ser humano. Hiroshima e Nagasaki: O maior crime de guerra contra a humanidade segue impune, e, pelo contrário, foram saudados como heróis por terem vencido e acabado com a guerra. (HISTORIADOR, 2012). Tendo como base a ideia citada, o maior holocausto já vivido pela humanidade, ocorreu de maneira banal, até hoje o país acusado por tal se quer foi punido. Deve-se frisar que não foi um simples míssil jogado sobre uma nação, e sim uma terrível bomba radioativa jogada em cima de todos os seres humanos - independente da nacionalidade de cada um-, e que acabou trazendo consequências desastrosas para o local durante anos e anos.

DISCUSSÃO

É indiscutível a proteção dos direitos fundamentais como o direito à vida, à liberdade, à saúde do ser humano, expresso pelo Jus Naturalismo, forma essa, essencial para o convívio e respeito em qualquer sociedade mundial. A "Rosa de Hiroshima" do autor Vinícius de Moraes mostra um pouco do drama sofrido pela população Japonesa, que, por sua vez, relata as feridas derivadas de uma guerra. Em virtude do triste fato ocorrido, pode-se ter a visão que como a falta de respeito com a dignidade da pessoa humana, traz consequências calamitosas para um convívio social, tanto local, como mundialmente.

> Pensem nas crianças mudas telepáticas, pensem nas meninas cegas inexatas, pensem nas mulheres rotas alteradas, pensem nas feridas como rosas cálidas, mas, oh, não se esqueçam da rosa da rosa, da rosa de Hiroshima a rosa hereditária, a rosa radioativa estúpida e inválida, a rosa com cirrose a anti-rosa atômica, sem cor sem perfume sem rosa, sem nada. (MORAIS, 1973).

A primeira parte do poema diz "pensem nas crianças mudas telepáticas, pensem nas meninas cegas inexatas, pensem nas mulheres rotas alteradas, pensem nas feridas como rosas cálidas" está relacionado com as vítimas japonesas, o autor quis mostrar em forma de poema o sofrimento decorrente daquele bombardeio, que arrasou não só com as famílias locais, mas também com a estrutura do país. A segunda parte "mas, oh, não se esqueçam da rosa da rosa, da rosa de Hiroshima a rosa hereditária, a rosa radioativa estúpida e inválida, a rosa com cirrose a anti-rosa atômica, sem cor sem perfume sem rosa, sem nada."

O autor descreve as consequências do massacre radioativo ocorrido nas cidades japonesas, em que mais de 200 mil pessoas morreram e outras milhares ficaram marcadas com esse ato de crueldade. Essa relação que o autor faz do poema com o fato ocorrido em Hiroshima e Nagasaki, nos faz enxergar um espírito cruel e devastador do ser humano, na qual meros interesses são mais importantes que vidas, patrimônios ou qualquer outro bem que se possa imaginar. Vinícius de Moraes nos mostra que tal efeito trouxe apenas consequências negativas para toda a humanidade, além de um marco histórico e negativo adquirido pelos Estados Unidos da América.

> O bombardeamento das cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki pode ser considerado o maior atentado terrorista da

> história da humanidade, já que o objetivo do governo e do exército dos Estados Unidos era aterrorizar a população japonesa e, assim, evitar uma invasão ao país para pôr fim à guerra. (PINTO; TALES, 2015)

O direito natural é uma teoria que procura fundamentar o bom senso com a dignidade da pessoa humana, pois abrange um propósito de agir em defesa do indivíduo e das suas garantias protegidas individualmente em um âmbito mundial, para que fatos como esse tenham cada vez menos chances de voltar a se repetir, pois independente do país em que possa viver, o ser humano merece respeito e dignidade, e essa sua proteção está atualmente amparada por órgãos que visam o bem estar social e solucionar conflitos pertinentes as nações. Os direitos humanos é um exemplo vivo de um órgão que busca a valorização do ser humano em todas as suas formas, origens e essências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aplicado foi favorável para a construção do conhecimento técnico e científico, pois o fato ocorrido em 06 de agosto de 1945 teve não só consequências marcantes na vida dos Japoneses como na história da humanidade. O individuo - de forma global - necessita respeitar o direito à vida, assim como todos os demais direitos fundamentais relacionados à dignidade da pessoa humana. O mundo precisa aprender a viver de forma harmônica e de paz.

Em vista do tema aprofundado, a conscientização do ser humano é fundamental para a base da sociedade mundial, em que direitos e garantias devam ser protegidos por estruturas que forneçam dignidade a qualquer um,

independente de raça, religião, cor da pele, costumes, entre tantos outros que apenas distanciam cada vez mais um ao outro. A ONU tem um papel essencial para a manutenção da paz no mundo, pois abrange uma ampla e grande gama de questões internacionais, vindo como premissa os Direitos Humanitários, por meio de suas comissões, que visam assegurar e evitar um novo conflito armado mundial. Findo essa questão apresentando fatos marcantes vividos por uma sociedade que sofreu por longa data por um ato inconsequente e irresponsável do governo Norte Americano trazendo até hoje dolorosas lembranças àquela nação.

REFERÊNCIAS

10 Fatos assustadores sobre as bombas atômicas. **Gazeta do Povo:** portal eletrônico de notícias. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/10-fatos-assustadores-sobre-as-bombas-atomicas-2lerltwnrcax8krlkhmo0kw5w>. Acesso em: 31 Mar. 2017.

EXPLOSÃO da 1º bomba em Hiroshima completa 70 anos; relembre. **Terra:** portal eletrônico de notícias. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/educacao/bomba-nuclear-de-hiroshima-a-historia-da-explosao-da-bomba-atomica,61d5729779f315e35dd34667bb4f91e6pqn8RCRD.html> Acesso em 31 mar. 2017.

HIROSHIMA e Nagasaki: O maior crime de guerra contra a humanidade segue impune. **Um Historiador:** portal de notícias. Disponível em: <https://umhistoriador.wordpress.com/2012/07/15/hiroshima-e-nagasaki-o-maior-crime-de-guerra-contra-a-humanidade-segue-impune/> Acesso em 31 mar. 2017

HIROSHIMA e Nagasaki antes e depois. **El país:** portal eletrônico de notícias. Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/06/internacional/1438855146_866634.html > Acesso em: 12 Abr. 2017.

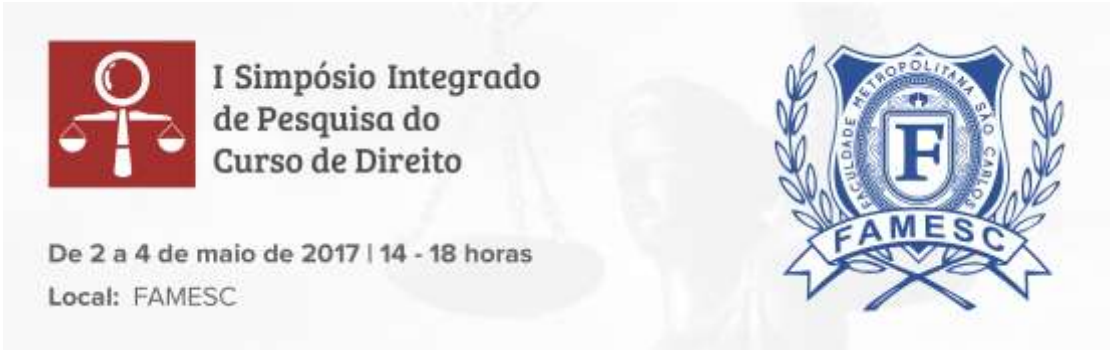
NAKAGAWA. Cristiane Izume. **Hiroshima: a catástrofe atômica e suas testemunhas**. São Paulo, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Pessoal/Desktop/nakagawa_corrigida%20(1).pdf>. Acesso em: 11 abr. 2017.

OBVIOUS. **As fotos da bomba de Hiroshima e Nagasaki.** Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2014/02/as_fotos_da_bomba_de_hiroshima_e_nagazaki.html> Acesso em: 31 mar. 2017

ONU. **A ONU e o Direito Internacional.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/direito-internacional/ > Acesso em: 12 abr. 2017.

PINTO, Tales. Hiroshima e Nagasaki, bombas e terror. **Uol:** portal eletrônico de notícias. Disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/hiroshima-e-nagasaki-bombas-e-terror.htm> Acesso em: 12 Abr. 2017.

VEJA fotos históricas da tragédia atômica de Hiroshima**. Terra:** portal eletrônico de notícias. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/mundo/asia/veja-fotos-historicas-da-tragedia-atomica-de-hiroshima,c92190d15061c310VgnCLD20000099cceb0aRCRD.html > Acesso em: 12 abr. 2017.



"RUA" E "RUA DAS ERRADIAS", DE LASAR SEGALL, E "MANGUE", DE DI CAVALCANTI, E O TRATAMENTO CONTEMPORÂNEO DAS PROFISSIONAIS DO SEXO

PARRINE, Mayara da Silva[42]
SOBRAL, Viviane Castro[43]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[3]

INTRODUÇÃO

Conhecida popularmente como a "profissão mais antiga do mundo", a prostituição nem sempre foi discriminada e oculta como nos dias atuais. Nesse sentido, (LINS, 2007, p. 201) salienta que, na Antiguidade, tal ato era considerado sagrado, sendo praticado nos próprios templos. Em tal cenário, as prostitutas eram tratadas com respeito e quem fazia sexo com elas realizava um ato de adoração a um deus ou deusa. Equivalendo-se, então, por muito tempo, de uma ocupação respeitada e associada a poderes sagrados. Mas, com o passar dos anos, havendo o surgimento do cristianismo e uma sociedade patriarcal, a independência sexual e econômica das mulheres restringiu-se, e as meretrizes passaram a ser mal vistas.

[42] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, mayaraparrini013@gmail.com;
[43] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, vivianecastrobji@hotmail.com;
[3] Professor orientador: Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo- ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taua_verdan2@hotmail.com

Como dispõe (LUCAS, 7:36-50), a mulher de má fama, para receber o perdão e, consequentemente, as bênçãos divinas, teve que se arrepender de seus pecados. Personificando um estigma de mulher arrependida, reforçando, desta forma, ainda mais o *status* negativo da prostituição. Mesmo sendo uma das atividades mais antigas da humanidade e, consideravelmente, aceitas naquele tempo, atualmente, o panorama não é mais o mesmo, encontrando-se sob o efeito de preconceito e tabu. Coisa que as profissionais do sexo, por meio de movimentos sociais, tentam mudar. Buscando reconhecimento da atividade e propondo uma organização para defender-se das situações de discriminação enfrentadas por causa dos estereótipos morais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Não se tem uma data exata do surgimento da prostituição. Mas, como já dito anteriormente, tal atividade é conhecida como a mais antiga da humanidade. Sendo assim, esteve presente nos vários momentos da história mundial, e, consequentemente, nas suas mutações de valores morais, éticos e religiosos. Inevitavelmente, a aceitação e o tratamento de tal atividade perante a sociedade

também veio a sofrer mudanças. De deusas à escória da humanidade, as meretrizes da Antiguidade já foram admiradas por sua inteligência e cultura, sendo elevadas em nível de divindade. Na sociedade matriarcal da época, elas eram vistas como força da vida e o centro das atividades sociais, com tal poder, controlavam sua sexualidade.

Entretanto, segundo Nickie Roberts (*apud* SILVA, 2011, p. 01), a partir de 3000 a. C, os homens das tribos começaram a ter consciência de seu papel, subjugando, desta forma, a sociedade matriarcal e impondo uma patriarcal, com introdução de novas formas de casamento afim de controlar a sexualidade das mulheres. Criando uma divisão de prostitutas e esposas.

Sendo as prostitutas, a partir daí, controladas pelo Estado e usadas como meio de obtenção de lucro, em que, aquelas, trabalhavam em bordéis estatais e deviam pagar impostos. Porém, com o passar do tempo, tal atividade se tornou tão rentável que a independência sexual e econômica delas tornou-se uma ameaça ao patriarcalismo. E, com o edito de Milão, em 313, o Cristianismo teve uma maior difusão, havendo um fortalecimento do clero. Contribuindo ainda mais para que a prostituição fosse combatida, impondo-lhe atributo de pecado.

Porém, a própria Igreja, em plena Idade Média, se contradizia ao dizer que prostituição era pecado, excomungando a quem praticasse, e, por outro lado, defendendo sua utilidade, no que diz respeito a evitar que as "pressões sexuais" masculinas fossem dirigidas às "mulheres sérias". Isto é, segundo Santo Agostinho, a existência da prostituição era aceita como um mal necessário. "A prostituição nas cidades é como a fossa no palácio: tire a fossa e o palácio se torna

um lugar sujo e mal cheiroso", de acordo com as ponderações de Santos (2013, s.p).

Já no final do século XIII e início do século XIV, surgem vários acontecimentos importantes na história, entre eles catástrofes ecológicas, demográficas e econômicas. Como, por exemplo, a profunda crise do feudalismo e a "Peste Negra" que veio a devastar a Europa na segunda metade do século XVI (SILVA, 2011, p. 02). Nesta época, a situação das prostitutas refletia o que estava ocorrendo no momento. E os bordeis passaram a ser associados à dissensão e desordem pública, sendo pontos de queixas. Visto isso, houve uma queda do número do bordeis, e um maior controle do Estado àqueles que sobraram.

Durante os séculos XVIII e XIV houve o processo da Revolução Industrial, provocando o êxodo rural e o aumento do desemprego, agravando as condições de pobreza. E várias consequências são vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras, em que, as que não haviam sido desvinculadas de suas profissões por conta da industrialização, acabavam por receber menos que os homens. Colocando-as em desvantagem pela luta da sobrevivência. Gerando, assim, um aumento da prostituição por toda Europa.

No Brasil, a prostituição está presente desde o período colonial. Transformando-se em objeto de estudo a partir da segunda metade do século XX. Alguns autores afirmam que as prostitutas dessa época, desempenhavam importante papel para a construção do seu oposto: mulheres puras, identificadas com a Virgem Maria e distantes da sexualidade transgressora. E, para compreender esse ofício, é importante levar em consideração a pobreza, que fazia

da prostituição uma forma de trabalho ligado à sobrevivência, salientou Irmã Roseli Consoli (*apud* SANCHES, s.d., s.p.).

O que não é diferente dos dias atuais e o que foi há anos atrás com a Zona do Mangue, localizada na parte central do Rio de Janeiro, a zona mais tradicional de prostituição de baixo meretrício do Brasil. As primeiras evidências de prostituição, neste local, surgiram em 1860, com os aterros de mangues na região. Escravas, mestiças, caftinizadas se prostituíam para complementação de renda, afirma Castro (1993, p. 149).

No fim do século XIX, era impelida aos policiais que eles deixassem a cidade "moralizada", implantando suas próprias formas de controle à prostituição. Suas ações incluíam manter as prostitutas fora dos pontos comerciais e de cidadãos respeitáveis, transferindo-as para lugares menos visíveis, de classe baixa, consideradas ideais para sua prática, sendo o Mangue o principal lugar (CAULFIELD, 2000, p.43). Tal local, segundo o mesmo o autor (CAULFIELD, 2000, p. 56- 57), a polícia, em 1923, chegou a registrar 674 mulheres trabalhando na área, 6 anos depois, em 1929, esse número quase triplicou, contabilizando 1735 prostitutas cadastradas, vivendo, então, seus momentos áureos, atraindo uma clientela, em sua maioria, de homens mais jovens e pobres.

Figura 1. Rua (1922) de Lasar Segall. Museu Lasar Segall, São Paulo. Disponível em: <http://www.museusegall.org.br>. Acesso em 30 mar. 2017.

Figura 2. Mangue (1929) de Emiliano di Cavalcanti. Museu de Arte Contemporânea, São Paulo. Disponível em: <http://www.museus.gov.br>. Acesso em 30 mar. 2017.

Contudo, nem só de pessoas desse perfil era frequentado o Mangue, como dispõe Moraes (*apud* CAVOUR, 2011, p.47), nessa época de ouro, foi frequentado por inúmeros poetas, pintores, músicos e escritores, como Lasar Segall, Di Cavalcanti, Manuel Bandeira, Cartola, Luiz Gonzaga, Antônio Fraga. O Mangue acabou servindo, então, de inspiração para inúmeras criações. Como se pode notar nas obras "Ruas" e "Ruas das Erradias" de Lasar Segall e "Mangue" de Emiliano di Cavalcanti.

Figura 3. Rua das erradias (1956) de Lasar Segall. Museu Lasar Segall, São Paulo. Disponível em: <http://www.museusegall.org.br>. Acesso em 30 mar. 2017.

Retratando de forma bem realista o ambiente da mais tradicional zona de prostituição de baixo meretrício no Brasil. A convivência naquele lugar, fez com que ambos artistas evitassem de ser observadores distantes, deixando de ver o Mangue como meros espectadores e penetraram naquele mundo de perdição, com almas amarguradas, solitárias, podendo ser visivelmente notadas pelos olhares melancólicos e compassivos do sofrimento que as obras possuem, muito pela miséria a qual vivem e por desempenharem um papel considerado a escória da humanidade, vivendo à margem da sociedade, sem direitos e reconhecimento.

DISCUSSÃO

Durante todo o percurso do trabalho, foi exposto um processo evolutivo do tratamento da prostituição, sendo, notadamente, visto que, na maior parte do tempo, tal atividade foi carregada de muito preconceito e repulsão, por questões morais, religiosas e sanitárias da sociedade. Entretanto, nos dias atuais, as profissionais do sexo buscam o respeito e o reconhecimento da ocupação que julgam ser "um trabalho como outro qualquer". No Brasil, a busca por esses direitos começaram a ser debatidos na década de 1990, tendo como perspectiva, colocar a discussão da prostituição no campo da cidadania – enfatizando-se em especial, a questão da atividade referir-se a direitos sexuais e trabalhistas, e não a uma questão criminal/penal (RODRIGUES, 2003, p.158 e 339).

Com o intuito da regulamentação da profissão, foi criado o Projeto de Lei Ordinária nº 4.211/12, de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), batizado de Lei Gabriela Leite em homenagem à profissional do sexo, militante dos Direitos Humanos e defensora das causas destes profissionais desde o final da década de 70. Tal projeto se encontra aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa e seu escopo está baseado, principalmente, do artigo 1º, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil, que é tomado como principio fundamental o direito à dignidade humana. Pois, a legalização viria reduzir a exploração e violência contra as prostitutas, possibilitando a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço; como, também, implantaria políticas públicas relacionadas à saúde, capazes de minimizar as DSTs; e sua regularização no âmbito trabalhista, as daria direitos como os de qualquer

outro profissional. Portanto, todo esse conjunto de benefícios vindo da legalização, traria uma vida digna a elas, já que é deste ofício que promovem o sustento e sua independência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a prostituição sempre esteve presente, condicionada por fatores econômicos, culturais, religiosos e sociais. Porém, sempre houve um denominador comum: a prostituição como uma alternativa de luta da mulher pela sobrevivência. E hoje, numa sociedade Contemporânea, elas buscam a regulamentação desse ofício, reivindicando os direitos trabalhistas e, principalmente, aquele de ordem ética, o respeito.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA Sagrada. **Evangelho Segundo Lucas:** capítulo 7, versículo 36-50. Disponível em: <http://www.camaramarilandia.es.gov.br/Arquivo/Documents/PAG/bibliasagrada.pdf>.Acesso em: 26 mar. 2017.

CASTRO, Ricardo Vieiralves de. **Representações Sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro**. 1993. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/representacoes-sociais-da-prostituicao-na-cidade-do-rio-de-janeiropdf.html>. Acesso em: 29 mar. 2017.

CAULFIELD, Sueann. **O nascimento do Mangue:** raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. Universidade Federal Fluminense.

Niterói, Brasil. 09 jul. 2000, p. 43-63. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018237004>. Acesso em: 29 mar. 2017.

CAVOUR, Renata Casemiro. **Mulheres de família:** Papéis e Identidades da Prostituta no Contexto Familiar. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0912457_2011_%20cap_4.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda:** arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Prostituição e Polícia: Um estudo de caso**. 352f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12680711/policia-e-prostituicao-feminina-em-brasilia-um-estudo-de-caso>. Acesso em: 30 de mar. 2017.

SANCHES, Ângela Genova. **Prostituição: Entenda esse fenômeno.** *In*: Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Disponível em: <http://www.oblatas.org.br/artigos_detalhes.asp?codigo=17&categoria=3&subcategoria=2>. Acesso em: 27 mar. 2017.

SANTOS, Azivonete Francisca Cardoso dos. Prostituição na Rua do Bom e do Barato em Feira de Santana – BA. (1930-1960). *In:* VI Encontro Estadual de História, Bahia, **ANAIS...**, 2013, s.p. Disponível em: <http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/Azivonete-pronto.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SILVA, Fernanda Priscila Alves da. Prostituição, Violência e Mercantilização de Corpos. *In*: Seminário Internacional enlaçando sexualidades, Salvador, **ANAIS...,** 04-06 set. 2011, p. 01-14. Disponível em: <https://nugsexdiadorim.files.wordpress.com/2011/12/prostituic3a7c3a3o-vivc3aancias-e-mercantilizac3a7c3a3o-de-corpos.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2017.

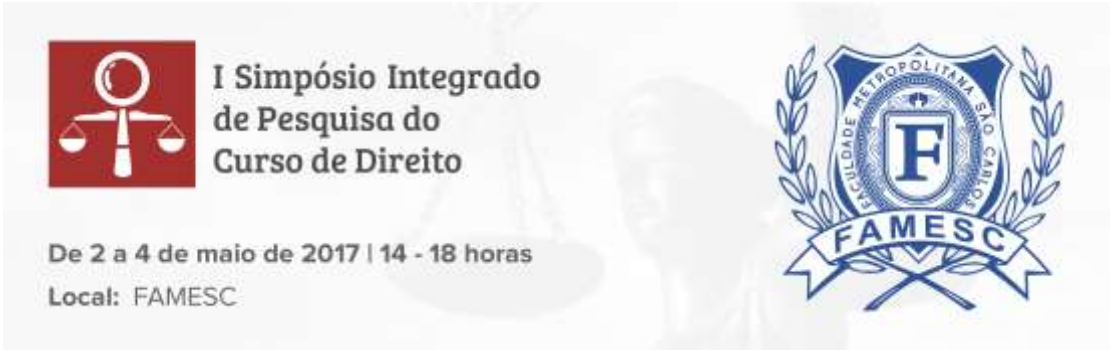
I Simpósio Integrado de Pesquisa do Curso de Direito

De 2 a 4 de maio de 2017 | 14 - 18 horas

Local: FAMESC

GRUPO DE TRABALHO:

ECONOMIA, DIREITO, ADMINISTRAÇÃO E INTERFACES



"POGROM", DE LASAR SEGALL, E A DENÚNCIA PELO RECONHECIMENTO DA DIGNIDADE ENTRE INDIVÍDUOS: UM EXAME À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

FREITAS, Felipe Almeida Alves de [44]
OLIVEIRA, Elionardo dos Santos de [45]
RANGEL, Tauã Lima Verdan [46]

INTRODUÇÃO

O artista Lasar Segall foi um pintor, escultor e gravurista que nasceu em uma comunidade Judaica na Lituânia (Russia Czarista) no dia 21 de julho de 1891. O trabalho de Segall teve influencias do impressionismo, expressionismo e modernismo. Seus temas mais marcantes foram as representações do sofrimento humano. Lasar Segall era um artista que se preocupava com as questões sociais. Os traços marcantes de sua pintura eram as emoções humanas, muitos traços marcavam o sofrimento. Em sua obra "Pogrom" podem-se ver os traços

[44] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana.
[45] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana.
[46] Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense Especialista Lato Sensu em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. taua_verdan2@hotmail.com

marcantes usados em suas obras e o todo um contexto social. Na obra Pogrom é existente um amontanhado de corpos, que visa expressar sobre o convívio de sua infância com um grupo de bárbaros denominados “Pogroms”, grupo que perseguiam os judeus, comunidade da qual Lasar Segall pertencia.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites e selecionados da internet, que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Lasar Segall iniciou seus estudos em 1905, quando entrou para a Academia de Desenho de Vilnius, na sua cidade natal. No próximo ano, se mudou para Berlim, onde iniciou os estudos na Academia Imperial de Berlim. Depois de cinco anos ele se mudou para Dresden, estudando na Academia de Belas Artes. No ano de 1912, Lasar Segall veio ao Brasil, onde encontrou com seus irmãos que aqui viviam. As suas primeiras exposições individuais foram em São Paulo e em Campinas, em 1913. Graças a Lasar Segall o Brasil teve seu primeiro contato com a arte expressionista europeia. Porém a crítica do público não foi positiva. Fundou com um grupo de artistas, o movimento "Secessão de Dresden", em 1919, realizando, a seguir, diversas exposições na Europa. (UOL, s.d.)

No ano de 1923, Segall se mudou para o Brasil. Ao se mudar para o Brasil, Segall se encantou com as cores vibrantes do Brasil. Em suas obras nota-se o estilo nacional que é nitidamente visto em suas pinturas e decorações. Lasar declarou ter encontrado o milagre da cor ao olhar o mar verde e o céu azul. No Brasil as obras de Lasar Segall ficaram conhecidas como o "milagre da luz e da cor". Foi um artista muito importante, pois foi um dos artistas modernistas pioneiros a expor no Brasil. (UOL, s.d.) Segall ao se mudar para o Brasil, dedicou-se, além da pintura, às artes decorativas. Criou a decoração do Baile Futurista, no Automóvel Clube de São Paulo, e os murais para o Pavilhão de Arte Moderna de Olívia Guedes Penteado. Alguns anos depois, dedicou-se à escultura em madeira, pedra e gesso. Em 1930, Segall retratou, em suas obras, diversas paisagens da cidade de Campos do Jordão. Em 1938, Segall foi responsável pelo figurino para a apresentação de balé "sonho de uma noite de verão", que foi encenado no Teatro Municipal de São Paulo. No ano de 1943 foi realizado uma retrospectiva de sua obra no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

O museu Nacional de Arte Moderna preparou uma retrospectiva das obras de Lasar Segall no ano de 1957, na cidade de Paris. Segall morreu aos 66 anos, no mesmo ano que aconteceria o evento, por causa de problemas cardíacos. (UOL, s.d.) Para dar inicio ao entendimento da obra e os fatos inseridos nela, precisa-se entender o significado da palavra POGROM. Pogrom é uma palvra russa que significa "cauar estragos, destruir violentamente".

> Pogrom = ataque violento maciço a pessoas, com destruição simultânea do seu ambiente. Históricamente, o termo tem sido usado para denominar atos em massa de violência, espontânea ou premeditada,

> contra judeus, protestantes, eslavos e outras minorias étnicas da Europa, porém é aplicavel a outros casos, a envolver países e povos do mundo inteiro. (DICIONÁRIO PORTUGUÊS, s.d.).

Lasar Segall passou sua infância convivendo com um grupo de bárbaros denominados "pogroms". Segall nasceu em uma família de judeus. Os judeus eram perseguidos pelos pogroms de forma desumana. A obra de Lasar Segall, denominada Pogrom, mostra vários corpos amontoados, contendo corpos de crianças, mulheres e homens, jovens e idosos. As casas velhas, despencando-se no fundo, ajudam a intensificar a sensação de abandono. "Na parte inferior da tela, à esquerda, uma Torá (nome que recebe os cinco principais livros do judaísmo, que constituem o texto central da doutrina) encontra-se aberta no chão". (VIRUS DA ARTE, s.d.)

Uma pomba branca que simboliza a paz leva os admiradores a indagar sobre a presença daquela ave. A ave pairando sobre os corpos traz o significado de paz, depois de levarem uma vida de brutalidade, só conseguiram encontrar a paz com a morte. A dignidade da pessoa humana, que é um dos princípios fundamentais da República federativa do Brasil (Art. 1, inc. III da CF/88) não foi alçando pelos judeus que sofreram nas mãos dos Pogroms.

DISCUSSÃO

Lasar Segall foi um homem muito importante para a arte Brasileira, foi um dos primeiros artistas modernistas a expor no Brasil. Através de sua obra "Pogrom", conseguiu ampliar o conhecimento sobre os atos desumanos sofridos

contra os judeus. O primeiro incidente a ser rotulado pogrom foi um tumulto antissemita ocorrido na cidade de Odessa em 1821. A palavra "pogrom" tornou-se de uso comum durante as revoltas antissemitas que aconteceram na Ucrânia e no sul da Rússia, entre 1881 e 1884. Os pretextos para os pogroms eram ressentimentos econômicos, sociais, e políticos contra os judeus, reforçando o antissemitismo religioso. Os incentivadores dos pogroms os organizavam localmente, conseguiam até o incentivo do governo e da polícia. Eles estupravam e matavam suas vítimas, além de vandalizar e roubar suas propriedades. (USHMM, s.d.)

Figura 1. Progrom (1937) de Lasar Segall de Lasar Segall. Museu Lasar Segall, São Paulo. Disponível em: <http://www.museusegall.org.br>. Acesso em 25 abr. 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todas essas atrocidades já cometidas, é nítido que a dignidade da pessoa humana nem sempre foi um princípio resguardado. Nos dias atuais, a dignidade da pessoa humana é um princípio resguardado com amplitude, principio no qual se regem as leis, princípio que está no início e no fim. Grupos radicais como os pogroms irão existir, mas basta das autoridades competentes que tomem atitudes de preservação da tão importante dignidade da pessoa humana. Lasar Segall ao retratar em sua obra o contexto social dos judeus em os atos cruéis dos pogroms, ajuda a dissipar conhecimento para as pessoas de coisas que as vezes elas nem se quer imaginavam. Os pogroms existiram em diversos países.

Até hoje existem grandes números de antissemitas pelo mundo. Porém, com o combate contra grupos extremistas, as denúncias, o apoio social contra atos de barbáries, o incessante reconhecimento da dignidade da pessoa humana, algumas medidas foram tomadas. Uma matéria de 2016 diz que o presidente Polonês Andrzej Duda prometeu combater qualquer tipo de ato racista e antissemita nas comemorações do pogrom de Kielce, um massacre em que 40 judeus foram mortos em 1946, mais de um ano após o fim do nazismo. "Não há justificativa para crimes antissemitas", declarou o chefe do Estado polonês em um discurso transmitido ao vivo na televisão durante a cerimônia oficial do 70º aniversário do pogrom de Kielce, e prometeu combater "todo ato racista, antissemita e xenófobo". (ZH, s.d.)

REFERÊNCIAS

BIOGRAFIA Lasar Segall. **Uol**: portal eletrônico de notícias. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/lasar-segall.htm>. Acesso em 25 abr. 2017.

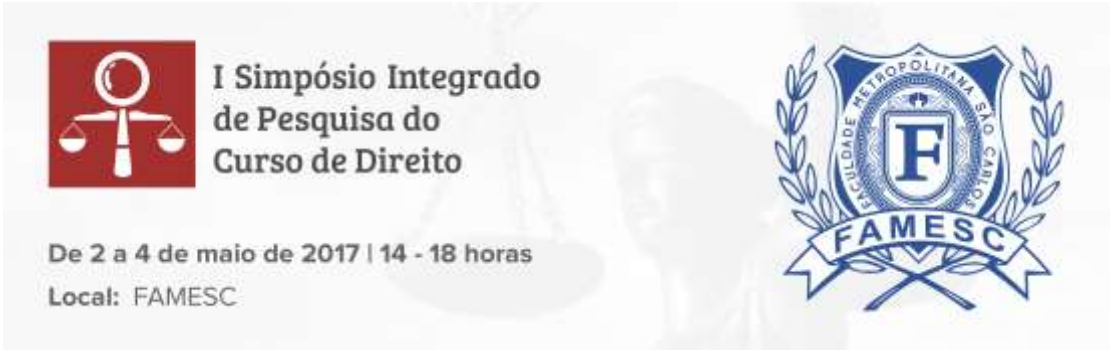
POLÔNIA promete lutar contra antissemitismo em aniversario do pogrom de Kielce. **ZH**: portal eletrônico de notícias.Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/07/polonia-promete-lutar-contra-antissemitismo-em-aniversario-do-pogrom-de-kielce-6373570.html>. Acesso em 25 abr. 2017.

PROGROM. **Dicionário em Português.** Disponível em: <http://dicionarioportugues.org/pt/pogrom>. Acesso em 25 abr. 2017.

PROGROMS. Disponível em: <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005183>. Acesso em 17 abr. 2017.

SEGALL: Progom. **Vírus da Arte.** Disponível em: <http://virusdaarte.net/segall-pogrom/>. Acesso em 25 abr. 2017.

SOB polêmica, Parlamento alemão aprova leis de combate ao antissemitismo. **DW:** portal eletrônico de notícias. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/sob-pol%C3%AAmica-parlamento-alem%C3%A3o-aprova-leis-de-combate-ao-anti-semitismo/a-3765323>. Acesso em 25 abr. 2017.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

PIMENTA, Adriany Carvalho Rodrigues[47]
AMARAL, Kimilly Oliveira Donádio[48]
FERREIRA, Thaynara Nunes[49]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[50]

INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um assunto que tem ganhado, a cada dia, mais destaque na sociedade. Apesar de ser um assunto que recebe maior atenção na contemporaneidade, desde os períodos coloniais, tem-se observado o crescimento desses acontecimentos nos lares das famílias brasileiras. A mulher é alvo de inúmeras cobranças, sobretudo em decorrência do tecido social adotado, pois tem que ser mãe, esposa, dona de casa e, ainda assim, ocupar, com louvor, seu espaço no mercado de trabalho. A violência doméstica e familiar se caracteriza como atos explícitos ou velados. Assim, tem-se a violência explícita quando o

[47] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, adrianycrp@gmail.com;
[48] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, oliveiradonadio@bol.com.br;
[49] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, thaynaranunes1999@gmail.com;
[50] Professor orientador: Doutorado vinculado ao programa de pós-graduação em sociologia e direito da UFF – Linha de pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela universidade federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, taua_verdan2@gmail.com

agressor se mostra extremamente agressivo, ao passo que a violência velada ocorre de uma forma mais passiva, tendo, igual condão, de agredir a.

A violência doméstica muita das vezes aparece de forma psíquica, em que se destrói a moral e a autoestima da vítima, reproduzindo o ciclo tradicional da mulher como coisa, da mulher como a vítima pelo sexo frágil. Essa violência se dá através de humilhações e xingamentos, podendo chegar, também, a ameaças contra a vida da vítima. A violência é praticada literalmente dentro de casa entre parentes e familiares ou, então, por parentesco civil, ou seja, marido e mulher, sogra, padrasto ou, também, por parentesco natural, que são pai, mãe, filhos, irmão, etc.

Atualmente, com o estabelecimento de uma legislação própria para coibir a tradicional violência praticada contra a mulher no ambiente doméstica e familiar, tem-se observado o aumento dos números registrados de processos contra os agressores. É importante destacar que a violência se dá de diversas formas, a saber: moral, física, patrimonial, psicológica e sexual. Além disso, é perceptível que parte das vítimas não sabem ao menos identificar se seu parceiro está realmente as violentando, em decorrência da sua formação social, moral, religiosa e cultural.

Muitas delas acham que o dever da mulher é respeitar e atender ao pedido do marido, seja ele qual for, mesmo que isso traga um constrangimento a sua integridade física ou psicológica, pois, por ter sido criada em uma sociedade majoritariamente machista, foi ensinada que deve ser submissa ao homem sempre, tanto em seu lar como em qualquer outro lugar, com a cabeça moldada para isso

não percebe o abuso cometido contra ela, julgando o mesmo "normal", pois "ele é homem, né?!" .

MATERIAL E MÉTODOS

Neste trabalho a metodologia baseia-se em um questionamento sobre a violência contra a mulher, na dificuldade da vítima em identificar a violência e principalmente de denunciar o agressor por tal ato, que na maioria da vezes possui laços familiares e afetivos com o mesmo, dificultando assim o processo de aceitação e exposição da vítima.

DESENVOLVIMENTO

Hoje, no Brasil, conta-se com o auxilio de uma lei que ampara as mulheres que forem violentadas independentemente do tipo de violência ocorrido com a mesma, conhecida por Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06, de 7 de Agosto de 2006). Esse amparo legal foi conquistado graças a farmacêutica Maria da Penha Maia, que ficou paraplégica após a primeira tentativa de homicídio cometida pelo marido ,após uma série de outras agressões praticadas pelo mesmo, resolveu lutar por seus direitos e conseguir que o agressor fosse preso e condenado. Durante 20 anos ela batalhou por seu objetivo, não tendo sucesso no Brasil, recorreu a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e pela primeira vez foi considerado crime de violência contra a mulher, saindo vitoriosa e conseguindo que a justiça fosse feita não tão somente na

vida dela,como na vida de milhares de outras mulheres que se beneficiaram do direito conquistado por sua luta (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013, s.p.; PORTO, 2004).

Fonte: Pesquisa ISP-2011

Os tipos de violência doméstica são classificados como: (i) violência física: é o uso de força com o intuito de ferir a integridade física da vítima, deixando ou não marcas expostas em seu corpo como, por exemplo, murros, tapas, queimaduras e agressões com diversos objetos; (ii) violência psicológica: também conhecida por agressão emocional, tão prejudicial quanto a física, dá-se através de humilhação ,descriminação, desrespeito e punições. Mesmo não deixando marcas

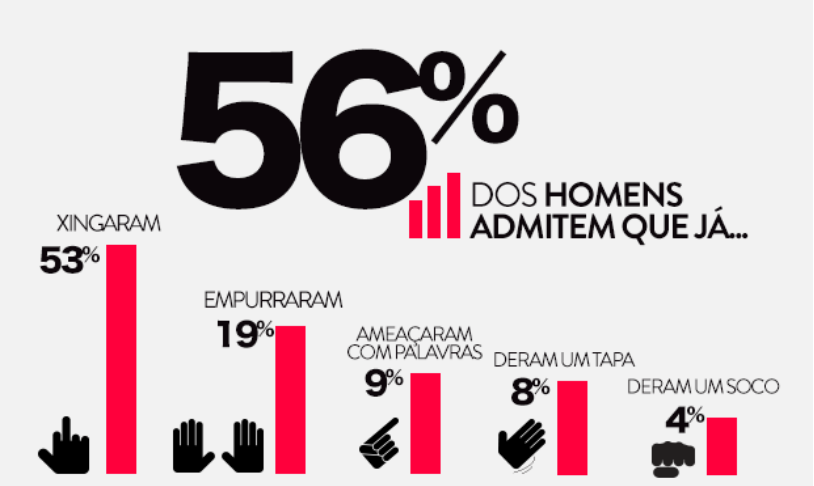
visíveis na pessoa acaba acarretando cicatrizes emocionais carregadas por toda a vida; (iii) violência sexual: sendo uma das mais cruéis formas de violência contra a mulher consiste em obrigar a vítima a práticas sexuais indesejadas, forçadas ou ate mesmo abusivas, a exemplo do estupro; (iv) violência patrimonial: caracteriza-se por controle e/ou retenção por inteiro ou parcial do salário da vitima, quebra de bens materiais ou apreensão de documentos pessoais a impedindo vários atos de sua vida e independência financeira (PORTO, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao fim deste trabalho tem-se a percepção do quão amplo é o universo de violência cometida contra as mulheres em seus lares e quão cruéis e humilhantes podem ser os resultados disso no psicológico da vítima. A identificação da violência moral é complicada por diversos fatores, mas assumir e libertar-se de um problema tão grande quanto esse é inigualável, recupera-se a autoestima, o amor próprio e com o tempo a vontade de viver (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013, s.p.; PORTO, 2004).

De todos os tipos de violência contra a mulher, a que fica mais implícita e a de mais difícil identificação por parte da vítima é a violência moral. Muitas mulheres acreditam que por não haver manifestação de violência física, não há ato de violência, mas o simples fato de ser chamada de "burra", "idiota"... já caracteriza a violência psicológica ,mas como geralmente a agressão é cometida por cônjuge, pais e filhos ,a mulher se aquieta e por medo ou omissão não tem coragem de denunciar o agressor (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013, s.p.; PORTO,

2004).. Chega-se então a questionamentos discutíveis como: O que vem a ser a violência moral?; Como caracterizar a agressão moral?; Quando e como denunciar tal violência?



Fonte: Infoco MS.10 fev. 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

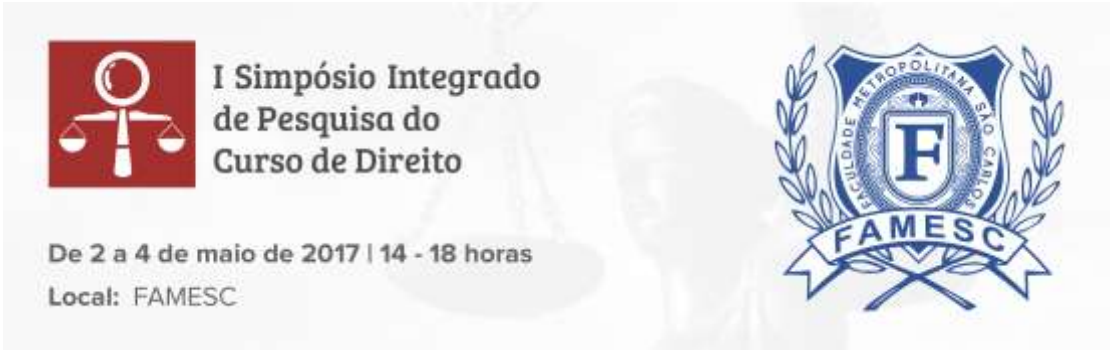
Com essa pesquisa conclui-se que, as mulheres por inúmeros fatores relevantes se amedrontam e se calam diante da situação de agressão, omitindo ou escondendo a violência sofrida, muitas vezes também por falta de conhecimento e aprofundamento no assunto imaginam que só vem a ser agressão por meio do ato físico. Deveria haver mais campanhas de conscientização das mulheres sobre o assunto e incentivo a denuncia dos agressores que não podem sair ilesos por cometerem atos que as lesam de inúmeras maneiras podendo acarretar prejuízos de várias formas para o resto da vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 25 abr. 2017.

PORTO, Janice Regina Rangel. **Violência contra a mulher: expectativas de um acolhimento humanizado.** 166f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4784/000415296.pdf?...1>. Acesso em 25 abr. 2017.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virgínia; LIMA, Gabriela Quadros de. A Violência Doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *In*: **Pensando Famílias,** n. 17, v. 1, 2013, p. 63-76. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a07.pdf>. Acesso em 25 abr. 2017.



BELA, RECADATA E DO LAR? A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

ALVES, Renato Pereira[51]
JESUS, Julio César de Pereira Oliveira[52]
RANGEL, Tauã Lima Verdan[53]

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a mulher contemporânea e sua saída da tradicional ocupação doméstica para o mercado de trabalho formal e sua independência financeira. Neste sentido, apesar do movimento de emancipação profissional, a mulher, de maneira em geral, ainda permanece com a execução de suas atividades tradicionais, ocupando-se do lar, da criação dos filhos e da gestão de sua residência.

Para que se possa aprofundar mais no assunto, foi preciso desenvolver algumas pesquisas de cunho teórico e, a partir disso, perceber a complexidade que reveste o tema eleito. Inicialmente, é interessante frisar que há uma ruptura da tradicional perspectiva da formosa esposa, bela e recatada, concentrada no interior

[51] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.
[52] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.
[53] Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista Lato Sensu em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

da residência, assemelhando-se a um "troféu" de seu cônjuge. Doutro modo, em decorrência da evolução supramencionada, a mulher passa a desempenhar um papel importante na economia doméstica, sobretudo quando se analisa as conquistas no mercado de trabalho e, como pontuadas acima, independência financeira, colaborando, de maneira direta, para a manutenção do núcleo familiar.

Além disso, há que se reconhecer, ainda, que, em razão da própria evolução da sociedade e dos contemporâneos arranjos familiares, é comum se deparar com famílias cuja chefia é exercida exclusivamente por mulheres separadas ou divorciadas, que conciliam atividades domésticas com as profissões exercidas no mundo exterior. Denota-se, assim, que a expressão "bela, recatada e do lar", no contexto mais crítico, sofreu alterações profundas, em especial devido à emancipação econômico-financeiro-ideológica da mulher.

METODOLOGIA

Em decorrência do tema estabelecido, optou-se pela análise de fontes de cunho teórico, bem como dados secundários produzidos acerca do papel desempenhado pela mulher no mercado de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Nestes últimos tempos, o papel da mulher, na família e no mercado de trabalho, vem se modificando de maneira substancial, alterando a figura

tradicional e exclusivamente doméstica para um perfil mais multifacetado, conciliando aspectos profissionais (mundo externo) e, ao mesmo tempo, domésticos (mundo interno). Além disso, são muitos os fatores que estimularam essas transformações, sobretudo a entrada delas no mercado de trabalho e a conquista da independência financeira ou auxílio direto na manutenção da família.

Passando, assim, a ter uma vida dividida em duas jornadas de trabalho, a de cuidados domésticos e a do trabalho fora do lar. O homem, que antes era visto como um membro de extrema autoridade e dependência em uma família, sofreu fortes modificações, influenciado pelas transformações acima mencionadas. Hoje, o padrão se alicerça na igualdade entre os gêneros, inclusive textualmente previsto no inciso I do artigo 5º da Constituição Federal, que em muitos dos casos acarreta em o homem que se responsabiliza para com o lar em geral e a mulher assuma da gestão financeira em sua família.

É importante ressaltar que a mulher no seu âmbito de feminilidade continua cumprindo o seu papel de educadora com seus filhos, mantendo, na maioria das vezes, o aspecto maternal de instrução da prole (ALMEIDA; CARVALHO, 2013). É oportuno reconhecer, também, que a dupla jornada desempenhada pelas mulheres é extenuante, pois, na maioria das vezes, a esposa enfrenta um dia pesado de trabalho e tem ainda que dispensar cuidados e obrigações com seu lar. Apesar das mudanças verificadas, observa-se, ainda, que a figura masculina repete a tradição, pouco contribuindo com os afazeres domésticos e com a educação da prole. Com isto, há uma clara sobrecarga de sua companheira, agindo de forma muitos das vezes de um jeito machista.

Porém, ainda a mulher sofre muitos preconceitos e limitações em razão de seu gênero, não podendo assumir certas atividades ou funções, sobretudo quando se trata de cargos de chefia. Ao lado disso, quando estão nas mesmas atividades, as mulheres acabam recebendo menos que os homens, o que causa uma desigualdade no momento de concorrer a certos cargos, seja ele no setor público ou privado. Aumenta-se, assim, a luta da mulher por melhores condições de salários, trabalho, por mais respeito e direitos igualitários aos homens. (BIZON, 2016)

DISCUSSÃO

Ao interagir com sua vida intima, com a do trabalho, acaba mudando de tal maneira a forma de organizar a vivência familiar. Portanto todas estas modificações de umas famílias no tempo contemporâneo. Ela vai ser sempre quem resolve as divergências de negociar e saber os seus direitos, deveres e sempre saber os limites seus e os dos outros. Mostrando que no meio familiar é um lugar único para se aprender com as pessoas é a melhor forma de se socializar com a sociedade. Pode dizer que a um equilíbrio muito grande entre a vida no meio familiar e a vida no trabalho. Cabendo ao homem e a mulher ser responsáveis para cuidar do lar e dá educação aos filhos. (LIMA; RITTO; 2012).

Mesmo com todas estas influências a mulher vem conseguindo conquistar o seu espaço no mundo dos negócios e do mercado, seja no setor público ou privado. Contudo, falta ainda muita coisa para ser conquistada, mesmo que tenha uma qualificação profissional melhor em algumas áreas do que o homem e

também de está mais preparada, acabam ficando de lado ou assumindo um cargo não tão importante. Ainda com toda está diferença a mulher vem mostrando a sua capacidade de superar desafios, mostrando que o seu trabalho não é ficar na beira de um fogão cozinhando. E sim montando o seu próprio empreendimento, outras seguindo carreira no funcionalismo público, tornando cada dia mais independente e incidindo um olhar de admiração profissional e respeito sobre elas. Há mulher passou ser, em muitos casos, a principal responsável pelo o sustento da casa, o homem passou a exerce outra função na família, a de ajudar nas tarefas da casa e a participação na educação dos filhos.

Apesar de que ainda a esposa é vista como dona de casa a que cuida do lar e da família. Embora com todas estas mudanças de tecnológicas ao longo do tempo e dos avanços delas no mercado de trabalho. Ainda tem muita coisa para serem conquistadas por elas, como igualdade de gênero, crenças religiosas e raciais. Conhecendo as necessidades de mudanças no ponto de vista de pensamentos e ideológicos. (DIEESE, 2009)

CONCLUSÃO

A influência mútua no meio de vida familiar, pessoal e do trabalho transformou de um modo decisivo a forma do preparo da família. Contudo, embora com todas estas transformações na contemporaneidade, ela não deixou se perder o espaço para a resolução de conflitos no seio doméstico, as obrigações e os deveres, os direitos de cada um para que se possa aprender viver em sociedade.

Mantendo assim um equilíbrio, seja na vida pessoal ou na do trabalho, buscando sempre um equilíbrio entre os dois e na responsabilidade de educar os filhos.

Depois de algumas conquistas da companheira e dos progressos da tecnologia, a função dela ainda é entendida por laços antigos e tradicionais. Ela continua sendo vista como uma pessoa que cuida do lar e responsável pelo cuidado das crianças. Os traços dela na vida contemporânea são distintos dos modos antigos, jornada dupla de trabalho no mercado de trabalho, incluindo a função que exercer em casa. Portanto, a mulher tem que superar muitos desafios ainda, para que se possa ver um número maior de igualdade entre os gêneros. Apesar de ela ter adquirido alguns direitos, mas muitas das vezes este é direito violado. Anda em direção para absorção de uma sociedade igualitária e na questão de homens e mulheres, de tal modo como nas questões raciais e religiosas são umas das temáticas que necessitam ser mais aprofundada pela ciência para que possa reconhecer a precisão de mudança da sociedade no jeito de pensar, agir, e seus ideológicos.

REFERÊNCIAS

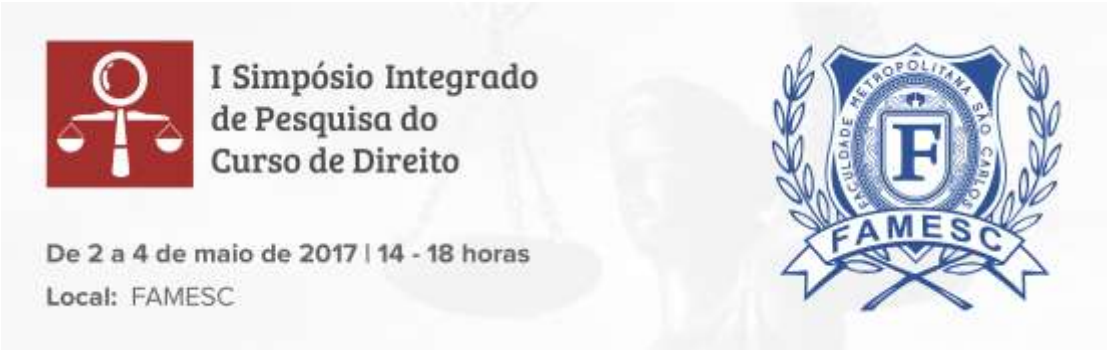
ALMEIDA; Cássia; CAVARLHO; Cleide. Filhos e cuidados com a casa freiam entrada da mulher no mercado. **O Globo**: portal eletrônico de notícias, 25 ago. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/filhos-cuidados-com-casa-freiam-entrada-da-mulher-no-mercado-9692538#ixzz4f7xdfAIJ>. Acesso em 25 abr. 2017.

BIZON; Anna. Diferença salarial entre homens e mulheres. O Globo: portal eletrônico de informações, 2016. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/economia/diferenca-salarial-entre-homens-mulheres>. Acesso em 25 abr. 2017.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Perfil das famílias no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Sistema PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Boletim Regional da Mulher – Março/2009. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/bhz/pedbhzMulher2010.pdf>. Acesso em 25 abr. 2017.

SILVA, Pollyane Lima e; RITTO, Cecília. A nova família brasileira. **Veja**: portal eletrônico de notícias, 17 out. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/a-nova-familia-brasileira/>. Acesso em 25 abr. 2017.



SOJA: NOSSO OURO EM GRÃO

MANGARAVITE, César Nascimento[54]
TANNUS, Vanessa Ferreira Schuwartz[55]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[56]
BRASIL, Maria Margarete Salvate[57]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo ressaltar a importância da produção da soja no país. A soja é uma planta leguminosa que faz parte da cadeia alimentar há 5.000 anos e está presente na dieta asiática há muitos anos. A soja foi introduzida no Ocidente somente no século XIX.

Na atualidade, muitas formas do produto estão surgindo para agradar aos consumidores preocupados com a saúde que estão inserindo o grão na alimentação. A soja cada vez mais vem se tornando um alimento mais presente na refeição do brasileiro. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de soja, ocupando o segundo lugar e atrás somente dos EUA.

A soja surgiu no Brasil no ano de 1908 trazida pelos imigrantes japoneses, que começaram a plantar no Estado de São Paulo. Por algum tempo, seu cultivo se

[54] Graduando em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: cesarmangaravite@hotmail.com
[55] Graduanda em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: tannusvanessa@yahoo.com.br
[56] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com
[57] Professora coorientadora: Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

manteve com caráter experimental, sendo mantida apenas em instituições de pesquisa. A partir da década de 60 os agricultores do sul se interessaram em cultivá-la de forma extensiva. A planta tem adaptação em variados tipos de solo, é resiste à seca e em geral, é pouco afetada por pragas.

Assim como o feijão, a ervilha, a lentilha e o grão de bico, a soja é uma leguminosa. Além de conter proteínas, vitaminas, minerais e fibras, é supernutritiva. Pode substituir a carne nas refeições, pois, sua proteína é comparada a proteína animal. A quantidade de 100g de soja fornece a metade da quantidade diária de proteínas recomendada para um adulto.

METODOLOGIA

O método utilizado para realização deste trabalho, foi de levantamento bibliográfico buscado em sites e em órgãos responsáveis pelo desenvolvimento, gestão e controle da soja no Brasil, segmento responsável pelo agronegócio brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

O site Gestão no Campo (2017), publicou que a soja aportou no Brasil em 1882, na Bahia, trazida por Gustavo Dutra, sem conseguir êxito no início. A leguminosa, começou a ser plantada em São Paulo por imigrantes japoneses no ano de 1908, e no Rio Grande do Sul foi inserida em 1914. No Paraná seu cultivo foi iniciado no ano de 1954. O incentivo ao cultivo da soja,

> se originou na sucessão "trigo-soja", adotada no Rio Grande do Sul na década de 60, época em que a política governamental estimulou a expansão da cultura do trigo. No Paraná, começou a ser cultivada nas entre-ruas dos cafezais. A partir dos anos 70, com a quase erradicação do café no estado, e a abertura de novas áreas de cultivo, a soja cresceu significativamente. (GESTÃO DO CAMPO, 2017, s. p.)

A soja também foi introduzida nas áreas centrais do Brasil, abrindo novas fronteiras no cerrado brasileiro. O governo brasileiro com o objetivo de expandir a produção da soja ofereceu mais incentivos a esta cultura. Em 1975, foi criado, o Centro Nacional de Pesquisa de Soja, como uma das unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com localização estratégica para que pudesse atender às demandas da produção nacional. Tinha como objetivo a conquista pela independência de tecnologia para a produção no país, que até então estava concentrada nos estados da região sul do país, que aproveitava a entressafra da cultura do trigo que, na época, recebia incentivos do governo. (GESTÃO DO CAMPO, 2017, s. p.)

As técnicas para o cultivo da soja no país eram importadas dos Estados Unidos, devido a semelhança de condições climáticas serem semelhantes a região sul do Brasil. Nessa região, com o aumento da demanda dos mercados internos e externos, houve o aumento de área plantada estabilizando os preços do produto no mercado.

Ainda, de acordo com o site Gestão no Campo (2017), a Embrapa Soja, em estudos de melhoramentos, criou novas cultivares introduzindo a soja em outras regiões de clima tropical no Brasil, como, o centro-oeste, o nordeste e o norte. A partir destes estudos, várias outras cultivares nacionais foram criadas para dar

estabilidade ao cultivo de soja nas chamadas regiões de fronteira agrícola. O melhoramento do grão possibilitou fixar o homem em suas propriedades, já que a soja era utilizada como cultura desbravadora, deixando na terra, após sua colheita, nutrientes necessários para o cultivo de feijão e milho. O aumento na produção da soja viabilizou a implantação de indústrias de óleo, fortaleceu o mercado de sementes e deu continuidade à exploração econômica das terras onde anteriormente só existiam matas e cerrados.

Figura 1: Lavoura de soja no Brasil. Fonte: (EMBRAPA, 2017)

No site, destaca-se que o mercado da soja é um segmento muito importante para a economia brasileira. Dessa maneira, para o contínuo aumento do volume das exportações é preciso que haja uma diminuição da carga tributária sobre a indústria, uma política tributária mais justa, financiamento com taxas de juros internacionais,

redução dos custos de transportes e serviços portuários. As medidas contribuiriam para combater o protecionismo e as práticas que distorcem o comércio mundial. Em relação aos gargalos existentes fica difícil haver mais investimentos na indústria de soja para que o país não seja apenas exportador de soja em grão, que tem menor valor agregado e deixa de criar novos postos de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Canal Rural (2016) divulgou, com os dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que o total das exportações brasileiras do complexo da soja foi de US$ 27,96 bilhões em 2015, tendo como base os dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Do total, US$ 20,98 bilhões (75,1%) referem-se às exportações de soja em grão, US$ 5,82 (20,8%) às de farelo e de US$ 1,2 bilhão (4,1%) às de óleo de soja. O somatório, conforme a Abiove, é equivalente à 14,6% do total das exportações brasileiras no ano de 2015.

O Brasil exportou 54,3 milhões de toneladas de soja em 2015, volume superior a 19% em relação ao ano anterior. As vendas de farelo cresceram 8% em 2015, equivalendo em volume 14,8 milhões de toneladas. O mesmo ocorreu com o óleo de soja onde o volume foi de 28% superior ao ano de 2014, num total de 1,67 milhão de tonelada.

As exportações de soja para a China em 2015, segundo a Abiove, totalizaram 40,9 milhões de toneladas, volume que representou aproximadamente 75% das

exportações brasileiras da soja. Os outros 10% foram para países da União Europeia e 8,9% para países asiáticos.

O volume importado de farelo de soja brasileiro pelos países do Sul e Sudeste Asiático, da Coreia do Sul e do Japão aumentaram em 30% e receberam em 2015, 5,2 milhões de toneladas do produto. O volume representou 35% das exportações brasileiras do farelo de soja na região e tem aumento em ritmo considerável desde 2012.

Os portos de Paranaguá, Santos e Rio Grande concentram-se a maior parte das exportações de farelo de soja, totalizando em volumes, respectivamente, de 5,34 milhões de toneladas (36%), 4,3 milhões de toneladas (29%) e 2,70 milhões de toneladas (18%). (CANAL RURAL, 2016, s. p.)

Segundo a Embrapa (2017), os números da soja na safra 2015/2016 em relação a produção total no mundo, teve como resultado a produção de 312,362 milhões de toneladas em uma área plantada de 119,732 milhões de hectares. Os EUA, maior produtor mundial do grão, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), teve uma produção de 106,934 milhões de toneladas em uma área plantada de 33,109 milhões de hectares com produtividade de 3.230 kg/ha. O Brasil, segundo maior produtor mundial do grão, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a safra 2015/2016 teve uma produção de 95,631 milhões de toneladas em uma área plantada de 33,177 milhões de hectares com produtividade de 2.882 kg/ha.

Segundo Magnante (2017), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) elevou em 20/04/2017 a previsão da produção de soja 2016/17 para 110,7 milhões de toneladas. No mês anterior a previsão era de 107,3 milhões de

toneladas. O aumento da produção da soja reafirma a posição do Brasil como um maiores produtores de soja no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil possui muitos problemas para exportação de commodities. Com a soja não haveria de ser diferente, já que, os encargos tributários são altos e os investimentos na logística são precários. Com o passar dos anos observa-se outros países ganhando espaço nesse setor. O país para alcançar o topo desse mercado deveria considerar a importância da infraestrutura em logística de transportes, afim de, alcançar um crescimento sustentável de forma competitiva frente aos principais concorrentes, como também, a importância da adequada utilização dos modais de transporte para melhor desempenho devido às características dos mesmos.

Dessa maneira, o Brasil se tornou uma potência agrícola internacional com um importante papel no abastecimento global de alimentos. Essa posição só tem a crescer nas próximas décadas visto que, a demanda mundial seguirá crescendo e poucos países poderão atendê-la.

Neste cenário nasceu o Projeto Soja Brasil, a maior expedição por lavouras de soja do país já realizada. Com a coordenação técnica da Embrapa colocou o Brasil em segundo lugar na produção mundial.

REFERÊNCIAS

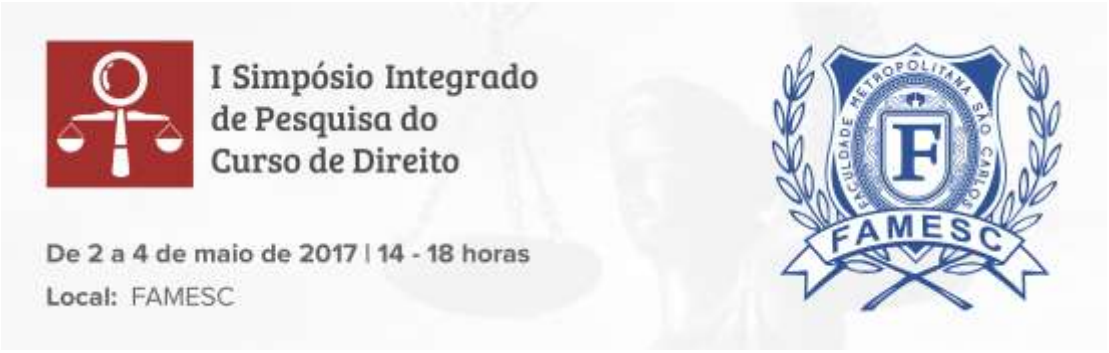
BRASIL. Empresa Brasileira de Pequisa Agropecuária (EMBRAPA). **Soja em números (safra 2015/2016).** Embrapa Soja, 2017. Disponível em: https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos . Acesso em: 25 abr. 2017.

MAGNANTE, Luiz Henrique. **Abiove eleva previsão de safra 2016/2017 de soja para 110,7 milhões de t**. Canal Rural, 2016. Disponível em: http://www.canalrural.com.br/noticias/soja/abiove-eleva-previsao-safra-2016-2017-soja-para-1107-milhoes-67081. Acesso em: 25 abr. 2017

SOJA. **Exportações do complexo soja rendem US$ 27,96 bi em 2015.** Canal Rural, 2016. Disponível em: http://www.canalrural.com.br/noticias/soja/exportacoes-complexo-soja-rendem-2796-2015-60384 . Acesso em: 31 mar. 2017.

SOJA. **História da Soja no Brasil**. Gestão no Campo, 2017. Disponível em: http://www.gestaonocampo.com.br/biblioteca/historia-da-soja-no-brasil/ Acesso em: 28 mar. 2017.

SOJA BRASIL. **Soja Brasil: a maior expedição por lavouras de soja do país.** Canal Rural, 2017. Disponível em: http://www.projetosojabrasil.com.br/projeto/soja-brasil-a-maior-expedicao-por-lavouras-de-soja-do-pais/ **.** Acesso em: 28 mar. 2017.



A EXPORTAÇÃO DE CELULOSE NO BRASIL

SILVA, Marta Elena Figueiredo[58]
PANIS, Rafaela de Oliveira[59]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[60]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a importância da celulose e também, do papel na exportação do Brasil.

O país está entre os principais produtores de celulose e papel. A indústria brasileira é reconhecida mundialmente pela competitividade no setor. O país destaca-se como um dos maiores produtores mundiais de derivados de celulose como, por exemplo, o papel. Além do papel, a celulose é a principal composição de produtos comerciais como o cartão, a cartolina como também, nos tecidos feitos de algodão, linho e outras fibras vegetais. Para obter matéria prima são plantadas as florestas de eucalipto.

A celulose é um tipo de substância polissacarídeo que está presente na maioria dos vegetais. Tem característica fibrosa, com localização dentro das células das plantas. A celulose é encarregada por fornecer a rigidez e a firmeza as plantas. Os seres humanos não são capazes de digerí-las, mas, são alimentos importantes para

[58] Graduanda em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: marta.vag@hotmail.com
[59] Graduanda em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: rafaela.paniis@hotmail.com
[60] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com

algumas espécies de animais, entre elas os ruminantes, bois, cavalos, cabras, carneiros. Ao contrário do sistema digestório do homem, os animais possuem a capacidade para digerir a celulose. Também serve como base de alimentação para cupins e traças.

Como uso industrial, a celulose está presente na fabricação de papel. São extraídas das árvores, e são utilizadas pelas indústrias para a fabricação de certos tipos de plásticos, vernizes, filmes, seda artificial e outros tipos de produtos químicos.

METODOLOGIA

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A descoberta da celulose foi feita pelo químico francês Anselme Payen, em 1838. Ele conseguiu isolar a celulose a partir de matéria vegetal e estabelecer a sua composição química. A celulose foi utilizada para produzir, com sucesso, em 1870, o primeiro polímero termoplástico, denominado de celulóide, pela Hyatt Manufacturing Company. Mais adiante, no ano de 1920, Hermann Staudinger determinou a estrutura do composto e no ano de 1992, Kobayashi e Shoda, sintetizou o composto sem usar biologicamente derivado de enzimas. (VIDA E SAUDE, 2011)

A produção do papel tem como principal matéria prima a celulose. A partir do começo do século XX, pode ser transformada em celofane, um filme fino transparente, e em rayon, uma fibra importante utilizada nos produtos têxteis. O celofane e o rayon são reconhecidos como:

> "fibras de celulose regenerada", que são idênticas às de celulose na estrutura química e geralmente são feitas a partir de celulose solúvel via viscose. Ela é a matéria-prima na fabricação de nitrocelulose (nitrato de celulose), que foi historicamente usado na pólvora sem fumaça e como o material de base para celulóide utilizado para fotografias e filmes de cinema, até meados de 1930. (VIDA E SAUDE, 2011, s. p.)

A importância da celulose em relação à sua estrutura e propriedades é que além de não ter gosto, é inodora e, principalmente, é biodegradável.

De acordo com o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, DEPEC (2017), a celulose é extraída de eucaliptos e de pinus. A celulose pode ser de fibra curta ou de fibra longa. A celulose extraída dos eucaliptos é de fibra curta e a extraída de pinus a de fibra longa. O maior produtor mundial de celulose de fibra curta é o Brasil, pois o clima do país favorece o plantio de eucalipto. Nos outros países a produção da celulose de fibra longa é maior, pois o clima é mais propício às florestas de pinus.

O processo produtivo resultante das fibras vegetais é uma pasta utilizada na fabricação de papel. No Brasil, cerca de 96% das fibras utilizadas são de origem arbórea, os 4% restantes são de bagaço de cana, sisal e bambu. A celulose de fibra curta, de origem do eucalipto, representa 85% da produção brasileira e a de fibra

longa, de origem do pinus, responde por 15% da produção nacional. (DEPEC, 2017, s.p.)

Figura 1: Plantação de eucaliptos. Fonte: (IBÁ, 2016)

Para Fontes (2017), o crescimento da produção de celulose no Brasil, no ano de 2016, foi de 8,1% correspondendo a 18,77 milhões de toneladas, conforme os dados divulgados pela Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). A Ibá é uma associação composta por produtores de celulose, papel, e derivados no país, representando os segmentos de painéis de madeira, pisos laminados, celulose, papel, florestas energéticas e produtores independentes de árvores plantadas e investidores financeiros.

Segundo Fontes (2017), com os dados disponibilizados pela Ibá, a produção nacional de matéria-prima, em 2016, alcançou 1,68 milhão de toneladas, totalizando uma alta de 4% e, consolidando o Brasil como quarto maior produtor mundial de celulose. As exportações da matéria-prima em dezembro do ano de 2015 tiveram

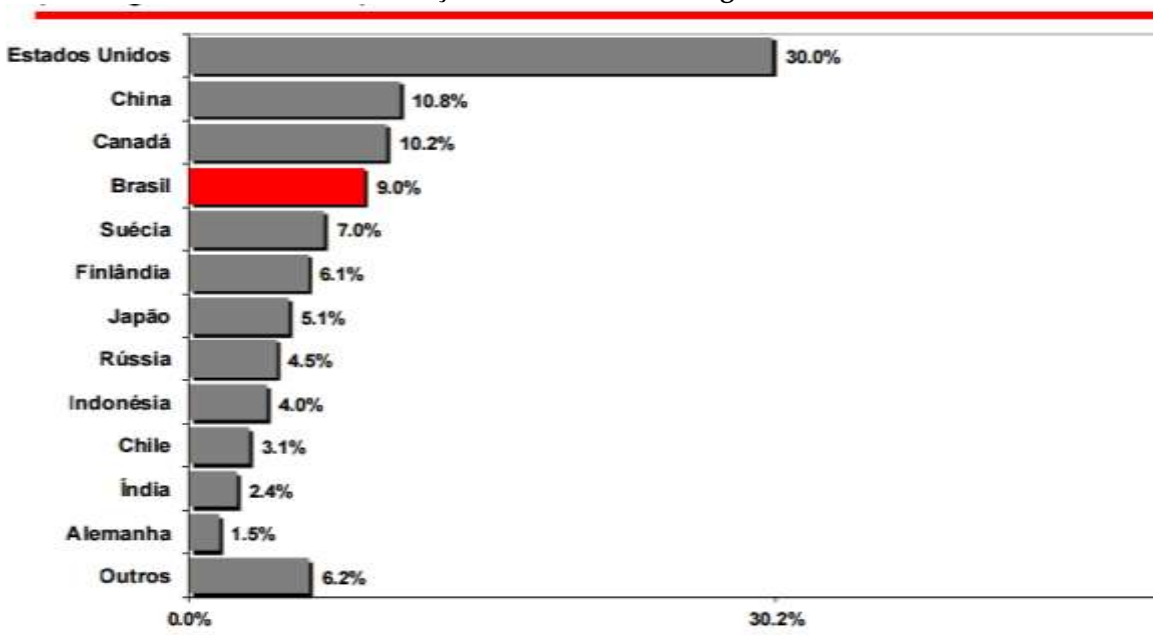
aumento de cerca de 14,5%, representando 11,8 milhões de toneladas de celulose. Em dezembro de 2016 as exportações foram de 12,9 toneladas de celulose representando 11,9% no crescimento. As vendas internas de papéis foram afetados pela crise econômica, encerrando estáveis no ano 2016 mas, nos últimos anos houve declínio de 25% do papel impresso. As exportações no decorrer de 2016 tiveram o crescimento de 2,2%, pois, as papeleiras adotaram a estratégia de encaminhar maior volume de produção ao mercado externo para repor o prejuízos da economia local.

As exportações do Brasil da celulose durante o ano de 2016 teve como um dos principais destinos o mercado chinês, com participação de 38,9%, correspondendo a US$ 2,17 bilhões, seguido pela Europa, com participação de 33,1%, correspondendo a US$ 1,85 bilhão. Um grande empenho tem sido feito no setor com a plantação de árvores para aumentar a exportação e garantir um crescimento da receita. Os esforços são para que em 2017, o país possa saltar do 4º lugar para o 2º lugar em produção mundial de celulose passando os seguintes países, Canadá e China.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil a cada ano consolida-se no mercado de celulose e de papel. O gráfico 1, representa os maiores produtores mundiais de celulose em 2013.

Gráfico 1: Produção de celulose: ranking mundial – 2013



Fonte: (DEPEC, 2017)

Os dados revelaram que no ano de 2013, o Brasil encontrava-se em 4º lugar com participação de 9,0% da produção mundial de celulose. Em 2015 e 2016 , o Brasil ainda manteve o 4º lugar como um dos maiores produtores.

No total da pauta das exportações do Brasil em 2015, o papel e a celulose representaram 4,1%. A indústria brasileira de celulose retrata dinâmica bem diferente em relação à indústria de papel. Enquanto a indústria de celulose está mais direcionada para exportação, a indústria papeleira tem alvo principal o mercado interno. Os principais produtores mundiais do segmento de papel está representado na figura 2, a seguir:

	País *Country*	Produção Milhões (t) *Production Millions (t)*
1º	China / *China*	108,8
2º	EUA / *USA*	73,1
3º	Japão / *Japan*	26,5
4º	Alemanha / *Germany*	22,5
5º	Coréia do Sul *South Korea*	11,7
6º	Canadá / *Canada*	11,1
7º	Suécia / *Sweden*	10,4
8º	Finlândia / *Finland*	10,4
9º	**Brasil** / *Brazil*	**10,4**
10º	Indonésia / *Indonesia*	10,2

Figura 2: Principais produtores mundiais. Fonte: (IBÁ, 2016)

O Brasil ocupou o 9º lugar na produção mundial de papel em 2015, totalizando 10,4 milhões de tonelada. De acordo com a Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, ABTCP (2015), a produção de papéis no Brasil teve crescimento de 3% a.a. no período de 2004 a 2014, acompanhando o crescimento da demanda no mercado interno. Nos últimos dez anos, a relevância do crescimento na indústria brasileira ficou por conta dos papéis para embalagem e tissue. Os tissues estão relacionados aos papéis sanitários resistentes, absorventes e suaves, na forma de lenços de papel,

como, papéis-toalha, guardanapos O consumo deste tipo de papel vem aumentando no mundo inteiro relacionado à elevação dos padrões de vida e de higiene.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exportação da produção brasileira de celulose revela-se com amplo movimento expansionista, devido à exportação de papel para os países emergentes. Os desafios do setor estão relacionados ao crescente custo da terra, da mão de obra rural, da infraestrutura deficiente, da volatilidade do ambiente econômico e da disputa da economia global. A indústria tem adotado medidas para enfrentar os desafios através de práticas de governança otimizadas, da mecanização da exploração florestal, do aprimoramento da base genética das plantações, da melhoria na logística e do investimento em instalações de pesquisa e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

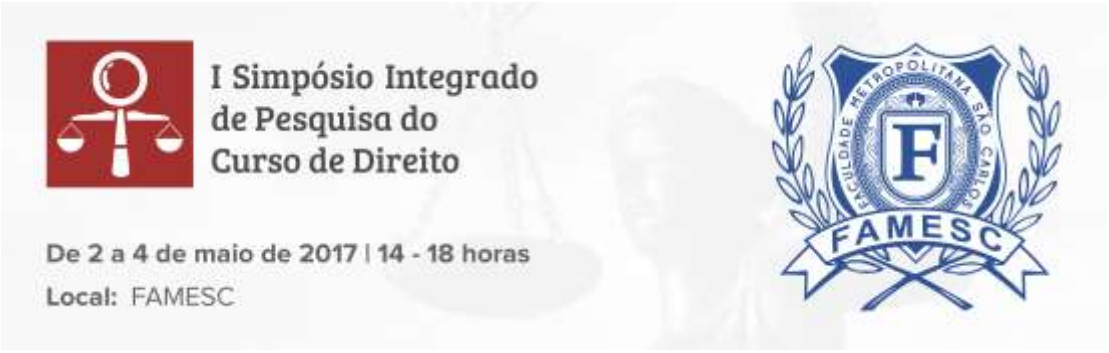
ABTCP. **Celulose e Papel 2015/2016.** Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, 2015. Disponível em: <http://www.guiacomprascelulosepapel.org.br/publicador/edicoes_impressas/8.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

DEPEC. **Papel e celulose**. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, 2017. Disponível em: <https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_papel_e_celulose.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

FONTES, Stella. **Produção brasileira de celulose cresce 8,1% em 2016.** Valor Econômico, 2017. Disponível em: <http://www2.valor.com.br/empresas/4856722/producao-brasileira-de-celulose-cresce-81-em-2016>. Acesso em: abr. 2017.

IBÁ. **Indústria Brasileira de Árvores.** Relatório Anual, 2016. Disponível em: <http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2016_.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

VIDA E SAUDE. **Celulose.** Vida e Saude, 2011. Disponível em: <http://www.vidaesaude.org/biologia-vida/celulose.html>. Acesso em: abr. 2017



EMBRAER: AVIÕES PARA O MUNDO

LIMA, Kathia Valinho Baptista[61]
SILVA, Luciene Alves da[62]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[63]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a criação e o desenvolvimento da Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A , a EMBRAER e, assim, sua projeção e sua consolidação no mercado mundial como uma das maiores exportadoras de aeronaves do mundo.

A Embraer era um projeto dos militares da Aeronáutica relacionado à segurança nacional. A fundação da empresa foi em 1969 no período de ditadura militar. A concretização da empresa esteve ligada à política desenvolvimentista na época do governo Vargas semelhante às das indústrias de petróleo e de siderurgia. A política do Estado Novo foi responsável pela criação de infra estrutura em diversas áreas, como, a de energia, de transportes, de siderurgia e de comunicações para subsidiar o programa de industrialização do país. Para a instalação de uma indústria aeronáutica no Brasil foi essencial a participação dos militares.

[61] Graduanda em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: kathiavbap@hotmail.com
[62] Graduanda em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: lucienealves35@gmail.com
[63] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

Para atender ao projeto estratégico da Aeronáutica houve necessidade da formação de recursos humanos de alto nível, com conhecimentos tecnológicos para atender uma indústria tão complexa. Para tanto, a opção foi instalar uma escola de engenharia de aeronáutica e um centro de pesquisa para desenvolver tecnologia aeronáutica criando as condições necessárias para sua consolidação no futuro. Na época, a economia brasileira era caracterizada basicamente pelo setor agrícola, dependente da importação de produtos industrializados. Na atualidade, tornou-se uma das maiores indústria na produção aeroespaciais do mundo. (FORJAZ, 2005, s.p.)

METODOLOGIA

O método adotado para obtenção das informações necessárias para a formação do conhecimento para elaboração do trabalho teve como base os dados levantados através de pesquisas realizadas no site da Embraer e em outros, e da publicação dos diversos artigos relacionados ao tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A EMBRAER nasceu oriunda de um projeto estratégico de iniciativa do governo brasileiro para implantar a indústria aeronáutica no país. É uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Aeronáutica formada com o quadro de pessoal proveniente do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que fazia parte do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em 1969.

Durante as décadas de 1970 e 1980 a empresa conseguiu importante projeção nacional e internacional com os aviões Bandeirante, Xingu e Brasília. Em 1980 foi efetivada uma fusão com a Indústria Aeronáutica Neiva que se tornou sua subsidiária. Após anos de trabalho e projetos desenvolvidos, se recompôs de uma quase falência após a privatização, resultado do sucesso do programa ERJ-145, uma aeronave concebida para acompanhar a tendência mundial na aviação regional na época que eram utilizados aviões de maior porte com propulsão a jato.

Mesmo em meio a crises econômicas nacionais e internacionais, a EMBRAER se desenvolveu e conquistou lugar de destaque no cenário mundial, tornando-se um conglomerado transnacional brasileiro fabricante de aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares.

Há anos o Brasil deixou de ser conhecido apenas como grande exportador de commodities agrícolas e minerais. É um dos países mais inseridos no mercado internacional exportando para praticamente todos os países, se destacando também, pela fabricação e exportação de aviões modernos e de alta tecnologia.

A EMBRAER, no primeiro semestre de 2012 registrou vendas no valor de US$ 2,8 bilhões, contra US$ 2,4 bilhões no mesmo período de 2011. O resultado representou a entrega de 56 aeronaves no ano de 2012, contra 45 em 2011, segundo o balanço financeiro da companhia.

Na opinião do professor Júlio Gomes de Almeida, em 2012, da Unicamp e ex-secretário de política econômica da Fazenda, a empresa é uma prova de que é possível construir vantagens comparativas:

> Isso significa que um país não é fadado a visões ortodoxas, responsáveis por determinar que cada nação tenha apenas uma aptidão específica de mercado. Como o Brasil, por exemplo, voltado a se especializar em produtos primários. (CARVALHO, 2012, s.p.)

O resultado de uma política industrial forte praticada pela EMBRAER é baseada na busca incansável pela inovação tecnológica, pela educação e pela capacitação de mão de obra que deveria existir também em outros setores. A empresa possui um programa corporativo, o PEE – Programa de Especialização em Engenharia, que tem como objetivo capacitar engenheiros recém-formados, graduados nas diversas modalidades, com domínio da língua inglesa, para atuarem nas áreas de engenharia. Em parceria com o ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, oferece o título de mestrado profissional em engenharia aeronáutica, reconhecido pela CAPES/MEC, cujos cursos e atividades são ministrados nas dependências da empresa por profissionais da EMBRAER e consultores contratados em que os interessados podem ingressar através de processo seletivo.

De acordo com Oliveira (2016) a empresa tem condições de atravessar o ano de 2017 com o balanço em equilíbrio preservando o grau de investimentos conquistado na classificação pelas agências de riscos como uma sólida fabricante de aeronaves.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Para Carvalho (2012), as vendas de aviões tiveram forte tendência de continuar em alta por três a quatro anos relatando que:

> Enquanto a balança comercial registra um saldo negativo para as exportações de minério de ferro, com queda de 23,4% nos primeiros nove meses deste ano, o volume de vendas de aviões caminha na contramão, em trajetória ascendente. De janeiro a setembro deste ano, as receitas com exportações de aviões somaram US$ 3,2 bilhões, um salto de 33% sobre os US$ 2,4 bilhões de igual período do ano anterior. (CARVALHO, 2012, s.p.)

As vendas de aviões saltaram do 13º lugar para o 10º lugar, mesmo sendo um produto de alto valor tecnológico agregado. Segundo informação do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a projeção favorável da venda dos aviões continuará a favorecer a balança comercial do Brasil nos próximos quatro anos, indicando como possíveis compradores países como a China, a Malásia, a Índia, a Indonésia e a Tailândia. O aumento da demanda por aeronaves comerciais pelos países asiáticos fará com que os números desejáveis sejam mantidos. (CARVALHO, 2012, s.p.)

O cenário apresentou-se favorável para esse segmento, ainda que alguns especialistas considerem os dados como transitórios em razão deste produto não possuir uma demanda mais linear. Mas, de acordo com Carvalho (2016), o aumento do interesse asiático por aeronaves comerciais contribuiu para manter os bons números e apontaram a China como um país com potencial de compra de US$ 696,7 milhões e revelando a Itália como um novo mercado em potencial, cujas exportações saltaram em 1.158% em 2012 em relação ao mesmo período em 2011.

Pietro Petraglia, presidente da Câmara de Comércio Italiana, informou que a Itália fez a renovação de sua frota buscando na EMBRAER as novas aeronaves, por terem constatado que a qualidade das aeronaves brasileiras é superior e com

tecnologia mundialmente conhecida, significando mais confiabilidade aliada à acessibilidade nos financiamentos em comparação com outros mercados, cujas negociações são mais duras e mais difíceis.

Em 2014 foi divulgado, em uma reportagem do COMEX do Brasil (2014), que as exportações brasileiras de aviões tiveram uma queda de 11,46% no primeiro semestre do ano com soma de US$ 238 milhões contra US$ 269 milhões exportados em igual período em relação ao ano anterior. Os tradicionais clientes das aeronaves fabricadas pela Embraer, os Estados Unidos, reduziram em 29,15% a compra de aviões brasileiros. Por sua vez, a China, que não aparecia nas estatísticas brasileiras referentes às exportações de aeronaves figurou, em 2014, como principais clientes da indústria aeronáutica nacional, com o total de US$ 62 milhões de importações.

As entregas de aviões pela Embraer no ano de 2015 está representada na figura1, a seguir:

ENTREGA POR SEGMENTO	1T	2T	3T	4T	ACUMULADO 2015
AVIAÇÃO COMERCIAL	20	27	21	-	68
AVIAÇÃO EXECUTIVA	12	33	30	-	75
TOTAL	**32**	**60**	**51**	**-**	**143**

Figura 1: Entregas de 2015. Fonte: (EMBRAER, 2015)

Observa-se que a Embraer entregou em 2015 o total de 143 aviões, sendo que, por segmento, 68 unidades correspondeu a aviação comercial e 75 unidades correspondeu a aviação executiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a EMBRAER possui mais de 56 clientes em todo o mundo e suas unidades de operações estão distribuídas por vários pontos do território nacional e internacional, inclusive *joint ventures* na China e em Portugal, embora, sua sede esteja localizada na cidade de São José dos Campos, em São Paulo.

Tornou-se uma opção segura de investimentos em ações negociadas na Bovespa, com cotações mais altas do seu ramo por ser uma empresa com excelente condição financeira e por possuir reputação confiável.

Após a privatização da Embraer, em alguns anos a empresa passou a ser considerada a terceira maior fabricante de jatos comerciais do mundo. Eleita pela Revista Exame, em edição especial "Melhores e Maiores", como a Empresa do Ano em 2013 foi a empresa brasileira que mais cresceu em exportações em 2012, tornando-se uma das maiores exportadoras do país.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Cristina Ribeiro de. **Exportação de aviões supera venda de minério de ferro.** Brasil Econômico, 2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2012-10-09/exportacao-de-avioes-supera-venda-de-minerio-de-ferro.html>. Acesso em: 10 abr. 2017

COMEX, Comércio Exterior. **Queda das exportações de aviões**. Editoria Comex do Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.comexdobrasil.com/exportacao-de-avioes-cai-1146-no-primeiro-semestre-e-receita-se-reduz-a-us-238-milhoes/>. Acesso em: 07 abr. 2017.

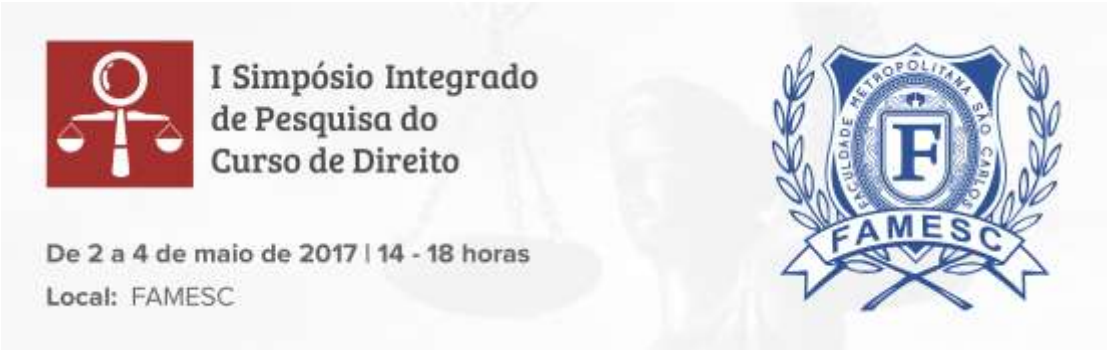
EMBRAER. **Embraer em números**. Embraer S/A, 2015. Disponível em: <http://www.embraer.com.br/ptBR/ConhecaEmbraer/EmbraerNumeros/Paginas/Home.aspx>. Acesso em: 09 abr. 2017.

EMBRAER. **Tecnologia para atender às suas necessidades**. Embraer S/A, 2011. Disponível em: <http://www.embraer.com/pt-BR/Aeronaves/Paginas/Home.aspx>. Acesso em: 07 abr. 2017.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. **As origens da Embraer.** Scielo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 abr. 2017.

OLIVEIRA, João José. **Embraer vê 2017 tão desafiador quanto 2016.** Valor Econômico, 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4813741/embraer-ve-2017-tao-desafiador-quanto-2016-diz-presidente>. Acesso em: 07 abr. 2017.

VALOR ECONÔMICO. **Exportação de 40 aviões da Embrapa a China**. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4056718/bndes-vai-financiar-exportacao-de-40-avioes-da-embraer-china>. Acesso em: 09 abr. 2017.



COMÉRCIO INTERNACIONAL DA CARNE BRASILEIRA X OPERAÇÃO CARNE FRACA

OLIVEIRA, Juliana Galdino de[64]
MACHADO, Ângela Priscila[65]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[66]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar o comércio internacional da carne brasileira, bem como, o impacto da operação carne fraca. No Brasil, o setor de carnes representa um dos principais produtos de exportação e sua participação tem aumentado nos últimos anos. Estima-se que U$ 13,3 bilhões tenham sido exportados nos 12 últimos meses com dados encerrados em fevereiro de 2017. Os principais produtos exportados no segmento de carnes são a carne bovina, a carne de frango e a carne suína.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes, ABIEC (2016), publicou no relatório anual de 2016 da entidade, que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil alcançou R$5,9 trilhões em 2015. O PIB do agronegócio representou 21% do PIB total brasileiro. O PIB da pecuária teve participação importante no agronegócio

[64] Graduanda em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail:julianagaldinno@hotmail.com
[65] Graduanda em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: angela.primachado@gmail.com
[66] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

brasileiro. As exportações do agronegócio tem sido fundamental para o saldo positivo da balança comercial brasileira.

A cadeia produtiva da pecuária tem registrado um crescimento expressivo com as exportações da carne brasileira. Em função das restrições que poderiam acontecer com os principais mercados compradores da carne brasileira pela operação carne fraca, o governo apressou-se em explicar que o fato não envolvia todos os frigoríficos do país.

METODOLOGIA

O método utilizado para elaboração deste trabalho foi através de revisão bibliográfica com base em leitura de livros, análise de sites relacionados ao tema abordado e, apontando os principais fatos que ocasionaram a mudança do cenário econômico do comércio de carne brasileira.

DESENVOLVIMENTO

Um dos principais pilares da economia do Brasil é o setor pecuário, sendo responsável por parte da balança comercial do país. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes, ABIEC (2016), o setor movimentou em 2015 o valor de R$ 483,5 bilhões, evidenciando um crescimento de mais de 27% sobre o ano anterior. Só com as exportações de carne bovina em 2015 foi gerada uma receita de US$5,9 bilhões, representando em receita, 3% sobre o total de tudo que foi exportado. Em relação ao ano de 2010 apresentou um crescimento de 44,7% .

Os principais destinos da carne bovina brasileira exportada em 2015, em volume, está representada na figura 1 a seguir. Observa-se que o maior comprador de carne do Brasil em 2015 foi Hong Kong, representando 21% do total das exportações.

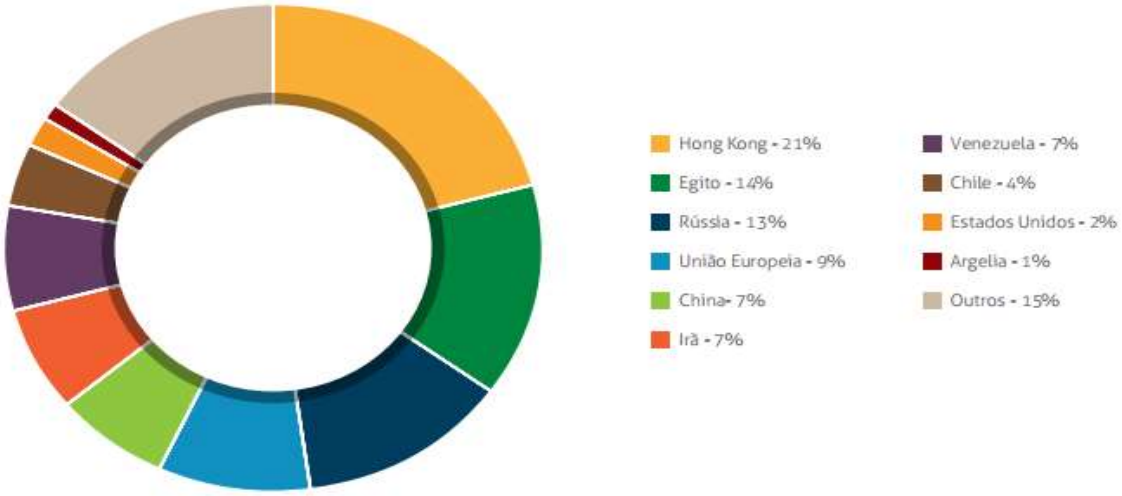


Figura 1: Principais destinos de carne bovina brasileira exportada em 2015, em volume. Fonte: (ABIEC, 2016)

Após a operação carne fraca deflagrada pela polícia federal, vários países impuseram restrições à carne brasileira. A União Europeia e pelo menos 22 países declararam algum tipo de restrição ou inspeção das importações. Segundo o site G1.Globo (2017), alguns países, como a China, suspendeu provisoriamente a entrada da carne brasileira, mas, dias depois reduziu as restrições aos frigoríficos que estavam sendo investigados. Outros, como Hong Kong, além da suspensão da compra, ainda solicitou a retirada do produto do mercado local. Alguns, a exemplo do Japão e da África do Sul interromperam apenas parcialmente a importação dos produtos. Dentre os países que declararam as restrições, os que possuem maior peso

na pauta das exportações de carnes do Brasil são China, União Europeia e Hong Kong, levando em consideração o valor total das compras de cada país em produtos brasileiros no ano de 2016. (G1.GLOBO, 2017, s.p.)

Para Matsuki (2017), a operação carne fraca, desencadeada pela polícia federal, deixou em evidência:

> o debate em torno da qualidade da carne produzida e comercializada no Brasil. Em meio às denúncias contra frigoríficos e fiscais, embargos comerciais e garantia, por parte do governo, de que a carne brasileira é confiável. O que esta sendo investigado na operação carne fraca segundo a agência Brasil diz que essa operação tem como objetivo desarticular um esquema de corrupção envolvendo fiscais agropecuários a serviço do Ministério da Agricultura e donos de frigoríficos nos estados do Paraná, Minas Gerais e Goiás. (MATSUKI, 2017, s. p.)

A operação carne fraca investigou o recebimento de propina por fiscais na emissão de certificação sanitária sem fiscalização concreta da carne. A investigação apurou que os suspeitos liberavam os produtos com a data de validade vencida e com composição alterada para serem comercializados, como também, usar substâncias químicas na carne vencida.

Para atender aos propósitos dos empresários, o esquema da corrupção contava com fiscais e chefes da superintendência do Ministério da Agricultura no Estado do Paraná. Para apurar os fatos foi permitido interceptar os telefones e a quebra de sigilo fiscal e bancário dos envolvidos. A operação investigou 21 frigoríficos e o Ministério da Agricultura pediu afastamentos das atividades de 33 fiscais.

Ainda, segundo Matsuki (2017), a operação carne fraca resultou, no mercado exterior, a suspensão de exportação da carne brasileira de 14 países compradores e

para a União Europeia. Para recuperação da credibilidade e da reversão as restrições à carne brasileira o governo se esforçou para explicar as autoridades dos países compradores que o ocorrido foi pontual e não envolvia todos os frigoríficos que exportam o produto.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A evolução das exportações de carnes brasileiras foi analisada por Nonnenberg (2017), considerando os três produtos: bovinos, suínos e frangos. Tendo como base os dados referentes ao total dos três segmentos em 2015, os Estados Unidos foi o primeiro maior exportador, seguido, pelo Brasil em segundo lugar.

O quadro 1, a seguir, representa as exportações mundiais de carnes entre 2014 e 2015. Os Estados Unidos teve participação de 15% do total em 2014 e pequeno recuo em 2015, representando 14%. O Brasil, em ambos os anos, teve participação de 13% do total das exportações.

Total Geral				
País	2014	%	2015	%
Estados Unidos	15.788	15%	12.634	14%
Brasil	14.271	13%	12.195	13%
Holanda	7.136	7%	7.120	8%

Quadro 1: Exportações mundiais de carnes, por principais países. (em US$ milhões, participação por país). Fonte: (IPEA, 2017)

Em relação às exportações de carne de frango, o Brasil encontra-se na liderança, com representação de 27% do total, seguido pelos Estados Unidos, com representação de 15% do total do volume exportados em 2015.

O quadro 2 a seguir, representa as exportações mundiais de carnes de frango, de países como o Brasil, os Estados Unidos e a Holanda.

Carne de frango				
País	2014	%	2015	%
Brasil	7.036	25%	6.367	27%
Estados Unidos	4.922	18%	3.460	15%
Holanda	2.940	11%	2.510	11%

Quadro 2: Exportações mundiais de carnes de frango. (em US$ milhões, participação por país). Fonte: (IPEA, 2017)

Os dados revelaram que o Brasil aumentou em 2¨% as exportações de carne de frango em 2015 em comparação ao ano de 2014.

A qualidade da carne brasileira e de todo setor industrial está alicerçada na utilização de pesquisa e de tecnologia. O país tem investido em melhoramento genético, na nutrição dos animais por meio de pastagens selecionadas e em suplementação de alta tecnologia. A exportação do Brasil, para vários mercados foi determinada por investimentos em segurança e defesa sanitária. O setor contou com uma gestão focada em prevenção e controle em todas etapas produtivas. Todos produtos exportados e consumidos na país recebem o selo do Serviço de Inspeção Sanitária (SIF) certificando a qualidade do produto.

Os laudos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento confirmaram a qualidade da carne brasileira. As fiscalizações nos 21 frigoríficos que estavam sob suspeita não encontraram nada que pudesse colocar a saúde dos consumidores em risco. As possíveis falhas encontradas eram de caráter econômica, relacionadas as receitas incorretas que levassem a aumento dos lucros. Dos quase cinco mil frigoríficos que operam no Brasil todos passam por um rigoroso processo de validação e certificação. Desse total, as falhas representam uma minoria de frigoríficos. Os 21 frigoríficos que estavam sob suspeita equivale a 0,43% de todo parque produtivo do país.

As fraudes envolveram apenas uma parcela pequena dos servidores públicos que atuam para o Ministério da Agricultura. Dos 11 mil funcionários para garantir a segurança e a sanidade dos produtos apenas 33 deles foram investigados, equivalendo a 0,3% de todos os trabalhadores do ministério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as exportações brasileiras de carnes de frango teve aumento em 2015 em relação ao ano de 2014. O país se consolidou na exportação no setor de carnes de bovinos, de suínos e de frangos. O Brasil sendo um dos maiores exportadores mundiais do setor, com a operação carne fraca o embargo teria um impacto significativo na balança comercial brasileira.

Após a identificação dos problemas pela polícia federal brasileira, o Ministério da Agricultura adotou um conjunto de providências para punir os envolvidos e para garantir a qualidade da carne brasileira. O governo, em auditorias

aos estabelecimentos investigados, reforçou o trabalho de cooperação entre a polícia federal e o Ministério da Agricultura. Promoveu sucessivas reuniões e contatos com organismos internacionais e parceiros comerciais para comprovar a qualidade da carne produzida no país. Além de, punir com rigor os envolvidos com as irregularidades.

O setor pecuário é estratégico para o Brasil. As indústrias do setor geram postos de trabalho e contribuem para o aumento PIB do país. A operação carne fraca contribuiu para manter o reconhecimento mundial da qualidade do produto exportado.

REFERÊNCIAS

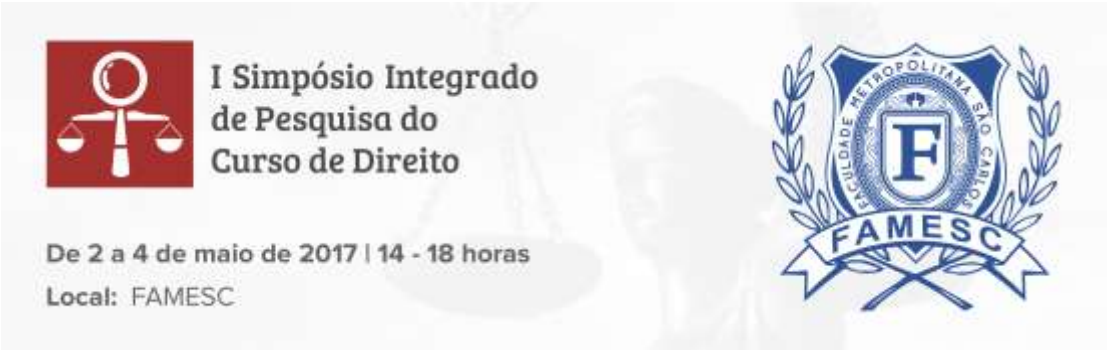
ABIEC. **Perfil da Pecuária no Brasil.** Relatório Anual, 2016. Disponível em: http://abiec.siteoficial.ws/images/upload/sumario-pt-010217.pdf Acesso em: 09 abr 2017.

G1.GLOBO. **Países impõem restrições à carne brasileira após Operação Carne Fraca, da Polícia Federal:** veja lista. G1.Globo, 22/03/2017**.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/paises-impoem-restricoes-a-carne-brasileira-apos-operacao-carne-fraca-da-policia-federal-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 04 abr. 2017.

MATSUKI, Edgard. **Sete perguntas e respostas sobre a Operação Carne Fraca.** EBC/Agência Brasil, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/sete-perguntas-e-respostas-sobre-operacao-carne-fraca>. Acesso em: 04 abr. 2017.

NONNENBERG, Marcelo José. **Evolução recente das exportações de carnes brasileiras.** Carta de Conjuntura nº 34. IPEA, 2017. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2017/03/>. Acesso em: 09 abr. 2017.



REFLEXOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

FIGUEIREDO, Luiza Sant'ana Vargas[67]
LEITE, Gilmara Rodrigues[68]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[69]

INTRODUÇÃO

As mulheres representam a maior parte da população brasileira. De acordo com a última PNAD divulgada em 2014 pelo IBGE, a diferença entre a população feminina e masculina vem aumentando consideravelmente quando comparado aos anos anteriores. Ainda, segundo a mesma pesquisa constatou-se que o gênero feminino, apesar de estar à frente quando o assunto é população, fica atrás nas estatísticas tratando-se de remuneração, chegando a receber, em média 74,5% do rendimento dos homens.

A mulher sempre foi objeto de repressão durante a história. Isso reflete, na atual conjuntura, a grande desigualdade protagonizada pela mesma, principalmente no âmbito econômico. Mediante este contexto, surge o conceito de economia feminista, que se torna fundamental para o engajamento e a mobilização da sociedade diante desse panorama desequilibrado.

[67] Graduanda do Curso de Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: gil.s2.mara@gmail.com
[68] Graduanda do Curso de Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: luizavargas24@gmail.com
[69] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com

A partir desse cenário, busca-se respostas para as seguintes questões: quais fatores contribuíram para a desigualdade na divisão sexual do trabalho? Como o olhar feminista para um conceito moderno de economia pode, através de muita luta, transformar essas estatísticas?

A fim de constatar tais hipóteses, pretende-se, neste artigo, apontar os eventos históricos que proporcionaram à mulher posição inferior relacionada à divisão sexual do trabalho e, por fim, trazer à tona reflexões sobre a teoria da economia feminista de maneira a contribuir na luta pela igualdade e autonomia das mulheres.

METODOLOGIA

O presente trabalho é de caráter qualitativo, possui embasamento teórico de alguns estudiosos do tema em questão. A exploração do tema, além de, possibilitar a compreensão do panorama machista que é vivenciado desde os primórdios, também, é importante para a verificação da distribuição do trabalho masculino e feminino nas incumbências e profissões.

DESENVOLVIMENTO

Quando se busca compreender o papel da mulher na sociedade, faz-se necessário voltar no tempo desde os primórdios, destacando a formação do sujeito, dos grupos nos quais estava inserida e das classes sociais as quais pertenceu. Neste contexto, a perspectiva histórica é de fundamental relevância para a compreensão

dos fatos que promoveram o gênero feminino à realidade atual e a sua evolução até então.

Aprofundando no tema além de sua superficialidade, é possível perceber que ideais tirados do senso comum não são suficientes para explicar os fatores que atribuíram à mulher a condição inferior. Por muito tempo, utilizaram-se como exemplo o caráter biológico para imputar esse *status* ao gênero feminino. Em sua obra, Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe, Evelyn Reed fez um questionamento sobre o estado de subordinação imposto à mulher pela sociedade:

> Afirma-se [...] que as mulheres são socialmente inferiores, porque são naturalmente inferiores aos homens. E qual a prova disso? Que as mulheres são mães. Afirma-se que a natureza condenou o sexo feminino a uma posição inferior. (REED, 2008, p.58)

Ainda segundo a autora, esta realidade histórica da desigualdade de gêneros é produto de um sistema social que, além de, ter proporcionado diversas desigualdades entre homem e mulher promoveu o mito da inferioridade feminina[70].

Para chegar ao cerne da questão é preciso entender o processo de construção das representações da identidade dos gêneros. De acordo com Alambert (2004 *apud* Januário, 2016, p. 80), feminista brasileira, no período da pré-história, os papéis do homem e da mulher na sociedade eram equilibrados, sem relevância desproporcional para ambos. A agricultura era a principal atividade econômica do período, e a maternidade na mulher era vista como algo mágico, com a sua fecundidade associada a fertilidade da terra.

[70] De acordo com esse mito, a subordinação feminina não se trata de um fenômeno social característico de um determinado momento histórico, e sim de uma lei de âmbito natural. (REED, 2008, p. 58)

Pouco se sabe sobre essa sociedade, aparentemente utópica, que esteve presente na pré-história. Segundo Alambert (2004 *apud* Januário, 2016, p. 80), provavelmente porque os homens modernos, escritores da história que se conhece, desconsideraram as contribuições femininas e não focaram suas pesquisas na participação da mulher na sociedade pré-histórica. Sobre isso, a autora complementa:

> Na aurora da humanidade não podemos falar na existência de desigualdades entre o homem e a mulher. Naquele tempo, não existiam povos, nem Estados separados; os seres humanos viviam em pequenos grupos (hordas) e, depois em famílias e tribos. [...] os seres humanos tinham que se manter agregados, solidários entre si, para sobreviver e se defender dos animais ferozes e das intempéries. Quem se marginalizava perecia. Logo, não havia uma superioridade cultural entre homens e mulheres. (ALAMBERT, 2004 *apud* JANUÁRIO, 2016, p. 80)

A carência de informações sobre a transformação da mulher no tempo histórico é um grande empecilho. No entanto, utilizando-se das palavras de Reed (2008) é possível afirmar que, "tal coisa é muito útil para que a mulher se mantenha ignorante e submissa aos mitos que se propagam a sua volta" (REED, 2008, p.21). O gênero feminino, em sua maioria, ainda não está ciente de que o problema da desigualdade que enfrenta na modernidade originou-se com a instauração da sociedade de classes, que deu fim as relações de igualdade vivenciadas no período da pré-história.

A grande predominância do gênero masculino teve início com as transformações na estrutura da sociedade. No tempo em que as mulheres preservaram a coletividade, conseguiram manter um sistema social igualitário. Todavia, com o surgimento de um novo sistema de propriedade privada, de um

novo conceito de família e com o matrimônio monogâmico, a mulher se dispersou passando a viver isoladamente.

> Enquanto estavam unidas, representavam uma grande força social. Separadas e isoladas umas das outras, e confinadas à cozinha e à educação dos filhos, perderam todo o seu poder. Este processo histórico, foi entretanto negado e obscurecido por aqueles que desejam manter os mitos e defendem a existência eterna da instituição matrimonial e da família. (REED, 2008, p. 41)

Segundo a autora, a injusta relação de desigualdade entre os sexos já se perpetua por aproximadamente dois mil anos, perpassando através dos três principais períodos da história: escravagismo, feudalismo e o capitalismo.

Os efeitos dessa desigualdade ainda são muito perceptíveis na sociedade moderna, mas se comparada a outros tempos. A mulher do século XXI está muito mais ativa e engajada na busca por uma sociedade igualitária.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Ao contrário do que se pensa, a mulher também já teve um papel equivalente ao homem no panorama econômico, e não diferente do âmbito social, fato também ocorrido durante a pré-história. Atualmente, vários empecilhos contribuem para a situação desigual que o gênero feminino enfrenta no mercado de trabalho, mesmo que, diacronicamente falando, o quadro venha sofrendo mudanças notórias.

Existia uma predominância feminina na sociedade antiga, onde a mulher desfrutava de total liberdade sexual. Com as relações sexuais livres, a determinação

da paternidade não era uma preocupação. Para Reed (2008), a questão abrangeu muito mais que o tema igualdade de gênero, como também, o conceito diferente que se tem de família nos tempos atuais.

> A mulher da época selvagem dava à luz seus filhos e continuava livre, independente, e representava o centro da vida social e cultural. Isto vai de encontro a um ponto muito doloroso, porque afeta não somente a "questão feminina" como também a "sagrada família" (REED, 2008, p. 34)

Ao ocupar determinadas funções como por exemplo caça, guerras e conquistas, o gênero masculino no período em questão, estava ausente no que tange às práticas mais importantes e essenciais para manutenção da comunidade em todos os seus âmbitos. Isto necessária e obrigatoriamente foi feita pelas mulheres, oferecendo a elas um papel de predominância e respeito que paradoxalmente não é mostrado nos dias atuais.

A liberdade proporcionava um claro poder nas mãos do gênero feminino. A explicação reside no simples fato de que sua função como mãe, e não simplesmente progenitora, levou à mulher a desempenhar um importante papel no processo produtivo em práticas extremamente relevantes para vida social. Pode parecer antagônico, mas a própria autora se questiona "então como pode aquilo que consideramos a mais grave desvantagem da mulher, ou seja, sua função materna, pode dar lugar a uma posição preeminente nas sociedades primitivas". (REED, 2008, p. 37).

Se na antiguidade a maternidade proporcionou a mulher função relevante no processo produtivo, na era moderna, tornou-se uma das principais barreiras, principalmente quando se trata da inserção da mulher no mercado de trabalho. Os

filhos são um grande desafio para a mulher que atua no mercado de trabalho na era do patriarcalismo, principalmente pela errônea atribuição de vocação que lhe recai.

Sobre a questão da maternidade, Reed (2008) encontrou esclarecimento em Robert Briffault, especificamente, em sua obra denominada As mães, de 1927, onde ele descreveu o motivo da maternidade em garantir uma posição privilegiada a mulher naquela época, atualmente sabe-se que ocorre o contrário. Interpretando o estudo de Briffault, o autor reconta:

> Briffault demonstrou que as mulheres haviam adquirido sua posição privilegiada na sociedade primitiva não só por serem procriadoras, mas porque como resultado desta função específica haviam se convertido nas primeiras produtoras de gêneros essenciais para viver. Em outras palavras, em determinado ponto da luta pela sobrevivência e por nutrir e cuidar das crianças, começaram a empreender o caminho da atividade produtiva, e esta nova função deu-lhes a capacidade de organizar e dirigir as primeiras formas de vida social (REED, 2008, p. 37)

Buscando várias outras fontes, Reed (2008) conseguiu descrever com detalhes o papel exercido pela mulher na economia no período da pré-história. De acordo com a autora, conhecimentos técnicos indispensáveis ao progresso humano e social, passando da simples colheita de frutos à horticultura até chegar na agricultura foram desenvolvidos de forma primitiva pelas mulheres nessa época. Indo mais além, praticavam a tecelagem, cerâmica, a curtição de peles e até mesmo a construções de habitações. O gênero feminino, inclusive, empreendeu de forma rudimentar o desenvolvimento da medicina e da química.

CONCLUSÂO

As mulheres foram pioneiras nos trabalhos agrícolas e expandiram suas habilidades graças a grande gama de atividades que exerciam, sendo importantes inclusive na educação. Em função do exposto acima, as mulheres eram de essencial importância pois passavam os conhecimentos adquiridos para outras gerações

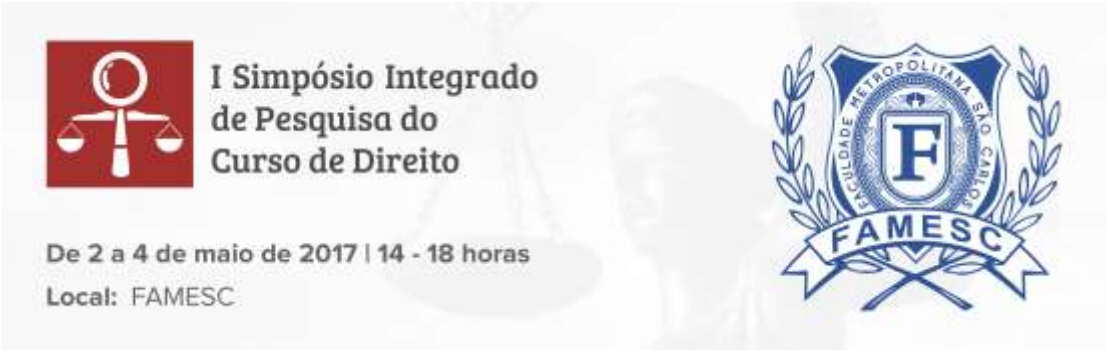
A necessidade da evolução dos modelos econômicos dos meios de produção da sociedade primitiva foi crucial para dar fim a condição utópica que viveram as mulheres da pré-história. Segundo Januário (2016), inserido nas ideias de Heleieth Saffioti, "a substituição da enxada primitiva, usada pela mulher, pelo arado seria uma das motivações para o início do patriarcado". (JANUÁRIO, 2016, p. 81) Junto com a ferramenta surgiu a necessidade da força masculina, que a partir de então, passou a controlar os meios da produção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Mulheres são maioria da população e ocupam mais espaço no mercado de trabalho**. Portal Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho >. Acesso em: abr. 2017.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Masculinidades em (Re)construção: Gênero, Corpo e Publicidade**. Portugal: Editora Labcom, 2016.

REED, Evelyn**. Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.



A GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

FAROFÉ, Maria de Fatima Abreu[71]
SILVA, Bruniele de Oliveira[72]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[73]

INTRODUÇÃO

A coesão entre os temas "globalização" e "comércio internacional" é tamanha que se torna irrealizável expressar um sem menção ao outro. Popularmente se tem a ideia de que a globalização é algo recente, entretanto o tema vem ganhando espaço desde o período das expansões romanas, que realizou, no decorrer de anos, largos intercâmbios multiculturais entre dissemelhantes civilizações da época, especialmente por meio do comércio com outros povos e na busca de alargar suas extensões. A globalização e a atividade de comércio são dependentes um do outro, porquanto o primeiro auxilia largamente para que o segundo se fortaleça no cenário globalizado. (GONÇALVES *et al*, 1998, p.15)

Este erro popular quanto seu surgimento é compreensível, devido ao grande impulsionamento que ocorreu a partir de meados da década de 90, com o incremento da tecnologia da informação. Tal circunstância permitiu uma grande ampliação do

[71] Graduanda em Administração pela Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail:mariadefatima.abreu@outlook.com
[72] Graduanda em Administração pela Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail:brunielesilva@hotmail.com
[73] Professsora orientadora: Mestre em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail:neuzamsnunes@gmail.com

intercâmbio cultural e diminuição das fronteiras entre as nações. Assim, surgiram muitas alianças comerciais, o que moveu um forte desenvolvimento industrial e tecnológico, principalmente para os países considerados emergentes como Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul. Por esse acontecimento tais países começaram a ganhar destaque no cenário mundial, elevando sua posição no cenário econômico global e tendo cada vez mais influência perante as outras nações. (GONÇALVES *et al.*, 1998, p.15)

Nesse sentido, assevera Diego Bezerra (2013) que nações conservadoras que mantiveram distanciadas e não se conduziram ao movimento de globalização, penam hoje um baixo desenvolvimento tecnológico, além de um ordinário progresso social e humano. A consequência de tais déficits é refletida na total falta de estrutura comercial e industrial de tais países – características que extensa relevância para países que destinam alcançar o desenvolvimento. A abertura comercial é essencial para que se comece a falar em desenvolvimento do comércio exterior, para que se comece a vislumbrar o aumento das exportações. Não tem espaço no mercado mundial para políticas ultra protecionistas e conservadoras, ou de isolamento que determinadas nações perseveram em manter.

Firmando sua definição, a globalização pode ser vista como a influência mútua de três processos distintos, que tem ocorrido desde tempos longínquos, mas efetivamente corrente nos últimos vinte anos. Estes processos são: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. (GONÇALVES *et al.*, 1998, p. 18)

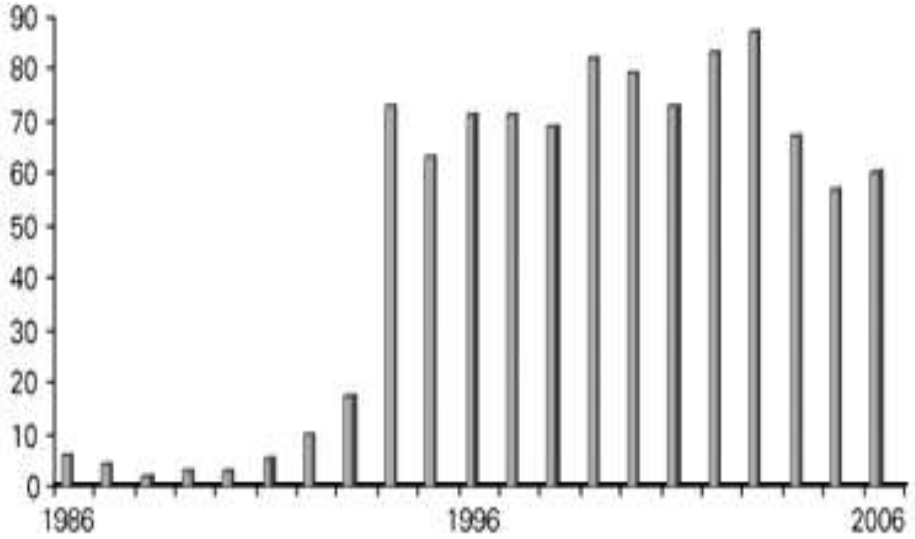
MATERIAL E MÉTODOS

Propõe-se procedimento metodológico de abordagem qualitativa denominada pesquisa exploratória, onde se visa proporcionar maior familiaridade com o fato ou fenômeno, a fim de torná-lo mais claro. Envolve um levantamento bibliográfico e documental, estudo de caso, entre outras técnicas.

DESENVOLVIMENTO

O primeiro processo da globalização diz respeito ao avolumamento dos fluxos internacionais de recursos, riquezas e serviços. Tratando-se das riquezas e fluxo de capitais, os dados levantados pelo Bank for International Settlements (BIS) e Fundo Monetário Internacional (FMI) demonstram o aumento gigantesco do "valor total dos títulos financeiros" e "valor total do intercâmbio comercial" dos últimos vinte anos no Brasil. De fato, houve uma formidável extensão dos fluxos de capitais em todos os mercados que compõem o sistema financeiro internacional (ações, empréstimos, financiamentos, títulos, moedas e derivativos). (BEZERRA, 2017, s. p.)

Gráfico 1: Brasil: Evolução da relação "valor total dos títulos financeiros" e "valor total do intercâmbio comercial" (%).



Fonte: (Bank for International Settlements (BIS) e Fundo Monetário Internacional (FMI), 2007).

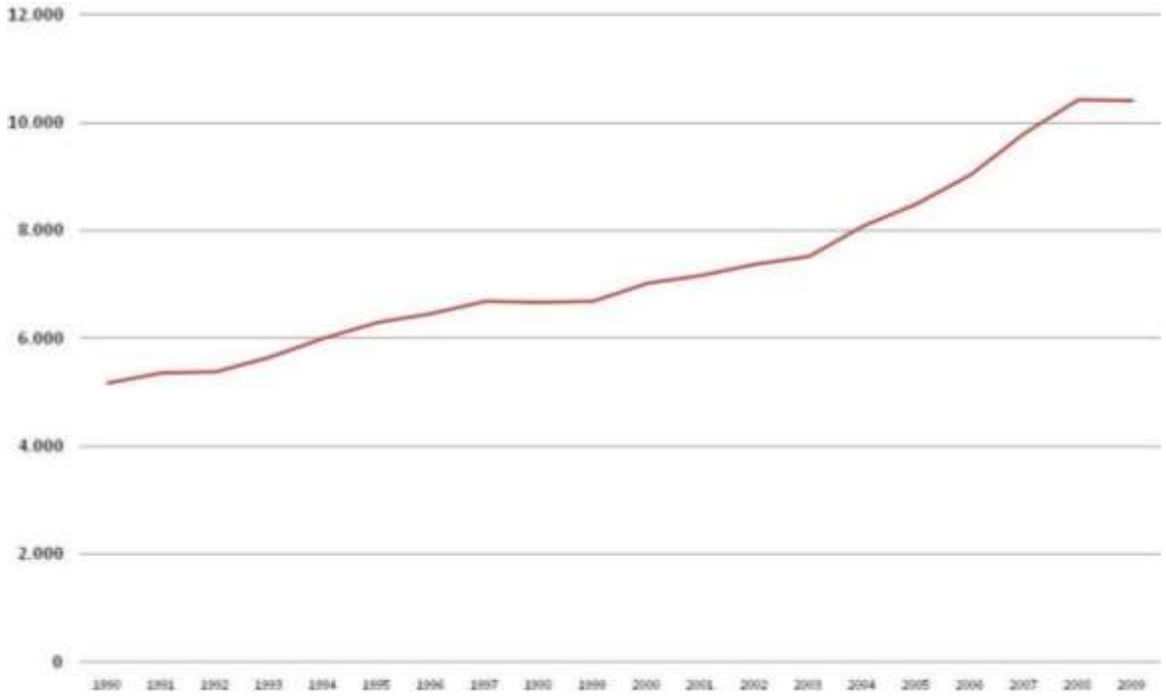
Referindo-se a esfera produtiva, a internacionalização da produção se evidencia com o consumo de bens e serviços por povos distintos daqueles que os produzem. Este trato se dá através do comércio internacional, investimentos estrangeiros e vínculos contratuais. De tal forma, as importações e as exportações são meios de introdução neste comércio global (no sistema econômico internacional). (GONÇALVES *et al.*, 1998, p. 85)

De tal forma, segue o autor, o investimento externo transparece na figura de um agente econômico externo que traz suas operações e a elabora dentro da economia nacional, por meio de filiais e/ou subsidiárias, ao tempo que os vínculos contratuais consentem que os produtores nacionais manufaturem bens ou serviços multinacionalizados.

Como demonstrado no gráfico 1, a contar de meados dos anos 80, foi experimentado uma ampliação fora do comum na fluência de investimento externo direto e inclusões contratuais, bem como da atuação das companhias transnacionais. Todavia, os dados parecem indicar um movimento cíclico dessas variáveis, com decréscimo a partir do início dos anos 2000 e, de tal modo, não se pode evidenciar sua aceleração para as próximas décadas. Nada obstante, a economia brasileira, em especial após a estabilização econômica de 1994, começou a avançar em bases mais sólidas, em um contexto de maior crescimento econômico e maior controle da inflação. Um dos indicadores mais impressionantes dessa transformação é a evolução do PIB per capita no conceito de paridade de poder de compra[74]. Por esse indicador, nosso PIB per capita dobrou nos últimos 20 anos, segundo o World Development Indicators, do Banco Mundial. De fato, enquanto o PIB per capita no conceito adotado apresentou uma taxa de crescimento de 4,5% ao ano no período de 2000 a 2009, na década anterior a taxa de crescimento observada foi de 3,0% ao ano. O Gráfico 1, abaixo, ilustra tais elementos. (TORRES, 2011, s. p.)

[74] Este incide foi concebido pelo Banco Mundial, como uma forma de poder comparar países que tinham custos de vida muito diferentes. Esse indicador mede a evolução média da renda dos brasileiros em valores correspondentes aos que eles gastaria se estivesse comprando os mesmos produtos de sua cesta de compras nos Estados Unidos e não no Brasil.

Gráfico 2: O crescimento da renda per capita no Brasil



Fonte: (Banco Mundial, World Development Indicators, 2010)

No que se refere ao contexto comercial, nota-se que a porção de comércio global vem apresentando uma progressão de múltiplos índices de crescimento referente ao aumento da renda mundial. A exemplo, no período de meados dos anos 90 o volume das exportações mundiais cresceu a uma taxa média anual de 6%, enquanto o produto interno bruto global cresceu a uma taxa média anual de 1.5%. (BEZERRA, 2017, s. p.)

O segundo processo de globalização trata do acirramento da concorrência internacional. Este é um tema de crescente importância quanto ao quesito competitividade, mas de difícil mensuração devido ao dinamismo e dimensões do mercado global. Tal processo tem ganhado espaço nas agendas econômicas dos

principais países em desenvolvimento (o que vem demonstrando sua importância não só para as corporações internacionais, mas para as nações). Na circunstância de operações financeiras internacionais, onde se presencia a figura da globalização financeira, é igualmente notório tal enquadramento, se localizando os bancos de um lado e, de outro, as instituições financeiras não bancárias. Sob tal circunstancia temos presenciado grupos transacionais atuando diretamente no sistema financeiro mundial por meio de instituições próprias, sem quereres do governo. Tais centros financeiros têm operado em grande escala em "mercados emergentes", passando a constitui centros financeiros importantes em todos os continentes, como exemplo São Paulo, Varsóvia, Singapura, Cidade do México, Hong Kong. (GONÇALVES *et al.*, 1998, s. p.)

O terceiro e derradeiro processo tratado aqui aborda a crescente integração dos sistemas econômicos nacionais. Como esclarece Ricardo Gonçalves (1998): trata-se aqui de uma proporção crescente de ativos financeiros emitidos por residentes está nas mãos de não-residentes e vice-versa e continua: nesse sentido, um indicador importante é o diferencial entre as taxas de crescimento das transações financeiras internacionais e nacionais. De tal modo, por exemplo, durante aos primeiros anos da década de 90 o "estoque de bônus" expedido nos mercados de capitais dos países desenvolvidos alargou a uma taxa média de 9% anual, enquanto os emitidos no mercado global por esses países alargaram 12%.

RESULTADO E DISCUSSÃO

De maneira inclusiva, podemos perceber a internacionalização das empresas como um processo continuado, progressivo e intenso de envolvimento da empresa em operações com o mercado externo – diferentes de seus mercados originais. Para Nicola Minervini (2005) a internacionalização abrangeria desde a concepção do plano estratégico, suas etapas preparatórias, até sua respectiva implementação, com fim a operação consistente e prospera da empresa em outros países diversos ao que está originalmente abrigada.

Em conformidade a Graciella Martignago (2005), no alto dos ensinamentos de Sorensen (1997) a respeito das teorias de internacionalização, esta pode ser agrupadas em quatro categorias diferentes:

> O modelo de estágios de internacionalização de uma empresa; o modelo contingencial; o modelo de (inter)ação para internacionalização (internacionalização pela busca de oportunidades internacionais através da **interação e formação de redes**); e, os modelos de construção social (criação do contexto internacional). (MARTIGNAGO, 2005, p.3)

As tais exposições acrescenta-se que a internacionalização de uma empresa se baseia: no acúmulo de experiências e constante desdobramento de recursos (processo sequencial); na dependência do ambiente, condições de demanda, estrutura e peculiaridades do mercado e políticas de governo, ou seja, a certeza de que nenhum padrão de internacionalização de empresas é esperado (abordagem contingencial); e, por fim, na certeza que tais atividades econômicas se dão mediante relações sócias –

um conjunto de sujeitos livres que continuamente interagem desenvolvendo relações de longo prazo (modelo de interações). (ROCHA e FREITAS, 2004, p. 33).

Assim, Ricardo Gonçalves (1998) completa pronunciando que os críticos da integração econômica apontam frequentemente para a América Latina como um exemplo em que a maior abertura ao comércio internacional teve um efeito econômico negativo. Muitos governos da América Latina (por exemplo, Peru) liberaram as importações muito mais do que em outras regiões. Em grande parte da América Latina, a liberalização das importações foi creditada com o aumento do número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza de US $ 1 por dia e perpetuou as desigualdades já existentes.

Por outro lado, Cristina Strazzacappa (2003) também entende que a globalização pode criar novas oportunidades, novas ideias e abrir novos mercados que um empresário pode não ter tido em seu país de origem. Como resultado, há uma série de aspectos positivos associados à globalização:

a) Maiores oportunidades para as empresas dos países menos industrializados explorarem mais e mais mercados em todo o mundo. Isso pode levar a um maior acesso aos fluxos de capital, tecnologia, capital humano, importações mais baratas e maiores mercados de exportação;

b) Permite que as empresas dos países menos industrializados passem a fazer parte das redes internacionais de produção e cadeias de abastecimento que são as principais caminhos de provimento do comércio;

Por exemplo, a experiência das economias do Leste Asiático demonstra o efeito positivo da globalização sobre o crescimento econômico e mostra que, pelo menos em algumas circunstâncias, a globalização diminui a pobreza. O crescimento

espetacular no Leste Asiático, que aumentou o PIB per capita em oito vezes e retirou milhões de pessoas da pobreza, baseou-se em grande medida no crescimento liderado pelas exportações e na troca de conhecimento tecnológico com os países industrializados. Geralmente, as economias que globalizam têm taxas de crescimento mais altas do que os não globalizados. (FERNANDES, 2017, s.p.)

Além disso, como salienta Ricardo Gonçalves, *et al.* (1998), o papel das empresas dos países em desenvolvimento na cadeia de valor está se tornando cada vez mais sofisticado, à medida que essas empresas se expandem para além da manufatura em serviços. As telecomunicações avançadas e a Internet estão facilitando a transferência desses empregos de serviços dos industrializados para os menos industrializados e tornando mais fácil e mais barato para as empresas de países menos industrializados entrarem nos mercados globais.

Encerra o autor dizendo que algumas das alegações feitas pelos críticos da globalização estão muito em disputa - por exemplo, que a globalização leva necessariamente a uma crescente desigualdade de renda ou danos ao meio ambiente. Embora existam alguns países em que a integração econômica levou ao aumento da desigualdade - China, por exemplo - não há tendência mundial. Com relação ao meio ambiente, o comércio internacional e o investimento direto estrangeiro podem oferecer aos países menos industrializados o incentivo para adotar e o acesso a novas tecnologias que possam ser mais ecologicamente corretas. As empresas transnacionais também podem ajudar o meio ambiente exportando padrões mais elevados e melhores práticas para os países menos industrializados.

Participar ou não da globalização não é uma escolha. Na era da tecnologia da informação, é praticamente impossível um país isolar-se do mercado mundial. Com

os avanços nas telecomunicações, controlar o fluxo de informação entre as pessoas e suas consequências econômicas, políticas e sociais tornou-se uma tarefa bastante difícil e, como muitos casos nos mostram, prejudicial para os governos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoiado no conhecimento apreendido durante a pesquisa e desenvolvimento do presente artigo, claro é que a globalização ofertou aos países um acesso facilitado a mercados de consumo antes inacessíveis econômica e geograficamente. Pode-se ver que a demanda nesses mercados é ampla, entretanto, olhando para nossas próprias barreiras, o Brasil necessita de medidas adequadas que facilitem às empresas penetrar no mercado competitivo internacional.

Concluiu com tal levantamento que a globalização não é escolha de o país participar ou não. Ela está aí, quem não se adequar a ela ficará para trás em um mercado altamente dinâmico. O processo que se vê é a convergência para um mercado único, plurinacional, internacional, competitivo e altamente mutável, cruel ao ponto de derrubar uma nação que não opere com tal abertura e pró atividade e, capaz de fazer subir tantas outras que operem a seu favor, que entendam o que o mundo quer.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Diego B. **A globalização e o comércio exterior**. Artigo originalmente publicado no Portal Administração, 2013. Disponível em <portal-

administracao.com/201 3/11/a-globalizacao-e-o-comercio-exterior.html?m=1> Acesso em: 21 abr. 2017

FERNANDES, José P. T. **A globalização chinesa**. Artigo originalmente publicado no sitio eletrônico português: publico.pt, 2017. Disponível em < https://www.publico.pt/2017/02/07/mundo/noticia/a-globalizacao-chinesa-1761126 > Acesso em: 09 mai. 2017

GONÇALVES, Ricardo; *et al*. **A Nova Economia Internacional**. Uma Perspectiva Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1998.

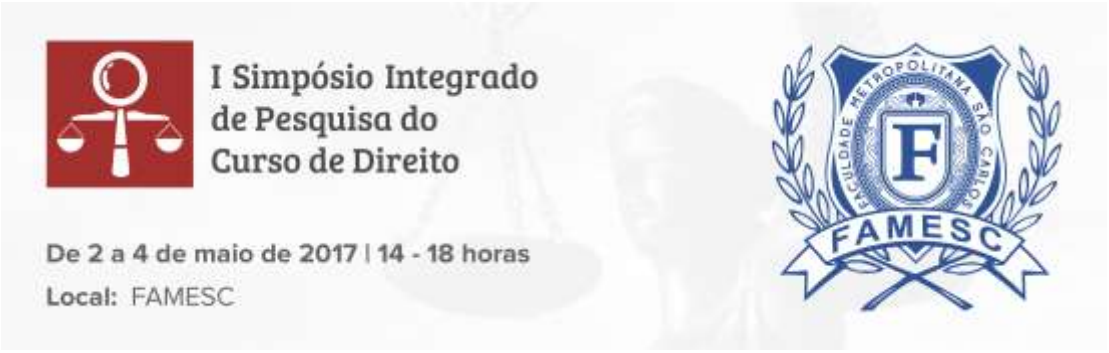
MARTIGNAGO, et al. **Obstáculos à Internacionalização e o Porte de Empresas Exportadoras**. Artigo originalmente publicado no XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção – Porto Alegre, RS, 2005. Disponível em < http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2005_enegep0707_1469.pdf > Acesso em: 11 mai. 2017

MINERVINI, Nicola. **O exportador**. 4ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

ROCHA, A.; FREITAS, Y. A. **Estabilidade temporal dos obstáculos à exportação**: um estudo exploratório. XXVIII Enanpad. Anais. Curitiba, 25 a 29 de setembro, 2004.

STRAZZACAPPA, Cristina. **Globalização: O que É Isso, Afinal?** - Col. Desafio, São Paulo. Ed. Moderna, 2003.

TORRES, Haroldo. **O crescimento da renda per capita no Brasil**. Artigo originalmente publicado no blog planocde, 2011. Disponível em < http://planocde.blogspot.com.br/2011/ 0 3/ o-crescimento-da-renda-per-capita-no.html> Acesso em: 21 abr. 2017.



OPERAÇÃO CARNE FRACA E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

NASCIMENTO, Thatiany[75]
ALMEIDA, Camila Gonçalves de[76]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[3]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo destacar os impactos causados na economia brasileira decorrentes de crimes como corrupção e extorsão que teriam sido cometidos por fiscais do Ministério da Agricultura, funcionários de frigoríficos e empresas de alimentos, considerando-se que a comercialização de carnes no mercado interno e externo é fundamental para a economia nacional.

O Brasil é um dos maiores líderes mundiais em exportação no setor de carne bovina e de frango, e ocupa o quarto lugar como exportador de carne suína. No ano de 2016 as vendas do setor representaram 7,2% do comércio global. Porém, com o resultado das investigações da Polícia Federal (PF) que culminaram na Operação Carne Fraca iniciada em 17 de março de 2017, vários frigoríficos foram fechados e a imagem do país no estrangeiro foi afetada gerando um grande impacto econômico.

[75] Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: nascimentothatiany@gmail.com;
[76] Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: camilagoncalvesbji@hotmail.com;
[3] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com

Diante da seriedade dos fatos há necessidade de uma rigorosa investigação para apurar um problema de saúde pública com implicações severas em um setor importante na balança comercial das exportações do país. O setor de exportação de carne bovina e de frango contribui com grande parcela no PIB brasileiro.

MATERIAL E MÉTODOS

Buscando analisar a temática proposta, o método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Em 17 de março de 2017 teve início a Operação Carne Fraca, que é uma operação de combate ao crime, pela Polícia Federal do Brasil. Um verdadeiro escândalo em que foram apontadas mais de 30 grandes empresas do ramo alimentício do país. Algumas das envolvidas são a JBS, dona das marcas Seara, Swift, Friboi e Vigor, e a BRF, dona da Sadia e Perdigão. Elas foram acusadas de adulterar a carne que vendiam no mercado interno e externo, comercializando carne estragada, mudando a data de vencimento, maquiando o aspecto e usando produtos químicos provavelmente cancerígenos.

No mesmo dia em que se iniciaram as investigações, as ações da JBS, na BMF&Bovespa tiveram queda de mais de 11% no fechamento do dia, e as da BRF caíram aproximadamente 8%. Em apenas um dia, as ações da JBS teve uma perda de

R$ 3,456 bilhões no de valor de mercado enquanto as ações da BRF teve R$ 2,31 bilhões de perda.

A Operação Carne Fraca também impactou no mercado interno, visto que, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) tomou algumas medidas, orientando seus associados a "priorizar a qualidade e a segurança na comercialização dos alimentos vendidos em todas as lojas do Brasil".(GANDRA, 2017, s. p.)

O Movimento Nacional dos Produtores (MNP) preocupou-se com o fato de gerar uma possível grande crise institucional, pois os pecuaristas que já estavam insatisfeitos com a precificação e desvalorização dos animais, passarão a ser mais atentos e fiscais de seus próprios produtos.

Segundo Oliveira (2017), a Operação Carne Fraca também teve reflexos que foram percebidos no preço da soja, usada como ração para os animais, em que o valor do produto teve uma desvalorização de 10% por causa da crise. O Ministério da Agricultura, em 05 de abril de 2017, analisou no total 302 amostras em que:

> oito apresentaram bactérias prejudiciais, 39 amostras de produtos dos 21 frigoríficos investigados na Operação Carne Fraca apresentaram problemas de ordem econômica ou de saúde pública. Sete laudos de análises de hambúrgueres continham a bactéria salmonella, vindos de três lotes diferentes da marca Novilho Nobre, do frigorífico Transmeat, na linguiça cozida do frigorífico FrigoSantos foi encontrada presença da bactéria Staphylococcus coagulase positiva. A presença dessas bactérias pode causar problemas como diarreia e vômito. (SF AGRO, 2017, s.p.)

Nos lotes de embutidos foram encontrados também, excesso de amido e ácido sórbico, um conservante proibido em linguiças e salsichas, produzidas pelos frigoríficos Souza Ramos, de Colombo (PR), e Peccin, e excesso de água no frango

nos produtos dos frigoríficos BRF, de Mineiros (GO), e Frango DM, de Arapongas (PR). Porém, essas amostras são problemas de ordem econômica, como não observância de critérios técnicos ou fraude dolosa, mas que, não colocam em risco a saúde dos consumidores. (SF AGRO, 2017, s.p.)

Diante das situações, dias após, foi anunciado pelo Ministério da Agricultura a suspensão da licença de exportação dos 21 frigoríficos que estavam sob investigação na operação, sendo que 3 tiveram a liberação para exportação no dia seguinte, pois não tinham informações suficientes de irregularidades.

Na primeira semana de abril, o mercado bovino teve um retorno gradual dos preços em algumas regiões depois de passar por processo de ajustamento. Já, as cotações de suíno que já passavam por dificuldades antes da operação seguiram com as demandas enfraquecidas, mesmo assim, em receita, houve crescimento de 39,5%, com US$ 138,3 milhões no ano de 2017 frente a US$ 99,1 milhões no ano anterior. Em relação ao frango, apesar de não ter tido evolução nos preços, com as fortes quedas do milho e farelo de soja, levou o setor a encerrar março com a melhor relação de troca desde novembro de 2015. Enquanto o frango vivo na Grande São Paulo se desvalorizou 4,6% no balanço do mês de março, o milho e o farelo tiveram baixas acumuladas de 16,2% e de 6,1% em Campinas, São Paulo. (ALBUQUERQUE, 2017, s. p.)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

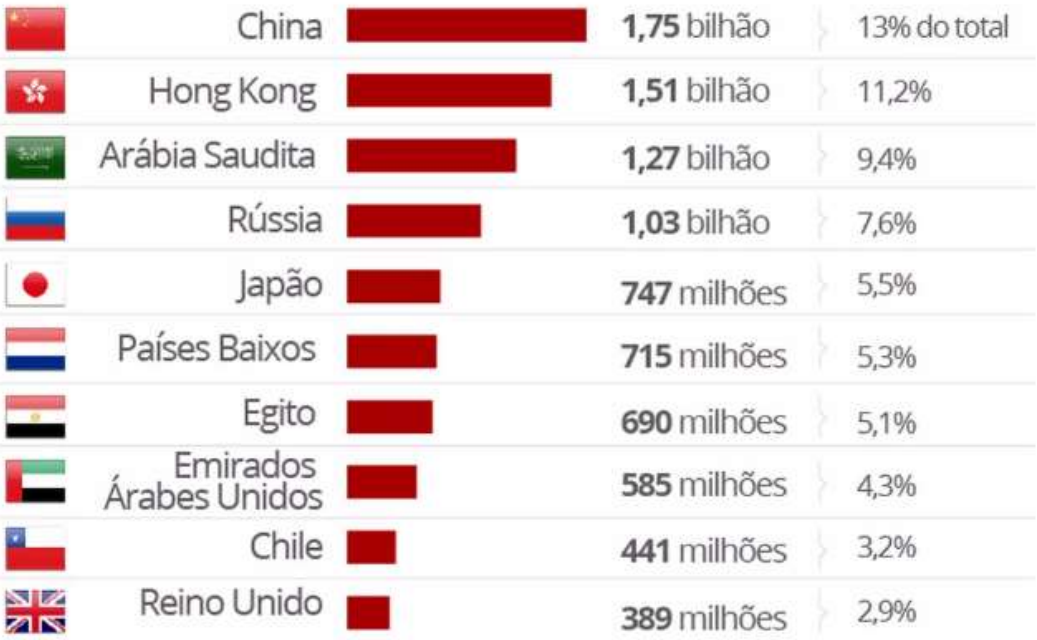
A divulgação do escândalo teve uma grande repercussão internacional, fazendo com que gerasse embargos de países compradores de carnes brasileiras.

O caso demandou um esforço nacional com o objetivo de reverter a imagem negativa do Brasil no exterior, tanto, das empresas envolvidas com comércio exterior, quanto, do governo federal e do Itamaraty nas relações internacionais.

Para Gomes (2017), os compradores no cenário do comércio internacional dos países como os Estados Unidos, a Coréia do Sul, o Vietnã, a Arábia Saudita, reforçaram a inspeção sobre os produtos brasileiros. No ambiente das relações internacionais principais países compradores de carnes brasileiras, como, Argélia, Bahamas, Catar, Chile, China, Egito, Hong Kong, Jamaica, México, Panamá, Trinidad Tobago interromperam as importações dos frigoríficos brasileiros. A suspensão geral das importações de carnes brasileiras ocorreram após intensas negociações com a China, Chile e Egito que mantiveram o veto apenas aos 21 frigoríficos que estão sendo investigados na operação.

A seguir, os maiores compradores de carnes brasileiras.

Tabela 1: Principais compradores de carnes brasileiras em 2016, em US$



Fonte: (GOMES, 2017)

Para Lis (2017), na última semana de março de 2017, apesar do impacto da Operação, a balança comercial brasileira registrou superávit de US$ 1,602 bilhão, ou seja, o Brasil exportou mais do que importou. Isso é resultado de US$ 4,453 bilhões em exportações e US$ 2,851 bilhões em importações. O resultado da balança no mês de março estava positivo em US$ 5,457 bilhões e no mesmo período foram exportados US$ 15,982 bilhões e importados US$ 10,525 bilhões. O valor do superávit até ao mês de março representou US$ 12,736 bilhões na balança comercial do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a pecuária brasileira passará por um tempo de mudanças até que a confiabilidade se reestabeleça. Acredita-se que o processo de carnes do país adotará medidas mais eficientes de controle e, que a oferta e a demanda do mercado de carnes voltará aos níveis anteriores ao da Operação Carne Fraca. Com a União Europeia sinalizando a suspensão das importações para os frigoríficos investigados, e com a Coreia do Sul e a China, o maior mercado do mundo, podendo também tomar tal providência, as consequências afetaram o setor como um todo, inclusive, gerando desemprego em toda cadeia produtiva.

Deve-se pensar no desenvolvimento de ações e atitudes éticas de explicações ao mercado. As ações devem ser urgentes, transparentes, competentes e coerentes com a aplicação pelo setor, dos modernos e inovadores cinco caracteres da competitividade. Os 5C são: capacitação, cooperação, comunicação, compromisso e confiança, para que, se reestabeleça a interação do mercado com as empresas envolvidas e que a economia desse setor volte a movimentar o mercado.

REFERÊNCIAS

AGRO, S.F. **Operação Carne Fraca: produtos analisados apresentaram problemas – Successful Farming**. Disponível em: <http://sfagro.uol.com.br/operacao-carne-fraca-produtos-analisados-apresentaram-problemas/.. Acesso em: 06 abr. 2017

ALBUQUERQUE, Larissa. **Frangos vivos: preços caem, mas poder de compra melhora** – Notícias agrícolas, 2017. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/carnes/189818-demanda-pressiona-

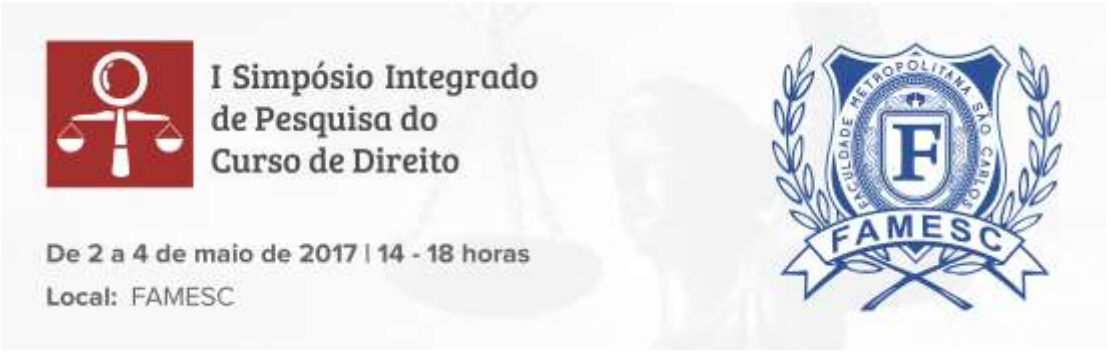
precos-na-carne-na-primeira-semana-de-abril.html#.WOulQPnyvIU>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GANDRA, Alana. **Operação Carne Fraca poderá afetar vendas do Brasil no exterior** – Agência Brasil, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/operacao-carne-fraca-podera-afetar-vendas-do-brasil-no-exterior-diz-entidade>. Acesso em: 17 mar. 2017

GOMES, Renato Barata. **Gestão de comércio exterior e relações internacionais na operação Carne Fraca** – O mundo dos negócios, 2017. Disponível em: <http://www.unq.com.br/blog/gestao-de-comercio-exterior-e-relacoes-internacionais-na-operacao-carne-fraca/>. Acesso em: 29 mar. 2017

LIS, Laís. **Média diária de exportação de carnes cai 19% após Operação Carne Fraca**. – G1.Globo Economia, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/media-diaria-de-exportacao-de-carnes-cai-19-apos-operacao-carne-fraca.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2017

OLIVEIRA, Eliane. **Carne Fraca: governo teme impacto de desdobramentos da operação** – Extra. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/economia/carne-fraca-governo-teme-impacto-de-desdobramentos-da-operacao-21170420.html>. Acesso em: 06 abr. 2017



A ECONOMIA NA SÍRIA

AGUIAR, Caroline Alves de[77]
ASSIS, Mariana Rodrigues Coutinho[78]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[79]
BRASIL, Maria Margarete Salvate[80]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a economia da Síria. A República Árabe Síria era considerada um país em desenvolvimento, com uma economia diversificada, baseada na agricultura, na indústria e na produção de petróleo. Na década de 1960, por causa da ideologia socialista do governo, foram nacionalizadas as principais empresas do país e foram adotadas políticas econômicas que almejavam diminuir as diferenças regionais e entre as classes sociais. No ano de 2011, com o começo da guerra civil entre o presidente Bashar Al Assad e os grupos de oposição, houve graves consequências para a economia do país. Em julho de 2013, devido ao desgaste da guerra civil que assolou o país, a economia síria sofreu sérios prejuízos, apontando uma contração de 45% desde o início dos conflitos. O alto índice do desemprego alcançaram níveis históricos e a moeda síria se desvalorizou

[77] Graduanda em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: carol22.22@icloud.com
[78] Graduanda em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: FELIPPEASSIS1@outlook.com
[79] Professora orientadora: Mestrado em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com
[80] Professora Coorientadora: Mestrado em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

quase que totalmente. Com isso, o setor público perdeu mais de 15 bilhões de dólares. A infraestrutura do país também se degradou substancialmente por causa da guerra. O regime da Síria, em 2014, estimou em US$ 31 bilhões de dólares as perdas que o país sofrera com o combate.

METODOLOGIA

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados na internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Caleiro (2016), o presidente da Síria, Bashar Al Assad, após a morte de seu pai, assumiu o poder em 2000 com o intuito de modernizar o país. No começo, adotou na economia reformas de desregulação e diversificação que ajudaram a garantir a estabilidade, o controle da inflação e o crescimento robusto com média de crescimento de 4,4% entre o ano de 2000 a 2009. Mas, na segunda metade da década, a pobreza voltou a crescer, o nível de emprego não acompanhou o crescimento da população, a abertura política ficou apenas como uma promessa e a corrupção alastrou em todos setores. Com o início dos protestos em 2011, dois terços dos habitantes encontravam-se na extrema pobreza, com 7,6 milhões de pessoas deslocadas internamente e mais de 5 milhões fugidos para 4 países vizinhos.

Para Welle (2013), a guerra civil, que devasta a Síria desde o ano de 2011, arrasou com a economia do país. A população é quem mais sofre. Anteriormente ao conflito, a taxa de desemprego no país era inferior a 10%. Em 2013, metade da população síria estava sem trabalho. Quem pôde emigrar, principalmente os profissionais qualificados, abandonaram o país. Como parte significativa da infraestrutura encontra-se destruída, muitas empresas transferiram sua produção para o Egito ou para a Turquia. Ainda de acordo com o autor, em 2013, metade dos sírios estavam sem trabalho e a maior parte daqueles que imigraram foram, principalmente, os profissionais qualificados, pessoas que ajudariam o país a se desenvolver em época de paz.

No ano de 2010, o valor das exportações de mercadorias e matérias-primas do país alcançava a marca de mais de 2 bilhões de euros. Em 2013, as exportações sírias encontravam-se quase que anuladas, não ultrapassando um quarto do volume de 2011. Fato que contribuiu para a redução foram às sanções impostas pela União Europeia, como resposta à repressão e às violações dos direitos humanos por parte do regime do ditador Bashar al-Assad. A exportação do petróleo, um dos produtos mais importantes de exportação da Síria, superava em 2011 a produção de 400 mil barris diários e, em 2013, a produção foi estimada em somente 50 mil barris por dia.

Para Silva (2013), embora a Síria seja um pequeno produtor de petróleo, a crise e a tensão no país gera grande preocupação no mundo. A explicação está relacionada à posição geográfica e ao possível risco de alastrar os problemas para outros países do Médio Oriente. A capital do país, Damasco, está localizada perto de importantes

oleodutos e rotas marítimas que são utilizadas para transportar uma grande parte do petróleo mundial. Ainda sobre sua localização:

> A sudeste do país está situado o Canal do Suez, através do qual passam nada mais nada menos do que 800 mil barris de petróleo e 1,4 milhões de barris de produtos petrolíferos diariamente. Outro ponto estratégico é o Sumed, o oleoduto Suez-Mediterrâneo que movimenta petróleo do Golfo do Pérsico para o Mediterrâneo e pelo qual atravessam 1,7 milhões de barris de petróleo por dia. (SILVA, 2013, s.p.)

Outro fator de preocupação sobre a Síria é que ao norte está a Turquia, onde situa-se o oleoduto Kirkuk-Ceyhan que é responsável por transportar a maior parte da produção petrolífera do Iraque para o Mediterrâneo, como também, o oleoduto Baku-Tblisi-Ceyhan que transporta petróleo para a Ásia Central. Além de, ao leste da Síria, encontrarem-se os campos petrolíferos do norte do Iraque, país que em 2012 foi responsável pela produção de 3 milhões de barris por dia.

Uma intervenção militar na guerra da Síria é motivo de preocupação mundial pois, "poderá resultar em retaliações do Médio Oriente contra o Ocidente e deteriorar as relações internacionais entre países, levando em consideração o apoio dado pela Rússia ao regime de Assad". (SILVA, 2013, s.p.)

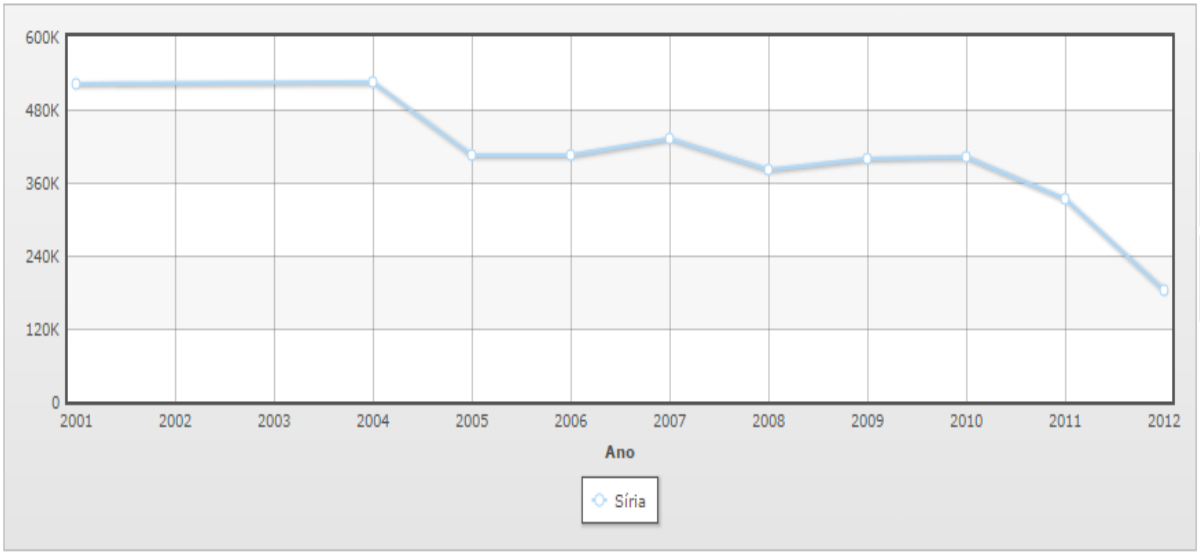
A guerra na Síria quase anulou a economia e, além de devastar o país, levou 70% da população a não ter acesso a água potável. As condições de vida da população do país a cada dia pioram.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os números da economia da Síria são incertos. De acordo com Caleiro (2016), desde 2010 o Produto Interno Bruto (PIB) do país reduziu 57% em termos reais conforme o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A produção de petróleo do país, a partir de 2011, teve queda drástica revelada no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Produto de petróleo (barris/dia)



Country	2001	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Síria	522.700	525.000	403.800	405.000	433.200	381.600	400.400	401.000	333.900	182.500

Fonte: INDEXMUNDI, 2011.

O petróleo era considerado como um dos mais importantes produtos de exportação da Síria. Os dados revelam que, no ano de 2010 a produção superava os

400 mil barris diários, representando mais do que o dobro da produção em 2012. No período de 2001 a 2012 houve declínio acentuado na produção do produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra civil que devasta a Síria faz com que a economia tenha resultados desastrosos. O conflito leva à escassez de produtos, à inflação sem controle, à fuga de capital e mão de obra, como também ao colapso dos setores agrícolas e, principalmente, à queda acentuada da produção de petróleo.

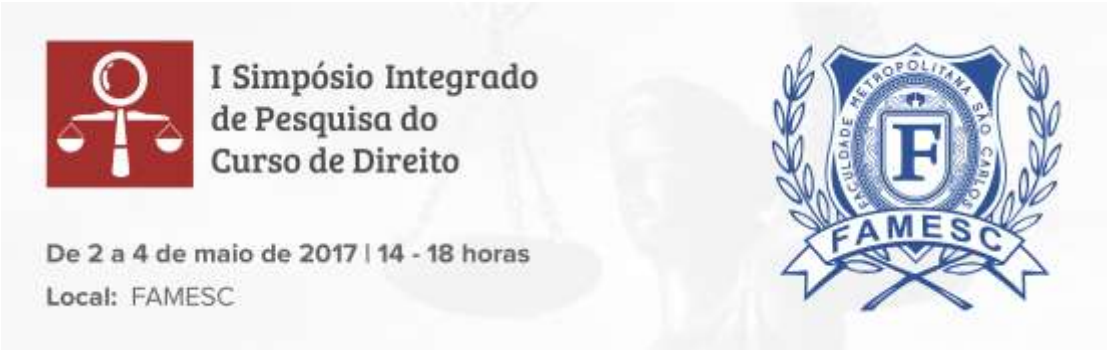
A recuperação do país devastado pela guerra vai depender de acordos políticos e de grande apoio internacional. A reconstrução, segundo o FMI, poderá levar 20 anos, se o país voltar a crescer em 2018 a uma taxa de 4,5% por ano. O maior desafio, além de reconstruir a infraestrutura física, será reconstruir o capital humano.

REFERÊNCIAS

CALEIRO, João Pedro**. Síria perdeu metade da sua economia com guerra civil.** Exame.com, 28 jul 2016. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/siria-perdeu-metade-da-sua-economia-com-guerra-civil/>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SILVA, Tiago Figueiredo**. A Síria é um pequeno produtor de petróleo. Então porque influencia o preço?** Dinheiro Vivo**,** 2013. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/a-siria-e-um-pequeno-produtor-de-petroleo-entao-porque-influencia-o-preco/#sthash.V0ho52om.dpuf> . Acesso em: 23 abr. 2017.

WELLE, Da Deutsche. **Guerra civil arrasa economia da Síria, e população é maior vítima.** Folha de São Paulo,05/11/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/dw/2013/11/1364900-guerra-civil-arrasa-economia-da-siria-e-populacao-e-maior-vitima.shtml>.



MERCADO INTERNACIONAL E SUAS INFLUÊNCIAS

AFFONSO, Andréia Aparecida Alves[81]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[82]
BRASIL, Maria Margarete Salvate[83]

INTRODUÇÃO

Quando se aborda o mercado internacional ou propriamente dito, mercado econômico, abre-se um leque de variedades de assuntos, pois, está interligado e envolvido por questões sociais, políticas e econômicas. Enfim, surge certa preocupação a respeito do comércio internacional que a cada dia se expande num sistema global e, que muitas vezes traz certa insegurança à respeito da expectativas sobre o futuro. A preocupação está ligada ao fato que a própria sociedade em geral, cria-se uma certa expectativa à respeito do futuro da economia do país, que no decorrer dos anos vem passados por sobressaltos. Observa-se que os olhares estão atentos para o comércio Internacional.

Segundo Barbosa (2001) o simples fato de assistir um noticiário, de ler um jornal ou de até mesmo de uma boa conversa entre os amigos, o quesito econômico é abordado diariamente, envolvendo o mercado internacional, ou seja, o comércio internacional. Pois, tudo envolve a economia do país, tudo está interligado.

[81] Graduanda em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: andreiaaffonso176@gmail.com
[82] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com
[83] Professora coorientadora: Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

A globalização contribui de modo geral com a expansão do mercado internacional. Seguindo esse contexto, para entender o mercado internacional é preciso compreender sua estrutura, pois, pode ser comparado ao efeito dominó, onde está diretamente interligado. Em meio a esses cenários múltiplos é preciso compreender a expansão do mercado internacional e suas influências.

Bom, para começa deve-se entender o que é comercio Internacional? A melhor definição para comércio internacional consiste no intercâmbio de bens, serviços e capitais entre os diferentes países. Com o avanço industrial, dos transportes e, o surgimento das corporações multinacionais, a globalização teve grande contribuição para a formação desse comércio. A própria globalização aumentou a interação entre os comércios. Ou seja, a tecnologia mais uma vez contribuindo para que o mundo se torne cada vez mais globalizado. Afinal o que é globalização? De acordo com Barbosa (2001) é um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo. Através deste processo, as pessoas, os governos e as empresas trocam ideias, realizam transações financeiras e comercias e ao mesmo tempo espalham aspectos culturais pelo mundo.

Nesse contexto, o objetivo desse estudo é mostrar a realidade enfrentadas pelo comércio internacional, as influências que podem abalar o sistema econômico de um país e as dificuldades existentes à entrada no mercado de externo. Ou seja, as barreiras que interferem esse sistema.

METODOLOGIA

O método utilizado para elaboração deste trabalho foi através de revisão bibliográfica com base em leituras de livros, análise de sites relacionados a esse tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A globalização abriu a porta, ou seja, deu um impulso para interação com outros países e justamente por meio desse processo econômico, alguns países se juntaram formando acordos, os chamados blocos econômicos.

Blocos econômicos atuam com objetivos de buscar soluções em comum acordo para resolver problemas comercias, para aumentar e gerar crescimento econômico entre os países. Diante desse assunto, os grandes economistas ingleses, Adam Smith e David Ricardo, afirmaram que os países que comercializam entre si aumentam o nível de seu bem estar social.

Mais uma vez a globalização, contribuindo na economia. Obviamente, não tem como falar de mercado internacional sem mencionar sobre globalização, é como falar sobre um delicioso prato feito que contém arroz e não mencionar o feijão.

Seguindo esse contexto, nos anos 80 ocorreu mudança na administração da economia dos países mais ricos, pois, na década de 70 o próprio governo regulamentava as atividades econômicas, ou seja, a intervenção estatal que se originalizou no pós guerra associado aos chamados anos dourados. Época que ocorreu crescimento econômico mundial, mas, com a crise do petróleo perdeu força.

Nessa fase de transformação houve implementação de medidas que reduziram a presença do estado na economia com a privatização de empresas públicas. Juntamente a esse processo, interligado com o neoliberalismo, deram entrada às relações internacionais. Em meio a esse cenário houve a redução das barreiras alfandegárias que, abriu as portas para importações e exportações de bens e serviço entre os países. Período marcado pelo avanço tecnológico, denominada terceira revolução tecnológica. Com isso, resultou o processo de globalização. Um processo que interliga e ao mesmo tempo interage ao mercado físico, financeiro, governamental em uma escala mundial.

Processo que, consequentemente, trouxe grandes efeitos na economia. Na globalização os caminhos ficam mais curtos, as interligações entre os países ao mesmo tempo trazem oportunidades e ameaças. Com isso, foi introduzida a política fiscal, cambial e monetária com objetivo de minimizar os impactos negativos na economia através de planejamento e regulamentação. Além da intenção de incentivar os países a exportar, a globalização contribuiu para o crescimento econômico e ao mesmo tempo proteger a economia interna, ou seja, local.

Em meio a esse cenário surgiu a preocupação ocorrida neste ano no mercado externo à aplicação da barreira técnica ao Brasil. Ou seja, será que o país está apto e confiável para disputar o mercado internacional? Antes, precisa-se entender o que é barreira técnicas? As barreiras técnicas são restrições adotadas com relação aos fluxo de comércio entre os países em relação as características do produto a serem importados, ou seja, ao método do processo de produção. Essas restrições são padrões exigidas pelo importador. Essas barreiras atuam com intuito de proteger suas empresas locais.

Observa-se o que aconteceu no Brasil este ano com a operação Carne Fraca foi um acontecimento que levou o país a uma reputação indesejável no mercado. Diante desse cenário, houve a preocupação da exportação de carne aos países compradores. Como tudo está interligado, a preocupação seria a rigidez de inspeção de saúde em outros países e o preço da carne que diminuiria. O efeito dominó e ao mesmo tempo, a presença da globalização no mercado internacional fez com que certas medidas fossem tomadas para ajudar a retomar uma imagem mais segura do Brasil. Entre elas, a transparência necessária para preservar o consumidor e informar ao mercado externo que em parte, a questão era pontual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante desse contexto observa-se que a globalização contribui com o crescimento do mercado internacional. De acordo com Barbosa (2001), o mundo globalizado permite desvendar as transformações econômicas. Justamente, a globalização com a tecnologia deu o impulso para que através de um clique venha ter acesso a tudo o que ocorre no mundo.

Observa-se que o mercado internacional sofre várias influências e que tudo está interligado e, ao mesmo tempo um passo em falso pode afetar a economia do país. O que aconteceu com o Brasil, o segundo maior produtor e exportador de carne bovina do mundo, foram os impactos negativos sofridos através Operação Carne Fraca, em que, alguns países optaram em suspender as exportações temporariamente. Medidas essas que, envolvem as barreiras técnicas, isto é,

processos e métodos de produção que pode ser usados como fundamentos para imposição das barreiras ao comércio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o comércio internacional sofre várias influências e que, através globalização o mundo está cada vez mais interligado. Diante desse contexto, o Brasil deve seguir mostrando transparência e passando informações que possa resgatar a credibilidade no mercado internacional.

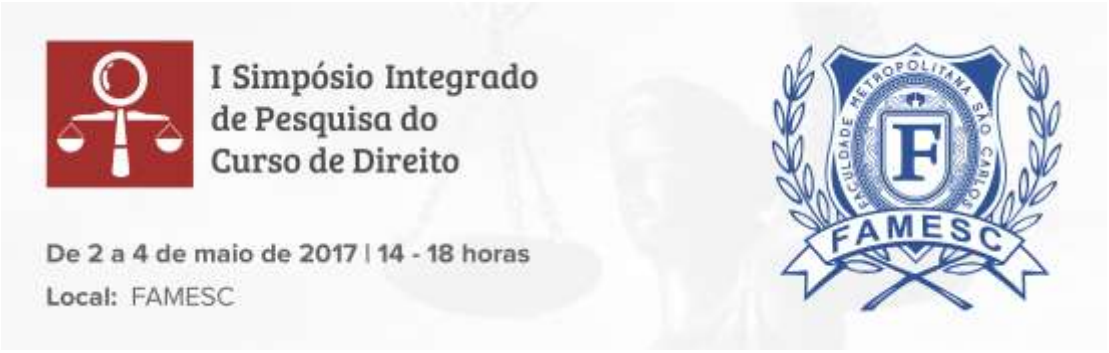
REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**. Ano, 2001.

G1. Globo. **Imprensa internacional repercute operação Carne Fraca no Brasil**. 2017. Disponível em:< http://g1.globo.com/mundo/noticia/imprensa-internacional-repercute-operacao-carne-fraca-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2017.

ICONE, Instituto de Estudo do Comércio e Negociações Internacionais. **Barreiras Técnicas ao Comércio.** Icone Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.iconebrasil.org.br/biblioteca/perguntas-e-resposta/barreiras-tecnicas-ao-comercio>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SILVA, Aristides. **Economia Internacional - Uma Introdução.** São Paulo: Atlas, 1977.



O NASCIMENTO DO CAFÉ NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA

MELO, Jhonathan Rezende de[84]
SILVA, Nielson Fernandes Muri da[85]
BARROSO, Heitor Macedo[86]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[87]

INTRODUÇÃO

O café é considerado um dos mais importantes alimentos dos cidadãos e, por este motivo, se faz presente nas mesas das populações de inúmeros países. E, além disso, é um valoroso produto de exportação brasileira. Com os avanços da tecnologia, seu preparo vem sendo lapidado ao ponto de agregar valores qualitativos, visando tanto o mercado interno quanto o externo. A exportação do café e de qualquer outro produto alimentício fica restrita às adequações estabelecidas nos acordos políticos internacionais.

Objetivou-se, neste estudo, um discernimento fundamentado e fidedigno de uma interpretação histórica sobre o café, seu cultivo, a crise de 1929, seu surgimento no Brasil e clarificar a sua relação com a econômica do país mediante exportação, e

[84] Graduando em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: jhonatanadm@hotmail.com
[85] Graduando em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: nielsonfernande@hotmail.com
[86] Graduando em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: heitor.barroso@sicoob.com.br
[87] Professor orientador: Mestrado em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

servir como um meio de comunicação e de intercâmbio de ideias entre às referências, os autores e leitores em geral.

METODOLOGIA

O método empregado para a explanação desta temática terá como alicerce elementar as revisões bibliográficas e também pesquisas de relatos feitos em torno deste assunto, utilizando como base de dados a *scielo*, *web of science*, *science direct*, *pubmed e google*. Considerando-se que para a confecção deste trabalho a metodologia de triagem dos conteúdos utilizados como ponderação foi voltada para artigos publicados em anos distintos e apresentados exclusivamente no idioma da língua portuguesa.

DESENVOLVIMENTO

Ao olhar pelo retrovisor da história, notar-se-á que não existe uma comprovação clara sobre a descoberta desta "fonte de energia". Contudo, há inúmeras tradições que nos levam a caminhar pelo possível trajeto de sua origem. Santos (2011), relatou que uma das que possuem mais mérito relacionada ao café é a do Kaldi, que viveu em uma região chamada de Etiópia, na África, a pelo menos mil anos atrás. A lenda narra à história do pastor Kaldi que tinha o costume de observar suas cabras. Até que, certo dia constatou que depois de ingerirem determinado fruto de coloração amarelo - avermelhada das moitas que eram características dos pastos, ficavam divertidas, saltitantes, com energia redobrada e

conseguiam caminhar longas distâncias além de, subir morros bem aclives. A percepção pela mudança do comportamento foi notado pelo pastor evidenciando que as frutas eram fonte de uma substância diferenciada de tudo o que se já tinha visto. Em uma conversa aleatória, Kaldi comentou sobre o comportamento dos animais a um monge da região, que decidiu experimentar o poder dos frutos, que por sua vez, apanhou um pouco das frutas e levou consigo até o monastério. O monge começou a utilizá-las na forma de infusão quando percebeu que a bebida o ajudava a resistir ao sono enquanto orava e, em suas longas horas de leitura do breviário passou assim, a usá-la em seu cardápio diário.

"A notícia que existia uma bebida que espantava o sono, fazendo desta maneira se concentrar em suas orações, espalhou-se rapidamente entres os monges das regiões criando uma demanda muito grande pela bebida". (RODRIGUES; DIAS;TEIXEIRA, 2015, p. 5)

Em meados do século XIV, este estimulante natural começou a caminhar rumo as características que percebemos nos dias atuais e sua produção começou a crescer para sua própria comercialização. Nesta época, o Iêmen guardava a sete chaves a receita da produção desta bebida tornando-se exclusivo na comercialização da mesma. Os relatos sobre o café esclarecem que:

> com as experiências holandesas e francesas, o cultivo de café foi levado para outras colônias européias. O crescente mercado consumidor europeu propiciou a expansão do plantio de café em países africanos e a sua chegada ao Novo Mundo. Pelas mãos dos colonizadores europeus, o café chegou ao Suriname, São Domingos, Cuba, Porto Rico e Guianas. Foi por meio das Guianas que chegou ao norte do Brasil. Desta maneira, o segredo dos árabes se espalhou por todos os cantos do mundo. (ABIC, 2009, p. 1)

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC, 2009), a partir de 1615 o café começou a ser degustado no Continente Europeu, trazido por viajantes em suas frequentes viagens ao oriente. Conta ainda, que até o século XVII o ouro verde era produzido unicamente pela população árabe, somente eles tinham o controle das rédeas da cultivação e manipulação, deixavam claro que colocariam a própria vida em risco pela integridade de tal sigilo. Neste contexto, de proteção e investigação, mais tarde foram os holandeses que conseguiram as primeiras mudas e as cultivaram nas estufas do jardim botânico de Amsterdã. Fato que, fez a bebida se tornar uma das mais ingeridas do velho continente resultando em lucratividade e servindo como exemplo de encorajamento para os demais países a realizarem o mesmo feito.

É comum perceber no dia a dia que ao serem interrogadas sobre a origem do café, muitas pessoas mencionam que esta palavra possui como ponto de partida a província Kaffa, na Etiópia, área central da África. Na verdade, o que se interpreta mediante aos conteúdos históricos é que este local deu origem à planta. Já, o termo café vem do árabe *qahwa* que tem o significado de "vinho" e teve a Arábia o sujeito de propagação do consumo de sua cultura. Devido a este marco, ele era identificado como o vinho da Arábia quando chegou à Europa no século XIV.

Para Silva (2005), a história indicou que a África é um dos países que conquistou maior conhecimento deste fruto o qual nomeou de "*coffea*". A partir de então, compreende-se que o café é um dos produtos mais importante para o beneficiamento da economia brasileira podendo ser conceituado como aquele que trouxe uma considerável rentabilidade para as nossas terras.

Nasser (2007) relatou que no planeta há inúmeras variedades de espécie da planta *coffea*. Em nosso país as mais plantadas são: a arábica e conilon. Sendo que, o tipo de grão do café que possui melhor peculiaridade e deve ser produzido em regiões com altitude acima de 700 a 2000 metros é o arábica . Quanto mais alta a região em que ele for cultivado melhor a qualidade. A figura 1, a seguir, representa as duas variedade de sementes: arábica e conilon.

Figura 1: As duas sementes do café

Fonte: (MEXIDO DE IDEIAS, 2015)

Para a ABIC (2009), o café chegou inicialmente à região norte de nosso país, mais pontualmente em Belém, no ano de 1727, solicitado pelo governador do Maranhão e Grão Pará, o militar luso-brasileiro, Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta. Ele trouxe uma pequena muda de forma clandestina, dentro de seus pertences pessoais da Guiana Francesa para o Brasil recebendo assim, o título de introdutor do cultivo do café no Brasil.

Mas, ainda de acordo com a ABIC (2009), descreveu que, às condições climáticas favoráveis do Brasil ao cultivo da planta foi difundida principalmente

pelos Estados do Pará, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. O plantio do café no Brasil se estabeleceu com os latifundiários aproveitando a mão de obra dos escravos e conseguindo através de seus altos lucros geração de grandes fortunas. A economia do Brasil com a produção do café teve um crescimento considerável promovendo vários investimentos em infraestrutura para o país, como a estrada de ferro para o porto de Santos. O fim da escravidão resultou em uma mão de obra mais onerosa para os proprietários de grandes terras dando início ao processo de imigração de trabalhadores de origem europeia, principalmente de italianos.

Após dar entrada em território nacional a plantação do café repercutiu na economia do Brasil ocasionando um crescimento considerável e impulsionando diversos investimentos em infraestrutura para o país, como a estrada de ferro para escoar a produção até ao porto de Santos. Por conseguinte, a produção do café passou a ser o produto principal do país para exportação. O Estado de São Paulo, conforme a ABIC (2009), foi o maior beneficiário da produção de café tornando o Estado mais rico do país. A participação dos imigrantes na lavoura de café no Brasil está representada da figura 2 abaixo:

Figura 2: Imigrantes trabalhando na produção de café

Fonte: (A HISTÓRIA DO CAFÉ, 2009)

Diante deste feito, entende-se que a importância do café para economia mundial é indiscutível. Seu cultivo, processamento, comercialização, transporte e mercado proporcionam milhões de empregos em todo o mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Colisttete (2009 *apud* RODRIGUES, DIAS, TEIXEIRA, 2015) o Brasil diante uma crise econômica mundial, ao iniciar o século XX, o Estado tomou uma medida delicada ao ponto de intervir sobre a produção de café, pois sua produtividade estava em alta e, consequentemente, trouxe um desequilíbrio no mercado. A partir desta realidade o Estado se viu na necessidade de comprar grande parte dos armazenamentos de café dos produtores visando um caminho de equilíbrio no preço do produto no Brasil. Logo, ao sair desta decadência, a quebra da bolsa de Nova York bateu a nossa porta, resultando que o café não resistiu a esse choque

sofrido, tendo assim, seu valor comercial desvalorizado rapidamente perante o mundo financeiro. Com isso, milhões de sacas de café que estavam armazenadas e seriam comercializadas foram queimadas e os infindáveis pés de cafés foram erradicados.

No momento em que a economia conseguiu um fôlego sentido a recuperação após a crise de 1929, a produção do Sudeste do país voltou a crescer. Desta vez, com perspectivas lastreadas na cafeicultura e na indústria que assumiu parcelas maiores da economia. O café retomou sua importante posição nas exportações brasileiras e, mesmo perdendo mercado para outros países produtores o país até hoje ainda se mantém como um dos maiores produtores de café do mundo.

Com o decorrer do tempo, conforme a ABIC (2009), a produção do café tornou-se o principal produto para exportação do país. O maior beneficiado com as produções cafeeiras foi o Estado de São Paulo tornando-se um dos estados mais rico do país. A produção cafeeira foi tão relevante que caracterizou um período da história política do país com o nome de "café com leite", em referência à produção de café no estado de São Paulo e a produção de leite em Minas Gerais, com alternância política de presidentes no país, em qual artifício prolongou até o golpe de Estado de 1929. Até hoje, o Brasil é um dos maiores produtores de café no mundo, com destaque para a região sul do Estado de Minas Gerais área onde se encontram os maiores cultivos do grão no país. O cultivo do café em terras brasileiras, representa, na atualidade, cerca de 3 milhões de empregos direto com uma receita de equivalente a R$ 5 milhões.

Ferreira (2006), por meio da revista GGN – O Jornal de todos os Brasis, noticiou a importância do café para a economia brasileira. Assunto apresentado

originalmente na revista "Café e outras delícias", em março de 2016, relatou que as profundas transformações no setor cafeeiro, observadas a partir da segunda metade do século XIX sinalizaram de alguma maneira que a economia e a sociedade do país iniciaram seu processo rumo ao capitalismo. Desse modo, tanto a expansão cafeeira quanto a industrialização seriam "estágios da transição capitalista no Brasil". É nesse sentido que o café é um marco no processo histórico brasileiro na formação da economia nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que nos tempos antigos o consumo do café passou a ocupar lugar de destaque no meio social e econômico do Brasil. Desde então, seu descobrimento foi evidenciado e ganhou notoriedade econômica. O café, ainda na atualidade, se comporta como produto fundamental para a economia e política de qualquer país em desenvolvimento contribuindo para o crescimento e integrando as pessoas em torno da degustação. O consumo da bebida integra uma história de produção e até mesmo de romantismo iniciada há décadas.

REFERÊNCIAS

ABIC. **Os primeiros cultivos do café**. Rio de Janeiro, 2009b. Disponível em: <http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38>. Acesso em: 08 abr. 2015.

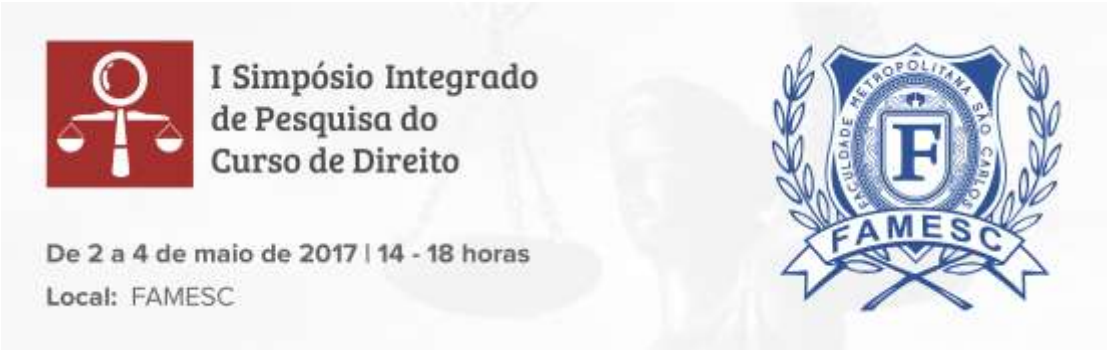
FERREIRA, Márcio. **A importância do café na origem da economia brasileira**. GGN – O Jornal de todos os Brasis, 2016. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/a-importancia-do-cafe-na-origem-da-economia-brasileira-por-marcio-ferreira>. Acesso em: 05 abr. 2017

NASSER, Patricia. **O Gigante do Café**. Brasil: Mexido de ideias, 2007. Disponível em: <http://www.mexidodeideias.com.br/industria/brasil-o-gigante-do-cafe/>. Acesso em: 12 mar. 2017.

RODRIGUES, Helena Leandro; DIAS, Frederico Divino; TEIXEIRA, Natália de Carvalho. **A Origem do Café no Brasil: A Semente Que Veio Para Ficar.** Revista Pensar Gastronomia, v.1, n.2, jul. 2015. Disponível em: <http://revistapensar.com.br/gastronomia/pasta_upload/artigos/a44.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

SANTOS, L.C**. Percepção das estratégias organizacionais e dos fatores críticos de sucesso das micro e pequenas empresas de cafés em Brasília.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – UNB. Brasília, 2011.

SILVA , Helena Tassara Silvestre. **Frutas Brasil Frutas**. São Paulo: Empresa das Artes, 2005. Disponível em: <http://www.kaldicafe.com.br/site/origem-do-cafe.php>. Acesso em: 06 abr. 2017.



MERCADO "FECHADO" DA COREIA DO NORTE

SANTOS, Anisio Miranda dos[88]
CHAVES, Rafael Oliveira da Silva[89]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[90]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a economia em um mercado fechado a exemplo da Coreia do Norte. Um dos últimos países socialistas do mundo, a Coréia do Norte possui uma economia industrializada, autárquica e de grande centralização. Além de, controle e total planejamento pelo governo e isolamento do mundo. Devido ao fechamento, o comércio internacional ficou muito restrito no pais, o que dificulta consideravelmente o crescimento econômico.

Com todas as dificuldades e falta de informação, alguns meios de comunicação informam que embora tenha problemas na economia, a qualidade de vida da população melhora e os salários sobem frequentemente. Os mercados privados existentes em todo país em pequena escala, conhecidos como *janmadang*, possibilitam o acesso da população à comidas importadas e algumas *commodities* em troca de dinheiro que ajuda a diminuir a falta de acesso de alguns gêneros alimentícios. O maciço ciclo econômico, financeiro e social é completamente

[88] Graduando em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: anisio_miranda@hotmail.com;
[89] Graduando em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: rafael.contabil2@hotmail.com;
[90] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

nacionalizado com a alimentação, habitação, saúde e educação ofertados gratuitamente pelo Estado.

Os impostos deixaram de serem cobrados desde 1974 tendo como finalidade o aumento da produtividade no setor agrícola e no setor industrial. A agricultura do país não tem produção suficiente para alimentar a população, uma vez que o solo da península coreana não tem muita fertilidade, havendo necessidade da importação de toneladas de cereais de outros países.

METODOLOGIA

Buscando entender como funciona o mercado comercial e financeiro da Coréia do Norte, um país fechado para o mundo, foi utilizado como metodologia para elaboração do trabalho a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorrem sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A República Popular Democrática da Coréia pertence ao continente asiático cuja capital é Pyongyang. O regime é ditadorial tendo como líder supremo, Kim Jong-un. O país possui um território de 120.540 km² com população estimada em 2016 de 25 milhões de pessoas. A moeda é *won* norte-coreano. O PIB estimado em 2011 foi US$ 40 bilhões dólares, com a renda per capita de US$ 1,800. Em 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,595, ocupando a posição 177°. (CIA, 2017, s. p.)

A Coreia do Norte é um dos países mais fechados do mundo e um dos últimos exemplos da rígida estatização stalinista. Mas, desde a chegada ao poder de Kim Jong-un, em 2011, a nação experimenta uma silenciosa transformação. (JUSTO, 2015, s. p.)

De acordo com Justo (2015), algumas das mudanças é o sistema duplo na economia em que o Estado controla os recursos econômicos estratégicos, como minérios e armamentos, e a existência de uma economia de mercado com o comércio de itens básicos de consumo.

No decorrer dos anos 1990, morreram milhares de pessoas por inanição, primeiro, por causa de grandes inundações; depois, por consequência de uma seca prolongada, levando o país quase a um colapso. Diante da fome, o governo adotou práticas de mercado em nível individual como mecanismo de sobrevivência.

A segurança é considerada estratégica para um país como a Coreia do Norte. A segurança interna está relacionada à repressão de dissidentes e a segurança externa ligada à tensão permanente com a Coreia do Sul, em que tecnicamente está sempre em preparação para guerra com o país vizinho.

Ainda segundo o autor, a estimativa é que o setor privado represente 30% da atividade econômica do país, visto que, celulares de origem chinesa são encontrados em poder da população, além de, bolsas e casacos coloridos. A presença de investimentos estrangeiros está presente na infraestrutura do setor de telecomunicações a cargo da empresa egípcia Orescon.

Publicação no site G1. Globo (2016), com base nas informações da Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO), indicou que houve redução na produção de alimentos na Coreia do Norte em 2015 pela primeira vez desde 2010

relacionada principalmente à escassez de água para regar as plantações. A produção registrou uma queda de 9%, passando de 5,9 milhões de toneladas em 2014 para 5,4 milhões em 2015. O alimento básico do país, o arroz, teve a produção diminuída em 26%, correspondente a 1,9 milhão de toneladas pela falta de chuvas e a pouca disponibilidade de água para irrigação. O país possui importantes recursos naturais, sendo o 18º maior produtor de ferro e zinco do mundo, com a 22ª maior reserva de carvão do mundo, o 15ª maior produtor de fluorita e o 12º maior produtor de cobre e sal na Ásia.

Com dificuldade em obter informações da economia na Coréia do Norte, a Central Intelligence Agency, CIA (2017), estimou tendo como base no ano de 2016 que o setor predominante da economia norte coreana é a indústria, com 40,9% seguida pela prestação de serviços, com 33,9% e a agricultura 25,1%, onde nota-se que a liderança do país preocupa em dividir proporcionalmente a economia local. No ano de 2008, foi estimado que a agricultura empregou 37% da força de trabalho, enquanto a indústria e a prestação de serviços empregaram 63%. A produção agrícola está baseada em arroz, milho, batatas, soja, leguminosas, carne bovina, carne de porco, ovos. As indústrias incluem produtos militares, produção de máquinas, energia elétrica, produção química, mineração (carvão, minério de ferro, calcário, magnesita, grafite, cobre, zinco, chumbo e metais preciosos), metalurgia, produção têxtil, processamento de alimentos e turismo.

O setor de turismo na Coreia do Norte vem aumentado ao longo dos últimos anos, mas, são poucos os turistas de países ocidentais. A organização é feita pela estatal Organização de *Turism, Ryohaengsa,* em que cada grupo de turista ou turistas individuais são constantemente acompanhados por um ou dois guias, que geralmente falam o idioma local e o idioma do turista. Os turistas em sua maioria vem da República da China, Rússia e Japão. Da parte asiática os que preferem a

Coreia do Norte como destino turístico são os russos, pois os preços são relativos baixos e o clima é mais quente. Para obter o visto para a Coreia do Norte os turistas dos Estados Unidos e da Coreia do Sul praticamente não irão conseguir.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A FAO (2016) calculou que a Coreia do Norte teve um déficit de 400 mil toneladas de cereais, o maior nível desde 2011, mesmo o governo pretendendo importar 300 mil toneladas. De acordo com o relatório sobre a segurança alimentar, a fome aumentou 120% em termos absolutos no país asiático, afetando 10,5 milhões de pessoas, que correspondeu a 42% da população entre 2014 e 2016, em relação aos 4,8 milhões entre 1990 e 1992.

A maior parte da população do país está concentrada nas planícies e nos planaltos. As regiões com menos população são as províncias montanhosas adjacentes à fronteira chinesa e as maiores concentrações estão nas províncias ocidentais, pricipalmente no município de Pyongyang.

A população rural e urbana, em 2015, da Coreia do Norte está representada a seguir:

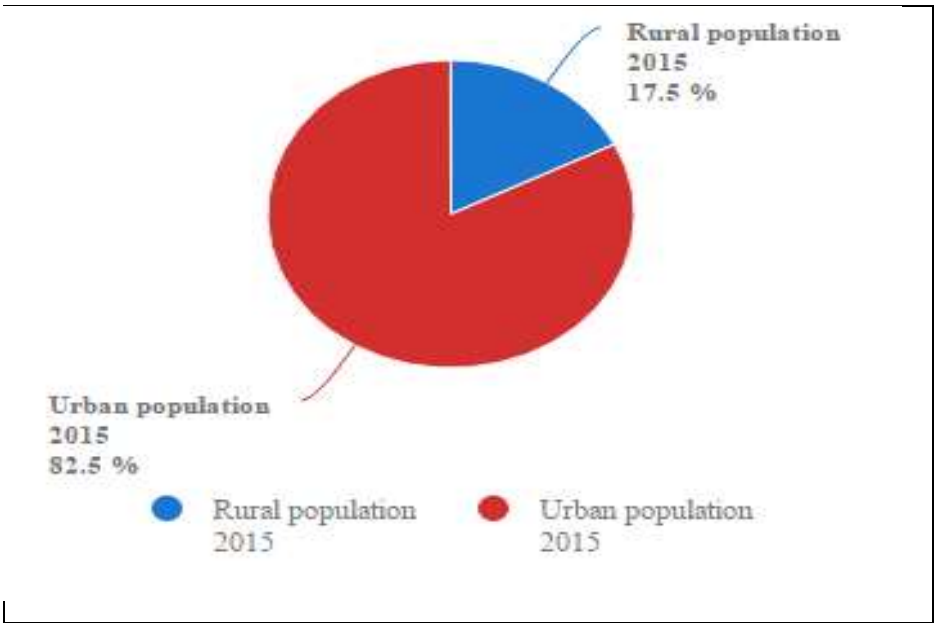


Figura 1: População rural e urbana. Fonte: (FAO, 2011)

Observa-se que a maior parte da população encontra-se na região urbana. A população do país sofre uma constante escassez de alimentos desde a década de 1990 com dependência da ajuda externa para manter sua população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a Coréia do Norte vive em constante recessão. Mas, é muito difícil mensurar se a população de fato concorda com as políticas daquele país, uma vez que, por ser um regime ditatorial o povo vive sob constantes ameaças, seja internamente ou externamente. E, por esta razão fica a suspeita de que, ou eles tem medo de se rebelarem contra o líder supremo e serem severamente punidos ou, que de fato apoiam a administração do ditador. Na parte comercial, fica claro que o país

perde muito, economicamente e financeiramente, por não abrirem suas portas para o comercio exterior, uma vez que, a globalização é uma ferramenta importante para o desenvolvimento do país e para aumentar a qualidade de vida da população.

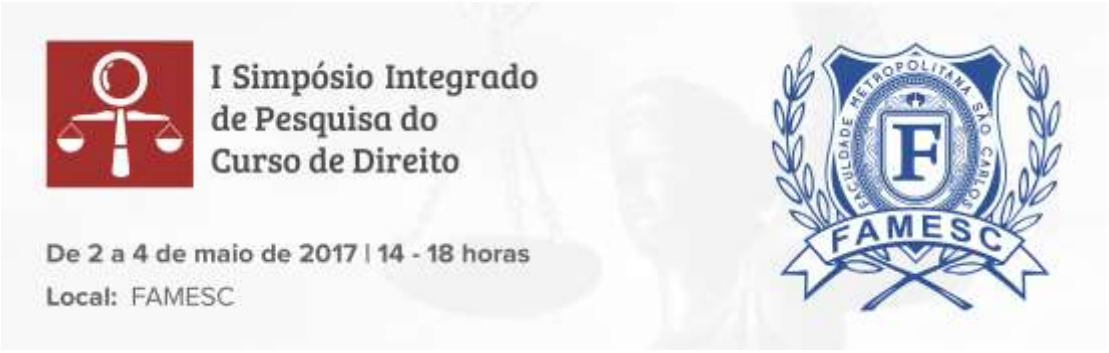
REFERÊNCIAS

CIA. **Central Intelligence Agency**. The World Factbook, May 05, 2017. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kn.html> Acesso em: 18 abr. 2017.

FAO, Statistics Division. **Tops imports Democratic People's Republic of Korea – 2011.** UN FAO Statistics Division, 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#country/117> Acesso em: 20 abr. 2017.

G1.GLOBO. **Produção de alimentos na Coreia do Norte cai por falta de água, diz FAO.** G1.Globo, 27/04/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/04/producao-de-alimentos-na-coreia-do-norte-cai-por-falta-de-agua-diz-fao.html>. Acesso em: 18 abr. 2017.

JUSTO, Marcelo. **Coreia do Norte vive transformação econômica silenciosa.** BBC Mundo, 17 maio 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150512_coreia_norte_economia_pai>. Acesso em: 20 abr. 2017.



EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA NO BRASIL

GOMES, André Cordeiro[91]
SILVA, Romenique José Lopes da[92]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[93]

INTRODUÇÃO

O Brasil, considerado um país abundante em riquezas naturais, destaca-se pela sua extensão territorial, sendo importante para atividades agropecuárias como a criação de gado.

De acordo com o Canal Rural (2016), em pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os 20 maiores municípios produtores de gado bovino, 13 estão na região centro-oeste, 5 na região norte e 2 na região sul. Os dados revelaram que o Brasil teve em 2016 o segundo maior efetivo de bovinos, correspondendo por 22,5% do total mundial. É o segundo produtor responsável por 16,5% da produção mundial e o terceiro exportador, atrás da Índia e Austrália.

Segundo o site Portal Brasil (2015), a região centro-oeste foi apontada como a principal produtora de criação de gado, responsável por 33,5% do gado bovino nacional. Ainda no site, na pesquisa da Pesquisa Pecuária Municipal realizada em 2014 mostrou que o estado do Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul

[91] Graduando em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: andre.cord@outlook.com
[2] Graduando em Administração - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: vidracarialopesbji@ hotmail.com
[3] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

e Pará responderam, juntos, por mais da metade do efetivo nacional, correspondendo por 54,0%.

Objetivou-se nesse estudo uma análise da exportação de carne bovina no Brasil, através de dados quantitativos e históricos que serão desenvolvidos ao longo do artigo, desde o início até o contexto atual, apontando as dificuldades e sucessos do processo da criação, produção e exportação.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Para Souza (2008), a carne bovina e o couro eram importantes produtos de exportação do Brasil no final do século XVIII, conquistando o mercado internacional e tornando o país no maior exportador de carne bovina do mundo. A significativa participação no mercado internacional teve início no século XXI, depois que os maiores fornecedores internacionais, os Estados Unidos e a Comunidade Europeia, enfrentaram graves problemas, como a encefalopatia espongiforme bovina - EEB (conhecida por vaca louca) e a Argentina e a Inglaterra, com a febre aftosa, respectivamente diagnosticados em 2003 e 2005. (SOUZA, 2008, p. 429)

O figura abaixo ilustra a participação do Brasil na exportação de carne em 2000 e 2005. Observa-se um aumento significativo entre os anos 2000 e 2005.

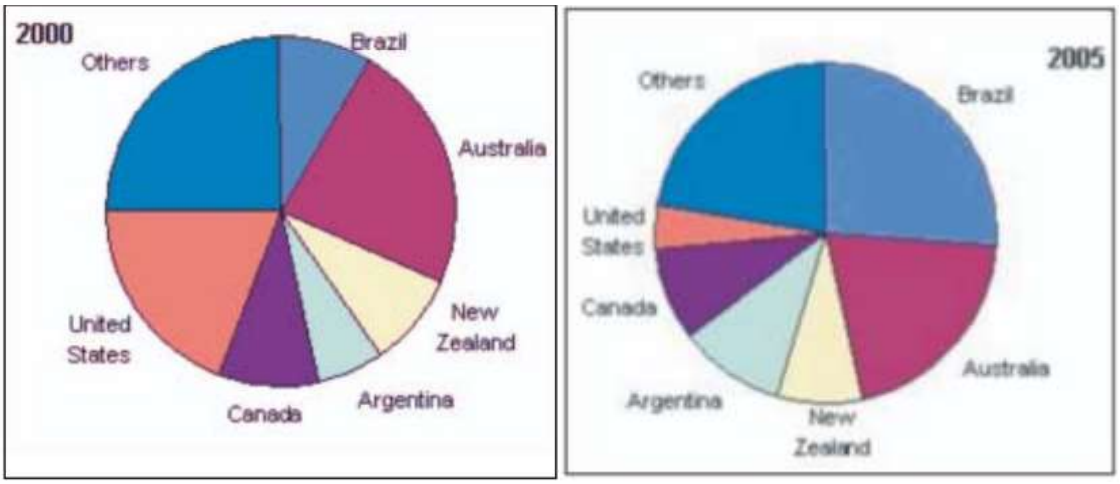


Figura 1: Participação do Brasil na exportação de carne. Fonte: (SOUZA, 2008)

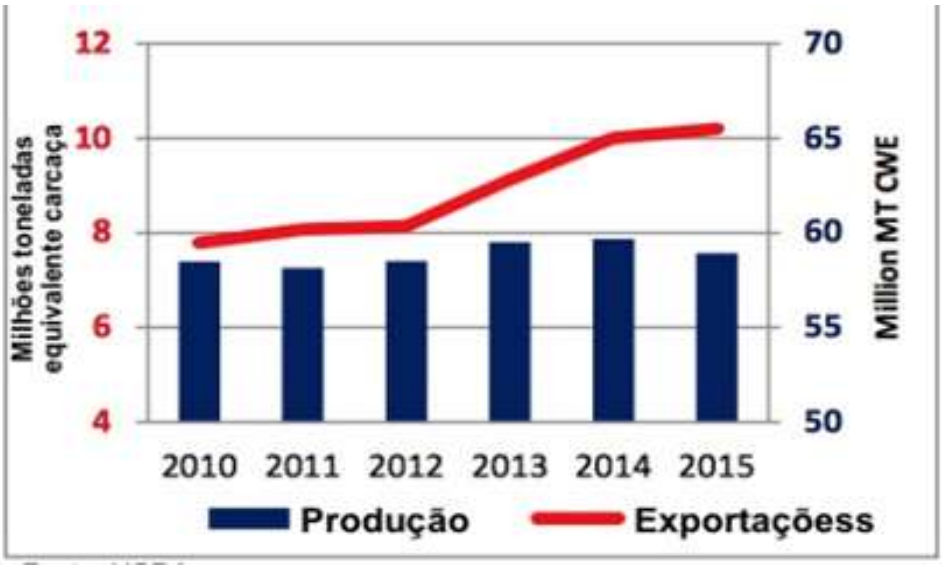
Os controles sanitários, juntamente com o aumento da demanda mundial, ocasionada pela elevação da renda nos países emergentes, colocaram o Brasil como um dos maiores exportadores de carne bovina, ocupando atualmente o terceiro lugar no *ranking* mundial.

O Brasil não estava plenamente preparado para esse aumento, mas a indústria da carne conseguiu rapidamente adequar-se aos novos tempos e vem ocupando todos os espaços possíveis no mercado mundial. Por outro lado, os produtores ainda estão se adaptando aos novos tempos, e mediante as dificuldades ainda enfrentadas surgem alguns problemas de sanidade, rastreabilidade e concorrência que em conjunto às Boas Práticas de Fabricação (BPF) confere qualidade ao produto.

Analisando a exportação de carne bovina ao longo dos anos, Sanguinet *et al.* (2013) verificou que entre 2000 e 2006 o Brasil apresentou um volume de carne exportada em evolução. Nesse período o volume expandiu com crescimento de 77,26%. Porém, a partir de 2008 o volume decresceu em 46,76% decorrentes dos surtos da febre aftosa no Brasil. As exportações brasileiras começaram aumentar em 2010, visto que se reiniciou o crescimento após a crise econômica mundial de 2008, e foi crescendo a cada ano.

O Brasil bateu o seu recorde na exportação de carne bovina no ano de 2013, mantendo o seu posto de maior exportador mundial. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, USDA, publicado por BeefPoint (2015), as exportações dos principais países que comercializam carne bovina foram revisadas em quase 3% a mais para o ano de 2015 do que a previsão feita no relatório de outubro de 2014, prevendo um recorde de 10,2 milhões de toneladas, representado no gráfico 1. O Brasil contribuiu de maneira positiva para que ocorresse aumento nas importações mundiais do produto.

Gráfico 1: Exportações mundiais de carne bovina.



Fonte: (BEEFPOINT, 2015)

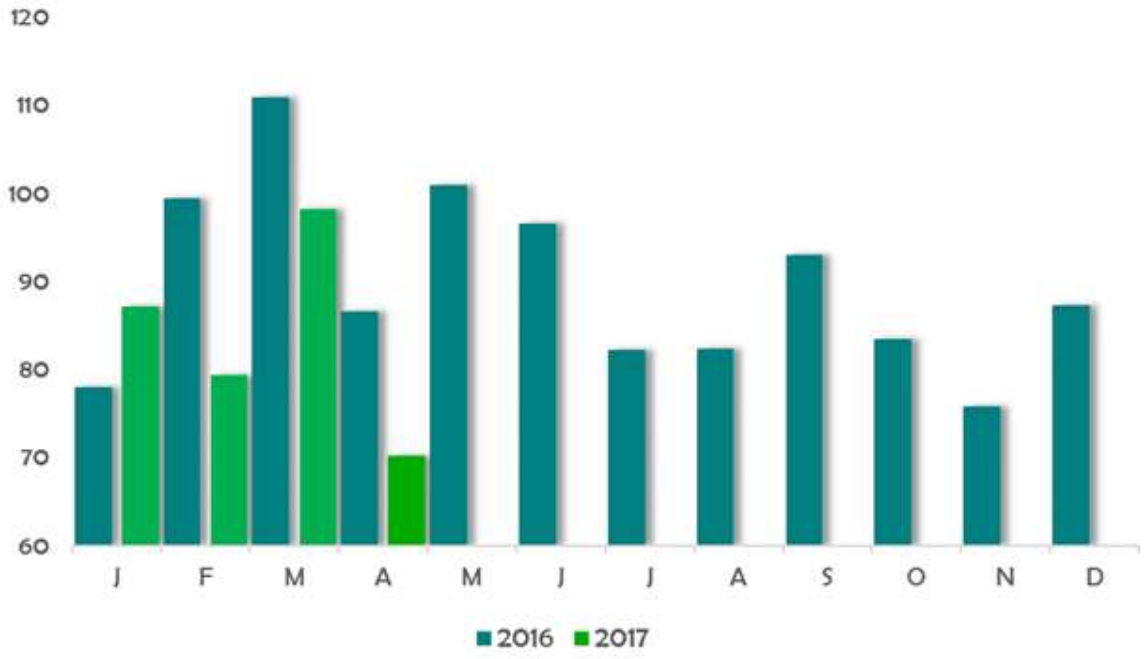
As atividades que envolvem a agropecuária, principalmente a exportação de carne bovina, contribuíram para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e para consolidar o Brasil no mercado exterior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Albuquerque (2017), na atualidade, as exportações de carne bovina do Brasil, apresentaram um resultado insatisfatório. De acordo com o levantamento da Radar Investimentos as exportações de 70,2 mil toneladas é a menor dos últimos cinco anos, com igualdade a abril do ano de 2012.

A evolução da exportação da carne bovina *in natura* no ano de 2016/2017 está representada a seguir:

Gráfico1: Exportações brasileiras de carne bovina *in natura*, em mil toneladas



Fonte: (ALBUQUERQUE, 2017)

O baixo desempenho das exportações do Brasil está relacionado pela redução dos abates no mês de maio de 2017, após a investigação da polícia federal em razão da operação carne fraca. Desde que a operação veio à tona, o Brasil suspendeu a exportação do alimento proveniente dos 21 frigoríficos investigados e alguns países proibiram integralmente a importação de carne brasileira.

A operação carne fraca, pela polícia federal, investiga um esquema de corrupção na fiscalização de carnes no país. De acordo com a polícia federal, uma organização criminosa facilitava a produção de alimentos adulterados em troca de propina. Venda de carne podre, produto químico para mascarar o aspecto ruim dentre outros foram apontados pela investigação.

O Ministério da Agricultura divulgou uma relação em 17/03/2017 com os nomes das 21 empresas investigadas, onde estão localizadas, quais os produtos de fabricação e a conduta investigada que foram alvo de operação. (G1.GLOBO, 2017, s.p.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que fatores territoriais e climáticos contribuem para que o Brasil seja um dos líderes na exportação de carne bovina do mundo e, consequentemente, contribuindo significadamente para a consolidação do crescimento econômico brasileiro. Portanto, ainda, deve-se melhorar o monitoramento da qualidade da produção. É necessário maior fiscalização desde a criação do gado até o processo final para que haja sucesso nas exportações com a finalidade de crescimento econômico no país.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Larissa. **Exportações de carne bovina em abril atingem menor volume dos últimos cinco anos.** Notícias agrícolas, 2017. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/carnes/190951-exportacoes-de-carne-bovina-em-abril-atingem-menor-volume-dos-ultimos-cinco-anos.html#.WQkj6BpyvIU>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BEEFPOINT. **Relatório com previsões 2015 para mercado e comércio mundiais de carne bovina.** Equipe BeefPoint, 2015. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/relatorio-com-

previsoes-2015-para-mercado-e-comercio-mundiais-de-carne-bovina-usda/> Acesso em: 15 abr. 2017.

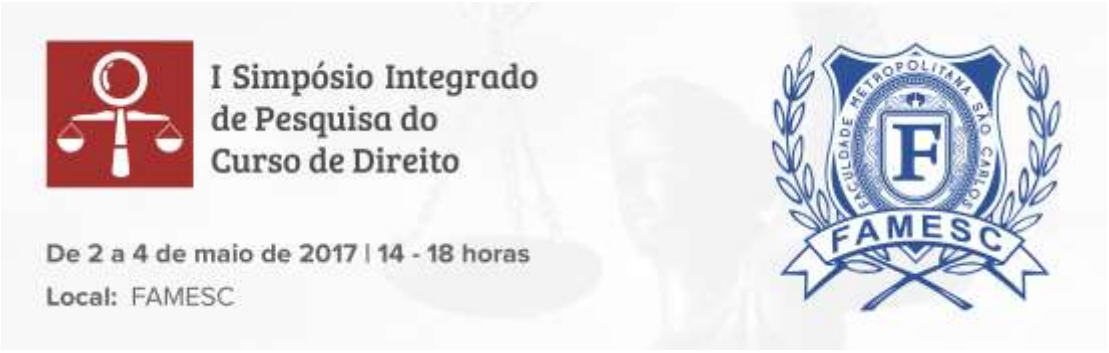
BRASIL. **Rebanho bovino brasileiro cresce e chega a 212,3 milhões de cabeças de gado.** Portal Brasil, 09/10/2015. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/rebanho-bovino-brasileiro-cresce-e-chega-a-212-3-milhoes-de-cabecas-de-gado>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CANAL RURAL. **IBGE aponta local do maior rebanho bovino do país.** Jornal da Pecuária, 2016. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/jornal-da-pecuaria/ibge-aponta-local-maior-rebanho-bovino-pais-64085>. Acesso em: 10 abr. 2017.

G1.GLOBO. **Conheça as 21 empresas investigadas pela Operação Carne Fraca.** Jornal Nacional, 21/03/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/03/conheca-21-empresas-investigadas-pela-operacao-carne-fraca.html>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SANGUENET, Eduardo Rodrigues Sanguinet; LORENZONI, Rodrigo Klein; PELEGRINI, Tatiane; DÖRR, Cristina; FRUET, Ana Paula Burin; KLINGER, Ana Carolina Kohlrausch. **Mercado Internacioanal de carne bovina brasileira:** uma análise dos índices de concentração das exportações de 2000 a 2011. Rev. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v(11), nº 11, p. 2389-2398, JUN, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/NEUZA/Downloads/8789-40264-3-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SOUZA, Felipe Pohl. **O mercado da carne bovina no Brasil**. Rev. Acad., Ciênc. Agrár. Ambient., Curitiba, v. 6, n. 3, p. 427-434, jul./set. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/NEUZA/Downloads/academica-2569.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.



ECONOMIA AMBIENTAL

ARAUJO, Roger Melo de[94]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[95]

INTRODUÇÃO

A área da economia ou da teoria econômica que se dedica ao manejo e a preservação do meio ambiente é tratada de Economia Ambiental. Diante das maneiras de produções no padrão atual, fica claro a inviabilidade do mesmo, pois traz efeitos cada vez mais negativos ao meio ambiente. A economia exerce a função de buscar meios de produção mais viáveis e sustentáveis para a utilização dos recursos naturais referente aos limites, as características, as finalidades, dadas a esses recursos. Assim, a economia ambiental e a economia ecológica trabalham juntas na interpretação das questões ambientais e na resolução eficiente desses problemas.

Com o crescimento econômico e a ampliação das necessidades de consumo por parte da população a economia enfrenta uma nova fase em relação a exploração ambiental. Pois, ao decorrer do tempo a renda, os hábitos e a cultura vão se modificando e elevando os padrões de consumo, levando a adaptação não só econômica, como também as sociais e as políticas gerando alterações no meio ambiente .

[94] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: rogermaraujo@hotmail.com;
[95]Professora orientadora: Mestrado em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

Assim, a teoria econômica busca uma maneira eficiente e sustentável para que se faça a utilização dos recursos naturais. Bem como, fornecer instrumentos que possibilitem o estudo da relação existente entre mercado e meio ambiente de forma apurar a problemática e desenvolver soluções efetivas. Para que isso seja possível, tem que se analisar o mercado de acordo com os fundamentos de seu funcionamento e a natureza das suas atividades mercadológicas. Os instrumentos econômicos podem estar tanto após a ocorrência do problema ambiental, como também, na criação de políticas que evitem ou diminuam o dano. Com a utilização de estratégias eficazes ao desenvolvimento das políticas ambientais haverá necessidade de considerar a análise de custo, uma vez que sustenta grande parte da teoria econômica analisando-se os ganhos e a perda da sociedade. (SOUZA, 2008, s.p.)

O presente trabalho tem como objetivo abordar a área da economia relacionada ao manejo e a preservação do meio ambiente, denominada de Economia Ambiental.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho tem como base a análise em artigos referentes ao tema, qual seja, a economia ambiental. Para isso, configura-se uma pesquisa qualitativa que visa abordar sucintamente sobre a preservação do meio ambiente.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, é importante ressaltar que a economia nas décadas de 60 e 70, século XX, se voltava para a utilização dos recursos naturais buscando-se uma forma adequada de

utilização desses recursos, sendo eles renováveis ou não renováveis. Todavia, não se alcançou a inevitabilidade da degradação ambiental. Logo, o risco de levar os recursos naturais a sua extinção ou exaustão tornou-se aparente. (FURTADO, 2010, p. 14)

O século XX foi impactante para a economia e para a sociedade, de modo em geral. Isso porque o ser humano mudou sua visão no aspecto econômico diante de um novo pensamento refletindo na forma de pensar e fazer economia. Juntamente a esse fator, houve também o crescimento da preocupação das empresas em relação ao meio ambiente, o que deu origem a uma Revolução Ecoindustrial, como alguns autores afirmam. Essa nova visão em relação ao meio ambiente, não tem mobilizado apenas as empresas no sentido de preservação para promover a sua imagem para seus consumidores, mas também, na forma de produção e no descarte de resíduos, o que interfere na sua margem de lucros. As razões para o crescimento do interesse corporativo pelo meio ambiente são:

a) Sobrevivência corporativa a longo prazo: se refere as tecnologias sustentáveis à utilização de recursos básicos para manutenção de alguns setores econômicos.

b) Oportunidades de mercado: são mercados gerados a partir da preocupação em preservar o meio ambiente.

c) Competitividade: o gosto dos consumidores se voltam aos produtos ecologicamente corretos, sendo ainda mais evidente no mercado internacional.

d) Permanência no mercado: as exigências que são devidas às empresas em se manterem dentro dos padrões ambientais que estão cada vez mais exigentes e acabam interrompendo a permanência de empresas não tão adaptadas, ou aquelas que não alcançam esses padrões no mercado.

e) Mercado financeiro: com base nas novas regulamentações e litígios surgidos, torna-se cada vez mais importante um atestado de saúde ambiental para alavancar investimentos e financiamentos nos projeto de diversas áreas produtivas.

f) Responsabilidade criminal e legal: as legislações de proteção ao meio ambiente que estão surgindo já preveem as adequações tecnológicas de diversas empresas, submetidas a inviabilidade de implantação ou ampliação.

g) Informação globalizada: com o advento da globalização, as informações são transmitidas, praticamente, de forma instantâneas, o que impede as indústrias de se manterem desatualizadas (sem investir em tecnologia) e altamente poluidoras. Geralmente, ocorre em países menos desenvolvidos onde a legislação dos mesmos não é tão rigorosa. Nesse sentido, Costa (2005) afirmou que:

> dessa forma, podemos depreender que a Economia Ambiental, ou Economia do Meio Ambiente, deve ser encarada como um arma competitiva, como parte da estratégia de desenvolvimento adotada pelas empresas que pretendem lançar-se ou mesmo permanecer atuantes no mercado. (COSTA, 2005, p. 303)

Outrossim, deve-se dizer que as empresas não estão preocupadas ou raramente se preocupam com o meio ambiente devido a escassez dos recursos naturais, uma vez que, essas preocupações giram em torno das exigências de mercado. De outro lado, a globalização exerce a função de formar um universo mais diversificado, intensificando ao decorrer do tempo e sofrendo alterações proporcionais a consciência ecológica altamente discutidas nos congressos, nos meios de comunicação e nos seminários realizados por todo o mundo. (COSTA, 2005, p. 319)

A exploração demasiada de recursos de propriedade é:

> denominada por alguns economistas de "a tragédia dos comuns", fazendo referência a um artigo de mesmo nome escrito pelo biólogo Garret Hardin em 1968. Nesse artigo, Hardin afirma que a maioria dos problemas ambientais provém de uma causa única: a utilização inadequada de recursos que são de propriedade comum. Como o ar, a água, a maioria das espécies animais e as áreas verdes não têm um proprietário definido, as pessoas

> tendem a se comportar como se todos tivessem direitos sobre esses bens; no entanto, ninguém se responsabiliza pelas obrigações de preservação desses recursos. (COSTA, 2005, p. 319)

Quando o bem não tem propriedade definida, consequentemente, se prioriza a necessidade de mantê-lo por não ser atribuído um valor a esse bem, como também, pelo fato de não ser cobrado para utilização do bem, não há a preocupação em dispensá-lo e segue a tendência de utilizá-lo até que sobrevenha a escassez. Isso ocorre também, pelo fato de não poder visualizar os estragos gerados imediatamente. Portanto, os ambientalistas afirmam que, para haver uma mudança nesse aspecto do uso dos bens comuns seria necessário a conscientização da população pela informação, por meio de penalidades pecuniárias ou por incentivo por parte daquele que poupa o meio ambiente fazendo com que a curva da demanda a da oferta aproxime-se do ponto de equilíbrio.

Contudo, o maior problema atualmente enfrentado pelos bens públicos é referente ao valor que lhes atribuem, pois, sempre será escasso aos indivíduos que atribuem maior valor e sempre excedente aqueles que atribuem menor valor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O comportamento dos agentes econômicos, indivíduos ou empresas, que, de alguma forma, se beneficiam de algum bem ou benefício enquanto é gratuito, denomina-se de *free rider*. Pois, a partir do uso oneroso, a preferência é de não fazer mais o uso desse bem ou limitá-lo. Assim, Costa (2005) esclarece que:

> um exemplo relacionado ao meio ambiente seria o de uma indústria que lança livremente de forma clandestina seus resíduos em um rio. Durante anos ela não se preocupa em instalar filtros ou reduzir a poluição emitida porque não tem custos com isso. Seu comportamento toma "carona" em

> custos e projetos desenvolvidos pelos órgãos públicos da região que lutam para despoluir o rio. Entretanto, quando detectado que a emissão dos resíduos industriais é danosa ao rio, os orgãos responsáveis propõem alguma alternativa de controle de poluição. Seja qual for a alternativa (taxas, quotas, etc.), a indústria poluidora passará a ter que considerar um custo que até então alocava para a sociedade. E isso gera uma redução no lucro que não lhe interessa. Sendo assim, a indústria permanece com seu comportamento *free rider*, de manter sua poluição na clandestinidade, durante o tempo em que isso seja possível. (COSTA, 2005, p. 321)

No caso de empresas que visam exclusivamente o lucro, a cooperação com o meio ambiente será a mínima possível, podendo até mesmo nem existir, sendo então ineficientes para eliminar a poluição. Esse comportamento pode levar a inviabilidade da cooperação ou limitar a emissão de poluentes dessa empresa. Nem sempre o meio ambiente obteve o caráter de bem público, de interesse público, mas, ao longo do tempo o meio ambiente passou por um processo de reconhecimento pelo qual conferiu a sociedade usá-lo como bem comum como garantia da qualidade de vida. Em contrapartida, há o compromisso de fazer a manutenção do meio ambiente para que o mesmo seja ecologicamente equilibrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante todo exposto, pode-se perceber que o meio ambiente é um bem comum, de uso comum da população. Só que, por não ter um valor a ser pago pelo seu uso, as pessoas, tanto físicas como jurídicas usam de maneira desordenada por não ver tamanho o impacto causado à natureza.

O quadro em que se depara é o uso desordenado enquanto aquele bem esteja disponível de forma gratuita. Uma vez onerado seu uso, se houver possibilidade de abrir mão daquele bem, as empresas abrirão, pois, não vale a pena a diminuição do seu lucro para pagar para a utilização de um bem dispensável. Por outro lado, uma vez que não é possível

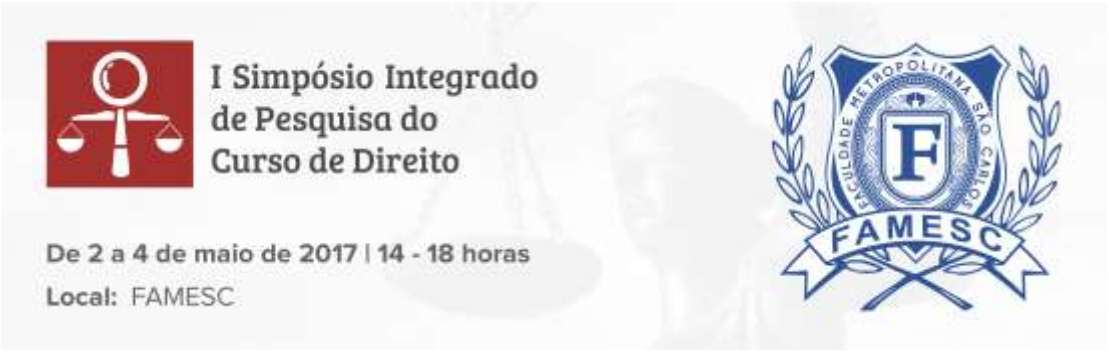
deixar de usar aquele bem, o uso será feito de forma ordenada, pois quanto maior o uso, maior é a parcela que se deve pagar pelo mesmo e, assim, refletirá diretamente e negativamente na margem de lucro.

REFERÊNCIAS

COSTA, Simone S. Thomazi. **Introdução à economia do meio ambiente.** Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/276/225> Acesso em 19 abr. 2017.

FURTADO, Rosilene de Oliveira. **O papel da economia na gestão ambiental:** os métodos de valoração como suporte à formulação de políticas públicas ambientais. Disponível em: <http://www2.unifap.br/ppgdapp/files/2013/04/DISSERTA%C3%87%C3%83O-Definitiva-LENE.pdf> Acesso em 19 abr. 2017.

SOUZA, Roberta Fernanda da Paz de. **Economia do meio ambiente:** aspectos teóricos da economia ambiental e da economia ecológica. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/282.pdf> Acesso em 19 abr. 2017.



MILAGRE ECONÔMICO NO BRASIL

ANDRADE, Mauricio Fernandes de[96]
DINIZ, Luan Augusto[97]
COUTO, Ighor Hilgemberg[98]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[99]

INTRODUÇÃO

A História do Brasil foi marcada no período de 1968 a 1973 por um forte crescimento econômico. Contudo, nesta época o país vivenciava uma Ditadura Militar, comandada pelo coronel Médici. O termo implantado na época, "Milagre Econômico", estava relacionado com a eficácia e a velocidade do crescimento econômico pelo qual aconteceu ao Brasil no período. O ponto de partida foi o programa implantado em 1964 pelo governo de Castelo Branco denominado de Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).

O sucesso do programa foi decorrente da situação externa favorável e do desempenho de variáveis da política econômica associadas à estabilidade macroeconômica, como a política fiscal, o nível de desenvolvimento do sistema financeiro e pelo grau de abertura ao comércio exterior.

[96] Graduando do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail:mauriciotuil@hotmail.com
[97] Graduando do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: luan12899@gmail.com
[98] Graduando do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: ighor.c@hotmail.com
[99] Professor Orientador: Mestre em economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail:neuzamsnunes@gmail.com

O objetivo do presente trabalho é abordar a importância de um período no Brasil que teve grande crescimento econômico conhecido como "Milagre Econômico".

MATERIAL E MÉTODOS

A partir do tema "Milagre Econômico no Brasil", utilizamos a internet como meio para elaboração da pesquisa do trabalho, além de, dados e tabelas para fundamentar e desenvolver melhor a argumentação sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO

As interpretações do "Milagre econômico brasileiro" podem ser baseadas em 3 fatores: a política adotada no governo de Médici em 1968-1973, tendo destaque a política monetária adotada, a política de crédito expansionista e, um grande incentivo as exportações; o ambiente externo favorável, tendo nessa época, uma grande expansão da economia internacional com muitas melhorias no termo de troca e crédito externo disponível e barato; e, reformas institucionais do PAEG, como as reformas fiscais, tributárias e financeiras, que criaram condições para o avanço da economia no país. (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI, 2008, p. 225)

No período de 1968-1973, o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), de acordo com Veloso, Villela , Giambigi (2008), teve um crescimento extraordinário de 11,1% a.a (ao ano), sendo que, anteriormente, no período de 1964-1967 houve um crescimento de 4,2 a.a. O crescimento econômico elevado no período teve como

características taxa de inflação em declínio e balanço de pagamento superavitário. A tabela 1, a seguir, evidencia a evolução de indicadores econômicos no período.

Tabela 1 – Brasil: Indicadores Macroeconômicos Selecionados - 1968-1973

Indicadores Selecionados	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	9,8	9,5	10,4	11,3	11,9	14,0
Inflação (IGP,%)	25,5	19,3	19,3	19,5	15,7	15,6
Taxa de crescimento das exportações em US$ (%)	13,7	22,9	18,5	6,0	37,4	55,3
Taxa de crescimento das importações em US$ (%)	28,7	7,4	25,8	29,5	30,3	46,3
Saldo da Balança Comercial (em US$ milhões)	26	318	232	-344	-241	7
Saldo em Conta Corrente (em US$ milhões)	-582	-364	-839	-1.630	-1.688	-2.085
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2,0	1,7	1,8	2,3	1,8	1,4
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US$ milhões)	97	531	534	537	2.538	2.380

Fonte: (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI, 2008)

De acordo com a tabela 1, nota-se que a taxa de crescimento do PIB aumentou com o passar dos anos, elevando-se de 9,8% a.a no período de 1968 para 14% a.a de 1973, e que a inflação sofreu um grande declínio de 25,5% para 15,6% durante o período. Percebe-se também que, houve crescimento acentuado na taxa das exportações e a dívida externa líquida/exportação teve um declínio de 2,0 para 1,4 entre 1968 e 1973.

O avanço na economia deu-se a um programa criado pelo governo de 1964, o PAEG, que logo foi ajustado em 1968 por uma nova e melhor estrutura de financiamento e disponibilidade de empréstimo estrangeiro. Para Kerecki e Santos (2009) na falta da poupança interna do país, a poupança externa foi a alternativa mais viável de acordo.

Para Alcântara (2009), o sucesso do programa também esteve relacionado as reformas institucionais como, as reformas fiscais, tributárias e financeiras, que contribuíram para acelerar o crescimento econômico do país.

Em 1968 o Conselho de Comércio Exterior (Concex) incentivou a ampliação das exportações. Conforme Lago (2009), o objetivo foi aumentar a competitividade dos produtos brasileiros, diversificando os produtos exportados. Para atingir tais objetivos, foram adotados instrumentos essenciais como:

> a) medidas fiscais e creditícias diretas, incluindo isenções e créditos de impostos; b) uma política cambial muito mais flexível, através do sistema de "minidesvalorizações" cambiais periódicas; c) diversas medidas indiretas, incluindo a desburocratização administrativa, promoção de produtos no exterior e melhor infra-estrutura, bem como a formação de empresas comerciais exportadoras (*trading companies*). Para administrar os novos incentivos à exportação foi criada a Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação (Befiex). (LAGO, 2009, s.p.)

Porém, em 1973 ocorreu uma mudança profunda internacionalmente. Uma crise petrolífera ocasionou um aumento exagerado no preço do produto. O "choque do petróleo", nome dado a crise, foi desencadeado pelo déficit de oferta dos países produtores desse recurso básico para a matriz energética mundial. Nesse momento, de acordo com Kerecki e Santos (2009), teríamos apenas 2 possíveis formas de atuação no pensamento clássico econômico: fazer um ajuste da demanda para evitar que o choque externo transforma-se em uma inflação permanente ou, financiando e buscando recursos no mercado externo para manter o crescimento. Foram medidas que apostavam em uma crise temporária, e que os preços do petróleo voltariam brevemente ao normal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão acerca do Milagre Econômico ganhou maior notoriedade em decorrência do aumento significativo da economia brasileira no período 1968 e 1973, revelando a eficácia das politicas adotadas na ditatura com aumentos significativos nas taxas da economia do país, tanto, em relação ao mercado interno como ao mercado externo.

Comparando o período de 1968-1973 com o período 1964-1967, percebe-se que no período de 1968-1973 os indicadores foram superiores ao outro período, com taxas que influenciaram o crescimento econômico, como, a inflação e também, as contas externas do país.

Tabela 2 – Brasil: Comparação de Indicadores Macroeconômicos: 1964-1967 e 1968-1973

Indicadores Selecionados	Média 1964-1967	Média 1968-1973
Taxa de crescimento do PIB (% a.a.)	4,2	11,1
Inflação (IGP,% a.a.)	45,5	19,1
Taxa de crescimento das exportações em US$ (% a.a.)	4,1	24,6
Taxa de crescimento das importações em US$ (% a.a.)	2,7	27,5
Saldo da Balança Comercial (em US$ milhões)	412	0
Saldo em Conta Corrente (em US$ milhões)	15	-1.198
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2,0	1,8
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US$ milhões)	-13,8	1.102,8

Fonte: (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI, 2008)

De acordo com a tabela 2, percebe-se que o PIB elevou de 4,2 a.a no período de 1964-1967 para 11,1% a.a em 1968-1973. A inflação teve um declínio enorme, de 45,5% para 19,1% , como também, nota-se uma aceleração nas taxas avançadas das exportações e das importações em 1968-1973, com aumento de 4,1% e 2,7% a.a para 24,6% e 27,5% a.a.

A meta de desenvolvimento estimada em 1967 de crescimento do produto, de, no mínimo 6% ao ano, foi amplamente superada. A taxa média de crescimento foi cerca de 10,2% do PIB de 1967 a 1973.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, o "Milagre Econômico" foi um dos períodos em que a economia do Brasil teve um crescimento considerável e uma evolução dos indicadores econômicos à taxas acentuadas, mesmo passando por um período difícil de ditadura militar.

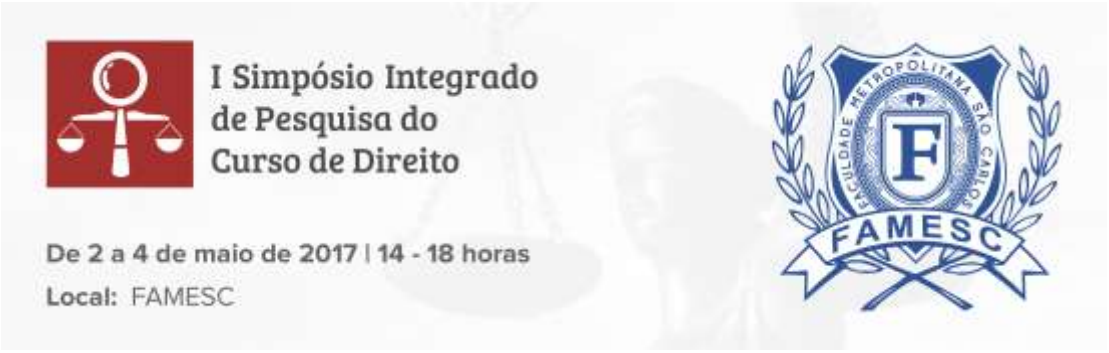
REFERÊNCIAS

ALCANTRA, Alex Sander . "**Milagre" econômico explicado.** Agencia Fapesp. Envolverde, 2009**.** Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/27302/milagre-economico-explicado/> Acesso em: 21 abr. 2017.

KERECKI, Kerecki; SANTOS, Miguel dos. **Programa de ação econômica do governo (PAEG**): do Milagre Econômico ao fim do sonho. Revista Historiador, Número 02, Ano 02. Dezembro de 2009. Disponível em**:** **<**http://www.historialivre.com/revistahistoriador/dois/miguel.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

LAGO, Luís Aranha Correia do. **Milagre econômico Brasileiro.** Portal digital. Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro> Acesso em: 21 abr. 2017.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "Milagre" Econômico Brasileiro (1968-1973):** uma análise empírica. RBE, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, abr.-jun. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1053/465> Acesso em: 10 abr. 2017.



UM "NOVO BRASIL" PELA ÓPTICA DA LEI DE TERCEIRIZAÇÃO

ZANON, Leonardo Laurindo[100]
EGIDIO, Luciano Fortunato de[101]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[102]

INTRODUÇÃO

A partir da recente alteração na legislação trabalhista, o brasileiro precisará enxergar de um novo ângulo todas as pressuposições impactadas no mercado de trabalho e que estarão vigorando a partir da sanção da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, fato que irá gerar muita polêmica entre os trabalhadores brasileiros.

A Câmara aprovou o projeto de aguardava desde 1998 para ser votado e transformado em lei pela presidência da república, onde, de agora em diante, fica liberado no Brasil a terceirização de todos os setores, seja nas empresas, nas atividades afins ou na atividade meio, inclusive no que tange ao serviço público, excluindo-se carreiras de Estado, dentre elas as dos juízes e dos auditores.

A "pejotização", ou seja, termo que designa demitir o trabalhador enquadrado no regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para contratá-lo como pessoa jurídica – PJ, ocasionando assim, restrição dos direitos trabalhistas. No entanto, esse tipo de procedimento é ilegal. Para que se entenda melhor o tema, a pejotização

[100] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: zanonleo@hotmail.com
[101] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: fortunato.luc@gmail.com
[102] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com

possui vínculos que estabelecem um 'laço' entre a empresa e o funcionário, mas não haverá registro em carteira de trabalho – CTPS. Nesse contexto, não existirá a garantia de antes dos direitos trabalhistas, conforme previstos na legislação. Em suma, a partir do processo de terceirização, uma empresa que possui trabalhadores vinculados a ela, poderá ceder (alocar) esses mesmos funcionários para outra empresa (parceira).

Porém, referentes às leis trabalhistas, algumas modificações irão acontecer. Dentro dessa ótica, deve-se levar em consideração a flexibilidade do novo regime trabalhista. Com a aprovação, caso ocorra, patrões e empregados poderão firmar acordos, classificados de "combinado sobre o legislado" que terá poder de sobrepor a qualquer norma trabalhista.

A bancada que apoia o projeto alega que o Brasil terá uma redução drástica no índice de desemprego. De acordo com números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), o país registrou a marca de 13,5 milhões de brasileiros sem emprego até fevereiro de 2017. Sendo assim, é o maior índice já registrado dentro da perspectiva trabalhista, crescendo 36% em relação aos períodos passados.

Alguns desses 'apoiadores' afirmam que as empresas passarão a ter um foco específico de produção, que haverá especialização de diversos setores e que ficarão mais afins (especializados) e até mais produtivos, com um crescente e elevado aumento em cadeia na produção. Um exemplo a ser citado é a contratação de uma empresa terceirizada que opera na área de serviços gerais, limpeza de instalações. Essa terceirizada poderá reduzir alguns procedimentos cotidianos, haja vista que havendo essa "redução", poderá prestar melhor serviço. Assim, com a burocracia

diminuída (menos recursos empregados), haverá maior produtividade. Isso irá significar um maior ganho real e condições mais propícias ao ambiente de trabalho e, principalmente, ao trabalhador.

Vetados na proposta inicial alguns pontos, como o de prorrogar o prazo de 2070 dias do contrato trabalhista por convenção coletiva/acordo. Com o acordo, o trabalhador contratado temporariamente faz jus ao salário, ao horário de trabalho regulamentado, a previdência social e contra acidentes, os mesmos direitos inerentes aqueles (trabalhadores fixos) que exercem a mesma função. Além, do pagamento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e 13º salário proporcional no caso de contratação de no máximo 30 dias.

Tem sido ainda, motivo de grandes questionamentos à sanção dessa lei referente a questão dos concursos públicos. O projeto não possui nenhum artigo ou cláusula específica sobre o tema. Apesar de ser muito amplo, não existe detalhamento quanto ao serviço público.

Para o professor do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília, Weslei Machado Alves, o texto põe em risco os concursos públicos:

> A extensão da terceirização, inclusive à atividade fim da administração pública, poderá afetar os concursos públicos e, por consequência, ter-se-á a criação de um empecilho à isonomia constitucional nas contrações pelo poder público. Isso porque ao necessitar de contratação de mão de obra, o gestor público poderá optar pela terceirização, forma mais simples e desprotegida de admissão de pessoal. (CORREIO WEB, 2017, s.p.)

Outro ponto relevante que deve ser levado em conta com a vigoração do processo de terceirização no país será o provável aumento de produção e preços mais

competitivos. A qualidade dos serviços (do governo) poderão melhorar, já que uma maior produção irá gerar maior arrecadação (de impostos), e uma elevação substancial do orçamento público.

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar as propostas da recente alteração na legislação trabalhista que estarão vigorando a partir da sanção da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, a "Lei de Terceirização".

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto foi concretizado a partir da utilização da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 – "Lei de Terceirização", em sites renomados de pesquisas e telejornais, tendo sob uma nova ótica e metodologia a implementação e aplicação do novo conceito que poderá transformar completamente a legislação trabalhista no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Especialistas relatam a necessidade e que há muitos anos já deveria ter sido atualizada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), pelo menos, o básico. Comparada com legislações europeias ou norte-americanas, a legislação brasileira de 1943 é considerada sem flexibilidade e até mesmo ultrapassada em relação as de outros países. O argumento mais utilizado é de que, na prática, surgem a cada ano, dezenas, centenas e até milhares de contratos "ilegais" e a necessidade de regularização. Um exemplo marcante, citado por muitos empresários são as reformas

ocorridas na Europa, após a grande crise de 2008, e nos Estados Unidos da América, sendo que muitos teóricos afirmam não ser possível tal comparação com o conceito vivenciado no Brasil.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, diz que é totalmente contrário ao projeto de terceirização, alegando que: "Os trabalhadores serão demitidos para as empresas contratarem por meio da terceirização". (EL PAÍS BRASIL, 2017, s.p.)

Em contra partida, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Paulo Skaf, retruca no sentido de que essas novas regras serão mais importantes no que tange aos serviços com mão de obra especializada, motivo pelo qual os trabalhadores não serão prejudicados: "Você não vai terceirizar a sua base de produção, mas sim um serviço especializado". E ainda, "Temos pesquisas que apontam que ninguém quer demitir ninguém para contratar como terceirizados" (EL PAÍS BRASIL, 2017, s.p.)

Até o início da vigoração da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, o assunto estava sendo regido pela Súmula 331, de 2003, do Tribunal Superior do Trabalho – TST. Porém, o dispositivo é claro quando a atividade fim e atividade meio, esclarecendo suas "diferenças": Um montadora de veículos automotores é uma atividade fim. No entanto, pela regra em vigor, somente atividades meio, tipo: manutenção, limpeza e serviço de vigilância (dentro da montadora) é que poderiam ser terceirizados.

O Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, chegou a afirmar durante uma entrevista a um site renomado que:

> Não pretendemos incluir nada na reforma trabalhista e não precisa enviar uma medida provisória, por enquanto. Achei boa a proposta aprovada pela Câmara, e os vetos foram necessários para manter a coerência do governo com a proposta encaminhada. (G1. GLOBO, 2017, s.p.)

Com isso, poderão acontecer alterações que possibilitem terceirizações de atividades por algumas empresas em setores diversos. Numa escola, por exemplo, antes só podiam ser terceirizados serviços contábeis, serviços gerais e alimentícios. Pelo novo sistema, poderão ser contratados (terceirizados) inclusive os serviços de professores.

Os apoiadores do projeto tem por ótica a fundamentação do tema e a necessidade de surgimento de garantias jurídicas para empregadores e trabalhadores. A criação de novas possibilidades de trabalho é vista com otimismo por eles, inclusive com serviços especializados e com produção aumentada.

DISCUSSÃO

Existe uma série de erros cometidos pelos difamadores da terceirização sob o subterfúgio de proteger os direitos dos trabalhadores, dedilhando severas opiniões sobre o tema, corroborando para um posicionamento analítico/censurador da terceirização, compartilhando inverdades e, sobretudo, objetivando emaranhar ainda mais a questão, na omissão de tentar esclarecer o assunto.

Da mesma forma, comete o mesmo equívoco o empresário que opta pela terceirização pensando única e exclusivamente em compendiar os gastos. Nos setores onde forem detectadas fraudes com único objetivo de ter trabalhadores sem carteira

assinada (precarizar), os direitos garantidos por lei (até então) e, em casos onde são apontados elementos pertinentes a relação entre o prestador de serviço e o empresa contratante, será eminentemente reputadas de ilícitas essas terceirizações, não esquivando-se dos riscos e sanções aplicáveis atualmente.

Nesse aspecto, apesar das negativas que envolvem a lei, todo o tramitar do processo na esfera legislativa, caso ocorresse de forma "transparente", traria uma tranquilidade jurídica tanto para patrões quanto aos trabalhadores a respeito da tão badalada terceirização, resultando abreviar a judicialização do tema, destacando que a sanção da Lei nº 13.429/2017 caracteriza um grande e significativo progresso para o setor de terceirizações no país. Doravante, ficará a cargo do judiciário, empresários e sociedade o emprego desta legislação com total conjectura, envolvendo princípios que regem o direito no Brasil, utilizando da boa-fé, permeando todo o negócio jurídico.

A seguir os principais pontos do projeto que regulamenta a terceirização:

Tabela 1. Principais pontos do projeto de terceirização

TRABALHO FLEXÍVEL

Veja os principais pontos do projeto que regulamenta a terceirização

_	COMO É HOJE	COMO FICA
ATIVIDADE QUE PODE SER TERCEIRIZADA	Atividades-meio. Um escritório de contabilidade pode contratar uma empresa para fazer a limpeza do local, mas não contadores, que é sua atividade-fim	Em tese, a empresa de contabilidade poderia terceirizar sua atividade-fim, ou seja, a contratação de contadores
BENEFÍCIOS ᴸTRABALHISTAS	Trabalhador tem direito a férias de 30 dias com adicional de um terço do salário, 13º salário, FGTS, hora-extra, licença-maternidade e licença-paternidade, adicional noturno, aviso prévio e seguro-desemprego, entre outros	O gerente contratado da empresa original terá direito aos benefícios, mas a prestadora do serviço não precisará oferecer o benefício a seus funcionários, mesmo que exerçam o mesmo cargo na empresa tomadora
DIREITOS TRABALHISTAS	Trabalhador tem direito a férias de 30 dias com adicional de um terço do salário, 13º salário, FGTS, hora-extra, licença-maternidade e licença-paternidade, adicional noturno, aviso prévio e seguro-desemprego, entre outros	Permanecem os mesmos. O que muda é que o contrato de trabalho é lavrado entre a prestadora e o terceirizado
EXIGÊNCIAS	Não há exigência de capital social mínimo das empresas prestadoras de serviços	O projeto estabelece faixas de capital social conforme o número de funcionários das empresas prestadoras de serviços
RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS	O funcionário pode acionar a empresa na justiça para cobrar direitos trabalhistas	O funcionário pode acionar a terceirizada para cobrar eventuais direitos trabalhistas. A contratante tem responsabilidade subsidiária, ou seja, ela só é acionada na ausência da prestadora (em razão de falência, por exemplo)

Fonte: Folha de São Paulo, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, todas e quaisquer relações ligadas a questão trabalhista no Brasil serão diretamente impactas pela nova legislação, principalmente, nos aspectos que tangem a mão de obra terceirizada, reduzindo (em parte) ou até em quase sua totalidade os direitos do trabalhador brasileiro.

Em decorrência, haverá momentos em que o trabalhador ficará mais sujeito a toda e qualquer forma de exploração, inclusive de mão de obra escrava, correndo ainda o risco de não receber seus salários, contrair moléstias (problemas de saúde) e jornadas exaustivas e, por vezes, intermináveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 DE MARÇO de 2017**. Dispõe sobre a Lei da Terceirização e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 06 abr. 2017.

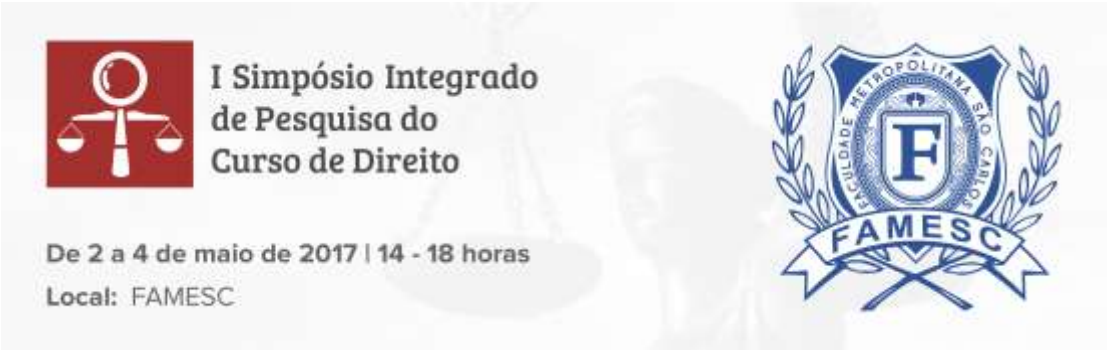
_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores_2017.php Acesso em: 10 abr. 2017

CORREIO WEB. **Projeto da terceirização geral ameaça concursos públicos, dizem especialistas.** Portal eletrônico de notícias, 03 mar. 2017. Disponível em: http://concursos.correioweb.com.br/app/noticias/2017/03/03/noticiasinterna,37039/projeto-da-terceirizacao-geral-ameaca-concursos-publicos.shtml Acesso em: 10 abr 2017

EL PAÍS BRASIL. **Uma década depois, lei que regula terceirização é aprovada na Câmara.** Portal eletrônico de notícias. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/08/politica/1428528022_044096.html Acesso em: 10 abr 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Terceirização pode enfraquecer fiscalização de condições de trabalho**. Portal eletrônico de notícias, 09 abr. 2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1873956-terceirizacao-pode-enfraquecer-fiscalizacao-de-condicoes-de-trabalho.shtml Acesso em: 10 abr 2017.

G1 ECONOMIA. **Ministro descarta usar reforma trabalhista para mudar lei da erceirização.** Portal eletrônico de notícias. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/ministro-descarta-usar-reforma-trabalhista-para-mudar-lei-da-terceirizacao.ghtml Acesso em: 06 abr 2017.



DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA

PEREIRA, Renato Alves[103]
OLIVEIRA, Júlio César de Jesus Pereira[104]
NUNES, Neuza Maria Siqueira[105]
BRASIL, Maria Margarete Salvate[106]

INTRODUÇÃO

A origem da dívida externa brasileira não é tão recente. Fatos revelam que teve início no ano de 1824, época em que foi feito um empréstimo no valor de 3 milhões de libras esterlinas, moeda do período, que ficou conhecido como, empréstimo português. O empréstimo foi feito para pagar despesas do período colonial como pagamento a Portugal por reconhecer a independência do Brasil. Mais adiante, em 1829, foi realizado um novo empréstimo com a finalidade de pagar a dívida anterior, conhecido como "ruinoso". Entretanto, o Brasil recebeu 52% desse empréstimo, pois, os 48% foram descontados para cobrir os juros da dívida anterior. Tempos depois, foram feitos mais dois novos empréstimos considerados importantes no período do império, 1843 e 1852, que serviram como quitação ao primeiro empréstimo, esse completamente pago em 1890.

[103] Graduando em Direito - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: juliocjpoliveira_@hotmail.com
[104] Graduando em Direito - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana,e-mail:renato.ra100@gmail.com
[105] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial, Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com
[106] Professora Coorientadora: Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

A dívida externa estava sob controle em 2008. A estabilidade e confiança foi conquistada pelo país com uma política econômica mais austera. O governo alcançou superávits primários que serviram para pagamento dos juros da dívida.

O presente trabalho tem como objetivo esclarecer a origem da dívida externa do Brasil começada no início do período colonial para pagamento de empréstimo feito para cobrir despesas.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Ainda, no período do império o Brasil contraiu dívida com a guerra contra o Paraguai. A Inglaterra por interesse comerciais forneceu navios e empréstimos ao Brasil para o conflito. (HISTORIANET, s. d., s. p.)

Segundo Pereira (2008), na chamada república do café com leite, a dívida foi só aumentando. O presidente então eleito em 1898, viajou à Inglaterra para renegociar a dívida. Desde então, surgiu um acordo suspendendo a dívida por 13 anos. Mas, os juros foram pagos em 3 anos, liberando o Brasil fazer um novo empréstimo. Em 1906, com a política da valorização do café surgiu uma nova dívida. Convênio entre os governadores de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro foi

assinado e contraído empréstimo para comprar e estocar a produção de café. Desse período em diante, os empréstimos aumentaram expressivamente.

Posteriormente, ainda conforme o autor, no período da ditadura militar os empréstimos tiveram contínuos aumentos expressivos para financiar a política econômica de desenvolvimento do Brasil. A política econômica ficou conhecida como Milagre Econômico, de 1967 a 1974, pois, a economia brasileira cresceu a taxas elevadíssimas, com o ingresso volumoso de capital estrangeiro. A dívida aumentou de 4 para 12 bilhões de dólares.

Na época da ditadura, a economia avançou em alguns aspectos e criou outros problemas. Os governos militares não conseguiram elevar a poupança interna para alimentar os investimentos e a dívida externa foi multiplicada por 30. Isso tornou o país especialmente vulnerável às duas crises do petróleo, entre os anos 1973 a 1979. (ÉPOCA, 2014, s. p.)

Segundo reportagem da revista Época (2014), também no período militar houve mais dois momentos da dívida externa. No governo Costa e Silva, de 1968 a 1973, os empréstimos foram via crédito direto à população para aquisição de geladeiras, secadores de cabelo, automóveis e outros bens e também para financiar grandes obras de infra estrutura como estradas, viadutos e redes de energia elétrica. No governo Geisel,1974 a 1979, as grandes indústrias de automóveis deixaram de vender por causa da crise mundial. A crise foi gerada pelo petróleo com repercussão no aumento nas taxas de juros. A soma exagerada de grandes projetos tiveram a necessidade de novos empréstimos.

O aumento da dívida externa brasileira na década de 70 foi motivo de reportagens com espaço dedicado à questão, com entrevistas do ministro para

defender a posição do governo ou em editoriais noticiando o grande recorde da dívida.

Figura 1: O Jornal Opinião da década de 70 . Fonte: (HISTORIANET, s.d.)

De acordo com Pereira (2008) em 1982 temos a falência declarada do modelo brasileiro de desenvolvimento e o país recorreu ao FMI. Ao final do governo Figueiredo, que encerrou a ditadura militar no Brasil, a dívida externa chegava aproximadamente a100 bilhões de dólares.

Em 1982, com declaração de falência, a dívida levou o Brasil a um imediato racionamento de combustíveis. Com o petróleo atingindo preço absurdo no mercado internacional, o país chegou a pensar em interromper sua importação. Mas, o

governo acabou decidindo fazer o possível para manter a oferta do produto e seus derivados à população. O então, presidente João Figueiredo comunicou a sua equipe econômica que aceitaria uma inflação mais alta e um descontrole econômico com a crise, mas não a falta de combustíveis. (O GLOBO, 2008)

A decisão era reduzir as importações ao extremo, incluindo o produto petróleo. Em 1981 e 1982, houve queda na importação do mesmo, mas, desde 1978 o governo vinha fechando a balança comercial no vermelho. Mais adiante, em 1982, o comércio exterior teve saldo positivo devido a uma diminuição de 15% nas importações. Alguns produtos foram sacrificados para evitar o racionamento de combustível, já que, o petróleo apresentava 80% de tudo que o Brasil comprava do exterior. Assim sendo, o país fez acordo com o governo do Iraque, que detinha boa parte das importações, em situação aproximada a de escambo. O Brasil forneceu produtos industrializados, automóveis e armamentos, ao país árabe. Mas, isso não completou a carência total de petróleo em 1982. (O GLOBO, 2008)

.

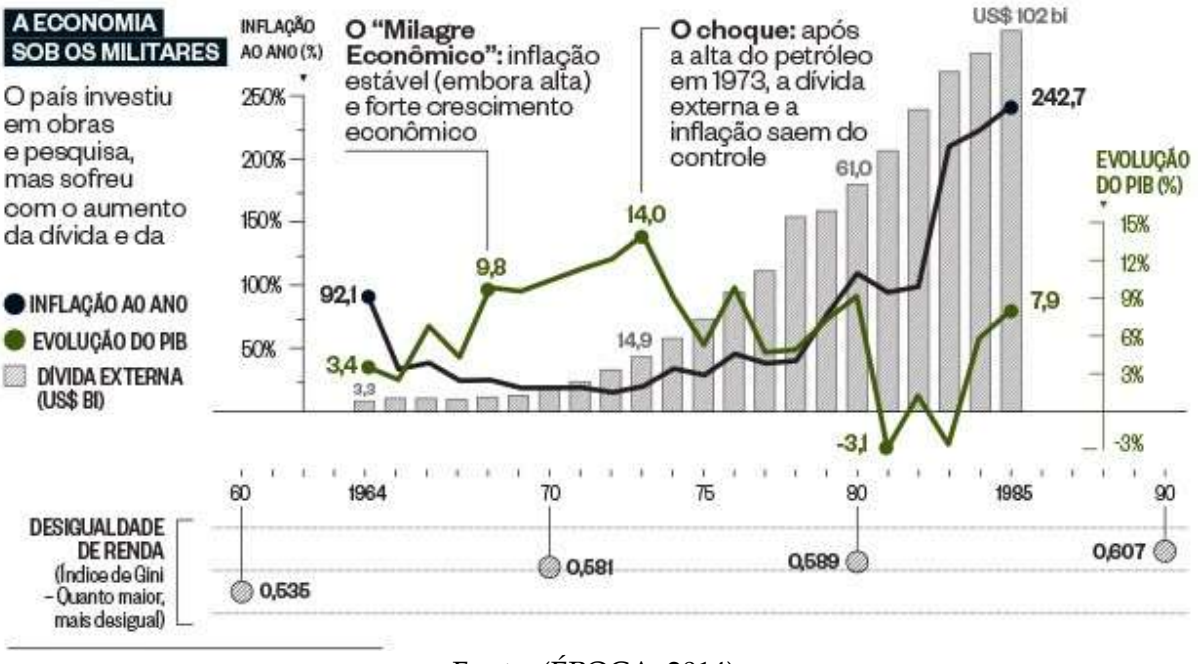
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O investimento, entre 1968 e 1979, em construção, em máquinas e em equipamentos industriais atingiu o auge. O investimento pelo governo, em média, foi equivalente a 8,3% do PIB, e do setor privado 14,7%. A falta de controle dos anos 1980 ficou conhecido como a década perdida, principalmente pelo aumento da dívida externa. (ÉPOCA, 2014)

A seguir, a evolução da dívida externa no período militar, bem como, a inflação ao ano e a evolução do produto interno bruto (PIB) no período

compreendido entre 1960 a 1990. A inflação no ano de 1985 alcançou níveis considerados alarmantes, com valor de 242,7% a.a.

Gráfico 1: Evolução da economia no período militar



Fonte: (ÉPOCA, 2014)

Para Pereira (2008), na década de 80 o perfil da dívida externa brasileira mudou bastante. Naquela época, o setor público era o grande devedor. Como exemplo, em dezembro de 1980, os 69% dos 53,8 bilhões que o país devia eram responsabilidade do governo federal. Em 1985, esse percentual subiu para 82%.

Conforme o autor, o setor público não-financeiro, governo federal, estados, município, respondia por aproximadamente 20% da dívida externa bruta. Considerando a dívida externa líquida do setor público, ou seja, deduzindo da dívida bruta as reservas internacionais do Banco Central (que cresceram muito nos últimos anos e giram em torno de 175 bilhões de dólares), pode-se considerar que o

Brasil em 2008 estava em uma situação mais confortável se comparada ao ano de 1980.

A última vez que o país recorreu ao FMI foi em 2002. A cotação do dólar avançou fortemente e o Brasil foi obrigado, diante das baixas reservas do país, a pedir uma ajuda de US$ 15,5 bilhões ao fundo. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi o negociador da dívida e o último ministro a ir ao FMI.

O Brasil, segundo Mars (2014), saltou da sexta para a terceira posição na lista dos países com o maior volume de dívida externa, dados apontados no relatório divulgado em 2014, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O país ficou atrás apenas da Espanha, segundo mais endividado, e dos Estados Unidos, que lidera o *ranking*. De acordo com os dados do FMI, a dívida externa brasileira total atingiu 750 bilhões de dólares (o equivalente a 1,8 trilhão de reais), ou 33,4% do Produto Interno Bruto (1,01% do PIB global). As observações do órgao é que o governo brasileiro deveria agir com rapidez para reduzir o prejuízo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte da dívida externa brasileira pertence às grandes empresas privadas. Em 2014, parte de 60,1% dessa dívida, representada por R$ 130 bilhões, correspondeu ao setor privado. Cerca de 80% do total da dívida pertencente ao setor privado, corresponde às dívidas de médio e longo prazo.

O controle da dívida externa é alcançada com equilíbrio fiscal, essencial para o desenvolvimento do crédito, incremento da poupança doméstica e, criação de oportunidades para trabalhadores.

REFERÊNCIAS

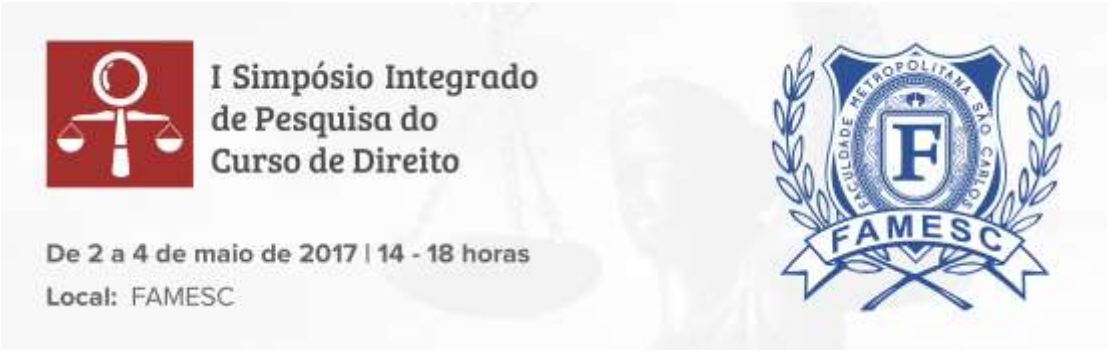
ÉPOCA. **13 questões sobre a ditadura no Brasil.** Época, 2014. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/03/13-questoes-sobre-bditadura-no-brasilb.html>. Acesso em: 22 abr. 2017.

HISTORIANET. **A Dívida Externa Brasileira.** Disponível em: www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=211 Acesso em: 23 abr. 2017.

MARS, Amanda. **Brasil é o terceiro país com maior dívida externa, atrás da Espanha e EUA.** EL PAÍS, 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/30/economia/1412081072_163414.html>. Acesso em: 22 abr. 2017.

O GLOBO. **Histórico da dívida externa no Brasil.** O GLOBO, 22/02/2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/historico-da-divida-externa-no-brasil-3626195>. Acesso em: 23 abr. 2017.

PEREIRA, Ricardo. **Entendendo a Dívida Externa brasileira.** Dinheirama, 2008. Disponível em: <dinheirama.com/blog/2007/11/30/entendendo-a-divida-externa-brasileira/>. Acesso em: 22 abr. 2017.



UM PAÍS DESIGUAL: A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

SILVA JUNIOR, Ivanildo Geremias da [107]
SILVA, Alice Padilha de Oliveira [108]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[109]

INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um país em desenvolvimento ou emergente, que por definição segundo Fontes, Ribeiro, Amorim, Santos (2010), são aqueles que em desenvolvimento mediano, com crescente renda per capita, com relativa capacidade de poupança e variedades considerável no mercado. Ou seja, possui um modelo econômico ligado ao capitalismo. Mesmo possuindo uma tendência de crescimento econômico, o Brasil possui uma grande desigualdade de renda por todo o território. Ricos ganhando cada vez mais que os pobres.

Uma análise feita do relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira 2014/2015, produzido pela Secretaria de Politica Econômica e Receita Federal, que usam dados da declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) fornecidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) mostrando a realidade brasileira. Nos dados separam-se os contribuintes em grupos de 10%. A faixa de 10%

[107] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: ivanildo.jr10@hotmail.com;
[2] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: padilhasilvaalice@gmail.com;
[3] Professora orientadora: Mestra em economia empresarial. Professora do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

mais rica é subdividida em 5%, 1% e 0,1%. Os 0,1% mais rico da população brasileira, que em números são 27 mil pessoas em 27 milhões declarantes do Imposto de Renda de Pessoa Física, afirmaram possuir R$ 44,4 bilhões em rendimento bruto tributável e 159,7 bilhões em rendimento total bruto. Além disso, possui uma renda 3.101% superior ao rendimento médio dos declarante de IRPF e 6.448% superior a média de quantidade de bens e direitos. Também possuem 6% da renda bruta e 6% dos bens de direitos líquidos do país. Os 5% possui 28% da renda Bruta e 28% dos bens e direitos líquidos. Já, o 1% possui 14% da renda bruta e 15% dos bens e direitos líquidos. É um alto índice de concentração econômica nas mãos de poucos. Isso prova que a desigualdade de renda é uma realidade brasileira.

O presente trabalho tem como objetivo descrever a distribuição de renda do país tendo como referência os dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa sobre o tema proposto foi utilizado o livro "Economia um enfoque básico e simplificado", de Fontes, Ribeiro, Amorim, Santos (2010). Além de, recursos da internet para a obtenção de alguns artigos para desenvolver e fundamentar a temática.

DESENVOLVIMENTO

Fato é que, para um desenvolvimento econômico não é apenas necessário um crescimento econômico, mas além desse, outros fatores contribuem para o desenvolvimento sólido da economia de um país. O Brasil, por sua vez, apresenta

uma baixa renda média, de 9,5 mil dólares ao ano, comparado aos Estados Unidos que é de 45 mil dólares ao ano. Isso se explica pela diferença de produtividade entre ambos os países. Quanto maior a produtividade mais elevado é o padrão de vida. Mesmo possuindo uma renda média baixa, ainda, predomina-se a desigualdade de renda no Brasil. Isso acontece por desigualdade de tratamento e de oportunidade. (FONTES; RIBEIRO; AMORIM; SANTOS, 2010, p.195).

No ano de 2000 a Organizações das Nações Unidas (ONU), no qual o Brasil faz parte junto com 189 países, promoveu a Cúpula do Milênio. É um evento no qual se discutiram alguns agravantes sociais que afetam o mundo. Os presidentes dos países estabeleceram 8 objetivos e cada objetivo com metas que deveriam ser alcançadas até o ano de 2015, no qual um dos objetivos era erradicar a pobreza extrema e a fome. (DECICINO, 2009, s.p.). Com isso, pode-se concluir, que é um fator de minimização da desigualdade de renda. Logo, há um reconhecimento por parte do governo de que isso é uma problemática brasileira.

Para se analisar a distribuição de renda de um determinado grupo é necessário algum parâmetro. Podendo ser a remuneração individual, remuneração familiar e a renda familiar per capita, sendo a mais utilizada pelos economista a última citada. Pois, o bem-estar de um indivíduo depende também de todos os recursos da sua família, não apenas dele. (FONTES *et all*, 2010, p.198).

Segundo Fontes *et all* (2010) as definições de remuneração individual, remuneração familiar e renda familiar per capita são:

> Remuneração individual: renda recebida pelo individuo proveniente do trabalho ou através de qualquer outra fonte, como transferências, ou remunerações de investimentos realizados. Remuneração Familiar: renda recebida pelo conjunto de pessoas em relação ao parentesco. Renda familiar per capita: montante total do rendimento familiar dividido pelo número de componentes na família. (FONTES *et all*, 2010, p.199)

Nota-se que a renda familiar per capita é a mais recomendada, porque leva em conta a distribuição entre todos os moradores da mesma casa, que é um fator que influencia no bem estar, tornando assim, a análise mais próxima da realidade.

Para calcular o grau de concentração de renda de uma comunidade é utilizado o Índice Gini. Também conhecido como coeficiente Gini sua avaliação é feita em uma escala de 0 a 1, sendo que 0 representa um grupo igualitário, todos com a mesma renda, já o valor 1 significa uma sociedade totalmente desigual, representando maior concentração de renda. (IPEA, 2004, s. p.)

A representação gráfica abaixo, do Índice de Gini é feita pela chamada Curva de Lorenz. É uma função entre a proporção acumulada de renda e proporção acumulada da população, onde a reta na diagonal representa a igualdade total. Portanto, quando mais próximo a curva estiver da reta, menos desigualdade apresenta aquele determinado grupo. (PENA, s.d., s.p)

Gráfico 1: Índice de Gini

A seguir, na tabela 1, alguns países com seus respectivos Índices de Gini.

Tabela 1: Alguns exemplos de Índice de Gini

Posição ranking mundial	País	Índice
1	Hungria	0,244
2	Dinamarca	0,247
3	Japão	0,249
34	Índia	0,325
67	Portugal	0,385
76	EUA	0,408
90	China	0,447
93	Rússia	0,456
109	Argentina	0,522
112	México	0,546
118	Chile	0,571
119	Colômbia	0,576
120	Brasil	0,591
121	África do Sul	0,593
127	Namíbia	0,707

Fonte: (IPEA, 2004)

Em relação ao mundo, o Brasil estava em 2004 na 120º posição no *ranking* de concentração de renda numa lista de127 países com índice de 0,591. Apenas 7 países apresentaram o Índice de Gini maior. Isso mostra o quanto elevado é o nível de desigualdade de renda no país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para obter uma resposta ao contraste de renda vivenciado pela população brasileira, é necessário conhecer os possíveis fatores que levaram a esse colapso. Um estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontou em 2013, alguns aspectos que contribuíram para a desigualdade no Brasil em que o agente é o próprio Estado. Segundo Medeiros e Souza (2013):

> O Estado não é uma instituição completamente autônoma, e suas ações, em parte, refletem conflitos distributivos preexistentes; consequentemente, em vez de reduzir desigualdades, o Estado pode, na verdade, aumentá-las. Em consonância com o objetivo de medir a contribuição líquida do Estado para a desigualdade de renda no Brasil, a hipótese geral aqui testada é a de que o Estado contribui com muito da desigualdade no país, e isto resulta do fato de o Estado operar suas políticas salariais e sociais em três níveis diferentes: no primeiro nível, o Estado mantém uma elite de trabalhadores no setor público por meio de salários mais altos e Previdência mais generosa que a dada à sua contraparte privada; no segundo nível, o Estado fornece benefícios previdenciários intermediários e seguro-desemprego apenas aos trabalhadores formais do setor privado; no terceiro, dá pouco peso a medidas redistributivas, tais como tributos e programas de renda básica para as massas de baixa renda no setor informal do mercado de trabalho. (MEDEIROS; SOUZA, 2013, p. 9)

Nota-se a que existem três possíveis elementos de atuação estatal que contribuíram para a desigualdade de renda no Brasil, que é a remuneração dos funcionários públicos, a previdência social pública e as medidas redistributivas.

O estudo mostrou que há uma diferença salarial entre o setor público e privado. A esfera pública tende a pagar salários maiores do que no privado, com o trabalhador desempenhando a mesma função. Pela pesquisa, os servidores públicos ganham em média 23,6% a mais do que no setor privado, na equivalência de mão de obra. E numa segunda pesquisa, foi de 23% a diferença. (MEDEIROS; SOUZA, 2013, p. 16)

Uma outra questão é se o Brasil utilizasse a tributação direta, cobrança que incide sobre consumo e produção, ou seja, é passada para os preços, fazendo uma arrecadação por igual de toda a população, poderia contribuir para reduzir 10% do coeficiente de Gini. No entanto, ainda se usa a tributação indireta, a cobrança é feita sobre herança e patrimônio, existindo assim uma diferença de arrecadação entre a sociedade. A partir do estudo foi possível aferir que se toda carga tributária tivesse a mesma arrecadação, os números da desigualdade diminuiriam. (MEDEIROS; SOUZA, 2013, p. 27)

Outro fator é o sistema de previdência brasileiro. No Brasil, existem dois tipos de regime de previdência. O Regime Próprios de Previdência Social (RPPS) que é para os servidores públicos, e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para os trabalhadores do setor privado. Cada um possuindo a sua própria autonomia de funcionamento, mesmo sendo financiadas com recursos públicos. No que tange a desigualdade de renda, uma diferença entre os regimes é que no regime geral possui um teto legal que limita os valores dos benefícios pagos aos trabalhadores privados.

Já no RPPS não se aplica está regra. Isso acarreta uma desigualdade, que em números, a previdência gera em torno de 21% da desigualdade no Brasil. (MEDEIROS; SOUZA, 2013, p. 16)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de alguns parâmetros foi possível comprovar que a desigualdade de renda é uma problemática brasileira, e que o Brasil é um dos principais países do mundo que enfrenta essa situação. E, que algumas possíveis causa são propagadas pelo próprio Estado por meio da remuneração de servidores, da previdência social dos seus funcionários e dos tributos cobrados à sociedade. Portanto, existe a necessidade de uma atuação governamental para que os índices possam serem reduzidos. Assim, o diferencial de renda possa ser melhorado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira.** Secretaria de Política Econômica, 2016. Disponível em: http://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/distribuicao-pessoal-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

DECICINO, Ronaldo. **Cúpula do milênio:** Evento estabeleceu metas de desenvolvimento. Mundo Educação. Uol: portal eletrônico, 2009. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/cupula-do-milenio-evento-estabeleceu-metas-de-desenvolvimento.htm>. Acesso em 29 mar. 2017.

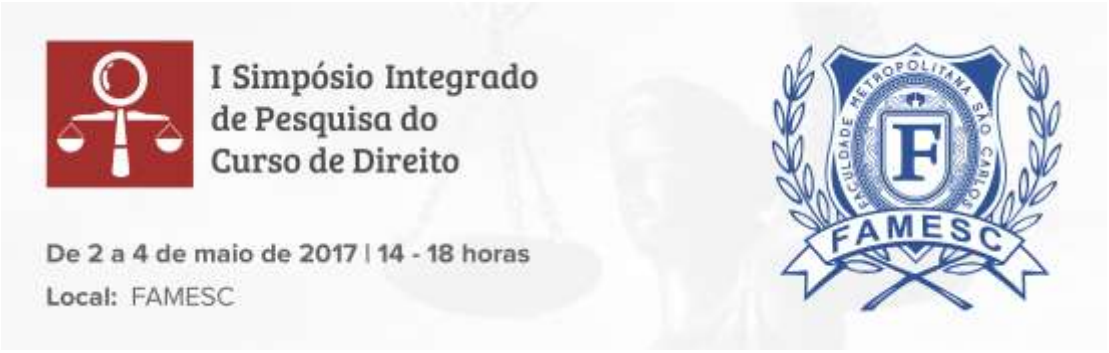
FONTES, Rosa *et all*. **Economia:** Um Enfoque Básico e Simplificado. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE**.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Objetivos de desenvolvimento do milênio.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/biblioteca/274-teen/mao-na-roda/1720-obejtivos-de-desenvolvimento-do-milenio.html >.Acesso em: 29 mar. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é Índice de Gini?** IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>.Acesso em: 30 mar. 2017.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro. **Gasto Público, Tributos e Desigualdade de renda no Brasil**. IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1844b.pdf> Acesso em: 05 abr 2017

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Índice de Gini**". Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>. Acesso em: 30 de mar de 2017.



MERCADO AUTOMOBILÍSTICO *VERSUS* IMPACTO NA ECONOMIA BRASILEIRA EM VIRTUDE DA CRISE FINANCEIRA DE 2008

SOUZA, Johne José Ferreira de[110]
SANTOS, Juliane Izabela de Oliveira dos[111]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[112]
BRASIL, Maria Margarete Salvate[1134]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar o mercado automobilístico, de carros, de motos e de caminhões, emplacados durante a crise de 2008 e no ano pós-crise e, o impacto na economia brasileira. Via de regra, o mercado de automóveis é responsável por fomentar a economia de diversos setores diretamente e indiretamente ligados à sua cadeia produtiva.

Ainda, no mesmo contexto, será relatado de forma sucinta os mecanismos que impulsionaram tal efeito sobre a economia do país, bem como, a regularização dos impostos ligados ao setor e as tecnologias abrangentes que possibilitaram avanços atrativos aos clientes e instigaram as vendas, fazendo assim, um crescente

[110] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: johneferreira2000@gmail.com
[111] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana,
[112] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com
[113] Professora coorientadora: Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

exponencial em relação ao setor automobilístico. Será ponderado nas discussões, posicionamentos no que se refere à economia "secundária" envolvida, devido às compras de veículos, tais como petróleo e seus derivados e serviços terceirizados.

A indústria automobilística do Brasil tem importância na economia do país pois, além de contribuir para o PIB (Produto Interno Bruto), gera empregos diretos e indiretos na cadeia produtiva do setor. A produtividade do setor é destacada pela capacidade de desenvolver e aplicar tecnologia, buscando alcançar o mercado interno e externo. Por isso, quando a economia passa por dificuldades, o governo, em alguns momentos, adota medidas que possam contribuir para o aumento das vendas e evitar os possíveis efeitos de demissão no setor.

METODOLOGIA

No decorrer deste, examina-se de forma avaliativa, com bases bibliográficas e fontes específicas sobre o tema proposto, o mercado automobilístico como impactante na economia brasileira.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Poggetto (2010), o ano que sucedeu a crise de 2008 foi o melhor da história automobilística, até ao ano de 2010, cujo número de carros emplacados ultrapassou a marca de 3 milhões na época. Embora, os economistas temessem um retrocesso nas vendas de carros e similares, houve um aumento significativo em 11,35% comparando-se com o ano anterior. O fato de tal crescimento recorde de

vendas deu-se em virtude do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ter sido, na época, reduzido pelo goveno do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. (POGGETTO, 2010, s. p.)

A empresa que mais vendeu carros no ano que sucedeu a crise, em 2009, foi a Volkswagen, representando cerca de 626.183 milhões de carros vendidos, segundo o ex-presidente da companhia Thomas Schmall. O significativo aumento deu-se em virtude da estratégia de renovação da montadora que trouxe aos consumidores produtos com mais tecnologia, conforto e segurança paralelos ao ótimo preço. Não obstante o número de concessionárias da distribuidora seja grande, é considerável que o crescimento deu-se, simultaneamente, via a situação expansionista de pontos de vendas. (VOLKSWAGEN, 2010; s.p.)

Embora seja significativo o aumento das vendas de carros, sendo favoráveis à economia brasileira na época, é notável que o PIB teve um retrocesso no ano seguinte da crise em questão, conforme especificado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Analisa-se que o fato das vendas de automóveis foi a melhor, entretanto, estava em descompasso com os demais setores de bens e serviços que compunham o PIB. Ainda no mesmo contexto, faz-se a consideração que o percentual de exportações caiu em 10% em 2009 em relação a 2008. Vários setores econômicos contribuíram para o paradoxo econômico instaurado no país, alguns tiveram alta e outros queda. (CHIARINI e FARID, 2010, s.p.)

À proporção que muitos automóveis passaram a rodar nas estradas brasileiras, notou-se que mais brasileiros adquiriram veículos e, portanto, foi notório um crescimento na área de serviços terceirizados como a mecânica. No que se refere à integridade e reparo dos automóveis, isto é, gasolina, pneus, tintas automotivas,

borracheiros também foram setores que tiveram crescimento. Em suma, foi considerável o crescimento de um setor que impulsionou os demais setores ligados diretamente e indiretamente a ele.

No mesmo contexto, tomando proporções extra-mercado automobilístico, é notório que as pesquisas científicas referentes ao setor, por mais simbólicas que sejam, impulsionaram o mercado em determinado período de tempo, observando então que este mercado cresce conforme a demanda e as exigências dos clientes.

RESULTADO E DISCUSSÃO

À medida que aumentaram as vendas de carros no ano da crise e no ano seguinte, viu-se que a economia do país passou por momentos obscuros, entretanto, foi alavancada pelo setor automobilístico que impulsionou a economia do Brasil, visto que os demais setores contribuíram para uma redução significativa no PIB. É fato que o poder aquisitivo do povo brasileiro era limitado, embora o crédito do povo estava vulnerável à situação econômica mundial. A redução do imposto feito pelo governo da época, como incentivo as vendas, foi fator determinante aos investimentos das montadoras em tecnologia e mão de obra qualificada para oferecer produtos de qualidade à sociedade.

O desempenho do mercado de veículos, automóveis e comerciais, no Brasil, está explicitado no gráfico 1, evidenciando que no mês de dezembro de 2009 houve 293.030 unidades emplacadas e em novembro do mesmo ano foram emplacadas 238.504 unidades, representando um aumento de 16,4%. O resultado apresentou bom

desempenho quando comparado ao ano de 2008, época de crise e quando o governo adotou desconto sobre o IPI.

Com relação às vendas de motos, em dezembro de 2009 foram emplacadas 157.978 unidades, representando aumento de 19,19% em relação ao mês de novembro, quando foram vendidas 132.538 unidades. Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), em comparação com dezembro de 2009 em relação a dezembro de 2008, a alta foi de 10,18%, correspondendo a 143.376 unidades vendidas.

Gráfico 1: Vendas de veículos no Brasil em 2009

Fonte: (G1. GLOBO, 2010)

A venda de motos aumentou com as medidas adotadas pelo governo, tais como: linha de crédito por meio da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil para o financiamento de motocicletas de até 150 cc (cilindradas) e isenção da cobrança de 3% do Cofins sobre o valor das motos.

CONCLUSÃO

Considerando os fatos, é concluso que o mercado de automóveis no Brasil é importantíssimo para a economia do país. O incentivo governamental em alguns momentos é primordial à economia, visto que essa participação implica diretamente no reflexo das vendas, ou seja, as decisões de melhorias na burocracia de créditos e redução de impostos à condição do público alvo é a contrapartida do governo. Examina-se de forma conclusa que as diretrizes das políticas pertencentes ao setor e suas metodologias de vendas estão em sintonia com as políticas do país, referente à lei e as normas impostas pelo Estado Brasileiro.

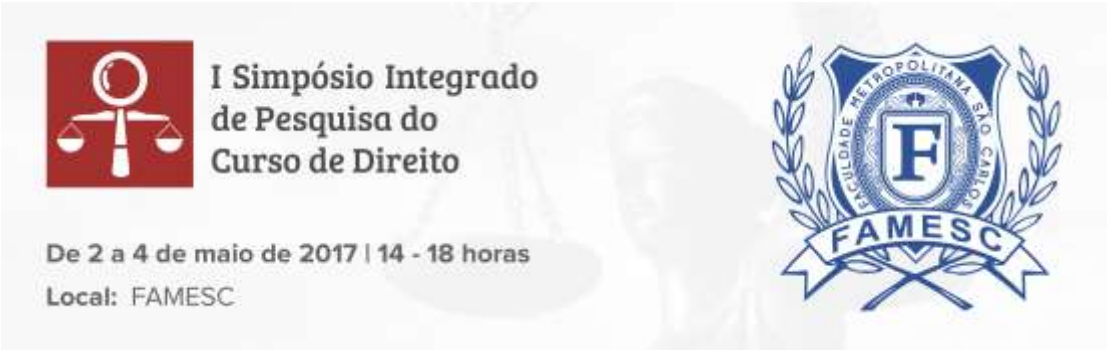
REFERÊNCIAS

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=46>. Acesso em 21 abr. 2017.

CHIARINI, Adriana; FARID, Jacqueline. **PIB do Brasil fecha 2009 com retração de 0,2%, a primeira queda anual em 17 anos.** ESTADÃO, 11 mar. 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,pib-do-brasil-fecha-2009-com-retracao-de-0-2-a-primeira-queda-anual-em-17-anos,8580e>. Acesso em 21 abr. 2017.

POGGETTO, Priscila Dal. **Indústria automobilística encerra 2009 com crescimento de 11,35% das vendas.** G1.Globo, 05 jan. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL1434632-9658,00-INDUSTRIA+AUTOMOBILISTICA+ENCERRA+COM+CRESCIMENTO+DE+DAS+VENDAS.html>. Acesso em 21 abr. 2017.

VOLKSWAGEN. **Volkswagen foi a marca que mais cresceu no Brasil em 2009.** Imprensa Volkswagen, 2010. Disponível em: <http://vwbr.com.br/ImprensaVW/Release.aspx?id=8f4ea59f-8e52-4ec9-8b82-70730b640d25>. Acesso em 21 abr. 2017.



O DESEMPREGO NO PLANO REAL

AGUIAR, Alan Teixeira de[114]
ALVARENGA, Gustavo Lafaete[115]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[116]
BRASIL, Maria Margarete Salvate[117]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar o plano real, um programa brasileiro de estabilização econômica, que promoveu o fim da inflação elevada no Brasil em 1994. O cenário econômico após a implantação do plano real cacterizava pela alta taxa de desemprego. O ambiente do mercado de trabalho brasileiro em 2017 revela um processo contínuo de deterioração do emprego bem similar ao do plano real. O desemprego é um "fantasma" que assola e desespera a realidade dos trabalhadores em todo o mundo e principalmente, no Brasil.

Antes do Plano Real, criado em 1994, o país se encontrava em crise. A moeda brasileira estava fraca, com pouco poder de compra mas, o país como um todo sofreu o que chama-se de efeito dominó por causa de corrupções, más administrações do poder público e sonegações. Esses fatores contribuíram para o desemprego, pois, a falta de recursos incidem diretamente e indiretamente nos investimentos de todas as

[114] Graduando do Curso de Direito do 1° período da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: mcatteixeira281@gmail.com
[115] Graduando do Curso de Direito do 1° período da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: gustavoalvarengagustavo@gmail.com;
[116] Professora Orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com
Bom Jesus do Itabapoana, RJ – abril de 2017.
[117] Professora Coorientadora: Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

classes e setores que geram empregos. Quanto menos investimento, menor a fabricação de produtos, menor as vendas, ou seja, menos emprego afetando a vida de muitos de trabalhadores. As medidas adotadas no primeiro momento do plano real aumentou o desemprego, mas com a estabilidade econômica voltou a crescer.

Na atualidadde, o país passa pelo mesmo problema de desemprego. Os dados de 2017 revelam o maior índice de desemprego desde a criação do plano real. Mas, as projeções apontam que em 2018 os índices começarão a diminuir.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o presente trabalho, o método utilizado para a elaboração foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorrem sobre o tema abordado e, em dados baseados em fonte de pesquisa da OIT e do IBGE.

DESENVOLVIMENTO

No plano real houve a implantação das medidas de política monetária contracionista, dos juros altos, do arrocho fiscal e do aumento da carga tributária. As baixas taxas de investimento e as constantes crises financeiras internacionais fez com que a economia ficasse estagnada tendo como consequência, o crescimento do desemprego. Dessa forma, o desemprego passou a ser o mais grave problema econômico e social do país. A estagnação econômica vivida pelo país no período gerou elevação do desemprego, um mercado informal imenso e uma grave crise

social, além da, elevada vulnerabilidade externa da economia brasileira e a explosão da dívida pública. (OLIVEIRA, 2004, s. p.)

Vale ressaltar que, o plano real foi instituído para estancar a inflação que já se perdurava há mais de trinta anos no país. O plano real foi um marco, pois, acabou com a inflação e promoveu o avanço econômico do país, gerando mais sustentabilidade, mais empregos e assim possibilitando a população viver com mais dignidade.

O plano real buscava que a inflação tivesse trajetória declinante; o crescimento sustentado a longo prazo do PIB, dos investimentos, do emprego e da produtividade; a redução dos desequilíbrios sociais de maneira relevante. A queda da inflação beneficiou principalmente a população pobre, que não tinha como se defender da corrosão do poder de compra do salário ocasionado pelo processo de hiperinflação. No período, a cesta básica subiu menos que a inflação e até menos que a elevação do valor do salário mínimo. (OLIVEIRA, 2004, s. p.)

Na atual conjuntura, o cenário é semelhante ao da implantação do plano real. De acordo com estudos da OIT em 2017 haverá 201,1 milhões de pessoas sem emprego no mundo neste ano, significando que para cada 3 novos desempregados no mundo, um desempregado será brasileiro. Sobre o crescimento econômico, de acordo com o diretor geral da OIT, Guy Ryder:

> O crescimento econômico segue decepcionante e é menor do que o esperado, tanto em nível quanto em grau de inclusão. Isso delineia um quadro preocupante para a economia mundial e sua capacidade de criar empregos suficientes, muito menos empregos de qualidade. A persistência de altos níveis de formas vulneráveis de emprego, associadas a uma evidente falta de avanços na qualidade dos empregos – mesmo em países onde os números

> agregados estão melhorando – é alarmante. Temos de garantir que os ganhos do crescimento sejam compartilhados de forma inclusiva. (G1.GLOBO, 2017, s. p.)

Percebe-se que não só no Brasil, mais também, no mundo inteiro, o crescimento do desemprego é um problema. Ainda, segundo o estudo da OIT, sobre o desemprego:

> estima-se que o Brasil terá 1,2 milhão de desempregados a mais na comparação com 2016, passando de um total de 12,4 milhões para 13,6 milhões, e chegará a 13,8 milhões em 2018. Em termos absolutos, o Brasil terá a terceira maior população de desempregados entre as maiores economias do mundo, superado apenas pela China e Índia. (G1.GLOBO, 2017, s. p.)

Assim, nota-se que vários países também atravessam a crise de desemprego. No Brasil atual, a situação é mais delicada, pois, segundo os dados sobre o desemprego, só perde para países com a população maior que a sua, caso da China e Índia que possuem números de habitantes elevados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No começo do plano real a taxa de desemprego em 1994 era de 5,4%, e saltou em maio de 1998 para 8,2%. No período, as taxas de crescimento do PIB foram muito baixas, o desemprego cresceu, como também, o endividamento externo e a dívida pública. Assim, desemprego passou a ser a maior preocupação da equipe econômica.

Da mesma forma que o desemprego estava alto no começo do plano real, não está muito diferente em 2017. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) projetou a taxa de desemprego e o desemprego total de alguns países para o ano de 2017- 2018., explicitada na figura 1, a seguir:

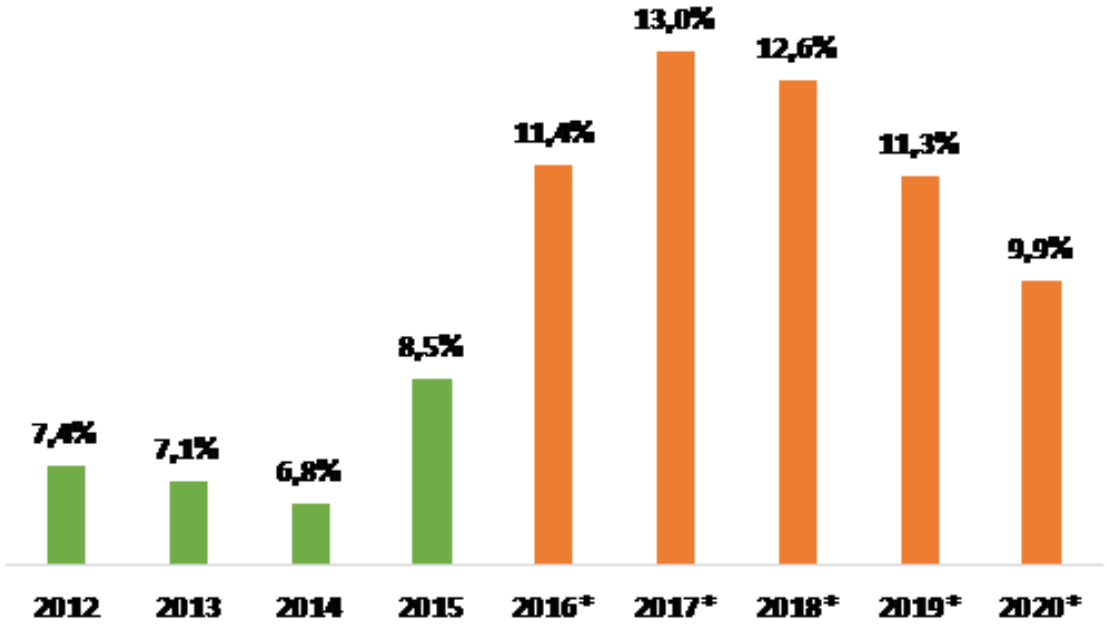
Unemployment developments, 2007–2018	Percentages				Millions		
Country/region	2007–2015	2016	2017	2018	2016	2017	2018
WORLD		**5.7**	**5.8**	**5.8**	**197.7**	**201.1**	**203.8**
Developed economies		6.3	6.2	6.2	38.6	37.9	38.0
Emerging markets		5.6	5.7	5.7	143.4	147.0	149.2
Developing economies		5.6	5.5	5.5	15.7	16.1	16.6
Arab States		**10.7**	**10.6**	**10.5**	**5.8**	**5.9**	**5.9**
Saudi Arabia		5.5	5.5	5.5	0.7	0.7	0.7
Eastern Asia		**4.5**	**4.5**	**4.5**	**41.6**	**41.9**	**42.4**
China		4.6	4.6	4.7	37.3	37.6	37.9
Japan		3.1	3.0	3.0	2.0	1.9	2.0
Korea, Republic of		3.7	3.6	3.7	1.0	1.0	1.0
Eastern Europe		**6.2**	**6.1**	**6.0**	**9.1**	**9.0**	**8.7**
Russian Federation		5.7	5.8	5.7	4.3	4.3	4.2
Central and Western Asia		**8.9**	**9.2**	**9.3**	**6.6**	**6.9**	**7.1**
Turkey		10.3	10.8	11.0	3.1	3.3	3.4
Latin America and the Caribbean		**8.1**	**8.4**	**8.5**	**25.1**	**26.6**	**27.1**
Brazil		11.5	12.4	12.4	12.4	13.6	13.8
Mexico		4.0	4.0	4.2	2.3	2.4	2.5

Figura 01: Tabela de projeções da OIT para o desemprego em 2017 e 2018 no mundo. Fonte: (G1.GLOBO, 2017)

Os dados revelam que a projeção das taxas de desemprego no Brasil em 2017-2018 tende a se manter. Comparando com o México no mesmo período, observa-se que, as taxas são bem menores a que do Brasil.

De acordo com Castelli (2017), o ano de 2016 fechou com uma taxa média de desemprego de 11,4%, significando um aumento de 2,9 ponto percentual a mais da taxa média registrada no ano de 2015, que foi de 8,5%. Para 2017, a taxa média de desemprego deve alcançar 13%. Para o autor, a taxa de desemprego deve voltar a cair em 2018, a projeção é que apenas em 2020 a taxa média de desemprego caia abaixo de 10%. A previsão da taxa média de desemprego para 2018 a 2020 é representada a seguir:

Gráfico 01: Taxa média de desemprego (%)



Fonte: (CASTELLI, 2017)

Os dados revelam que a tendência da queda do desemprego deverá ser a partir de 2018 com queda de aproximadamente 0,4% em relação ao ano de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quatro anos de implantação do plano real o governo conseguiu diminuir a inflação sem recessão, aumentar do poder aquisitivo da população de baixa renda, reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida da população. Além de, diminuir a taxa de desemprego do país.

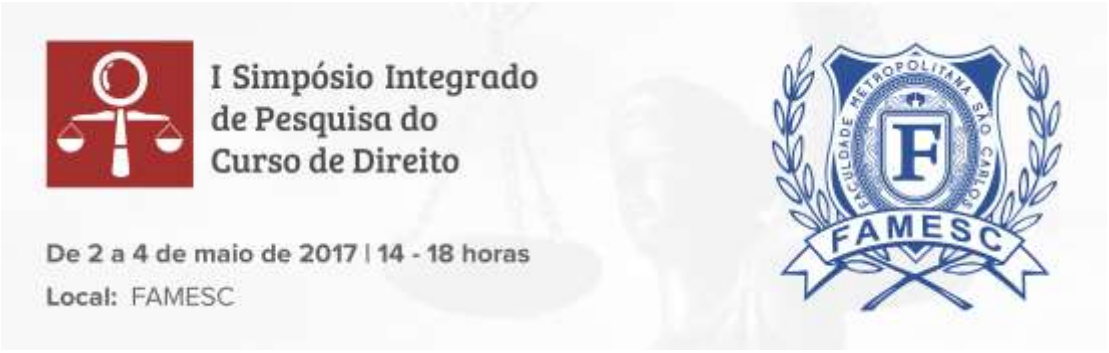
REFERÊNCIAS

CASTELLI, Luiz. **Desemprego volta ao mesmo nível de 2014 apenas em 2020.** Terraço Econômico, 2017. Disponível em: <http://terracoeconomico.com.br/desemprego-volta-ao-mesmo-nivel-de-2014-apenas-em-2020>. Acesso em: Acesso em: 19 abr. 2017.

MENDONÇA, Heloísa. **Desemprego no Brasil atinge recorde e deve continuar subindo**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/29/economia/1469802574_842001.html>. Acesso em: 20 abr. 2017.

OIT. **OIT prevê que número de desempregados no Brasil chegará a 13,6 milhões em 2017.** G1 Globo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/oit-preve-que-n-de-desempregados-no-brasil-chegara-a-136-milhoes-em-2017.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Alberto Gomes de. **Dez Anos de Plano Real.** IMB, 2004. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj1/03.htm>. Acesso em: 19 abr. 2017.



O IMPACTO DA CRISE DA PETROBRAS NO ANO DE 2015

JESUS, Edno Otacilio Silva V. de[118]
TEIXEIRA, Hugo Mota[119]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[120]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a crise da Petrobras que, além de afetar a economia do nosso país, gerou um impacto no caixa da empresa. A partir de 2015, as denúncias da Operação Lava-Jato e o preço baixo do petróleo no mercado internacional também contribuíram para crise. As demissões, os adiamentos e os atrasos nos projetos de investimentos, são situações que vem atingindo a economia do país há algum tempo, em particularmente, a do Rio de Janeiro.

Atualmente, para o mercado, a situação da estatal traz apreensão para outras empresas que fazem parte da cadeia produtiva. No ano de 2015, quando a estatal fez a revisão dos planos de negócios, a perspectiva piorou. Segundo os especialistas, o corte de investimentos feito pela empresa teve efeito de uma locomotiva freada sobre os trilhos, a qual afetou todos os vagões da economia do petróleo. A deteriorização da empresa contribuiu para a redução do Produto

[118] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: ednootaciliosvj@hotmail.com
[119] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: hugo090190@gmail.com
[3] Professora orientadora: Mestrado em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

Interno Bruto (PIB), conjunto de bens e serviços produzidos no país, com taxa de desemprego de 0,69% no final de 2014. Daí em diante, com a piora do ambiente econômico, a crise levou o Brasil à recessão.

METODOLOGIA

O presente trabalho obteve informações em sites como, o Globo, Carta Capital, levantando as questões das quais foram importantes para a conclusão do tema, o impacto da crise da Petrobras na economia em 2015.

DESENVOLVIMENTO

Desde o ano de 2014 a Petrobras já enfrentava grandes problemas legais, como corrupção, dificuldade em captar os recursos do exterior, a perda do valor e em consequência a falta de credibilidade no mercado. (BATISTA; CAVALCANTI; ORDEÑEZ; ROSA, 2014, s.p.).

Os problemas do setor do petróleo afetaram o Produto Interno Bruto (PIB) com incidência direta em toda a cadeia produtiva da área. A conjuntura internacional também não favoreceu à empresa, visto que, houve renegociações de contratos e o preço do petróleo estava em baixa. Para o mercado, o impacto foi ruim, pois a empresa é praticamente a única cliente do setor.

No ano de 2015 os investimentos feitos pela empresa foi ligeiramente inferior ao de 2014. A Petrobras se preocupou em definir como iriam fazer com os contratos atuais e futuros. Mas, diversas empreiteiras e estaleiros estiveram com

seus executivos envolvidos nas investigações da Lava-Jato com dilatação em vários contratos suspeitos . Envolvida pela investigação e sem uma solução para o impasse, a empresa não pode fazer suas licitações e nem convocar as mesmas empresas. (BARROCAL, 2016, s. p.)

As incertezas ocasionadas pela operação Lava-Jato tiveram como efeito a desconfiança no mercado pelos investidores. Como causa direta financeira esteve o abuso de poder pelo Governo Federal enquanto, maior acionista e controlador da companhia. Caso contrário, ainda que não existisse a investigação a Petrobras estaria com dificuldades.

> Enquanto controlador o governo federal tem, sim, a prerrogativa de dar diretrizes estratégicas à Petrobras. Mas a decisão executiva tem que ocorrer dentro dos limites das reais possibilidades da companhia em seu ambiente de negócios, manifestas em custos de insumos, preços de venda, capacidade dos fornecedores, e na capacidade técnica e gerencial da própria companhia. Fora desses limites haverá sempre destruição de um patrimônio coletivo que é, na Petrobras, majoritariamente patrimônio público. (GHIRARDI, 2015, s. p.)

As empresas parceiras da estatal foram acusadas de ter pago propinas a funcionários da Petrobras para obter contratos. Com as investigações, muitas diminuíram ou até mesmo encerram suas atividades provocando demissões e, em processo de reestruturação interna para ajustar ao novo ambiente econômico.

De acordo com Ghirard (2015), a taxa nacional de desemprego evoluiu de 6,2% ao final de 2013 para 6,9% ao final de 2014 e, para 8,1% no segundo trimestre de 2015, representando aumento do número de trabalhadores sem emprego no país.

O impacto da crise da Petrobras foi ainda maior no Rio de Janeiro. O setor de petróleo responde por quase 30% da economia fluminense e 60% dos investimentos no total. Com revisão em seus orçamentos, e estatal provocou demissões, principalmente na cadeia de petróleo, provocando efeito cascata na economia da região. (PITA; NUNES; MAGNABOSCO, 2016, s. p.)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os investimentos da Petrobras diretos e indiretos, representaram 3,2% do PIB em 2015, quando considerado os fornecedores e as empresas da cadeia de petróleo. No ano anterior, as previsões sobre os valores de investimentos já não tinham expectativas positivas, assim afirmadas:

> A redução no aporte previsto pela estatal para 2015 pode chegar, de acordo com estimativas de especialistas, a R$ 40 bilhões, ou o equivalente ao orçamento de um ano e meio do Bolsa Família, calcula Rodrigo Zeidan, economista e professor da Fundação Dom Cabral. Dessa forma, o aporte total da companhia cairia para algo em torno de R$ 70 bilhões. (BATISTA *et all*, 2014, s. p.)

A proposta, em 2015, de investimento na produção de petróleo, teve como prioridade o gasto com obras e, em projetos em que pudesse sustentar crescimento da empresa. Novos dispêndios tiveram como foco novas alternativas de exploração, principalmente do pré-sal, Dos R$ 51 bilhões destinados em novas construções, 69% foram para o pré-sal. Mas, com o aumento da crise não houve efetivo investimento. (PITA; NUNES; MAGNABOSCO, 2016, s. p.)

A conjuntura econômica internacional não ajudou na resolução de parte dos problemas da estatal. A queda do preço do petróleo no mercado internacional com a cotação do barril com recuo de mais de 70% teve impacto no valor das ações da estatal. O gráfico 1 a seguir revela a variação das ações no período de 2003 a 2016.

Gráfico 1: Variação das ações da Petrobras

Fonte: (ESTADÃO, 2016)

O gráfico revelou que, em 2008, os valores das ações da Petrobras alcançaram o ápice. A partir daí, cada vez mais os valores declinaram. Em 2008 as ações estavam valendo R$ 51,33 e, em 2016 variou entre R$ 4,45 a R$ 6,31. Portanto, uma desvalorização muito grande com reflexos negativos para a empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto da crise da Petrobras foi que a previsão de investimento aumentaria em 2,4% no Brasil no ano de 2015 mas, foi reduzido para 1,1%. Não foi descartado que os investimentos iriam diminuir até 2017, pois, a Petrobras sozinha representaria 10% dos investimentos, em via de regra.

Em 2015 foi esperado que houvesse um crescimento de zero e a inflação de 7%, mesmo com a possibilidade de recessão devido os problemas da empresa e em outras empresas afetadas pela Lava-Jato. No ano de 2015 houve forte restrição orçamentária pela necessidade de um ajuste fiscal, um cenário de economia estagnada.

A crise da Petrobras afetou a economia do país por ser uma das dez maiores empresas do mundo. O preço do petróleo caiu quase pela metade, com cotação de 20 dólares piorando ainda mais o desempenho da estatal. Com menos investimentos a Petrobras deixou de ter gerado em 2015, no mínimo, 4 milhões de empregos, segundo dados do Grupo de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (BARROCAL, 2016, s. p.)

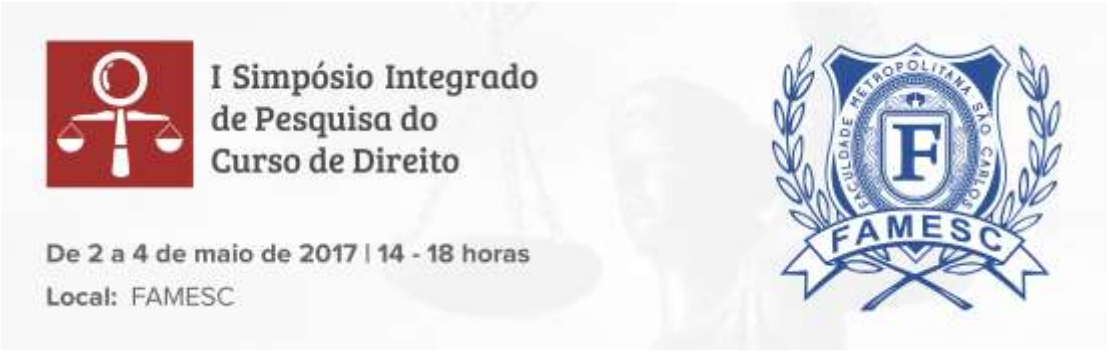
REFERÊNCIAS

BATISTA, Henrique Gomes *et all*. **Crise da Petrobras freia a economia do país.** O Globo, 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/crise-da-petrobras-freia-economia-do-pais-14889297#ixzz4eblTREwr>. Acesso em: 18 abr. 2017

BARROCAL, André. **A Petrobras abala toda a economia.** Carta Capital, 2016**.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/885/o-brasil-sem-guarda-chuvas>**.** Acesso em: 18 abr. 2017

GHIRARD, André Garcez. **Petrobras: as causas da crise, além da Lava Jato.** Carta Capital, 11/08/2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/petrobras-as-causas-da-crise-alem-da-lava-jato-305.html>. Acesso em: 18 abr. 2017

PITA, Antonio; NUNES, Fernanda; MAGNABOSCO, André**. Petróleo em queda agrava crise da Petrobrás.** Estadão, 14 Fevereiro 2016. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,petroleo-em-queda-agrava-crise-da-petrobras,10000016358>. Acesso em: 18 abr. 2017



A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA E SUAS EXPORTAÇÕES

MARQUES FILHO, Edmar Abdallah[121]
SILVA, Wender Gonçalves da[122]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[123]

INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos, as indústrias bélicas brasileiras conseguiram ocupar um lugar de destaque ficando com a 4ª posição no ranking mundial de exportações de armamentos de fogo leves ou de pequeno porte. Atrás apenas, de grandes potências como EUA, Itália e Alemanha, e ficando na frente de países reconhecidos por potências militares como, Rússia e China.

Porém, apesar da divulgação de alguns dados referentes a exportações brasileiras nesse ramo, o Brasil é um dos países menos transparentes do mundo com relação a divulgação do destino dessas exportações e para quem são vendidas. O maior comprador de armas fabricadas no Brasil é o Estados Unidos, seguido pela Arábia Saudita. Os EUA tem a maior indústria bélica do planeta e também é o maior exportador de armas do planeta.

[121] Graduando do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: abdalla_vp@hotmail.com
[122] Graduando do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: wenderbjn@gmaill.com
[3] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial, Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo abordar o setor de indústrias bélicas do Brasil e a exportação dos produtos, como também, citar algumas das principais indústrias produtoras de armamentos.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada neste trabalho consiste, em pesquisa realizada em diversas notícias de jornais, sites específicos de empresas, do portal de transparência do Governo Federal e, consultas em artigos relacionados ao tema das indústrias bélicas no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Um dos ramos da indústria brasileira que a crise financeira vivida pelo Brasil nos últimos anos não afetou foi o das indústrias bélicas. De acordo com Gimemes e Tondo (2014), apesar do Estatuto do Desarmamento restringir a venda de arma de fogo e munições para a sociedade brasileira, a maior parte da produção é exportada para diversos países do planeta. Países, que são referência no mundo como potência militar, como por exemplo, o EUA e também, países envolvidos em conflitos armados e guerras internas. Muito é questionado a respeito do destino dessas exportações brasileiras. Isso porque com a falta de transparência e de dados mais completos e detalhados referentes a essas transações, as indústrias nacionais podem estar armando países violadores dos Direitos Humanos, segundo Ciscatti (2016). Apesar de ser um tipo de comércio exterior que movimenta centenas de milhões de

dólares todos os anos, é muito pouco conhecido pela sociedade brasileira. As indústrias nacionais envolvidas no setor de fabricação de armamento e material bélico são reconhecidas internacionalmente e são referência por seus produtos exportados.

Quase toda a produção desse setor é exportada para diversos países do mundo, pouco fica no Brasil. Algumas das empresas nacionais desse setor são a Embraer que produz aviões civis e militares, a Helibras que além dos modelos civis faz helicópteros de uso militar, a Iveco que é conhecida por seus caminhões que rodam nas rodovias do nosso país, que também produz veículos blindados de transporte e combate para o exército e, a Amadeo Rossi que faz armas de fogo voltadas para tiro e caça esportivo. Para Guerra (2014), essas são algumas das grandes empresas brasileiras desse desconhecido setor, contudo, não são as mais famosas no campo do comércio internacional. Para entender melhor o assunto segue lista de algumas das principais indústrias bélicas do Brasil.

Inicia-se pela empresa gaúcha Forjas Taurus com sua sede localizada no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. É uma empresa tradicional no mercado brasileiro e também muito popular em outros países, como por exemplo, o EUA. Ela é uma das maiores fabricantes de armas leve do mundo, e a maior da América Latina. Seus principais produtos são pistolas, revólveres, sub metralhadoras. De acordo com os dados da própria empresa Taurus (2017), exporta suas mercadorias para aproximadamente 80 países. No ano de 2014, a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) ingressou no capital social da Taurus passando a figurar como acionista controlador.

A CBC é outra grande empresa brasileira com 90 anos de existência. Praticamente, detém o monopólio da fabricação de munições no Brasil e também é uma das principais fabricantes de munições do planeta. A empresa é fabricante de munições de diversos calibres, sendo de uso civil, policial ou militar. A CBC (2017), com dados disponíveis em seu site, também fabrica armas de pressão de calibres 4.5mm e 5.5mm, produzindo também armas para caça esportiva e coletes balísticos. Além, da estruturas físicas que possui no Brasil adquiriu duas empresas no continente europeu em 2007, a empresa Alemã *MEN* (*Metallwerk Elisenhutte Nassau*) e no ano de 2009 adquiriu a *Sellier & Bellot*, empresa localizada na República Tcheca e referência mundial na fabricação de munição. A munição de calibre 7.62 da CBC é exportada para os EUA sendo que lá é utilizada pelas tropas militares americanas.

Outra grande empresa exportadora do setor bélico brasileiro, a AVIBRAS, produz blindados militares, artilharia antiaéreas, explosivos, aeronaves não tripuladas, foguetes e mísseis. A empresa foi fundada no ano de 1961 por um grupo de engenheiros formados no ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), com sede localizada na cidade de São José dos Campos (SP). É uma empresa privada de engenharia que exporta a maior parte do que produz.

A Arábia Saudita tem sido um dos países que mais importou material bélico brasileiro. Segundo o Guia de Comércio Exterior Brasil (2016), entre o ano de 2010 ao ano de 2015, aumentou muito as vendas de armamentos para a Arábia Saudita chegando a U$$ 110 milhões no ano de 2015. Os sauditas com isso, tornaram-se o 2º maior comprador de armas brasileiras perdendo apenas para os EUA. Entre os meses de janeiro a outubro de 2015 a Arábia Saudita comprou U$$ 109,6 milhões de armamentos e material bélico brasileiro correspondendo a 4,5% do total das

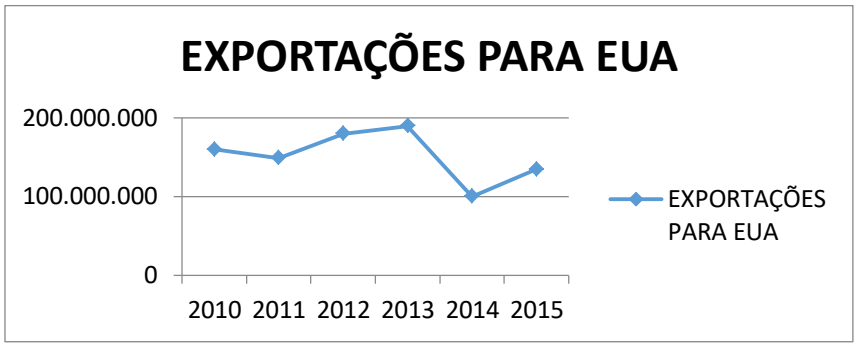
exportações do Brasil para os sauditas. No ano de 2016, no período de janeiro a novembro, o Brasil exportou aproximadamente U$$ 65 milhões de material bélico correspondendo a 2,8% do total das exportações brasileiras para a Arábia Saudita no período. Uma das maiores empresas brasileiras do setor bélico, a AVIBRAS, exportou entre o ano de 2010 ao ano de 2015 mais de U$$ 115 milhões para os sauditas.

Gráfico 1: Exportações da AVIBRAS em Milhões de U$$ para a Arábia Saudita.

Fonte: (GUIA DO COMÉRCIO EXTERIOR, 2016)

O maior importador da indústria bélica brasileira são o Estados Unidos. Os principais armamentos importados pelos americanos são armas de fogo leve como, pistolas e revólveres. As armas são comprados em sua grande maioria por cidadãos comuns, ou seja, são armas brasileiras nas mãos da população americana. O gráfico 2 a seguir, conforme Ciscatti (2016), mostra a evolução das exportações de armas brasileiras em valores aproximados para o Estados Unidos no período de 2010 a 2015.

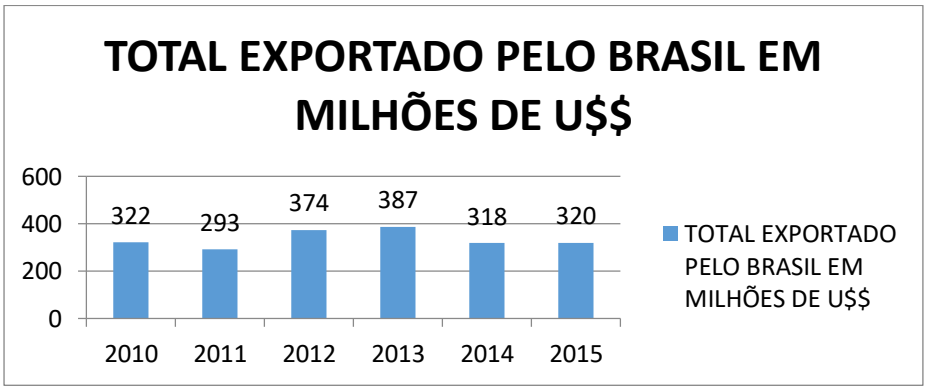
Gráfico 2: Gráfico das Exportações do Brasil para os EUA em Milhões de U$$.



Fonte: (SMALL ARMS SURVEY, 2016)

Os valores das exportações total nos cinco anos, de 2010 a 2015 representados no gráfico 3, também demonstram que a indústria bélica é um dos principais ramos de comércio exterior brasileiro.

Gráfico 3: Total Exportado em Milhões de U$$ da Indústria Bélica do Brasil.



Fonte: CISCATTI, 2016)

Ainda de acordo com Ciscatti (2016), no período de 2001 a 2012, o valor acumulado das exportações brasileiras no setor bélico somou aproximadamente 2,8

bilhões de dólares, fazendo com que o Brasil ficasse em 4º lugar no ranking mundial de exportadores desse setor, superando países reconhecidos mundialmente por potências militares como Rússia e China, conforme mostra o gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4: Valor total Exportado no período do ano 2001 a 2012.

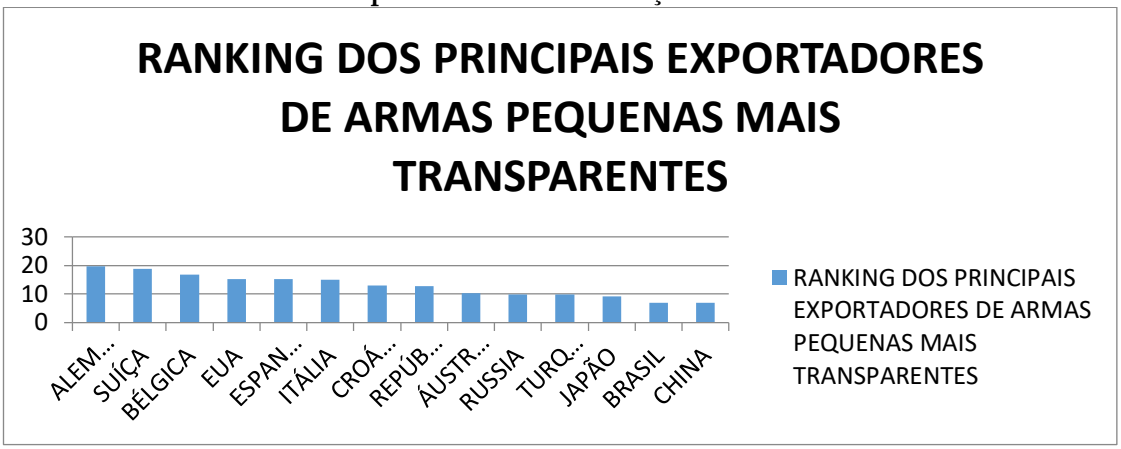
Fonte: (CISCATTI, 2016)

DISCUSSÃO

Um dos problemas das exportações brasileiras das indústrias bélicas estão relacionados ao não fornecimento das informações detalhadas dos compradores dessas mercadorias e o destino delas. Segundo a ONG, *Small Arms Survey* (2016), o Brasil é um dos países menos transparente do mundo na divulgação de detalhes dessas exportações. Para tanto, foi criada uma escala de pontuação pela ONG para qualificar os países mais e menos transparentes no comércio exterior de armas, onde a nota máxima é 25. Nessa avaliação entram apenas as armas de pequeno porte, suas partes e acessórios e, munições exportadas no período de 1 ano. A partir de 2001 o valor ultrapassou 10 milhões de dólares. A seguir, no gráfico 5, a representação do

ranking dos principais exportadores de armas pequenas pela qualificação de transparência de suas transações.

Gráfico 5: Ranking dos principais Exportadores de Armas Pequenas pela qualificação de transparência de suas transações.



Fonte: (SMALL ARMS SURVEY, 2016)

Pode-se observar, conforme o gráfico 5, que o Brasil está entre os piores colocados do ranking. Isso faz com que sejam levantados diversos questionamentos sobre esse tipo de comércio.

Outro fator relevante citado por Ciscatti (2016) é que existe a suspeita de que as indústrias brasileiras tem exportado bombas clusters. De acordo com a Anistia Internacional (2015), o efeito devastador desse tipo de bomba serviu para que fosse feita a convenção sobre munições cluster e com isso, mais de 100 países assinaram um acordo banindo esse tipo de bomba de seus arsenais. Para Muggah (2015), a convenção passou a vigorar a partir de 1º de Agosto de 2010, contudo, o Brasil foi um dos países que não aderiu ao acordo que proíbe armas de fragmentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível que esse seguimento do setor industrial brasileiro é de grande importância para o país, ainda mais, se levarmos em consideração que vivemos tempos de crise econômica financeira. As indústrias empregam milhares de trabalhadores pelo Brasil, geram renda, elevam o nome do país em uma questão essencial para a soberania relacionada ao poder e a tecnologia bélica. Portanto, deve-se levar em conta a grandeza do setor bélico e o mercado que já possuem em vários países.

Contudo, as autoridades devem fiscalizar e criar mecanismos que obriguem as indústrias a serem mais transparentes com detalhes mais aprofundados de suas vendas no comércio exterior. Não trata-se só de uma questão ética envolvendo países violadores dos Direitos Humanos usando armas *Made in Brazil*, mas sim, para que se evite que armas brasileiras sustentem guerras e sejam responsáveis por mortes de civis inocentes.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Iêmen:** suspeita de uso de munições cluster brasileiras em ataque de coalisão liderada pela Arábia Saudita. Anistia Internacional, 2015. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/iemen-suspeita-de-uso-de-municoes-cluster-brasileiras-em-ataque-de-coalisao-liderada-pela-arabia-saudita/>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BRASIL. **Avibras Indústria Aeroespacial S/A.** AVIBRAS, 2017. Disponível em:

<https://www.avibras.com.br/site/institucional/quem-somos.html>. Acesso em: 28 mar. 2017.

_____. **Guia de Comércio Exterior e Investimento**. Ministério das Relações Exteriores, 2016. Disponível em: <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDArabiaSaudita.pdf>. Acesso em 28 mar. 2017.

CBC. **Construindo o futuro**. Companhia Brasileira de Cartuchos, 2017. Disponível em: <http://www.cbc.com.br/cbc90anos/> . Acesso em: 28 mar. 2017.

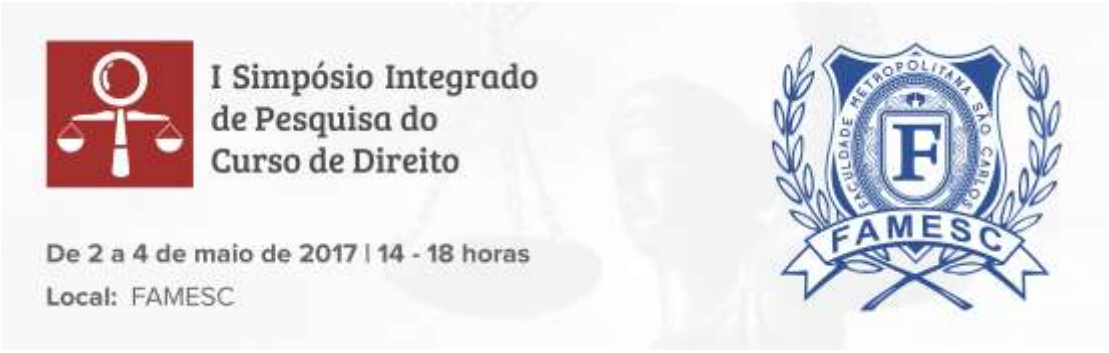
CISCATTI, Rafael. **Em dois anos, Brasil aumenta em 7 vezes venda de armas leves para Arábia Saudita.** Revista Época, 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/01/em-dois-anos-brasil-aumenta-em-7-vezes-venda-de-armas-leves-para-arabia-saudita.html>. Acesso em: 28 mar. 2017.

GIMENES, Aurélio; TONDO, Estephanie. **Com forte participação do governo, indústria bélica nacional se reinventa.** Jornal o Dia, 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2014-04-05/com-forte-participacao-do-governo-industria-belica-nacional-se-reinventa.html>. Acesso em: 11 abr. 2017.

GUERRA, Natália. **Fabricantes de armas triplicaram as receitas no Brasil em apenas cinco anos.** R7 Notícias 2012. Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/fabricantes-de-armas-triplicaram-receita-no-brasil-em-apenas-cinco-anos-20120923.html>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SMALL ARMS SURVEY. **The Small Arms Trade Transparency Barometer:** Interactive Map**.** Barômetro da Transparência, 2016. Dsponível em : <http://www.smallarmssurvey.org/transparency-barometer.html>. Acesso em: 28 mar. 2017.

TAURUS. **Taurus Armas**. Taurus, 2017. Disponível em: <http://www.taurusarmas.com.br/pt/ institucional>. Acesso em: 28 mar. 2017.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A INFLAÇÃO NO PLANO REAL

GOMES, Bruna Almeida[124]
GUEDES, Douglas Souza[125]
MAGALHÂES, Letícia de Moura[126]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[127]

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos o Brasil viveu um período de hiperinflação. Entre julho de 1974 e o início das medidas do Plano Real em 1984, o índice geral de preços sofreu um aumento de 101.240.982.237.321% , de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Durante a década, a inflação anual média foi de 278%, segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS). Uma das causas desse problema foi o excesso de demanda associada à produção de bens e serviços, dentre outros inúmeros fatos que levaram a um aumento da inflação.

A hiperinflação trouxe graves consequências para economia e para o dia a dia da população, como por exemplo, a alta no preço dos produtos básicos, como alimentação, vestuário e móveis e, consequentemente, uma diminuição do poder de

[124] Graduanda do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: brunaagomess1@hotmail.com;
[125] Graduando do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail:dsouzaguedes@gmail.com;
[126] Graduanda do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: leticiamagalhaesbji@hotmail.com;
[127] Professora Orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com

compra. A falta de produtos nos supermercados, filas e racionamentos eram comuns na época. A inflação pode ser causada por diversos fatores, dentre eles o excesso de demanda agregada em relação à produção de bens e serviços.

Após o ano de 1994, com a implementação das fases do Plano Real, o Brasil teve finalmente uma redução no índice inflacionário e por conseguinte, obteve a estabilização de preços. O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas das causas do aumento da inflação e suas consequências, além dos objetivos e efeitos do Plano Real.

MATERIAL E MÉTODOS

A busca por artigos e textos na internet foi essencial para elaboração desse resumo expandido como também, a utilização dos livros de Economia que forneceu subsídios para abordagem das políticas públicas de combate a inflação no Plano Real.

DESENVOLVIMENTO

A moeda é uma das principais causas da inflação, não a moeda propriamente, mas o aumento na quantidade de moeda na economia acima do aumento da produção. Há vários fatores que limitam a produção, tais como, a disponibilidade de recursos naturais e humanos, limites do orçamento e outros. A produção depende dos fatores terra, capital e trabalho.

Geralmente o crescimento da economia de um país é a 0 a 10% ao ano. Quando a moeda não possui limites de crescimento gera a hiperinflação, que

corresponde a taxas de inflação elevadas. Segundo Fontes, Amorim e Santos (2010) a emissão de papel moeda e a hiperinflação eram decorrentes de revoluções e guerras. Posteriormente, em países como Brasil, Bolívia, Argentina e Israel essa associação deixou de existir. Hoje em dia há um crescimento monetário descomunal por conta dos elevados gastos do governo, não compensado por um aumento proporcional nos impostos.

Quando há uma elevação dos impostos ou um endividamento do setor público junto ao setor privado, não há aumento inflação. Porém, como o aumento na tributação é insociável, o governo financia seus gastos através da emissão de moeda. Os empréstimos contraídos pelo governo também não é a melhor saída, pois aumentam a dívida pública.

Uma das principais consequências da inflação é a diminuição do poder aquisitivo da população, pois os salários são corroídos pela inflação. Outro ponto importante é que com o aumento na inflação há também, um aumento na desigualdade. No Brasil, de acordo com Fontes, Amorim e Santos (2010), a distribuição de renda piorou muito nas décadas de 80 e 90.

Para Giambiagi e Moreira (2010) as decisões tomadas pelos governos anteriores a década de 80, principalmente com relação ao processo de industrialização, foi responsável pelo estagnamento econômico e a hiperinflação posterior, asseverada a seguir:

> A década de 80 foi marcada pela estagnação do nível de atividade, por profundos desequilíbrios macroeconômicos e, em especial, pela hiperinflação virtual. No período 1980-1993, a taxa de crescimento média da economia brasileira foi muito baixa, de apenas 2,1% a.a., fazendo com que o país registrasse uma estagnação do PIB per capita entre 1980 e 1993. O

> crescimento do produto foi também muito irregular, alternando anos de grande expansão com outros de significativo declínio. A indústria, principal locomotiva do crescimento econômico desde o governo JK, foi particularmente atingida e sua participação no PIB diminuiu de 33,7% em 1980 para 29,1% em 1993. (PINHEIRO, 1996 *apud* GIAMBIAGI; MOREIRA, 2010, p. 14).

Com as crises inflacionárias há uma corrosão muito grande no salário da população dos pobres fazendo com que fiquem mais pobres, como também, uma redução na balança comercial e no aumento do desemprego. Ainda, de acordo com Fontes, Amorim e Santos (2010):

> A inflação costuma também gerar mudanças políticas drásticas. Pode-se citar como exemplo o surgimento do nazismo na Alemanha, do comunismo na Rússia e dos governos totalitários militares no Brasil, no Chile e na Argentina. (FONTES; AMORIM; SANTOS; 2010, p. 136)

A política de combate à inflação, denominada de Plano Real, teve início e aplicabilidade no governo de Itamar Franco. Seu marco foi no dia 30 de junho de 1994 e tinha como primordial propósito à diminuição e o equilíbrio da inflação. Pode-se dizer que o Plano Real foi um programa de estabilização da economia brasileira, estabelecendo o real como moeda oficial do país no esforço para controlar a hiperinflação e equilibrar a economia brasileira.

Oficialmente, conforme Dantas e Cerqueira (2014), este plano só iniciaria no país em julho de 1993, após uma série de políticas que visavam o combate à inflação mas falharam, que foram os Planos Cruzado, Verão, Bresser, Collor. Os responsáveis pelo Plano Real eram membros de um grupo de notáveis economistas, chefiado então pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. O programa foi estruturado

em três fases: o Programa de Ação Imediata (PAI), a criação da Unidade Real de Valor (URV) e a implementação do real como nova unidade monetária nacional.

A princípio o propósito era preparar o país para a entrada de uma nova moeda. Para tanto, foi necessário uma prévia de medidas econômicas com ações que faziam parte do PAI. Ou seja, cortes de gastos públicos foram feitos, como também, combater a evasão fiscal, promover ajustes nos bancos estaduais, efetuar as privatizações e outras medidas. Já, na segunda fase desse plano, com a criação da URV, deu-se início a eliminação do índice econômico. Este período estabeleceu uma série de ajustes e reajustes de valores monetários anualizados, impedindo a frequente remarcação de preços em intervalos de tempo muito pequenos. A mesma funcionou como moeda de transição entre o cruzeiro real e o real. Portanto, não foi realmente usada na prática, mas sim de maneira virtual com o intuito de estabilização dos preços e assim, reduzir a inflação.

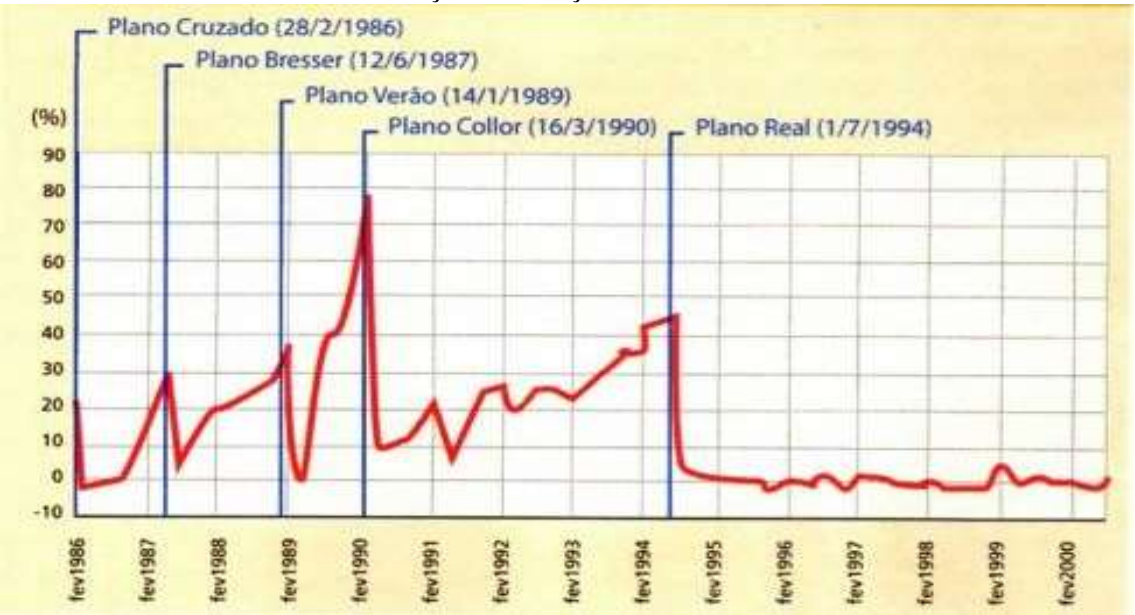
Finalmente, no dia 30 de junho de 1994 foi lançada oficialmente a décima moeda brasileira, o real e, continua sendo a moeda utilizada até os dias atuais. A partir da ocasião, a inflação teve queda acentuada.

DISCUSSÃO

Durante as décadas de 80 e 90 o Brasil sofreu com as altas taxas inflacionárias, a hiperinflação, devido ao endividamento externo, ao descontrole de gastos e a desaceleração da economia.

A partir de 1994 ocorreu acentuada queda na inflação. O gráfico1, a seguir, representa a evolução da inflação no período 1986 a 2000.

Gráfico 1: Evolução da inflação brasileira - 1986 a 2000.



Fonte: (BNDS, 2010)

A falta de controle da inflação ocasionou problemas diários na população brasileira e na economia como um todo. Além, da alta dos preços em todos produtos, os salários não eram reajustados conforme índice inflacionário causando perda do poder de compra. O grande desafio de políticas públicas do governo era adotar medidas de controle de preços, acabar com o racionamento e retomar o crescimento econômico do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma série de planos econômicos que fracassaram, Fernando Henrique Cardoso e sua equipe econômica colocaram em prática o Plano Real, tão bem sucedido que derrubou a inflação de 46,58% ao mês, em maio de 1994, para 1,51% em

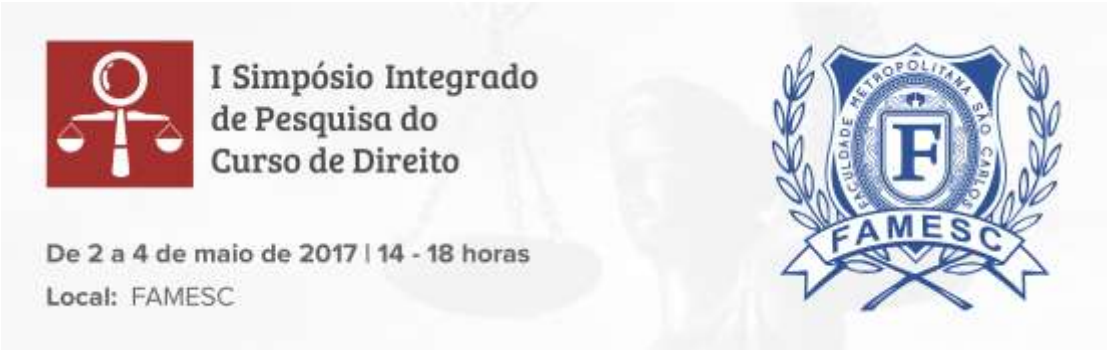
setembro de 1994. O Plano Real foi responsável pela recuperação econômica do Brasil, por uma acentuada queda na pobreza e pelo aumento do crescimento econômico nos anos seguintes.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Alexis; CERQUEIRA, Luis Fernando. **Plano Real: Auge e Declínio de uma Política Econômica – Uma Revisão**. UFF: Texto para Discussão, 300. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD300.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

FONTES, Rosa; RIBEIRO, Hilton; AMORIM, Airton; SANTOS, Gilnei. **Economia:** Um Enfoque Básico e Simplificado**.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIAMBIAGI, Fábio.; MOREIRA, Mauricio Mesquita (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999_A%20economia%20brasileira%20nos%20anos%2090_P.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.



A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

GUIMARAES, Diego de Lucas[128]
GOMES, Samuel Oliveira[129]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[130]

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é abordar a revolução industrial que foi marcada por diversas mudanças, principalmente na economia, ocorridas na Europa nos séculos XVII e XIX. Fato marcante da revolução foi a substituição do trabalho artesão pelo trabalho assalariado com a utilização das máquinas.

Os impulsos da época produziram novos arranjos e novas formas de se inovar utilizando meios com maior tecnologia entre os quais refletiram a gama de diversidade apresentada na sociedade. Nessa linha, a revolução industrial passou a representar uma das transformações centrais no desenvolvimento humano proporcionado pelos avanços tecnológicos aos processos de produção e nas novas formas de relação no trabalho.

As mudanças ocasionadas pela revolução industrial marcou a vida nas cidades. As pessoas que viviam no campo foram trabalhar nas cidades tendo como consequências, as condições precárias de moradias, a falta de saneamento e com isso,

[128] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: diego.guire@gmail.com
[129] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: samuel_gomesoliveira@hotmail.com
[130] Professora orientadora. Mestrado em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

a falta de higiene, sem contar com, o desemprego e a miséria. Por um outro lado, a revolução industrial estimulou os pesquisadores, engenheiros e inventores a aperfeiçoar a indústria com surgimento novas tecnologias, como, as locomotivas e barcos a vapor, o telégrafo e a fotografia.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no presente consiste em uma análise sobre a revolução industrial em si, colocando em tese as várias etapas que consistiram esse evento.

DESENVOLVIMENTO

As máquinas foram desenvolvidas com o objetivo de diminuir o tempo do trabalho do homem. Na revolução industrial o processo manual foi substituído pelo fabril gerando maior produção de mercadorias e de lucros. Para Gomes (2017), a burguesia inglesa era quem tinha dinheiro e durante muitos anos ampliou seus negócios traficando escravos, emprestando dinheiro a juros, pagando baixos salários aos artesãos que trabalhavam nas manufaturas e, impondo tratados a países mais fracos. O processo de mudança caracterizado na revolução industrial, no qual os meios de produzir saíram das mãos dos artesãos e os trabalhos sob medida e encomenda passaram a ser feitos em série e padronizados pelas indústrias. A seguir, a figura 1, representa a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado com o uso das máquinas.

Figura 1- Utilização das máquinas nas indústrias. Fonte: (SÓHISTÓRIA, 2017)

Apesar da produção manual ter sido predominante, países como França e Inglaterra tinham grandes oficinas onde diversos artesãos realizavam tarefas manualmente, porém, subordinados ao proprietário das mesmas que eram denominadas de manufaturas.

A pioneira da revolução industrial foi a Inglaterra pois, desde o século XVII vinha acumulando capital. Outros fatores contribuíram como, o fato do país possuir a maior área de livre comércio da Europa, o êxodo rural e o mar, que facilitava o transporte de produtos para outros países. A Inglaterra era conhecida por dar muita importância ao comércio, quanto maior o comércio, maior era a concorrência. O país entendia que se produzisse mais iria aumentar a concorrência. Por isso, aperfeiçoou as máquinas e investiu nas industriais. (SÓHISTÓRIA, 2017, s. p.)

A revolução industrial trouxe riquezas para a burguesia, mas, não para os trabalhadores. A mão de obra utilizada, de mulheres e de crianças, exerciam trabalho pesado e ganhavam muito pouco, enquanto, a burguesia aumentava os lucros. Naquela época, não existia direitos trabalhistas.

As consequências da revolução afetaram a vida de muitos trabalhadores. Muitos tiveram que se deslocar do campo para os grandes centros urbanos causando uma superlotação e um crescimento desordenado nas cidades. A Inglaterra entre os anos de 1500 a 1780 teve um aumento populacional de três milhões de habitantes para oito milhões. (ARAÚJO, 2017, s. p.). Outras consequências na Inglaterra, em 1850, relacionadas ao tipo de vida das pessoas:

> Aglomeravam-se à margem, em subúrbios, moradias antigas e sem o menor conforto, além de enfrentarem a insalubridade. A diferença entre a vida na urbe e a vida no campo era basicamente, que as choupanas saíam de cena, dando a vez aos ratos, esgoto, ruas esburacadas e falta de água encanada. Em meio à miséria da população mais pobre, via-se, paradoxalmente, o surgimentos de modas, inovações nos bens de consumo e a formação de uma elite industrial. (ARAÚJO, 2017, p. 1)

Outra questão, que surgiu pelo crescimento das indústrias foi a poluição do ar. Para as máquinas funcionarem era preciso haver queima de carvão para gerar energia. A fumaça das grandes chaminés das fábricas na Inglaterra está ilustrada na figura 2, abaixo:

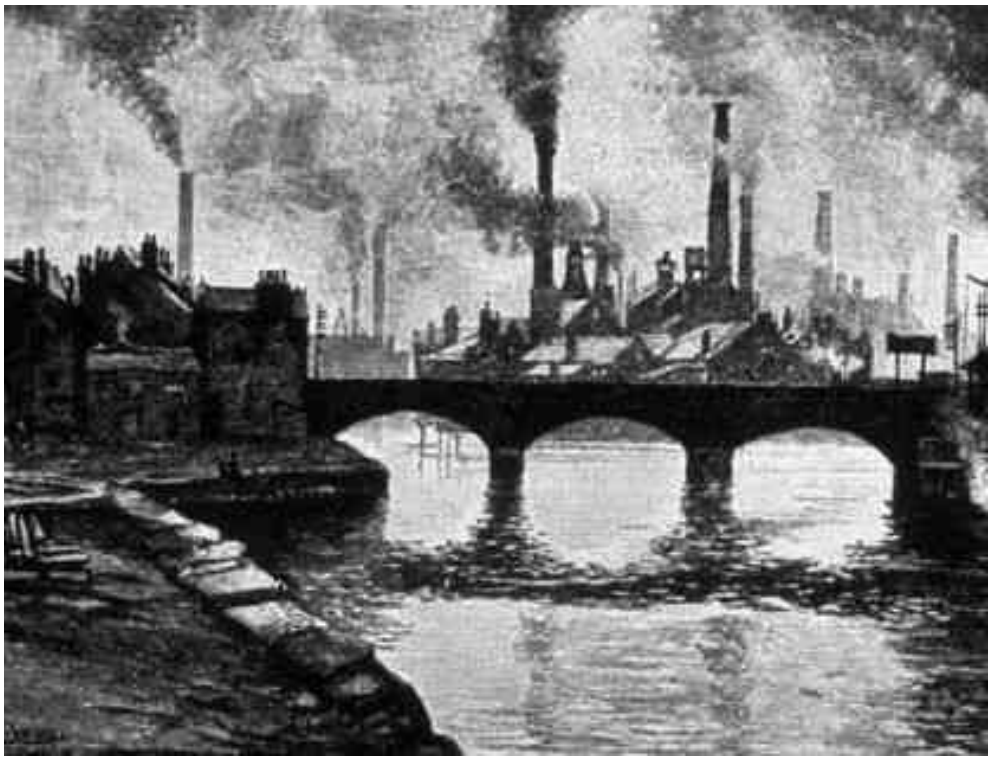


Figura 2 - Paisagem inglesa da Revolução Industrial. Fonte: (INFOESCOLA, 2017)

A revolução industrial foi dividida em etapas. A primeira etapa de mudanças ocorreu no século XVII/XIX na Inglaterra, região do Reino Unido e também em outros lugares como, o País de Gales. De 1760 a 1860 apareceu as indústrias de tecidos de algodão com o uso de tear, marcada também, pelo aprimoramento das máquinas de vapor.

A segunda etapa da revolução industrial ocorreu em meados de 1860 e 1900 que, ao contrário da primeira parte, alguns outros países se industrializaram, como, Alemanha, França, Itália que, caracterizou pela invenção do motor a explosão e da locomotiva a vapor.

A terceira etapa da revolução industrial é chamada de revolução tecnológica. É a etapa do século XX , da tecnologia que vem se modificando com máquinas cada

vez mais aprimoradas, dos meios de comunicação e do aprimoramento da ciência.

De acordo com Hobsbawn (1986), outras situações que contribuíram para a revolução industrial na Inglaterra foi à existência, de condições políticas, sociais e econômicas adequadas. O país tinha divisão do poder político e uma constituição de um Estado liberal com predominância de uma classe burguesa, que pregava o desenvolvimento econômico e a obtenção do lucro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que o modo de trabalhar e exercer qualquer serviço não é o mesmo de antigamente, pois, a sociedade evoluiu e a tecnologia também veio acompanhando. Nos dias de hoje quase não há trabalho artesanal, pois, novos arranjos e modos de melhorar a produtividade surgiram aumentando o número de produção, utilizando máquinas que produzem mais que até 10 homens juntos, colaborando para o crescimento economia.

Os problemas da revolução industrial serviram de questionamentos para dar base as atuais legislações de amparo aos trabalhadores tais como, política salarial, horas de trabalho, segurança no trabalho como também, estabelecer procedimentos de preservação do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências da revolução industrial, movimento que teve início na Inglaterra no século XVIII, influenciaram e influenciam diretamente o sistema social,

econômico e político mundial até a atualidade.

O início da revolução industrial teve diversos motivos dos quais pode-se destacar: o fortalecimento da classe burguesa na Inglaterra, as várias invenções, como, a máquina de fiar, tear mecânico, da máquina a vapor, o uso de fonte de energia do carvão e do petróleo e o aperfeiçoamento das técnicas de produção a partir do avanço tecnológico e científico.

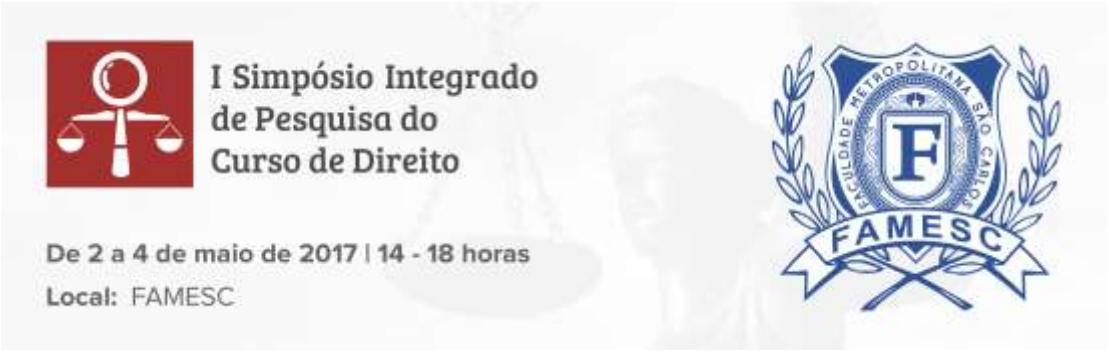
REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Felipe. **Consequências da Revolução Industrial.** InfoEscola, 2017. Disponível em: http://www.infoescola.com/historia/consequencias-da-revolucao-industrial/ Acesso em: 21 abr 2017.

GOMES, Cristiana. **Revolução Industrial.** InfoEscola, 2017. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/revolucao-industrial/>. Acesso em: 20 abr 2017.

HOBSBAWN, E. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

SÓHISTÓRIA. **Revolução industrial**. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/resumos/revolucaoindustrial.php>. Acesso em: 20 abr. 2017.



COMÉRCIO ELETRÔNICO

SILVA, Daniela Candido da[131]
SILVA, Jó Geovane Maciel da[132]
OLIVEIRA, Charles Gabriel Nalin de[133]
NUNES, Maria Siqueira de Nunes[134]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um novo perfil de vendas pela internet. Na modernidade, o homem se aprimorou, cresceu, descobriu novas formas de sobreviver às mudanças que lhe são constantemente impostas. Reviu conceitos e agora vive a era da informação instantânea. Na atualidade, é possível ter acesso a fontes de informação muito mais diversificadas que no passado e de domínio público.

Nesse contexto, surgiu também, a necessidade de adequar tudo a sua volta. De avaliações meteorológicas, de comportamento e de mercado, o que a sociedade pede é agilidade, rapidez, desprendimento. O homem moderno quer nada mais, nada menos, que o mundo na palma da mão e, respostas sobre custo benefício

[131] Bacharel do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Graduanda do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: dani130781@gmail.com;
[132] Graduando do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: jogeovane25maciel@gmail.com
[133] Graduando do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: gabrielnalim@hotmail.com
[134] Professora Orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

positivas. Ele quer o que há de melhor, levando em consideração a crise atual, com o menor custo.

É importante ressaltar que, com a crise financeira o país tenha que enfrentar o número atual desempregados. Para Moreira (2017), a estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é de que o Brasil terá 13,6 milhões de desempregados até o fim deste ano. Mas, as previsões é que elevará para 13,8 milhões o número de pessoas sem trabalho no país em 2018. Para tanto, o comércio eletrônico tende a crescer devido a necessidade de achar novas formas de manter a renda familiar.

MATERIAL E MÉTODO

Para o presente trabalho, o método utilizado para a elaboração foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorrem sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O mundo evoluiu. A transmissão de informações através da oralidade deu lugar à escrita, a produção artesã de bens passou a ser baseada na fabricação industrial e nunca mais a humanidade parou de evoluir. A vida pede passagem e exige a renovação de ideias e novos meios para sobreviver.

Em dias atuais, o mundo que antes era uma imensa interrogação, hoje, está resumido a uma aldeia global, sem fronteiras onde o inimaginável toma forma com

um "*click*". Essa ideia e o termo "aldeia global" são criações do autor canadense Marshall McLuhan na obra "Os meios de comunicação como extensões do homem". Para ele, as novas tecnologias estão diretamente ligadas com o quebrar barreiras de localização, finanças e tudo o mais que interessar ao homem.

Nesse âmbito, outro autor que, também, faz considerações sobre o futuro da humanidade baseada nas novas tecnologias é Pierre Levy. Em sua obra "Cibercultura", o autor diz que:

> O termo [ciberespaço] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo cibercultura', especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17).

É como se a modernidade criada através da internet fosse um novo "dilúvio" alterando totalmente a forma de ver e agir das pessoas em relação ao meio que as cercam. De tal forma, a mudança ocorrida pela humanidade que o mundo em dias atuais cabe na palma das mãos e nela oportunidades infinitas.

Dessa maneira surge um leque infindável de situações. O homem, ser altamente criativo e oportunista, transformou o que foi criado para ser uma máquina, o computador, em um mercado de oportunidades. Para Pierre Levy, "as comunidades virtuais são construídas sobre afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos, em um processo mútuo de cooperação e troca". (LÉVY, 1999, p.127)

É com essa ideia, que surge no âmbito virtual um mercado rápido, barato e acessível. A princípio, gerando desconfiança mas, as barreiras acabaram diminuindo ao observar que a falta da necessidade de estoques, de depósitos, de lojas "reais" e de vendedores poderia reduzir o preço final do produto. Uma vitória do empresário e maior ainda, do consumidor. O comércio eletrônico brasileiro começou 2017 com boa perspectiva de faturamento, a expectativa é de alta de 10% a 15% no ano, após encerrar 2016 com crescimento previsto de 8%, reflexo do fraco desempenho da economia brasileira e do varejo como um todo. (NIERO, 2017, s.p.)

Figura 1: Representação do comércio eletrônico. Fonte: (NIERO, 2017)

Mas, o público brasileiro há ainda muito o que descobrir, inventar e reinventar com a ajuda da internet. Recentemente, fruto da instabilidade econômica, o Brasil alcançou uma marca superior a 13 milhões de pessoas desempregadas. De acordo com a revista Forbes (2016), o "Brasil é o país com maior número de usuários de

redes sociais da América Latina, sendo seguida pelo México e Argentina". Em números, no Brasil, serão mais de 93 milhões de usuários até o final de 2017. Dessa forma, muitas pessoas passaram a considerar na internet como um novo mercado, o mercado virtual. De acordo com o Sebrae,

> Para lidar com a crise financeira, o empreendedor deve ser multifacetado, deve entender de questões de gestão orçamentária, finanças, gestão de estoque, atendimento, qualidade de TI e entre outros, para que sua loja virtual seja bem sucedida. Também deve estar atento quanto as inovações e as novas tecnologias, tornando a experiência de compra do e-consumidor a melhor possível". (SEBRAE, 2016, s.p.)

Justamente pela criatividade do brasileiro, sua paixão pelas redes sociais e mais ainda, pela crise, tomou impulso nos dois últimos anos um mercado virtual, gratuito e de oportunidades. Um deles, é chamado de "desapego", também conhecido como troca/troca, brechó online e outras nomenclaturas. O objetivo é passar adiante, tirando alguma margem de lucro em cima de algo que não serve mais a seu proprietário original ou vender serviços de maneira direta, sem atravessadores. É importante ressaltar que lojistas formais também estão aderindo a esta forma de vitrine.

A base desse mercado são as páginas virtuais gratuitas, em especial o "facebook". Nele, são criados grupos fechados, com administradores, e um quadro de regras que especificam como deve ser o comportamento/convívio dos membros. Alguns grupos determinam inclusive o valor máximo de venda dos produtos, o tamanho, a idade dos compradores ou mesmo, o tempo do uso das peças. Mas, em sua maioria as páginas são uma enorme vitrine, miscelânea de produtos novos,

seminovos ou usados, misturado entre artigos de perfumaria, moda, alimentação e outros.

Entre os casos de sucesso desse novo mercado, é possível citar a página "Bomjê trocas, vendas e doações". Embora sua base esteja na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, região noroeste do Rio de Janeiro, que segundo censo do IBGE tem aproximadamente 37 mil habitantes, dados referente ao ano de 2016, o site do Bomjê possui mais de 50 mil membros. São pessoas de várias cidades circunvizinhas inclusive, do Estado do Espírito Santo.

A movimentação de mercado nesses grupos atrai por algumas vertentes:

1° possibilidade de se desfazer de algo que não tem mais valor ou mesmo vender algo novo, buscando uma receita financeira extra;

2° divulgar serviços de forma maciça, criando um público de compradores em todas as esferas;

3° não há um custo para publicações gerais, mas há a certeza de ser visto.

4° grande concentração de pessoas dispostas a aproveitar a oportunidade de comprar um bem ou serviço mais barato.

Com tantas vantagens é importante ressaltar que essas páginas se tornaram uma vitrine virtual infinita de tantos produtos quanto é possível anunciar. Em alguns casos, como no já citado anteriormente no Bomjê trocas, vendas e doações, o sucesso é tanto que o "banner superior da página foi vendido antecipadamente pelo período de 12 meses ao custo de R$ 45,00" (LIMA, 2017, s. p.)

É possível até mesmo qualificar o mercado virtual como um modelo que foge do controle governamental, já que esse estimula a livre concorrência entre os ofertantes. Entretanto, é preciso manter a razão no centro de tais operações

financeiras. Analisar o benefício-custo, aspectos positivos e negativos das negociações, pois em sua grande maioria uma vez que o negócio foi efetuado não há retorno.

Economicamente falando, as páginas de desapego atendem perfeitamente ao quesito oferta e demanda. Sabendo que a primeira tem a ver com o "produtor" pode-se registrar que, este torna-se infinito, haja vista que, qualquer tipo de produto pode ser ofertado. Quanto a demanda, diferentemente de lojas físicas que constroem seu espaço pensando em qual público alvo atingir, qual produto vender e por esta razão há um limite, esse novo mercado oferece de tudo um pouco a todo mundo. Sendo que, em alguns casos é o próprio consumidor que lança mão da busca incentivando a oferta.

Para Renan Lima, fundador e administrador da página do facebook "Bomjê Trocas, Vendas e Doações", "a página recebe uma séria de mensagens em agradecimento, sendo que ele próprio se beneficia da mesma ao usá-la como vitrine de vendas e também, com o aluguel do banner da página". (LIMA, 2017, s. p.)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A forma como a humanidade se adapta ao seu meio é o que a tem feito sobreviver ao longo dos séculos. Assim, como o rádio e a televisão foram um dia, hoje, a internet é uma janela para o mundo. Fronteiras foram quebradas, culturas diferentes foram aproximadas e embora, haja muito medo de suas possibilidades infinitas, ela tem se tornado fator prevalecente nos mais diversos setores. Quem não se adapta a ela, quem não acompanha suas inovações ficará isolado num mundo

cada vez mais tecnológico. Da mesma forma, empresários que se mantiverem enclausurados em velhas teorias vão perder mercado para o comérco eletrônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Pierre Levy, em uma entrevista: não é impossível fazer com que os usuários da internet paguem por bons serviços. Além disso, a publicidade e a venda de conteúdos produzidos por utilizadores das empresas de marketing constituem hoje as principais maneiras de "monetizar" os serviços na rede. (SILVA, 2015, s. p.) Assim, um dos maiores nomes da cibercultura apresentou um novo perfil de vendas pela internet.

Enxergar as possibilidades, conhecer os meios de utilização e investir nesse ramo, dará, a quem tiver melhor visão de mercado, chances de receber o retorno seu investimento. A demanda é grande. Saber como, e para quem ofertar é imprescindível para vencer no novo campo do comércio eletrônico.

REFERÊNCIAS

EUGÊNIO, Marcio. **O comércio eletrônico no Brasil**. eCommeceOrg, 28 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.e-commerce.org.br/o-comercio-eletronico-no-brasil/>. Acesso em: 21 abr. 2017.

FORBES. **Brasil é o maior usuário de redes sociais da América Latina.** IG, 2016. Disponível em: <http: //www.forbes.com.br/fotos/2016/06/brasil-e-o-maior-usuario-de-redes-sociais-da-america-latina/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades@, 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330060>. Acesso em: 20 abr. 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

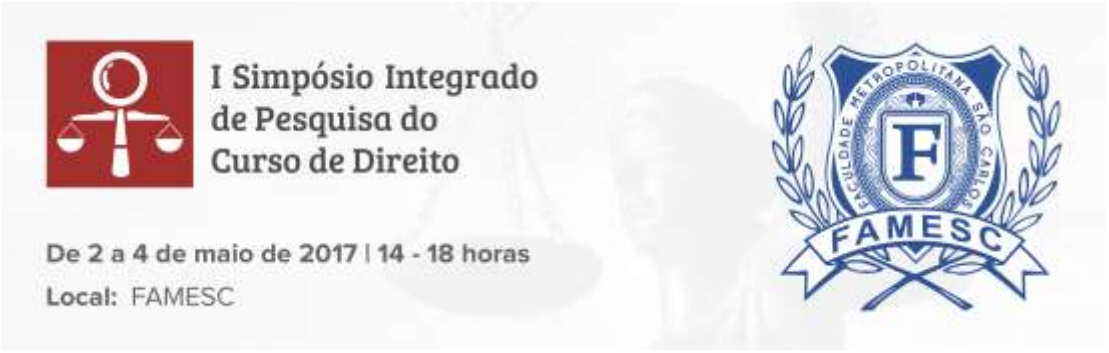
LIMA, Renan. **Facebook "Bomjê Trocas, Vendas e Doações".** Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/616370771798991>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MOREIRA, Assis. **Brasil terá 1,2 milhão de desempregados a mais em 2017, prevê OIT**. Valor Econômico, 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4834848/brasil-tera-12-milhao-de-desempregados-mais-em-2017-preve-oit>. Acesso em: 22 abr. 2017.

NIERO, Jamille. **Comércio eletrônico brasileiro deve crescer até 15% em 2017.** Fecomérciosp, 2017. Disponível em: <http://www.fecomercio.com.br/noticia/comercio-eletronico-brasileiro-deve-encerrar-2016-com-crescimento-de-8>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SEBRAE, 2016. **Comércio Eletrônico:** saiba mais sobre o mercado. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/comercio-eletronico-saiba-mais-sobre-o mercado,9ea8d1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SILVA, Juremir Machado da. Pierre Lévy. **A revolução digital só está no começo.** Correio do Povo, 2015. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/tag/revolucao-digital/>. Acesso em: 20 abr. 2017.



COMÉRCIO INTERNACIONAL

BRINCO, Arthur Leopoldina[135]
BORGES, Bruno de Vasconcelos[136]
ALMEIDA, Thiago Ribeiro de [137]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[138]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre o comércio internacional. Comércio, no seu sentido amplo, significa toda relação de trocas entre dois ou mais sujeitos sociais e ou jurídicos em forma de empresa. Só há comércio se um dos sujeitos apenas recebe e oferece algo. A condição implícita na atividade comercial é exatamente a de que os sujeitos permutem mercadorias, ou que as comprem mediante pagamento, ou que as vendam contra recebimento em dinheiro ou por qualquer outra forma representativa de valor econômico, ou até mesmo em base de troca.

Desde épocas remotas o comércio está presente na maior parte da história da civilizações e, com o passar dos séculos a intensificação da compra e venda de bens e serviços entre países aumentou. Na atualidade, o comércio tem importância econômica, social e política em todo território mundial.

[135] Graduando em Direito - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: arthurbrinco@hotmail.com
[136] Graduando em Direito - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: thiagomilao1984@gmail.com
[137] Graduando em Direito - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: brunoborges8910@gmail.com
[138] Professor orientador: Mestrado em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com

O que pode ser asseverado é que o desenvolvimento do capitalismo foi o grande responsável pela intensificação do comércio internacional. Com o aumento do comércio internacional ocasionou-se o fenômeno da globalização, isto é, produtos e informações circulando além fronteiras. Cada vez mais as empresas estão inseridas no processo de globalização, seja através da internacionalização de suas operações de produção e/ou comercialização, ou por meio das redes de empresas às quais pertencem. Qualquer empresa pode produzir, possuir fornecedor e vender seus produtos em outro país.

METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento do presente trabalho foi a pesquisa em sites sobre o assunto especifico além de, revisão bibliográfica em artigos relacionados ao tema.

DESENVOLVIMENTO

A história econômica internacional e globalização são temas que estão interligados. Em alguns momentos oscilam ciclos de maior e menor expansão do intercâmbio comercial. Tais ciclos se relacionam com maior ou o menor crescimento econômico, bem como, os diferentes regimes de comércio dos países. Além disso, observa-se que a contração ou expansão das economias está relacionada ao comércio exterior. (SARQUIS, 2011, p.15)

Os países com o crescimento do comércio internacional passaram a ter uma maior integração, muitas vezes abandonando a produção de determinados produtos menos rentáveis e passando a executá-los por algum de seus parceiros. Ou, em outras situações especializando em produtos de maior rentabilidade, sem necessariamente produzir no país de origem da empresa. (LUDOVICO, 2010, s. p.)

Tempos atrás, os efeitos do comércio internacional ainda não estavam definidos:

> Embora os efeitos do crescimento econômico de longo prazo e do progresso técnico possam ser capazes de provocar mudanças no padrão de comércio internacional, nada há de conclusivo sobre a natureza destes efeitos. Ademais, uma análise mais acurada do crescimento econômico requer a inclusão da totalidade de seus determinantes, entre os quais se destacam o estoque de capital e o investimento. Certamente, os investimentos são os únicos elementos nos quais há consenso quanto à sua importância como determinante do crescimento. Os efeitos do comércio sobre o investimento, em sua dimensão quantitativa e qualitativa, permanecem um enigma. (JAYME JUNIOR, 2001, p. 1)

Com o passar do tempo, o comércio internacional passou a ser denominado como fluxos de mercadorias para o mecanismo de compra e venda entre os diversos espaços econômicos mundiais, sendo medido pelo total das exportações e importações entre os países no mundo. Além das mercadorias, no sentido ampliado, são considerados também os fluxos de serviços. A existência do comércio internacional passou a ser definido como:

> A teoria económica propõe diversas explicações para a existência de comércio internacional: a primeira e mais óbvia é a existência de diferenças nas dotações de fatores produtivos; a outra é a existência de diferenças tecnológicas e a consequente possibilidade de especialização. No modelo de

> Ricardo, demonstra-se que as diferenças de dotação de fatores produtivos e de tecnologias levam à existência de vantagens relativas entre os países, conduzindo à especialização e aos ganhos de comércio. (NUNES, 2015, s. p.)

O fortalecimento do processo de integração comercial estimula a realização do crescimento econômico entre os países ampliando suas possibilidades de trocas, com crescentes fluxos de produtos, de serviços, de capital, de pessoas e de informações. A experiência de alguns países com o comércio internacional demonstra que em alguma época os problemas econômicos internos em determinados momentos são superados pela compra e venda de produtos e serviços com outros países. Para financiar investimentos em crescimento econômico, em desenvolvimento econômico e em inclusão social surgiu o Banco Mundial. Tem como objetivo:

- O apoio ao desenvolvimento da iniciativa privada;
- A capacitação dos governos para prestar serviços de qualidade com eficiência e transparência;
- A promoção de um ambiente macroeconômico conducente a investimentos e a planejamento de longo prazo;
- A governança e fortalecimento institucional como elementos essenciais para a redução da pobreza.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

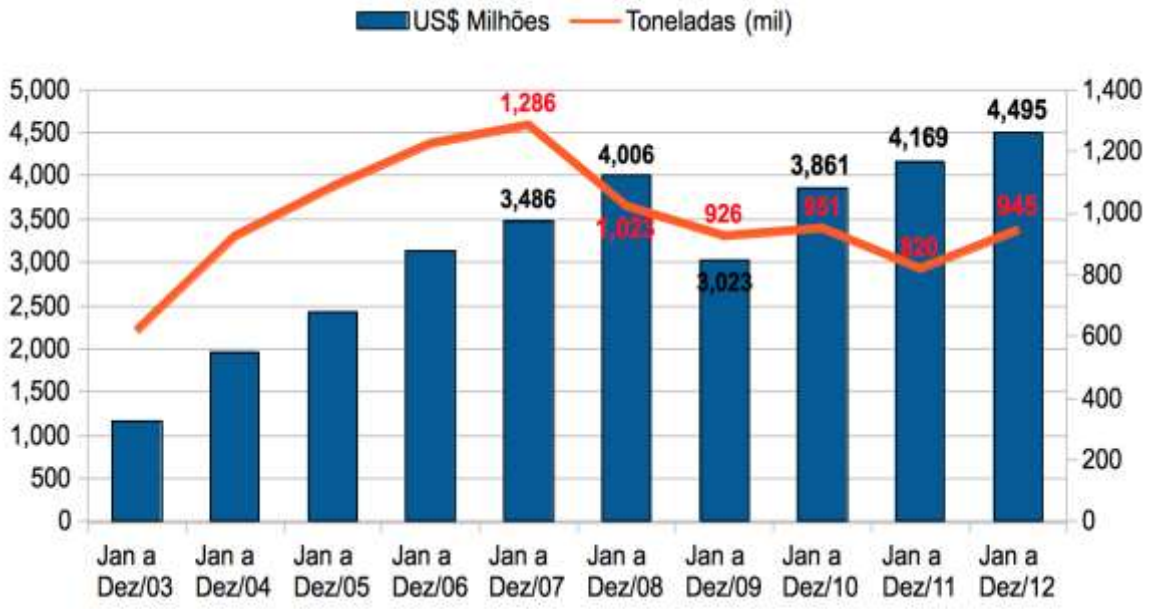
O Brasil é a 21º maior economia de exportação no mundo e a economia mais complexa de acordo com o Índice de Complexidade Econômico (ICE). Em 2015, o

Brasil exportou US $ 195 Bilhões e importou US $ 170 Bilhões, resultando em um saldo comercial positivo de US $ 25,3 Bilhões. Em 2015, o PIB do Brasil foi de US $ 1,77 Trilhões e seu PIB per capita foi de US $ 15,4 Milhares. (OEC, 2015, s. p.). De acordo com Whately (2013), a evolução das exportações de carne bovina *in natura* obtiveram as seguintes variações:

> Em 2012, o Brasil teve como receita das exportações de carne bovina *in natura* US$ 4,5 bilhões, crescendo 7,8% e alcançando o segundo recorde anual após 2011 quando teve receita de US$ 4,2 bi. As exportações em volume foram de 945 mil toneladas e aumentaram 15,3% comparando com 2011, porém desde 2009 a variação foi positiva somente em 2,1%, quando exportou 926 mil. Observa-se variação bastante estável desde 2009 nas exportações em volume, com tendência de queda desde 2007, ano com maior volume exportado. Comparando 2012 com 2007, a diferença é de -26,5%, pois naquele ano o volume comercializado internacionalmente foi de 1,3 milhão de toneladas. (WHATELY, 2013, s. p.)

A receita das exportações do Brasil, em 2012, de carne bovina *in natura* US$ foi 4,5 bilhões, com crescimento de 7,8% e alcançando o segundo recorde anual após 2011 quando teve receita de US$ 4,2 bi. O volume das exportações foram de 945 mil toneladas com aumento de 15,3% em comparação com 2011. Porém, desde o ano de 2009 a variação foi positiva somente em 2,1%, quando exportou 926 mil. Observa-se, no gráfico 1, que houve aumento das exportações de 2003 a 2008, com diminuição no ano de 2009. (WHATELY, 2013, s. p.)

Gráfico 01: Exportações brasileiras de carne bovina *in natura* em volume (mil toneladas) e receita (US$ milhões /ton)



Fonte: (WHATELY, 2013)

As exportações brasileiras de carne bovina *in natura* em volume tiveram aumento a partir do ano de 2009 com crescimento constante até o ano de 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio internacional está relacionado aos crescentes fluxos de produtos, serviços, capital, pessoas e informações entre os países, associado às mudanças no comportamento dos consumidores e das políticas governamentais.

Os desafios do comércio internacional estão relacionados ao aumento da competição internacional e às constantes mudanças no ambiente externo que as empresas têm que enfrentarem.

Com a evolução do comércio internacional surgiu novas formas de integração, a globalização. O impacto é a redução das distâncias entre os países e seus habitantes, além de, aumento do consumo, do fluxo financeiro, da produção das indústrias, e nas políticas domésticas e externas dos países. As oportunidades para as empresas crescem com a facilidade de acesso a novos mercados internacionais quanto pela difusão de ideias e conhecimentos, criando um ambiente fértil para a inovação.

REFERÊNCIAS

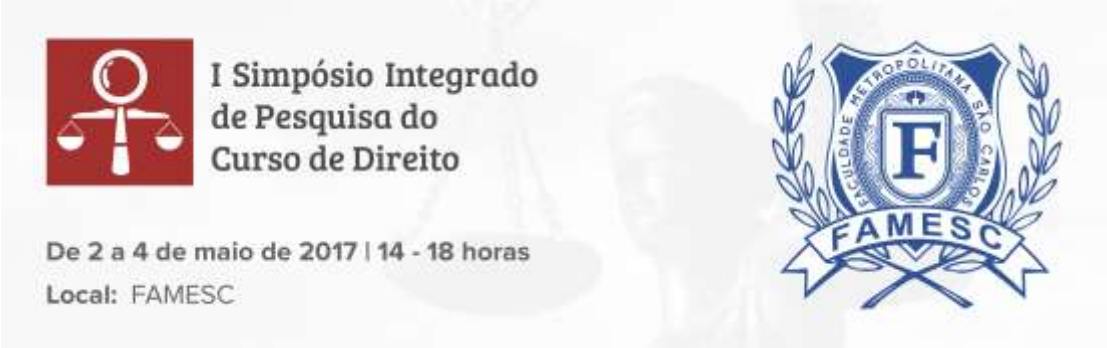
JAYME JR., Frederico G. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico.** O comércio afeta o desenvolvimento? Revista Brasileira de Comércio Exterior, 2001. Disponível em: <http://www.academia.edu/396628/Com%C3%A9rcio_Internacional_e_Crescimento_Econ%C3%B4mico>. Acesso em: 20 abr. 2017.

LUDOVICO, Nelson. **Significado e importância do comércio internacional no desenvolvimento das nações.** 26/02/2010 .Disponível em: <http://www.incorporativa.com.br/mostranews.php?id=3376>. Acesso em: 25 mar. 2017.

NUNES, Paulo. **Comércio Internacional**. Knoow.net, 20/12/2015. Disponível em: <http://knoow.net/cienceconempr/economia/comercio-internacional/ >. Acesso em: 25 mar. 2017.

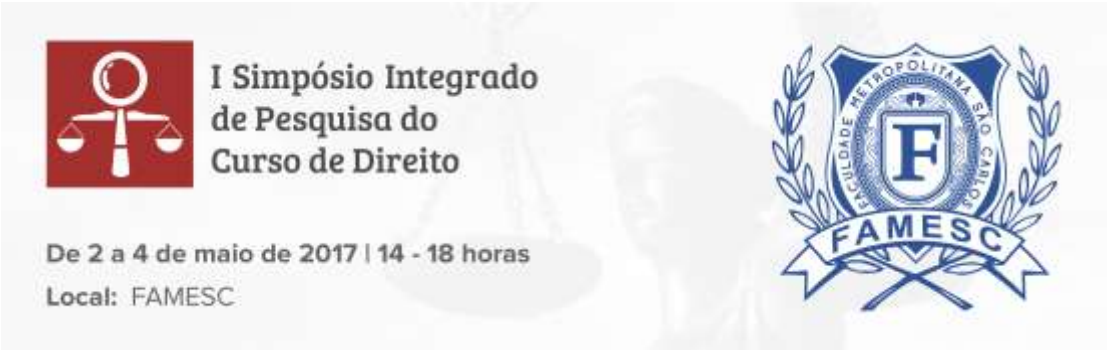
OEC. **Observatory of Economic Complexity.** Brasil, 2015 – Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/bra/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SARQUIS, José Buiainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil.** Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/864-com%C3%A9rcio-internacional.pdf >.



Acesso em: 25 mar. 2017.

WHATELY, Marcelo. **Exportações 2012:** Brasil tem receita recorde, com preço médio de venda crescente e volume estável. Equipe BeefPoint, 29/01/2013 - Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/especiais/exportacoes-2012-brasil-tem-receita-recorde-mesmo-com-preco-medio-de-venda-crescente/>. Acesso em: 20 abr. 2017.



PERSPECTIVAS SOBRE A PREVIDÊCIA SOCIAL

LACERDA, Anderson Oliveira[139]
ANGELO, Emanuel Quintino[140]
MARTINS, Ramon Vargas[141]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[142]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a Previdência Social do Brasil. A questão previdenciária tem ocupado espaço nos debates relacionados aos rumos e às mudanças da política social. A atual realidade social brasileira, principalmente a demográfica, está na base do desequilíbrio estrutural do sistema previdenciário. Os desequilíbrios estão estruturados sob o princípio de repartição, isto é, a geração ativa financia os benefícios da geração que já não está no mercado de trabalho.

Para que o sistema previdenciário tenha melhor equilíbrio, dependerá não apenas das variáveis próprias do sistema, como, as regras de elegibilidade e de concessão dos benefícios, o valor destes, as regras de contribuição e as alíquotas. Mas, de outras variáveis como, nível de emprego, grau de formalidade, salário real

[139] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: andersonlacerda2016@yahoo.com.br;
[140] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: emanuell_angelo@hotmail.com;
[141] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: ramonvargasm3@gmail.com;
[142]Professora Orientadora: Mestre em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

médio e produtividade, variáveis que são determinadas pelo mercado de trabalho e estão sujeitas às condições macroeconômicas e institucionais.

As propostas de reformas do sistema previdenciário perpassam pelos ajustes à nova situação demográfica e às condições socioeconômicas do país, além de, preservar os direitos de quem já recebe benefícios e reconhecer os direitos para aqueles que já estão no mercado de trabalho.

METODOLOGIA

As transformações demográficas da sociedade brasileira incidem diretamente na previdência social. Para a elaboração do trabalho sobre a previdência social será utilizada revisão bibliográfica de especialistas sobre o assunto, além de, pesquisas, reportagens e gráficos comparativos, projeções e estatísticas sobre gastos e arrecadações. Os dados serão importantes para embasar as mudanças diante de uma nova reforma previdenciária, expondo os impactos para o futuro do país.

DESENVOLVIMENTO

A previdência social funciona como um tipo de seguro público com a finalidade de garantir uma renda ao trabalhador e sua família no período em que cessar sua capacidade de trabalhar. O benefício pode ser, por tempo limitado (doenças, acidentes ou maternidade) ou permanente (aposentadoria, invalidez ou morte).

Para receber os benefícios da previdência, o assegurado precisa contribuir ao INSS. O valor da contribuição tem desconto no salário do trabalhador que, quanto maior o salário, maior será o desconto. Assim, a previdência social funciona como

órgão protetor dos trabalhadores de carteira assinada, garantindo uma formação de renda após aposentadoria. Pode-se, contribuir também, trabalhadores que não possui carteira assinada, como, contribuintes individuais (caso dos trabalhadores autônomos e empresários) ou contribuintes facultativos (caso dos estudantes, donas de casa).

A concessão de benefícios cresceu, segundo Tafner (2012), a uma taxa média anual entre 1990 e 2010 bem elevada. No período, 1990 e 2010, o crescimento médio anual da concessão de benefícios totais do INSS foi de 6,21% ao ano. A população idosa, no mesmo período, passou de 9,897 milhões de indivíduos, em 1990, para 18,224 milhões, em 2010.(TAFNER, 2012, p.141)

As taxas de crescimento da população economicamente ativa (PEA) estão em declínio e as taxas de crescimento dos segmentos idosos da população e a taxa de crescimento dos "superidosos" estão crescentes, o que exigirá ganhos enormes de produtividade da economia e/ou crescimento da taxa de formalização da nova geração para arcar com os gastos da geração anterior.

Assim, as transformações demográficas ocorridas nos últimos 20 anos indicam a necessidade de adequação dos gastos previdenciários. Para Tafner (2012), três fatores combinados contribuíram decisivamente para o desempenho dos gastos do INSS:

> a) regras pouco restritivas de aposentadoria e pensão face às tendências demográficas do país; b) reajustes do salário mínimo desde meados dos anos 90; e c) baixo crescimento médio do PIB. Para o futuro, um quarto componente terá papel decisivo: a dinâmica demográfica. (TAFNER, 2012, p.140)

Na atualidade, as despesas com a previdência representam 54% dos gastos do governo federal. Em dez anos, se não houver reforma, deverá atingir pelo menos 63% das despesas, diminuindo ainda mais os recursos para saúde, educação, segurança e outras áreas. Dessa forma, a conta da previdência não fecha, refletindo que, mais pessoas se aposentam e menos entram para contribuir. Os déficits são cada vez maiores a cada ano. De acordo com os economistas Almeida e Mendes (2017). quando comparamos o gasto da previdência do Brasil com outros países a proporção do PIB é maior do que a de países ricos como, por exemplo, a Alemanha, a Bélgica e a Noruega.

Para cada 100 pessoas em idade de trabalhar em 2017 no Brasil, há 13 já na faixa da aposentadoria. No Japão, essa relação é de 100 para 48. Dados do Banco Mundial mostram que, enquanto o Brasil gasta 4% do PIB com aposentadoria de servidores públicos, o México desembolsa 0,5%, a Espanha, 0,8%, a Coreia do Sul, 1%, e a Grécia, cuja previdência quebrou, gasta 3,5%. (ALMEIDA; MENDES, 2017, s. p.)

.

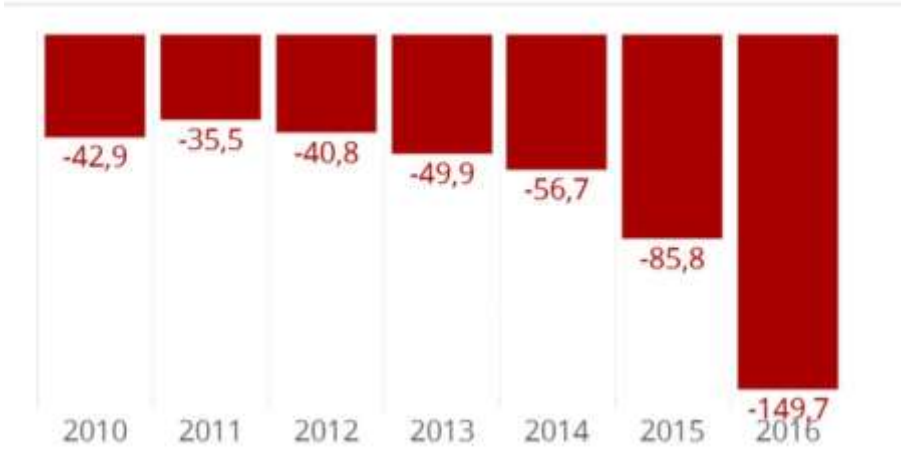
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos tempos, nota-se a necessidade de uma reforma previdenciária no Brasil, pois, a disparidade entre a porcentagem do tempo de contribuição e de gastos são vultuosas de tal modo que, o déficit está cada vez maior. Embora, a média de aposentadoria de outros países está numa faixa parecida com a do Brasil, a porcentagem do PIB utilizado na previdência e o tempo de contribuição são distintos.

A previsão do governo para o ano de 2017 é o aumento do rombo nas contas previdências. Na previsão no orçamento aprovado pelo Congresso Nacional é

estimado um resultado negativo no valor de R$ 181,2 bilhões. A conta considera uma estimativa de receitas previdenciárias de R$ 381,1 bilhões e gastos com pagamentos de benefícios e sentenças judiciais no valor de R$ 562,4 bilhões. (CAETANO *apud*, MARTELLO, 2017, s. p.). O déficit da Previdência, no período de 2010 a 2016, é representado no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Déficit da Previdência
(Evolução do rombo do INSS por ano, em R$ bilhões)



Fonte: (G1. GLOBO, 2017)

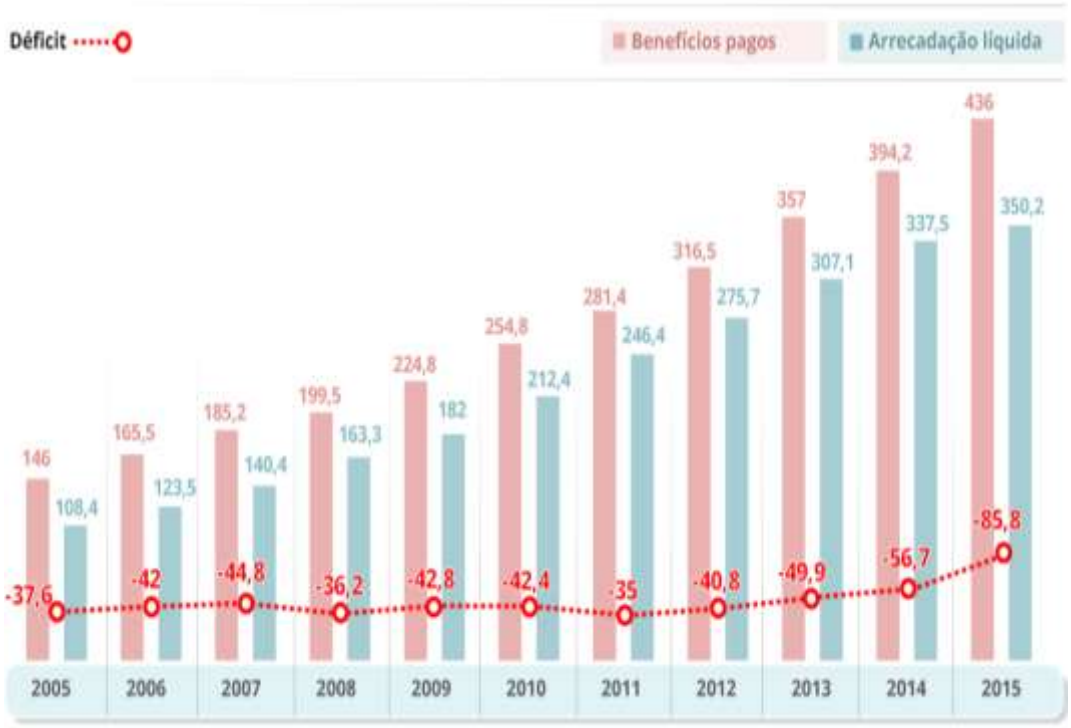
Observa-se que o déficit foi crescente no período de 2011 a 2016, com destaque para o ano de 2015 a 2016, com expressivo aumento. O governo brasileiro perante o crescente déficit da previdência social e para manter sustentável as contas públicas vem buscando mecanismos para adoção de medidas para conter o saldo negativo. Os dados revelaram que, em 2016, o Brasil gastou 13% do PIB, representando R$ 818,6 bilhões com aposentadorias e pensões.

As reformas da previdência sugeridas pelo governo, no primeiro momento, não espera zerar o déficit, mas, manter os gastos para cerca de 8% do PIB. A

estimativa do governo é que se não houver a reforma, as despesas podem avançar nos próximos anos chegando em 2060 a 18% do PIB. (ALMEIDA; MENDES, 2017, s. p.)

A evolução da arrecadação e dos gastos da previdência no Brasil, no período 2005 a 2015, é representada no gráfico 2 a seguir, revelando aumento contínuo nos benefícios pagos e menor arrecadação para pagamento dos benefícios.

Gráfico 2: ARRECADAÇÃO X GASTOS
Quantos R$ bilhões a previdência arrecadou e gastou



Fonte: (G1.GLOBO, 2016)

Os dados revelaram que no período compreendido entre 2005 a 2015 os déficits estavam presentes em todos os anos. De acordo com os dados percebe-se a necessidade de adotar medidas para redução do déficit na previdência social do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma análise do panorama da previdência social brasileira, percebe-se uma necessidade de mudanças na estrutura previdenciária. O déficit causado pelo envelhecimento da população economicamente ativa foi agravado principalmente pela crise financeira deflagrada em 2015.

A reforma é necessária para garantir o benefício aos futuros aposentados, evitando assim um rombo ainda maior no decorrer dos anos. Para tanto, deveria estar alicerçada em princípios básicos, tais quais: preservar direitos dos atuais beneficiários, uniformizar regras para atingir um sistema único para todos os trabalhadores, fazer ajustes diluídos no tempo, estabelecer regras de transição, definir regras para novos entrantes. (TAFNER, 2016, s.p.)

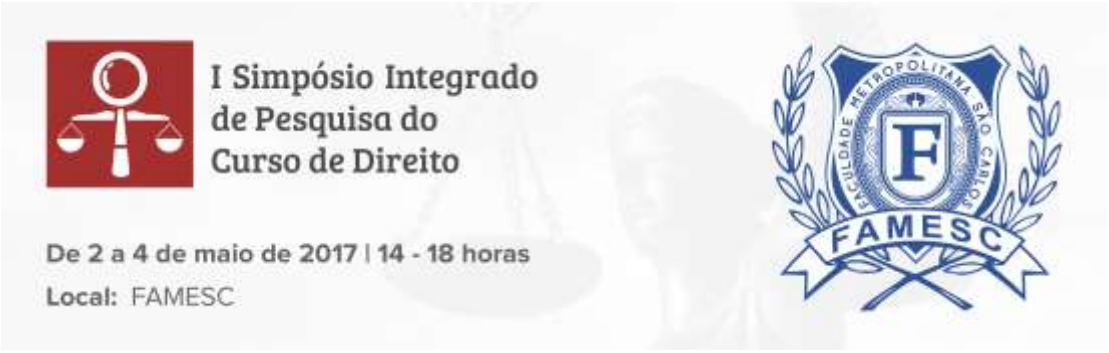
REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mansueto; MENDES, Marcos. **Reforma distributiva.** Ministério da Fazenda. Brasília: 27/03/2017. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/sala-de-imprensa/artigos/2017/reforma-distributiva>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MARTELLO, Alexandro. **Previdência tem déficit recorde de R$ 149,7 bilhões em 2016.** G1, Globo. Brasília: 26/01/2017**.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/rombo-da-previdencia-social-cresce-745-em-2016-e-bate-recorde.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2017.

TAFNER, Paulo. **Previdência social no Brasil: desajustes, dilemas e propostas**. FGV. Rio , Abril de 2016. Disponível em: <http://epge.fgv.br/conferencias/seminario-reforma-da-previdencia-2016/files/7-apresentacao-paulo-tafner.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017

TAFNER, Paulo . **Desafios e reformas da previdência social brasileira.** REVISTA USP, São Paulo, n.93, p. 137-156. MARÇO/ABRIL/MAIO 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/NEUZA/Downloads/45008-53716-1-SM%20(1).pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017



A CRISE DE 1929 E A DEPRESSÃO DE 1930

SOUZA, Alison Moreira de[143]
PESSANHA, Ana Luiza Lamão[144]
FERREIRA, Lucas Borges de Abreu[145]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[146]

INTRODUÇÃO

Uma das maiores crises econômicas mundiais ocorreu no período de 1929 e 1930. A primeira economia a ser atingida foi a norte-americana, seguida pela da Europa, dos países da África, da Ásia e atingindo a da América Latina. Uma das características mais acentuadas das crises é o excesso de produção em relação à demanda tendo como consequência, queda na produção, falência das empresas, nível alto de desemprego e consequentemente, a redução dos salários, dos preços e dos lucros.

O presente trabalho tem como objetivo abordar "A Crise de 1929 e a Depressão de 1930". O período foi marcado pos situações adversas em que a população teve que enfrentar filas para conseguirem alimentos distribuídos pelo governo. O comércio mundial foi reduzido drasticamente do que era antes de 1929. O principal efeito da crise no Brasil incidiu sobre queda dos preços do café, de modo

[143]Graduando do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: alisom32@hotmail.com
[144]Graduanda do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana,e-mail:lulu.linda139@hotmail.com
[145]Graduando do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: lucasborgesdeabreuferreira@hotmail.com
[146] Professora Orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC),e-mail: neuzamsnunes@gmail.com

que, o governo teve que comprar grande parte das safras e destruir sacas do produto, na tentativa de diminuir os estoques e aumentar o preço. Para proteger a economia, a medida adotada pelo governo de alguns países foi aumentar as taxas alfandegárias, que ocasionou uma redução ainda maior do comércio internacional.

MATERIAL E MÉTODOS

Para retratar tal assunto e no intuito de esclarecer e argumentar sobre os fatos ocorridos nesse período, o trabalho terá como base estudos bibliográficos mostrando os motivos que ocasionou a crise e as medidas que foram tomadas para reestabelecer a economia norte-americana. A análise histórica sobre a Crise de 1929 e a Depressão de 1930 esteve estruturada no desequilíbrio entre produção e consumo.

DESENVOLVIMENTO

Antecedendo a crise de 1929, no ano de 1927 foram realizadas grandes aplicações financeiras no EUA. Na economia ocorreu um grande crescimento, quanto mais a população comprava mais os preços aumentaram. Com isso, houve uma atração de muitos investimentos na economia americana. O restante do mundo também fizeram grandes investimentos, tornando-se assim, dependentes da economia norte-americana.

Na primeira guerra mundial, a economia norte-americana estava em pleno desenvolvimento. Conforme Gurgel (2008), as fábricas dos EUA produziam e exportavam em quantidades exorbitantes para outros países, principalmente para a

Europa. Após a guerra, as circunstâncias não mudaram muito pelo fato dos países europeus estarem em processo de reconstrução das cidades e das suas indústria, carecendo manter suas importações.

Para o autor, as condições começaram a mudar ao findar da década de 1920. Reedificadas, as nações europeias reduziram drasticamente a importação de produtos industrializados e agrícolas do Estados Unidos. Com as rigorosas reduções das exportações pela Europa, as indústrias americanas começaram a ter abundância de produtos em seu estoque, pois, já não conseguiam vender na mesma proporção que produzia. Por conta da situação, para controlar um pouco a produção em excesso, os empresários começaram a demitir funcionários, e também, parar a produção para não utilizar matéria prima sem necessidade. Em via desse processo caótico de superprodução as empresas começaram a falir pois, não tinham tanta demanda de produtos como antes.

A maioria das empresas possuíam ações na bolsa de valores de New York e milhares de norte americanos tinham investimentos nessas ações, de acordo com Leal (2009):

> [...] Em 1925 o total de títulos negociados eram de 27 bilhões à 67 bilhões de dólares. Com apenas 10% do valor era possível comprar uma ação e especular tornou-se prática de milhões de pessoas, pois o restante do valor seria liquidado com os lucros da própria operação. (LEAL, 2009, s.p.)

O dia 29 de outubro de 1929 foi marcado por grande desespero em Wall Street, nos Estados Unidos. Esse dia ficou conhecido por "terça- feira negra", pois, em um único dia bilhões de dólares foram arruinados, ocasionando uma falência de diversos investidores colocando abaixo as cotações e ações. Também, foi marcado

por 11 suicídios de quem havia perdido tudo em um só dia. Em conformidade com Leal (2009):

> O índice da Bolsa de Nova York base 100 em 1926 chegou a 220 em 1929 e caiu para 41 em 1932 e 60 em 1933. Embora a recuperação da economia tenha começado em 1943, somente em 1954 as cotações voltaram aos patamares de 1926. (LEAL, 2009, s.p.)

Segundo Gomes (2017), a fragmentação da bolsa de valores dos EUA atingiu o mundo como um todo, pois, a economia norte-americana sustentava o capitalismo mundial. Logo após a quebra da bolsa de Nova York, a de Berlim, de Londres e a de Tóquio também quebraram. A crise fez que o EUA importassem menos de outros países, em decorrência, outros países que exportavam para Estados Unidos, passaram a ter mercadorias estocadas, e automaticamente, entraram em crise. A crise não afetou apenas os Estados Unidos, mas outros países, como Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Austrália e Canadá.

Nos países afetados pela crise, ocorreu aparecimento de partidos radicais, de caráter nacionalista. Para Hobsbawn (2008), diversos partidos políticos, como o partido comunista também surgiram, tendo apoio popular. Grande parte dos partidos políticos, prometiam tirar o país da estagnação. Em alguns países, partidos extremistas foram totalmente proibidos, em outros, até foram aceitos, votados pelo povo e acabaram subindo ao poder. Na Alemanha surgiu o nazismo e na Itália, o fascismo.

Ainda segundo Hobsbawn (2008), um dos países que foram mais prejudicados foi o Canadá. Um dos motivos foi ter feito laços econômicos com os Estados Unidos.

Muitos produtos do Canadá eram exportados para os Estados Unidos e, o colapso do país fez com que fosse o segundo maior país afetado pela queda da bolsa, ficando somente atrás do próprio Estados Unidos.

Para tentar reverter a crise econômica, segundo Toffoli (2005), o presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt, estabeleceu uma política econômica nomeada de "*New Deal*". O "novo acordo" foi fortemente inspirado nas ideias do economista Jonh Maynard Keynes, contrário ao liberalismo econômico com que o país vivia naquele momento.

> Devido à crise de 1929 que os Estados Unidos da América enfrentavam foi criado o *New Deal* (novo acordo), com o intuito de o estado intervir na economia, onde este era liberal, ou seja, os norte americanos viviam o chamado liberalismo econômico onde o estado não intervém nas atividades econômicas. Este foi o maior fator para o fim do capitalismo liberal. (TOFFOLI, 2005, s.p.)

A política econômica adotada para diminuir o índice de desemprego foi a política de realização de obras públicas visando criar novos empregos aproveitando milhões de desempregados. Para Toffoli (2005) as medidas foram inspiradas nas:

> idéias do economista John Keynes onde visava tomar medidas econômicas que garantissem o pleno emprego dos trabalhadores. Keynes defendia, também, uma redistribuição de lucros para que o poder aquisitivo dos consumidores aumentasse de acordo com o desenvolvimento dos meios de produção. (TOFFOLI, 2005, s.p.)

O programa adotado manteve a economia estável mas, não liquidou inicialmente a crise econômica totalmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Grande Depressão de 30 ocasionou uma crise de cunho mundial e, uma extrema desvalorização e o extermínio de capitais e de produtos. A crise de 1929 foi considerada como um dos maiores desastres da história do capitalismo no século XX, representando uma devastação mundial. (CHOMA, 2008, s.p.). A Depressão de 30 pode ser explicada na figura1, a seguir:

Figura 1: Depressão de 30. Fonte: (FERNANDES, s.d.)

O Brasil adotou medidas drásticas para enfrentar a crise. O governo em uma tentativa de frear a queda do preço do café, principal produto de exportação do país,

queimou parte da produção. O desequilíbrio de 1929 teve consequências sobre a sociedade americana com 15 milhões de pessoas sem emprego. Fábricas fecharam as suas portas, agricultores viram seus domínios sendo tomados pelos bancos, além de, paralisação e revoltas no país. O programa adotado provocou uma grande intervenção do Estado. Diversas agências governamentais foram criadas para gerenciar as inúmeras obras públicas com objetivo de levantar a economia. Para alocar milhares de desempregados, o governo investiu em infraestrutura como, estradas, barragens, usinas hidrelétricas. Com emprego, as pessoas voltaram a consumir. As indústrias, o comércio e os bancos lentamente retornaram suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que o desequilíbrio de 1929 foi o resultado de uma das piores crises que os países enfrentaram. Os EUA adotaram uma política econômica nomeada de "*New Deal*" estabelecendo uma série de medidas para que a economia voltasse a crescer com a retomada do poder de consumo. A partir de 1935, a economia norte-americana se restabeleceu totalmente voltando a exportar em grandes escalas.

REFERÊNCIAS

CHOMA, Jeferson. **A crise de 1929 e a Grande Depressão.** 2008. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/a-crise-de-1929-e-a-grande-depressao/>. Acesso em: 27 abr. 2017.

FERNANDES, Aurelio. **A crise de 29.** Blog dos alunos das turmas de 3ª serie do prof Aurelio Fernandes. Disponível em: <http://cephm-crisede29.blogspot.com.br/search?updated-max=2010-05-25T06:15:00-07:00&max-results=7>. Acesso em: 21 abr. 2017.

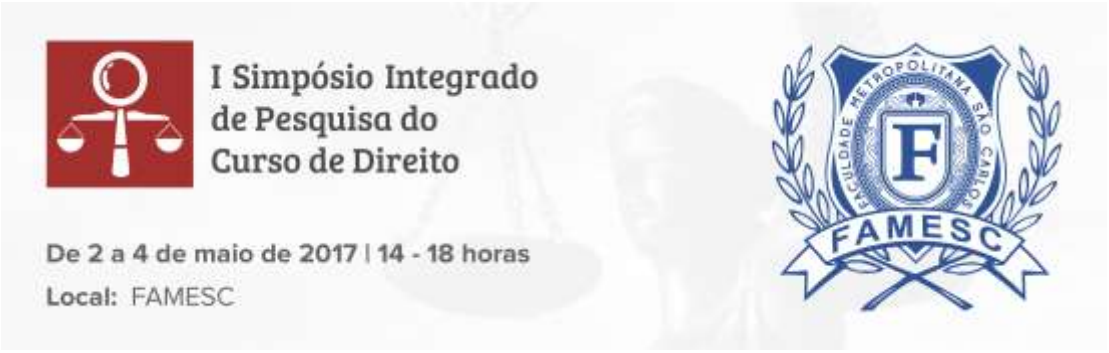
GOMES, Cristiana. **Crise de 1929 (Grande Depressão)**. 2017. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/crise-de-1929-grande-depressao/>. Acesso em: 27 abr. 2017.

GURGEL, Rodrigo . **Crise de 1929:** Do crash da Bolsa de Valores ao New Deal. Uol Educação, 2008. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/crise-de-1929-do-crash-da-bolsa-de-valores-ao-new-deal.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LEAL, Edson Pereira. **Crise de 1929.** Comunidade ADM, outubro de 2009. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/crise-de-1929/35073/> . Acesso em: 21 abr. 2017.

TOFFOLI, Leopoldo. **New Deal. InfoEscola, 2016-2017.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/new-deal/> . Acesso em: 25 abr. 2017.



PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL

FARIAS, Ademilson Goulart de Oliveira[147]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[148]
BRASIL, Maria Margarete Salvate[149]

INTRODUÇÃO

Os programas sociais no Brasil promovem cidadania, combatem a pobreza dando dignidade aos brasileiros, movimentando a economia nacional e ajudando o desenvolvimento do país.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um dos programas sociais, abordando um dos projetos que tem ajudado as famílias brasileiras de baixa renda, conhecido como Bolsa Família, que, a alguns anos ajuda na melhoria da renda de parte da população brasileira que necessita de recursos.

Alguns dados serão apresentando como, gastos do governo com projetos sociais, utilizando como base o do Bolsa Família, buscando assim, as informações em artigos e notícias. O projeto é defendido por alguns presidentes e parte da sociedade, pois, para a camada da população pobre brasileira, cortar essa ajuda, seria um golpe.

[147] Graduando do 1° período do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: ademilsongf@hotmail.com;
[148] Professora Orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com;
[149] Professora Coorientadora: Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado no presente trabalho foi de pesquisa, análise, leituras de artigos, notícias na internet na busca de esclarecimento sobre projetos sociais, desde, sua criação, modificações, dados e comparação, tendo como foco o programa Bolsa Família.

DESENVOLVIMENTO

Os programas sociais no Brasil tiveram origem durante o governo do Fernando Henrique Cardoso (1995–2003). Em 2001, foi criado um dos primeiros programas, o Bolsa Escola, que incentivava a criança a ir para escola, em vez de trabalhar para ajudar os pais. Com isso, também, combateu o trabalho infantil. Para participar do programa as crianças precisavam frequentar a escola, ter uma frequência de no mínimo de 85%, e possuir uma renda familiar inferior a R$ 90,00 para obter o auxílio do governo federal. (MARIA, 2013, s. p.)

Com base nesse auxilio, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011), criou e modificou outros programas, como, auxilio gás que doava R$ 15,00 mensais para ajuda na compra do botijão, bolsa alimentação para ajuda de custo com alimentação dos brasileiros. E outros como, Fome Zero, Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família. O programa social Bolsa Família, que foi regulamentado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, unificou os benefícios sociais da Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás. O Cadastro Único criado foi essencial para a população ter acesso aos programas sociais, que, de acordo

com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do grupo de 6,5 milhões de famílias beneficiadas no primeiro ano, em 2003, cerca de 522 mil de famílias carentes ainda dependiam do programa e, em sua grande maioria residiam na região nordeste, de acordo com dados de 2013. (**IG São Paulo, 2013)**

O benefício até hoje é concedido às famílias brasileiras carentes que dependem da ajuda. Como exemplo, o município de Bom Jesus do Itabapoana no Rio de Janeiro, com uma população de 35.411 habitantes, onde 2.857 famílias recebem o bolsa família, correspondendo aproximadamente a 19,35% da população. Os dados do mês de março de 2017, do **Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário**, mostraram que foram transferidos para os beneficiários R$ 408.065,00, com valor médio por família de R$ 142,83. **(**MDS, 2017, s.p.). De acordo com Martello (2016) , os investimentos em programas sociais no Brasil a cada ano tem aumentado:

> Entre 2002 e 2015, diz o estudo do Tesouro Nacional, o gasto com assistência social direto teve um aumento de 375% em termos reais, ou seja, acima da inflação. Neste caso, os gastos saltaram de R$ 15,5 bilhões em 2002 para R$ 73,5 bilhões no ano passado. Os programas de assistência social são: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada para portadores de deficiência e idosos e renda mensal vitalícia para inválidos e idosos. (MARTELLO, 2016, s. p.)

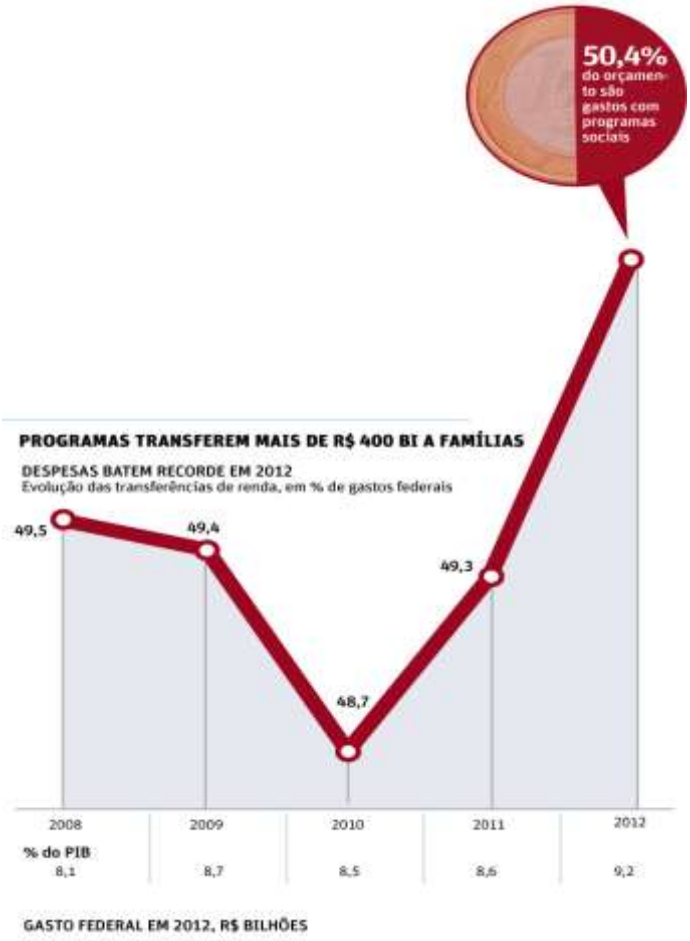
Alguns questionamentos precisam ser feitos em relação aos programas sociais. Eles atendem parcela da população que realmente necessita? Houve crescimento e desenvolvimento do país com os programas? O Brasil deve investir em outros programas ou deve diminuir a assistência aos programas?

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os valores dos benefícios com programas sociais durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), mostraram que o total dos gastos chegaram a R$ 20,5 bilhões, apenas com o Bolsa família. Os recursos, conforme gráfico 1, a seguir, representaram 50,4% das despesas do governo federal em 2012, configurando mais da metade das despesas. Os gastos representaram 9,2% do Produto Interno Bruto, ou seja, parte de tudo que é produzido de bens e serviços no país. (PATU, 2013, s.p.)

As despesas com programas sociais tiveram aumentos expressivos a partir do ano de 2010, demostradas no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Gastos com programas sociais



Fonte: (FOLHA, 2013)

Outros países tentaram adotar uma cópia do Bolsa família brasileiro. A Suíça, por exemplo, tentou lançar um projeto em que os cidadãos receberiam 2.500 francos suíços, cerca de R$ 9 mil. Diferente do Bolsa Família, todo cidadão suíço receberia esse valor, porém, a proposta foi rejeitada pela população. (G1. GLOBO, 2016, s.p.)

Em Nova Iorque, o prefeito Michael Bloomberg criou em 2007, o programa nova-iorquino bancado pela iniciativa privada que dava dinheiro para os mais

pobres. Semelhante ao bolsa família, as crianças teriam que frequentar a escola, serem levandas ao dentistas, e assim, poderiam receber prêmios nos valores máximos de até US$ 6 mil. O prefeito alegou que teve bons resultados. Em três anos, por exemplo, o índice de pobreza entre os participantes foi reduzido em 16% porém, o programa não foi adiante. Não ficou muito claro os motivos que levaram ao cancelamento desse benefício, mas para o prefeito foi apenas um teste para futuros programas sociais. (GALINDO, 2010, s. p.)

O Bolsa Família reduziu a miséria em 28% em 2012, de acordo com Weber (2013) com dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com dados, o porcentual de miseráveis, que era de 3,6% subiria para 4,6%, caso não existisse a ajuda do governo. Para o governo:

> O Bolsa Família tem efeito multiplicador da renda. O IPEA divulgou estudo mostrando que cada R$ 1 investido no BolsaFamília gera aumento de R$ 1,78 no PIB do Brasil. O IPEA comprova o efeito multiplicador de renda do Bolsa Família por toda a sociedade. O Bolsa Família e o Brasil sem Miséria garantem que 36 milhões de brasileiros saiam da extrema pobreza. (WEBER, 2013, s. p.)

O programa aumentou a renda entre os pobres e foi acompanhado por uma melhora na condição de vida, que incluiu acesso a bens e serviços, como, energia elétrica, abastecimento de água e saneamento. Com isso, a pobreza multidimensional, que leva em conta as diversas dimensões da pobreza, caiu nada menos que 88%, de 8,2% da população, em 2002, para 1%, em 2014. (NASSIF, 2016, s. p.)

CONCLUSÃO

O programa Bolsa Família é um programa social de transferência de renda que está funcionando a mais 13 anos e ajudando às famílias brasileiras de baixa renda. Proporcionou à 14 milhões de famílias cadastradas a saírem da linha da pobreza. Os benefícios são calculados para que as famílias com filhos ultrapassem a linha da miséria, fixada em R$ 70, 00 mensais por pessoa.

O projeto bolsa família também contribuiu para a diminuição do trabalho infantil, visto que, para estarem inscritos no programa a contrapartida é as crianças estarem matriculados na escola e terem frequência. Para participar a exigência é manter as crianças na escola com vacinação em dia e acompanhamento médico regular. Outra contribuição do programa é a redução da pobreza extrema com a melhoria de vida da população e com acesso a energia elétrica, água e saneamento. Com essas medidas o Brasil comemorou a queda da mortalidade, da desnutrição crônica e do déficit de peso das crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 21 abr 2017.

GALINDO. Rogério Waldrigues. **O bolsa-família de Nova Iorque foi para o espaço**. Gazeta do Povo, 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/o-bolsa-familia-de-nova-iorque-foi-para-o-espaco/>. Acesso em: 22 abr. 2017.

G1.GLOBO. **Suíços rejeitam plano que faria cada cidadão receber R$ 9 mil por mês sem fazer nada.** Globo.com, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/suicos-rejeitam-plano-que-faria-cada-cidadao-receber-r-9-mil-por-mes-sem-fazer-nada.html>. Acesso em: 24 abr. 2017.

IG São Paulo. **Bolsa Família em números**: confira resultados de dez anos do programa. Último segundo, 2013. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/bolsa-familia/2013-10-17/bolsa-familia-em-numeros-confira-resultados-de-dez-anos-do-programa.html>. Acesso em: 21 abr. 2017.

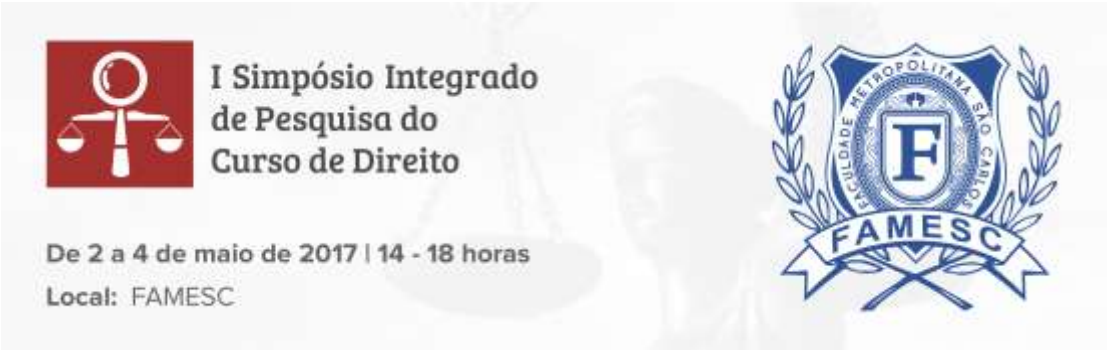
MARIA. Josélia. **A verdadeira História dos Programas Sociais no Brasil.** Informação com credibilidade, 2013**.** Disponível em: <http://joseliamaria.com/a-verdadeira-historia-do-dos-programas-sociais-no-brasil/>. Acesso em: 21 abr 2017.

MARTELLO, Alexandro. **Quase 70% do gasto do governo em 2015 foi na área social, diz estudo.** G1.Globo. Brasília, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/area-social-representou-quase-70-do-gasto-total-em-2015-diz-estudo.html>. Acesso em: 21 abr. 2017.

NASSIF, Luis. **Como o Bolsa Família beneficia a economia do país.** GGN-O jornal de todo Brasis, 2016. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/como-o-bolsa-familia-beneficia-a-economia-do-pais>. Acesso em: 23 abr. 2017.

PATU, Gustavo. **Metade dos gastos de Dilma vai para programas sociais.** Folha de São Paulo, 2013**.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/02/1224987-metade-dos-gastos-de-dilma-vai-para-programas-sociais.shtml>. Acesso em: 21 abr 2017.

WEBER, Demétrio. **Ipea estima que Bolsa Família reduziu miséria em 28% em 2012.** O Globo, 2013. Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/ipea-estima-que-bolsa-familia-reduziu-miseria-em-28-em-2012-10374845. Acesso em: 23 abr. 2017.



ENDIVIDAMENTO NO CARTÃO DE CRÉDITO POR CONSUMIDORES BRASILEIROS

MASSARD, Bruna Araújo Jardim[150]
CRESPO, Pândhia Milani[151]
RODRIGUES, Jailson Barreto[152]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[153]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a utilização do cartão de crédito por consumidores brasileiros, buscando suas causas, suas possíveis soluções e seus mecanismos de prevenção. Essa análise tem por base o período compreendido entre janeiro de 2014 a fevereiro de 2017.

Os veículos de comunicações propagam que os cartões de crédito trazem benefícios aos consumidores, tais como, a possibilidade de comprar pela internet com segurança, a possibilidade de acumulação de pontos para descontos em outra compra, concessão de empréstimos imediatos, possibilidade de parcelamentos das faturas, possibilidade de aquisição de um bem sem ter o dinheiro em conta, entre

[150] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: brunamassard1@hotmail.com
[151] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: pandhia_cristie@hotmail.com
[152] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: jailsonef@gmail.com
[153] Professora orientadora: Mestre em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

outros. Porém, pesquisas revelam que uma grande fatia das dívidas dos consumidores brasileiros é causada pelo uso do cartão de crédito.

MATERIAL E MÉTODOS

Ao partir do pressuposto tema, "endividamento no cartão de crédito por consumidores brasileiros", utilizou-se por meio da internet a elaboração da pesquisa desse trabalho, como também, a coleta de dados estatísticos. Contudo, ainda foi utilizada a consulta de artigos como referência sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO

Quando o consumidor adquire um produto usando um crédito concedido a ele por uma operadora de cartão de crédito, e, por motivos diversos ele não paga o cartão de crédito na data prevista, a consequência é a geração de juros que aumentam consideravelmente o valor a ser pago. Após meses sem cumprir com o pagamento da fatura do cartão, as agências de proteção ao crédito, SPC ou Serasa, negativam o consumidor causando, assim, o endividamento no cartão de crédito. Esse fato é uma das principais causas do endividamento entre as famílias brasileiras.

Entre as dívidas que as famílias brasileiras possuem, a do cartão de crédito lidera este *ranking*, de acordo com Dolci (*apud* GANDRA, 2015), coordenadora da entidade Proteste Associação de Consumidores que afirmou, "hoje não há limite: 62% das famílias brasileiras estão endividadas e o cartão de crédito foi apontado por 77,2% das famílias endividadas como a principal dívida." (GANDRA, 2015, s.p.)

As altas taxas de juros no rotativo colaboram para que o consumidor desatento caia em dívidas no cartão de crédito, pois, impedem muitas vezes que os consumidores honrem com as suas dívidas. O crédito rotativo permite o pagamento mínimo da fatura, logo, por se tratar de crédito emergencial faz necessário a cobrança de juros. O problema não é a cobrança de juros, mas sim, a cobrança de juros excessivos ou exorbitantes, como apurou a pesquisa realizada pela Proteste Associação de Consumidores identificando que alguns cartões praticam juros no rotativo superior a 700% ao ano. (GANDRA, 2015, s. p.)

O fato é que os bancos cobram taxas de juros maiores por uma questão de risco. Porém, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), quanto maiores os juros, maior a dificuldade para o consumidor honrar suas dívidas, por isso, não há dúvida que as altas taxas de juros não só oneram o consumo das famílias como têm impactos na inadimplência. (FERNANDES, *apud* GANDRA, 2015, s. p.)

De acordo com Yazbek (2015), em pesquisa realizada pelo Banco Central, observou-se que os juros cobrados pelos bancos quando o cliente faz apenas o pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito são os mais caros do mercado: chegando a 414,3% ao ano, em média. Apesar de ser uma taxa caríssima, nem sempre os clientes dimensionam como uma taxa dessas multiplica o valor da dívida. (YAZBEK, 2015, s. p.).

Outra causa apontada pelo economista Bruno Fernandes (2015, *apud* Gandra, 2015), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), como motivo para o endividamento no cartão de crédito é o crédito facilitado de altos valores de limite no cartão. Na maioria das vezes maior que a renda mensal,

com proposta de parcelamento em até dez vezes. O usuário ao aderir ao parcelamento perde a noção do valor que está pagando.

A crise financeira, também, é a pontada como uma das causas pela inadimplência de dívidas no cartão de crédito para os brasileiros. Pois, a crise causa desemprego em massa, e os desempregados que tem contas a pagar restam só duas escolhas: ou deixa de pagar o cartão ou, pagar apenas a fatura mínima entrando no crédito rotativo e podendo pagar sete vezes o valor em um ano. O não pagamento, também, gera dívida. Para combater ou evitar o endividamento no cartão de crédito é necessário que se tomem alguns cuidados.

Com o intuito de fazer um melhor uso do cartão de crédito e não se endividar, a jornalista Aftimus (2016) sugeriu a adoção das seguintes medidas: evite compras parceladas; tenha cuidado com os pequenos gastos; prefira o cartão apenas para compras de valor maior; acompanhe seus gastos com frequência; nunca pague o mínimo da fatura; tenha cuidado com as taxas; e evite ter muitos cartões. (AFTIMUS, 2016, s.p.). Outra indicação, nunca pagar apenas o valor mínimo da fatura em razão dos juros sobre o restante da dívida que ficará para próximo mês, sendo assim, o dinheiro é pago sem comprar nada. Nesse caso, pode ser válido negociar com a família e até usar alguns dias do cheque especial, que cobra taxas menores.

A cobrança abusiva referente à cobrança de juros excessivamente altos pode ser declarada vantagem excessiva de acordo com o artigo 39 (inciso V) do Código de Defesa do Consumidor.

Acompanhar os gastos é fundamental, cerca de 77% população usa o cartão como meio de pagamento, conforme pesquisa do SPC Brasil, publicada na Gazeta do Povo (2013). As parcelas favorecem o descontrole financeiro, afinal, somando valores

aparentemente baixos de numerosas compras, ao final do mês uma grande quantia se formará para pagar. Outro cuidado importante é não se deixar levar por parcelamentos longos, mesmo que sem usuras, para comprar itens que não são primordiais. É mais proveitoso usar a chance de fragmentação no pagamento com itens que valem a pena o investimento. Com planejamento, estará usufruindo sem se endividar.

Outra medida, deixar o cartão fora da carteira pode ser um grande aliado na hora de evitar complicações. Almoços, cafés, lembrancinhas, cinema, estacionamentos são pequenas despesas que podem ser um problema senão houver um controle financeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Yazbek (2015), uma pesquisa realizada pelo Banco Central simulou um comparativo das taxas médias de juros por banco, no qual um cliente paga ao parcelar R$ 500,00 da sua fatura ao entrar no crédito rotativo. O resultado é demostrado na tabela 1, abaixo:

Tabela 1: Taxas médias de juros cobradas por banco.

Banco	Taxa de juro ao mês	Taxa de juro ao ano	Juros pagos após um ano
Caixa	11,14%	255,12%	R$ 1.755,88
Banco do Brasil	14,12%	387,79%	R$ 2.439,56
HSBC	15,61%	469,79%	R$ 2.850,46
Bradesco	15,93%	489,38%	R$ 2.946,59
Santander	16,50%	525,03%	R$ 3.125,22
Itaú	18,05%	632,19%	R$ 3.662,37

Fonte: (Banco Central, 2015)

A taxa de juros cobrada pelos bancos é diferenciada para cada instituição. A tabela 1 revelou os valores abusivos cobrados caso, um cliente parcele R$ 500,00 da sua fatura do cartão de crédito.

Dentro do tema apresentado, os benefícios em contraponto aos aspectos prejudicais que levam ao endividamento no cartão de crédito são os mais diversos. Por um lado, mostra-se uma necessidade de utilização do cartão de crédito, mas por outro, escondem os juros exorbitantes que acabam levando o consumidor a contrair dívida. Assim, é necessário que o consumidor brasileiro tenha esclarecimento a respeito destes contrapontos, pois, só assim, haverá condições para fazer frente ao problema do endividamento no cartão de crédito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da ótica da utilização do cartão de crédito tem-se noção ampla que o cartão não só trouxe facilidades para os consumidores, como também trouxe dificuldades para os consumidores desatentos. E para evitar essas dificuldades, o consumidor precisar usar o cartão de crédito de maneira mais consciente, ou seja, planejada. Dessa maneira, ele escapa do pagamento de juros exorbitantes do cartão de crédito, principalmente, o crédito rotativo, e também evita o endividamento no cartão de crédito.

REFERÊNCIAS

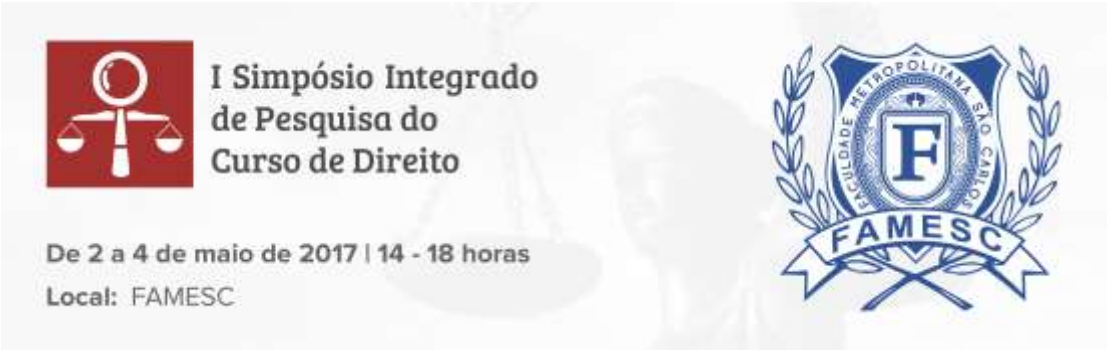
AFTIMUS, Paula. **7 atitudes para não se endividar no cartão de crédito**. Meu bolso Feliz, 2016. Disponível em: < http://meubolsofeliz.com.br/noticia/7-atitudes-para-nao-se-endividar-no-cartao-de-credito/ >. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor**. Lei 8078/90- 2015. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/topicos/10602693/inciso-v-do-artigo-39-da-lei-n-8078-de-11-de-setembro-de-1990>. Acesso em: 19 abr. 2017.

GANDRA, Alana. **Associação de consumidores quer limite para juros dos cartões de crédito**. Agência Brasil, 2015. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-09/fds-proteste-quer-limite-para-juros-no-rotativo-de-cartoes-de-credito. Acesso em: 20 abr. 2017.

GAZETA DO POVO. **Pesquisa mostra que 77% dos brasileiros já usam cartão de crédito**. Agência Estado, 2013 - Disponível em: < http://www.gazetadopovo.com.br/economia/pesquisa-mostra-que-77-dos-brasileiros-ja-usam-cartao-de-credito-0g5nwwsjtsqepddwlg7oc51la >. Acesso em: 19 abr. 2017.

YAZBEK, Priscila. **O que acontece quando você faz o pagamento mínimo do cartão** – Exame.com, 2015 -Disponível em: < http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/o-que-acontece-quando-voce-faz-o-pagamento-minimo-do-cartao/>. Acesso em: 21 abr. 2017.



PRODUÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS NOVOS NO BRASIL 2016-2017

SILVEIRA, Gabriel Corrêa da [154]
PIMENTEL, João Paulo Lazarini [155]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[156]

INTRODUÇÂO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a produção e venda de veículos novos no Brasil entre 2016 e 2017. As vendas de carros no país, dentre eles comerciais leves, caminhões e ônibus novos recuaram 20% em setembro de 2016, segundo dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) em 2017. As vendas de veículos subiram 5,5% em março de 2017 e teve a primeira alta em 2 anos. Pode-se afirmar que, o modelo mais vendido pelo 2º ano seguido foi o Onix, sendo que o modelo Hatch ajudou a Chevrolet a ser a marca que mais emplacou carros em 2016, superando a Fiat. Foram emplacadas 189 mil unidades em 2017, contra 179 mil no mesmo período de 2016, porém, no acumulado, volume vendido é inferior ao 1º trimestre do ano passado. (G1.GLOBO, 2016, s. p.)

[154] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: correa.18@hotmail.com.br;
[155] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: joaopaulolazarini@gmail.com;
[156] Professora Orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com.

A venda de veículos novos no Brasil movimenta bastante a economia, porém, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), houve um déficit de 5,2% (147,2 mil unidades) de veículos licenciados no mês de janeiro de 2017, contra 155,3 mil referente ao mesmo mês em 2016. Diante disso, conforme afirmação do diretor da Consultoria Jato Dynamics, Pedro Mendes, devido à alta dos preços dos carros novos o consumidor optou pelos usados. (QUINTANILHA, 2017, s.p.)

METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento do presente trabalho foi a pesquisa em sites sobre o assunto especifico além de, revisão bibliográfica em artigos relacionados ao tema.

DESENVOLVIMENTO

No começo de 2016, a Fenabrave projetava quedas menores da venda de veículos novos. A entidade atribuiu o resultado final à crise econômica e a baixa aprovação de compras a crédito. Em setembro de 2017, foram emplacados 159,9 mil unidades de motos novas. Em relação à produção no mês de agosto de 2016 foi registrado um déficit de 13%, considerando 2 dias úteis a menos. Segundo a Fenabrave, o ritmo menor de produção no Brasil influenciou o desempenho negativo das vendas. A queda na produção de veículos automotores foi ocasionado pela intervenção da fábrica da Volkswagen em não produzir

por cerca de 1 mês por problemas com fornecedores de peças. (FENABRAVE *apud* G1.GLOBO, 2016, s. p.)

De acordo com a Fenabrave (2017) a venda de veículos de passeio e comerciais como (SUVs, Picapes e Furgões) piorou em comparação a 2016. Estima-se que em 2017 haverá uma redução de 19,5%, com 1,99 milhões de unidades. No entanto, mesmo com estimativa negativa para vendas de veículos, a federação prevê melhorias na economia, mas, com precaução em relação as vendas de carros e comerciais leves porque elas resultam do emprego, da renda e do crédito. Para o presidente da Fanabrave, Alarico Assumpção, o último segmento a ter recuperação será o de autos e comerciais leves (OLIVEIRA, 2016, s.p.).

Uma das categorias mais prejudicada foi a dos veículos pesados, que até fevereiro de 2017, segundo a ANFAVEA (2017), foi vendido 828 ônibus que, comparado a setembro de 2016, representou 46% a menos que as 1.539 unidades produzidas. O total de caminhões ficou 30% abaixo em comparação com as 5,9 mil unidades. A Fenabrave espera que a linha de caminhões apesar de não ter tido um bom desempenho no segmento, poderá a ser uma da primeira a retornar ao crescimento. A entidade considera que a melhoria ocorrerá com a intensificação de investimentos, principalmente os relacionados à infraestrutura pública. (ANFAVEA, 2017, s. p.)

A comercialização de motocicletas novas vem declinando com a crise, com queda estimada em 29% em comparação ao ano de 2016 e, com retrocesso de 18% a. a. Para o presidente da Fenabrave, as vendas para ciclomotores está ruim pela ausência de crédito. No entanto para automóveis, para cada 10 pedidos de financiamento são aprovados 3 e, para o financiamento de motos o índice revela que apenas 1 a cada 10 pedidos de financiamento é aprovado. O financiamento, alavanca as vendas de automóveis. A venda

de veículos por marca foi liderada pela Chevrolet, que em setembro de 2016 alcançou 18,24% do mercado de carros, seguindo da Fiat com 14% e da Hyundai com 10,9%. (G1.GLOBO, 2016, s. p.)

A produção de veículos no Brasil tem se mantido em processo de alta. O aumento na produção automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus no Brasil começou 2017 com alta em janeiro, na comparação com o mesmo mês de 2016. Em janeiro foram fabricados 174.700 veículos em 2017, contra 148.693 no ano 2016. Segundo o presidente da Anfavea, Antonio Megale, há uma melhor expectativa para a produção e exportação de veículos de todas as classes no Brasil, apesar de, nos últimos anos o Brasil fabricou mais veículos que vendeu, ou seja, ouve uma superprodução e pouca venda. (ANFAVEA, 2017, s. p.)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

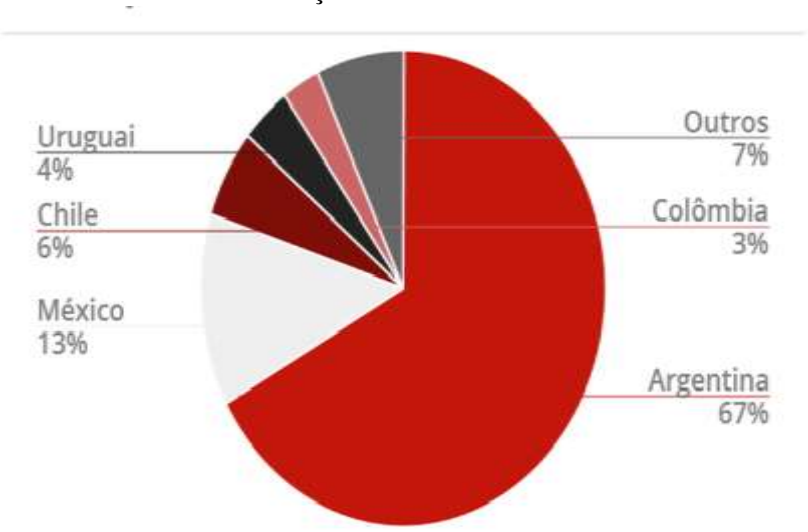
De acordo com a Anfavea a exportação de veículos no Brasil nos próximos anos tem grande tendência de crescimento de venda de veículos para o exterior, pois, o comércio interno brasileiro está com dificuldades em vendas. Logo é necessário explorar o mercado externo para manter a produção brasileira. A capacidade instalada no país é de cerca de 5 milhões de unidades por ano e não há demanda interna que sustente essa produção. A solução para as montadoras é a exportação. Mesmo assim a ociosidade será alta por um bom tempo. (MORAIS *apud* MACHADO, 2016, s. p.)

Contudo, será de suma importância o auxílio do governo em firmar acordos internacionais para que continue aumentando a produção de veículos no Brasil.

Segundo Antonio Megale podemos melhorar o nosso desempenho nos próximos anos com os acordos que estão sendo firmados pelo governo brasileiro. (MEGALE, *apud* MACHADO, 2016, s. p.)

O governo do Brasil tem como o objetivo firmar novos acordos na América Latina e na África. No ano de 2017 o Brasil confirmou novas bases de exportação, como, para a Argentina, para o México e para o Uruguai, além de, para a Colômbia e para o Peru. O gráfico 1 representa os principais destinos dos veículos produzidos no Brasil.

Gráfico 1: Principais destinos de veículos
Distribuição no 1ª trimestre de 2017



Fonte: (SECEX, 2017)

Explorar novos mercados é relevante pois o potencial do Brasil na produção de veículos é muito grande e o mercado interno não tem demanda para a quantidade produzida, então, há necessidade do governo estabelecer novos acordos. Dito isso, pode-se afirmar que o Brasil tem como principais compradores os países que fazem

fronteira. Todavia, ainda, há uma grande expectativa em exportar os automotores para países como Europa e Estados Unidos. (SECEX *apud* FUSSY, 2017, s. p.)

Em 2013 ocorreu uma grande crise econômica no comércio brasileiro. Com isso, gerou um grande prejuízo para as empresas automobilísticas e os trabalhadores acabaram sendo demitidos com corte de gastos. Após o corte de 8,8 mil postos nos últimos 12 meses, as montadoras automobilísticas estão voltando a contratar novamente, mas em pequena escala. Em fevereiro do ano de 2017 apenas 414 vagas foram abertas no setor, incluindo nessa conta as fábricas de máquinas agrícolas, também associadas à Anfavea. Considerando esses dados, observa-se que a contratação ainda está muito abaixo do esperado. Segundo Antonio Megale, apesar da geração de empregos o número de vagas criadas não foram significativas. (MEGALE *apud* MACHADO, 2016, s. p.)

As fábricas brasileiras, ainda, contam com um grande efetivo de trabalhadores atualmente. No começo de 2017 havia 121.125 empregados, mas, anteriormente a crise brasileira as fábricas automobilísticas contavam com o número de 129.594 mil pessoas em janeiro de 2016, representando uma queda de 6,5% de um ano para outro. (ANFAVEA, 2017, s. p.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira, considerando a produção e exportação de veículos em todos os segmentos, teve um déficit no início de 2015, vindo a recuperar em 2016 e 2017. Houve um maior desenvolvimento no que diz respeito à produção e venda de veículos, porém, não havia quantidade necessária de demanda para a venda de

veículos produzidos. Pode-se afirmar que, a saída que o mercado brasileiro encontrou para voltar a ter estabilidade na venda de veículos foi a exportação. Assim, retornou a quantidade de empregos que foram perdidos com a queda das vendas trazendo mais esperança para os que trabalham no setor. Atualmente, o país passa pelo maior período de desemprego.

REFERÊNCIAS

ANFAVEA. **Estatísticas.** Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/estatisticas-2016.html>. Acesso em: 14 abr. 2017.

FUSSY, Peter. **Produção de veículos sobe 17,1% em janeiro de 2017, diz Anfavea.** Disponível em: <http://g1.globo.com/carros/noticia/producao-de-veiculos-sobe-171-em-janeiro-de-2017-diz-anfavea.ghtml>. Acesso em: 14 abr 2017.

G1. GLOBO. **Venda de veículos novos recua 11% em agosto, diz Fenabrave. G1, Globo.** São Paulo, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/carros/noticia/2016/09/venda-de-veiculos-novos-recua-11-em-agosto-diz-fenabrave.html>. Acesso em: 13 abr. 2017.

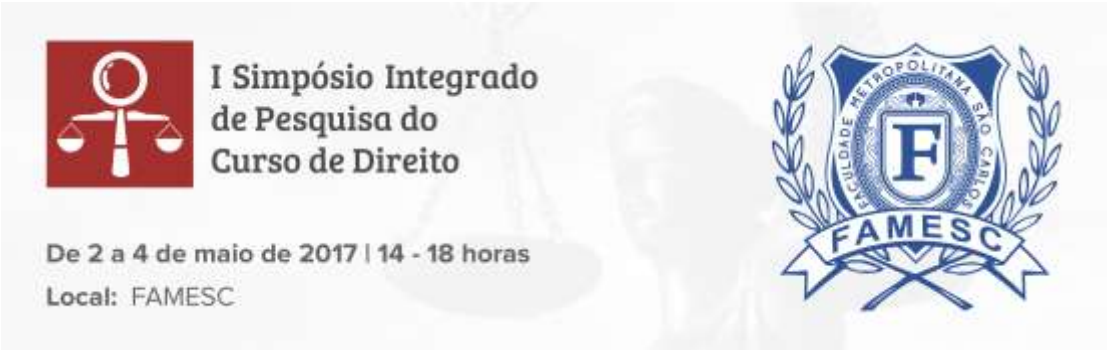
G1. AUTOESPORTE. **Com a crise, Brasil se torna o 9º mercado de carros do mundo em 2016.** Disponível em: <http://revistaautoesporte.globo.com/Noticias/noticia/2017/02/com-crise-brasil-se-tornar-o-9-mercado-de-carros-do-mundo-em-2016.html>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MACHADO, Ana Paula. **Com venda fraca no Brasil, exportação de veículos cresce 20%.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1799114-com-venda-fraca-no-brasil-exportacao-de-veiculos-cresce-20.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2017.

OLIVEIRA, Luciana de. **Venda de veículos novos cai 20% em setembro, diz Fenabrave.** G1.globo, 2016. Disponível em:

<http://g1.globo.com/carros/noticia/2016/10/venda-de-veiculos-novos-cai-20-em-setembro-diz-fenabrave.html>. Acesso em: 12 abr. 2017.

QUINTANILHA, Sergio. **Setor automotivo começa a se recuperar em 2017.** Automotive Business, 2017. Disponível em: . <http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/25646/setor-automotivo-comeca-a-se-recuperar-em-2017>. Acesso em: 18 abr. 2017.



A CRISE HÍDRICA EM SÃO PAULO 2014-2016 E O SISTEMA CANTAREIRA

BARTOLAZZI, Dayane Raposo[157]
NASCIMENTO, Gissely da Silva[158]
SOUZA, Lays Nascimento de[159]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[160]

INTRODUÇÃO

O crescimento populacional, a industrialização, a expansão agrícola, as mudanças climáticas e a falta de planejamento, fenômenos presentes no desenvolvimento do país, vêm, inevitavelmente contribuir para o processo de escassez dos recursos hídricos. Não é necessário maiores entendimentos técnicos para compreender que, a intensa urbanização fatalmente decorrerá aumento no consumo de água. Tanto para uso doméstico, industrial ou agrícola é fundamental que a infraestrutura de abastecimento acompanhe este fenômeno.

O presente trabalho tem como objetivo abordar como a crise hídrica que atingiu o Estado de São Paulo nos períodos 2014-2016 afetará a próxima década caso, medidas socioeconômicas não forem tomadas. Também, será abordado possíveis

[157] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, Jesus do Itabapoana, e.mail: dayanebarth16_@hotmail.com;
[158] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: gisselyferrine@gmail.com;
[159] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: laysnascimento2016@outlook.com;
[160] Mestrado em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: neuzamsnunes@gmail.com

soluções adotadas pelo órgão Sabesp para superar a crise da água e a representação de dados através de gráficos dos períodos antecedentes até a crise no Sistema Cantareira.

MATERIAL E MÉTODOS

Ao partir do pressuposto tema "A crise hídrica em São Paulo 2014-2016 e o Sistema Cantareira" no atual momento de 2017, utilizou-se de estudos bibliográficos para elaboração da pesquisa desse resumo expandido. A busca por artigos acerca do assunto foi fundamental para desenvolver a temática e absorver conhecimento e conceitos doutrinários que também estão presentes. Buscou-se, da mesma forma, conteúdo e dados disponíveis pelo principal órgão dos recursos hídricos de São Paulo, a Sabesp.

DESENVOLVIMENTO

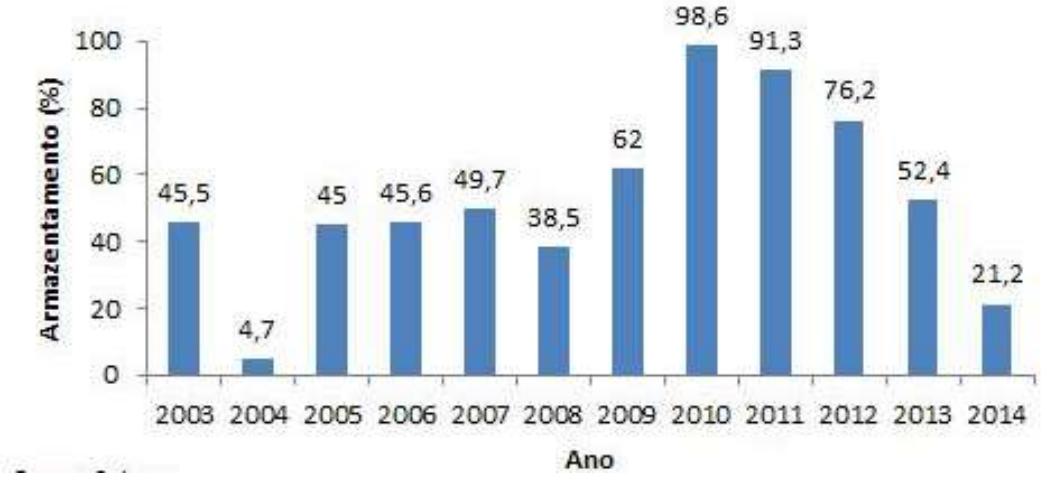
A crise hídrica no Estado de São Paulo foi o fenômeno que ocorreu nos períodos de 2014-2016 mas, para entender como ocorreu tal fenômeno precisa-se voltar no tempo e ver os sinais que os dados apontavam no ano de 2004. O maior reservatório de São Paulo, o sistema Cantareira, que foi criado no ano de 1970 devido ao rápido crescimento da população paulista começou a ter uma queda brusca no nível da reserva de água. O crescimento populacional e as grandes empresas nas cidades vizinhas contribuíram para a crise além, da falta de planejamento da

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), órgão responsável por abastecer cerca de 14 bilhões de habitantes de São Paulo.

Partindo desta premissa, a Sabesp renovou contrato no início de 2004 com a Agência Nacional de Águas (ANA) e com o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) por dez anos, que foi expirado em agosto de 2014. No entanto, em função da severa escassez hídrica observada no sistema Canteira, a outorga foi prorrogada até final de outubro de 2015.

Nesse período pode-se observar, no gráfico 1 a seguir, a porcentagem de água na reserva Cantareira em 2004 e após uma década a mesma condição de escassez hídrica. O primeiro sinal veio com a falta de planejamento da Sabesp em ampliar os reservatórios, não prevendo que no futuro a população ficaria dependente do Sistema Cantareira. Em exatos dez anos o maior reservatório de São Paulo e principal fonte de abastecimento não conseguiu atender a demanda na distribuição de água devido à estiagem das chuvas no ano de 2013 e de 2014.

Gráfico 1: Armazenamento de água do Sistema Cantareira



Fonte: (SABESP, 2014)

Outro fator predominante da escassez dos recursos hídricos foi o crescimento populacional. Desde 1960 o número de habitantes só na capital de São Paulo pulou de 4,8 milhões para 11,8 milhões em 2013, segundo dados do IBGE. Com o aumento da população, aumenta o consumo, a poluição dos rios e a água fica sem tratamento adequado.

Demais fator importante diz respeito ao sistema de encanamentos, além de serem muito antigos contribui para o desperdício hídrico. Segundo a Sabesp cerca de 25% da água tratada se perde no caminho da distribuição até o consumidor final. Segundo especialistas esse volume de água seria o bastante para abastecer cerca de 4 meses a população de São Paulo. Segundo Leite (2014), em artigo publicado na revista de São Paulo, a empresa desperdiça mais de 36% da água tratada e só trata 52% do esgoto de São Paulo. A cidade está em 25º lugar no "*Ranking* do Saneamento Básico nas 100 Maiores Cidades do País" embora, contestado pela empresa:

> A Sabesp rebateu os dados afirmando que, se considerado apenas os vazamentos, a empresa tem índices melhores que o de países desenvolvidos. "Esse indicador era de 20,3% no início de 2014 e já caiu para 19,8% em junho/2014. Nos melhores sistemas do mundo, como Japão e Alemanha, as perdas físicas estão em torno de 8%. No Reino Unido são de 16%, na Filadélfia (EUA) são 25,6%, na França, 26%, e na Itália, 29%", informou a companhia em nota . (LEITE, 2014, p.1)

É importante destacar que os vazamentos e os desperdícios em casas, condomínios e prédios também contribuíram para esse percentual. Segundo a Sabesp no período de 2014-2015 foi implementado ações de contingência para redução das vazões.

Num primeiro momento para o enfrentamento da crise hídrica no Estado, foram apresentadas duas vertentes: o rodízio de água e o programa de incentivo a redução da mesma. O primeiro, embora amenizasse a vazão do Sistema Cantareira de imediato não funcionou, pois, a tentativa de evitar o colapso hídrico trouxe problemas como a falta de água por muitos dias em regiões mais distantes, as doenças infecciosas e a desidratação devido ao calor da época e falta do consumo regularmente entre outros fatores.

Devido aos problemas, a empresa abastecedora de água implementou o incentivo à redução da água. Essa por sua vez teve eficácia durante o período de estiagem com base em três pontos centrais:

> 1. Incentivo à redução do consumo de água dos clientes através de implantação de Programa de Bônus; 2. Transferência de água tratada de outros sistemas produtores para a área atendida pelo Sistema Cantareira; 3. Intensificação do Programa de Combate às Perdas, com redução do tempo de conserto de vazamentos, ampliação das setorizações, ampliação do percentual de rede coberto por válvulas redutoras de pressão e redução das pressões nas redes, diminuindo vazamentos. (SABESP, 2015, p.14)

Outras medidas também de incentivo à redução de água foram adotadas pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), como:

> Em caráter emergencial, a implantação do Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água da Sabesp, que tem por objetivo bonificar, com 30% de redução nas tarifas de água e esgoto, os usuários atendidos pelo Sistema Cantareira que reduzirem em 20% o seu consumo mensal, durante a vigência do Programa. (ARSESP, 2014, p.1)

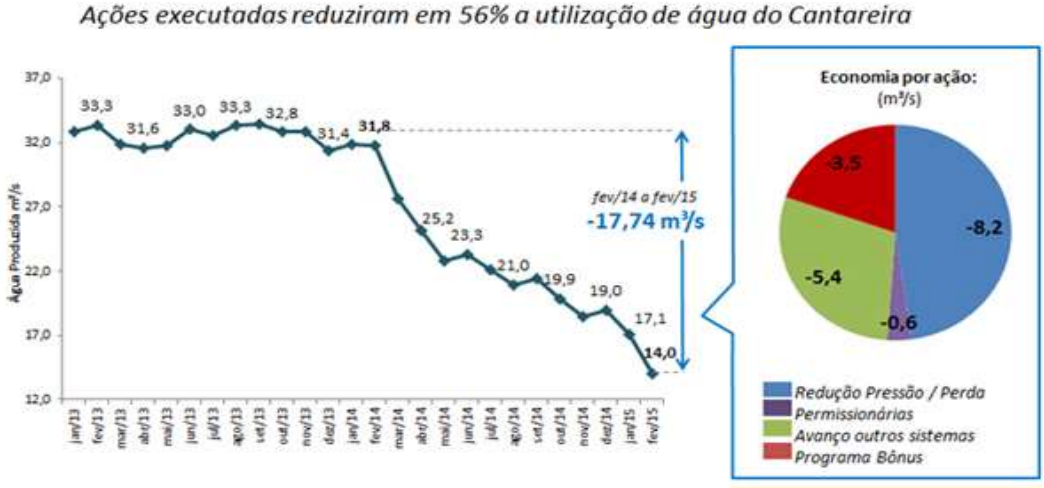
A implementação de medidas é necessário para que a população não fique sem acesso a um bem primordial para a vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O período 2014-2016 foi marcado por um grande movimento feito pela Sabesp para um consumo consciente de água, através de mídias, comunicados e campanhas. Além de, mobilizar as empresas privadas a economizarem o consumo, realizar trabalhos juntos aos bairros sobre a crise hídrica enfrentada e atuar junto aos governos estaduais e municipais para redução do consumo da água em prédios públicos.

A seguir, o gráfico 2, mostra uma redução de 56% no consumo de água pela população, no período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2015, no combate a crise no Sistema Cantareira.

Gráfico 2: Redução do consumo de água



Fonte: (SABESP, 2015)

Embora estivesse sob controle a crise de água em São Paulo ainda estava longe de uma solução para a problemática. O Sistema Cantareira, o maior responsável pelo abastecimento de quase 14 bilhões de pessoas, não deu conta da demanda decorrente do crescimento demográfico e industrial. A afirmação foi de órgãos técnicos e entidades ligadas ao setor que alertaram que, governos e empresas de água teriam de buscar novas fontes de recursos hídricos para suprir esse consumo. Com o crescimento populacional ano a ano, cada vez mais haverá necessidade uma maior produção para abastecimento aos novos moradores da grande São Paulo.

De acordo com o IBGE, a população de São Paulo passará de 37 milhões de habitantes em 2035. O impacto demográfico afetará diretamente o Sistema Cantareira pois o maior índice de abastecimento estão nos centros urbanos, nas empresas e na agricultura. Com esse crescimento será necessário quase dois Sistemas Cantareira para atender a população.

Em 2014 o secretário executivo Francisco Lahoz, do consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, afirmou que seria necessário construir três novos reservatórios para atender a demanda nos próximos anos. Isso para não chegar ao racionamento de água como aconteceu com o racionamento de energia elétrica em 2001. Caso esse projeto não saia do papel o colapso é certo.

É necessário no momento atual, mudanças socioeconômicas nos recursos hídricos de São Paulo, implementação de fortes medidas de gestão de demanda de água mediante programas efetivos de controle de perdas, melhoramento tecnológico, reutilização de recursos hídricos tratados, conscientização populacional,

implementação de bônus para estimular a economia da água e ônus para quem desperdiçá-la.

Segundo Conceição (2017), de acordo com os dados da Sabesp, que administra o reservatório, em 2 de janeiro de 2016 o sistema operava com apenas 1,1% da sua capacidade. Neste ano de 2017, o Sistema Cantareira opera com 46,1% da sua capacidade sendo que, completo o sistema armazenaria 982 bilhões de litros de água. É o maior reservatório do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, a crise hídrica em São Paulo no período apresentado é só uma face do que vem acontecendo ao longo dos anos. Embora, atualmente o alarme da crise passou, a população está mais próxima de um racionamento de água do que a uma década atrás. Em face disso, a responsabilidade não está somente no clima ou no órgão responsável mas, em cada cidadão. O desperdício ainda é grande quando se trata de um bem de maior consumo da população. Entretanto, os órgãos competentes precisam assumir sua parcela investindo melhor nesse recurso com melhores estruturas para o Sistema Cantareira e com planejamentos a curto prazo para obter resultados mais rápidos. Além de, reparar os danos que a população sofre devido ao desperdício, a falta de acesso a esgoto e a má distribuição de um bem comum como a água.

REFERÊNCIAS

ARSESP**. Deliberação ARSESP Nº 469, de 03-02-2014.** Disponível em: <http://www.arsesp.sp.gov.br/BancoDadosAudienciasPublicasArquivos/ldl4692014.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017

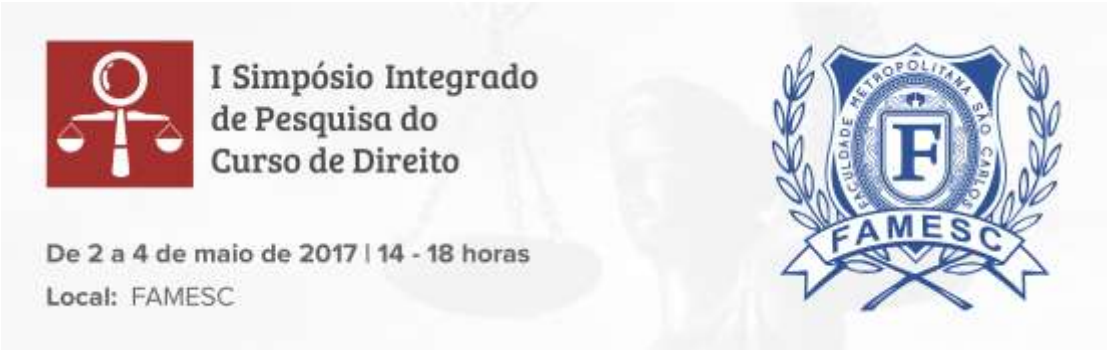
CONCEIÇÃO, Ana. **Cantareira começa o ano mais cheio, mas ainda longe de resgatar volume**. Revista Valor econômico. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4822750/cantareira-comeca-ano-mais-cheio-mas-ainda-longe-de-resgatar-volume> . Acesso em: 31 mar. 2017

IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: Acesso em: 31 mar. 2017

LEITE, Isabele. **Sabesp perde 36% da água e trata 52% do esgoto em SP.** Revista São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/08/sabesp-perde-36-da-agua-e-trata-52-do-esgoto-em-sp-diz-instituto.html>. Acesso em: 31 mar. 2017.

SABESP. **Crise Hídrica, Estratégia e Soluções da Sabesp.** São Paulo, 2015. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/crisehidrica/chess_crise_hidrica.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

SABESP. **Armazenamento de água do Sistema Cantareira.** São Paulo, 2014.



O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

SILVA, Gustavo Mangaravite da[161]
SILVA, Pâmela Reis da[162]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[3]

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo abordar o desenvolvimento e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Nos séculos passados, a classe feminina era vista apenas como esposas, mães e donas do lar e, os cônjuges eram os seus provedores. As viúvas e as mulheres de classe mais empobrecidas se esforçavam para manter suas casas e seus filhos, fazendo doces por encomendas, bordados ou arranjos de flores. Porém, eram desvalorizadas perante a sociedade. Esse fato só começou a mudar a partir da década de 70, quando as mulheres começaram a conquistar aos poucos seu lugar no mercado de trabalho.

A partir de então, as mulheres evoluíram e demonstraram sua capacidade de superar as barreiras que as impediam de entrar no mercado de trabalho. Hoje em dia, elas ocupam cargos superiores que até então eram destinados ao sexo masculino. Apesar dessa evolução, a mulher não está em vantagem relacionada aos homens,

[161] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: gustavo_bji@hotmail.com;
[162] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e.mail: pamelareis40@gmail.com;
[3] Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com

pois, ainda existem preconceitos e há muita discriminação, o que resulta também, na desigualdade salarial entre os gêneros.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado através da abordagem de dados descritivos e quantitativos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, de acordo com dados e informações obtidas e baseadas em artigos, teses, dissertações, internet, como também, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Baylão e Schettino (2014), em um certo período da História as mulheres dedicavam aos cuidados dos filhos, da casa e do marido. Seus cônjuges trabalhavam fora e eram responsáveis pelo sustento de toda a família. Durante o período da segunda guerra mundial, muitos de seus companheiros dedicaram-se a lutar por sua pátria. As mulheres, por sua vez, tiveram que começar a assumir as responsabilidades sobre suas famílias. Muitos dos homens não regressaram da guerra, e outros voltaram incapacitados para retornarem aos seus cargos trabalhistas.

Diante de toda essa situação, as mulheres começaram a se inserir no mercado de trabalho ocupando as funções que eram dos maridos. Segundo Goldin (1990 *apud* SOARES E ISAKI, 2002), nos Estados Unidos, as mulheres passaram de 18% da População Economicamente Ativa (PEA) em 1900 para 32% em 1960 e, em 1992 para 46% . Essa evolução atingiu todo o mundo ocidental, com efeito também no Brasil.

As mulheres que eram 32% da PEA em 1977 aumentaram para 46% no ano de 2001. O aumento teve muita importância na vida da população, pois atingiu diretamente a família e o local de trabalho.

> O que há a destacar nas últimas décadas do século XX é a intensidade, a diversificação e a aparente irreversibilidade do processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho. As taxas de participação feminina expandem-se num processo contínuo, sem alteração diante das diferentes conjunturas econômicas, até o final dos anos 90. (GALEAZZI, 2001, p. 61)

Segundo Barros, Corseuil, Firpo e Santos (2001) as grandes transformações econômicas e culturais vêm acontecendo no Brasil ao longo das décadas, que tem como um importante atributo o crescimento da valorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho, cujo desenvolvimento está melhorando tanto de maneira quantitativa, quanto no aumento da qualificação, assumindo cargos antes destinados aos homens.

Alguns fatores contribuíram para a entrada da mulher no mercado de trabalho, como a necessidade de ajudar na renda familiar devido a queda do salário real. Também se pode citar o desenvolvimento do Brasil, pois com novos postos de trabalho que precisavam de agilidade, comportamento minucioso e desenvoltura, optaram pela força de trabalho das mulheres, que atendiam a esses requisitos. Outro fator para, Baylão e Schettino (2014), que facilitou a inserção da mulher no mercado foi o aumento de métodos contraceptivos e o acesso à informações e mudanças na estrutura e comportamento familiar.

> [...] o desejo de desenvolver uma carreira; a necessidade econômica, seja em decorrência da deterioração dos rendimentos reais do trabalho, seja para

> fazer frente aos novos anseios de consumo — a alteração no padrão de consumo com a presença de novos produtos, expandindo o leque de consumo familiar, impeliu as mulheres a trabalharem fora de casa para aumentar a receita doméstica —; e, principalmente, as elevadas taxas de desenvolvimento econômico que, no caso latino-americano, marcaram especialmente as três décadas subseqüentes à II Guerra, trazendo uma expansão do emprego assalariado regulamentado e incorporando novos contingentes de trabalhadores, inclusive as mulheres. (GALEAZZI, 2001, p. 61)

Apesar de todo o progresso já obtido pela classe feminina, ainda hoje há aspectos a serem superados como, por exemplo, a desigualdade salarial entre os gêneros, no qual em muitos casos ainda configuram preconceito, fato este, já detectado ao longo da história de discriminação social perante as mulheres. (BARROS, CORSEUIL , FIRPO e SANTOS, 2001, p. 2)

Esta situação porém, não é uma regra. Outro motivo o qual leva as mulheres, em muitas situações a terem um salário menor do que os homens é o fato de escolherem profissões menos valorizadas, como professoras, enfermeiras, assistente social, manicure, entre outras.

Um outro fator a ser observado, é que as mulheres buscam cada vez mais instruções e formações se comparadas aos homens. Porém, muitas das vezes elas são mais jovens, o que resultam em desvantagem perante ao sexo masculino que por ter mais idade consequentemente possuem maior experiência.

Como em toda regra há exceção, e neste caso, vem aumentado cada vez mais, hoje as mulheres escrevem uma nova história, muitas conseguiram chegar ao ápice de suas carreiras, exercendo altíssimos cargos que antes eram destinados a somente ao sexo masculino. (QUERINO; DOMINGUES; LUZ, 2013, p. 3).

Segundo a Fundação Carlos Chagas (2010), apesar de todo avanço, ainda, há barreiras entre as ocupações femininas, o que resulta em ocupar posições mais vulneráveis, como a do mercado informal.

> Ao longo do tempo, apesar das barreiras, as mulheres vêm conquistando mais espaço no mercado de trabalho: aumentaram significativamente sua participação, superaram alguns dos limites impostos pela condição familiar e vêm ingressando, graças a escolaridade, em melhores ocupações. Este avanço, contudo, não tem impedido que grande parte das trabalhadoras se encontre no emprego doméstico, no domiciliar e em atividades não-remuneradas. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2010, p. 1)

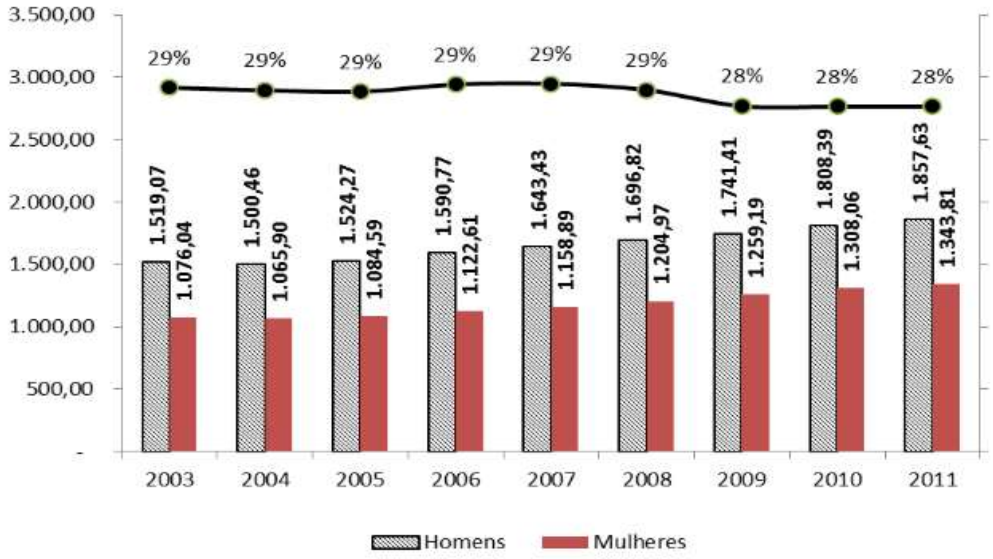
RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, apesar das mulheres possuírem mais escolaridade que os homens, o rendimento das mulheres é bem inferior à dos homens. A evolução de rendimento entre homens e mulheres com ensino médio no período compreendido entre 2003 a 2007 foi analisado por Nunes (2011). Os dados indicam que os rendimentos dos homens com ensino médio em 2003 foi de R$ 895,82 em média e, o rendimento das mulheres com ensino médio foi de R$ 496,98 em média, um acréscimo de 80% para os homens. Em 2007, a média de rendimento dos homens foi de R$ 1.092,65 e a das mulheres foi de R$ 644,98, representando um acréscimo de quase 70 % para os homens. Observa-se que, em relação aos rendimentos de 2003 e 2007 houve uma diminuição na variação, de 10%, no rendimento entre homens e mulheres com ensino médio no período analisado. (NUNES, 2011, p. 97)

Analisando a tabela a seguir, percebe-se que os rendimentos masculinos são mais altos que os femininos, embora tenha havido um aumento na renda geral, a

diferença em relação à gêneros é evidente. De acordo com o gráfico 1 a seguir, a renda dos dois gêneros cresceu de acordo com os anos, porém, a diferença salarial é estável, com percentual médio de 28 %.

Gráfico 1: Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas e diferença salarial percentual, por sexo, (2003-2011)

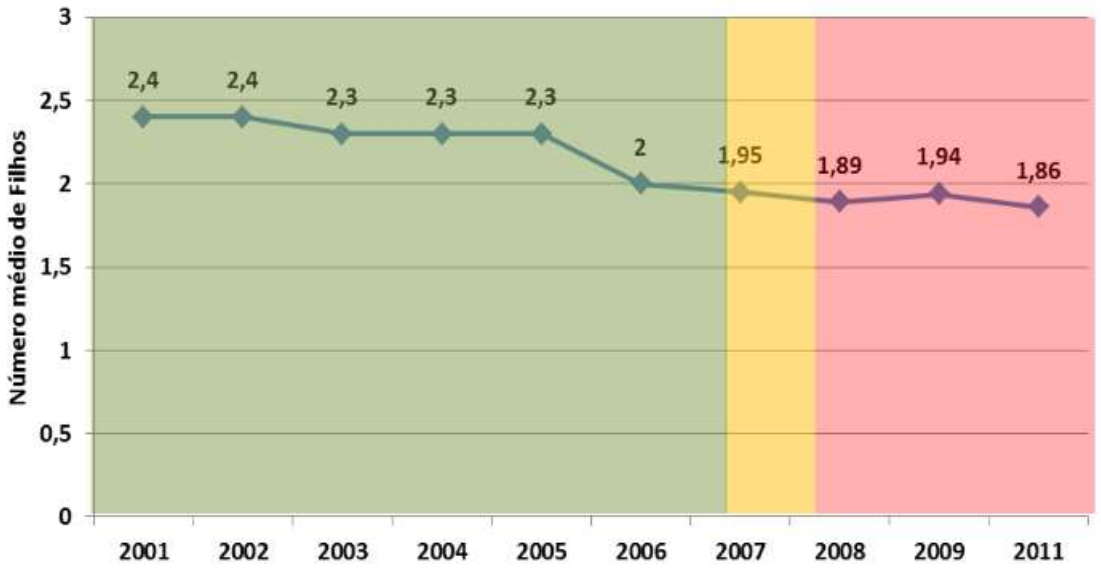


Fonte: (PINHEIRO, 2012)

Há vários estudos que procuram entender o porque dessa diferença salarial, e grande parte aponta a discriminação como o motivo principal.

De acordo com dados do IBGE, observando o gráfico 2 abaixo é possível perceber que em 2001 a taxa de fecundidade era de 2,4 filhos por mulher. As PNADs para os anos de 2008, 2009 e 2010, mostraram que a fecundidade feminina no Brasil estava abaixo do nível de reposição da população. E com isso, pode-se concluir que as mulheres puderam assim conciliar seus papéis de trabalhadora e mãe.

Gráfico 2: Taxa de fecundidade no Brasil (2001-2011)



Fonte: (PINHEIRO, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho fez uma descrição geral das transformações ocorridas na vida das mulheres para ter direito a trabalhar dignamente e possuir a independência financeira. As mulheres deixaram de executar somente as tarefas do lar, cuidar dos filhos e marido, para assumir tarefas até então consideradas masculinas, como cargos políticos, administração de empresas, e outras várias profissões.

Mesmo com a evolução e o aumento da participação feminina, as mulheres ainda estão com os salários mais baixos revelando desigualdade e preconceito. O que precisa ser feito é buscar reverter essa situação para que as mulheres continuem sua trajetória pela maior participação no mercado financeiro.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; SANTOS, Daniel Domingues dos; FIRPO, Sérgio Pinheiro. **Inserção no Mercado de Trabalho:** Diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar.
IPEA, Texto para Discussão n° 796. RJ, 2001. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2230/1/TD_796.pdf> Acesso em: 17 abr. 2017 .

BAYLÃO, André Luis da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. **A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro.** SEGeT, 2014. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **São Paulo, 2010**. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/apresentacao.php>. Acesso em: 19 abr. 2017

GALEAZZI, Irene M. S. **Mulheres trabalhadoras:** a chefia da família e os condicionantes de gênero. Mulher e Trabalho, 2001. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2669/2991>. Acesso em: 19 abr. 2017.

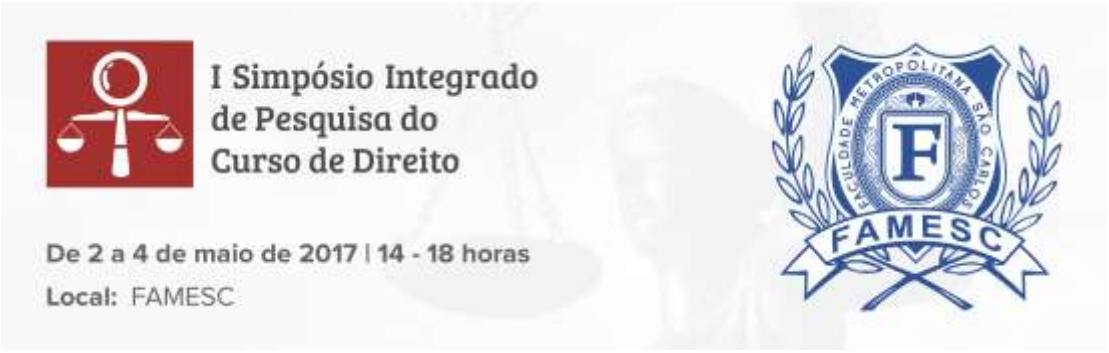
NUNES, Neuza Maria de Siqueira. **O impacto da educação em diferenciais de rendimento do trabalho.** Dissertação de Mestrado, UCAM, Rio de Janeiro: 2011.

PINHEIRO, Joel Carrion. **Trabalho feminino no Brasil - Análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010).** Monografia do Curso de Ciências Econômicas. UFRG, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69992/000875738.pdf?sequence=1> Acesso em 17 abr. 2017.

SOARES, Sergei; ISAKI, Rejane Sayuri. **A Participação Feminina do Mercado de Trabalho.** IPEA, Texto para Discussão n° 923. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2819/1/TD_923.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017 .

QUERINO, Luciane Cristina Santos; DOMINGUES, Mariana Dias dos Santos; LUZ, Rosangela Cardoso da. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** E-FACEQ: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2238-8605. Ano 2, número 2, agosto de 2013. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/efaceq/downloads/numero02/4%20A%20mulher%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf>. Acesso: em 16 abr. 2017.



A IMPORTÂNCIA DA AGROPECUÁRIA NA ECONOMIA BRASILEIRA

SOBREIRA, Bruna Medeiros[163]
BATORLAZI, Kamille Gabri [164]
LACERDA, Maysson Azevedo[165]
NUNES, Neuza Maria de Siqueira[166]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a relevância das atividades agropecuárias na economia brasileira. À medida que ocorre o crescimento da indústria, do setor de transformação e de produção, aumenta a procura por produtos originários do setor primário, com destaque, para a agricultura e a pecuária.

Desde o descobrimento, o Brasil tem grande poder em exportação nesses setores. A produção de cana-de-açúcar no Brasil Colonial entre meados do século XVI e meados do século XVIII e, do café que teve início no século XVIII, contribuíram para o processo de povoamento de um território gigantesco e colocaram o Brasil no cenário internacional do comércio.

[163]Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, brunasobreirobji@gmail.com.
[164]Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, mimiugabri@hotmail.com.
[165]Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, lacerda_may@hotmail.com.
[166]Professora Orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: neuzamsnunes@gmail.com

A produção agropecuária alicerça os setores da indústria e do comércio no país, impulsiona a economia, movimenta bilhões, gera riquezas e aumenta a oferta de empregos.

Com o desenvolvimento da economia nacional, vários modelos de exploração das terras brasileiras foram desenvolvidos. No entanto, será abordado o modelo de agricultura e pecuária empresarial, agronegócio e pecuária intensiva que integram a economia nacional aos mercados do mundo globalizado.

Atualmente, o Brasil enfrenta problemas relacionados às suas exportações no setor da pecuária, fato esse, que gerou grande impacto na economia nacional, refletindo de maneira trágica nos negócios desse setor.

Contudo, é relevante compreender a dinâmica e a estrutura das exportações de *commodities*, visando enfatizar as ações macroeconômicas da política do Brasil e seus reflexos nos últimos anos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A evidência é que a produção agrícola possui grande primazia em relação a alguns segmentos industriais. A temática desse trabalho procura apresentar a relevância do setor da agropecuária e da agroindústria com a exportação na economia brasileira, constituindo-se por meios de pesquisas em livros, revistas, artigos e internet.

DESENVOLVIMENTO

A agropecuária é entendida como uma associação das atividades primárias que envolvem a pecuária e a agricultura. São atividades que tem maior predominação em áreas rurais e se mostram importantes por abrangerem um lugar de bastante impacto na economia brasileira, sendo passado de geração em geração, tendo muito peso na receita bruta de todo o país.

Atende a área de alimentação no fornecimento de matérias-primas como, a soja, a cana de açúcar, o café, a carne bovina, o milho, laranja entre outros.Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas) (2012), em sua pauta é notório considerar que esse setor ocupa aproximadamente, 276 milhões de hectares do território brasileiro.

É importante elucidar o fato de a pecuária ter desencadeado o processo de povoamento no interior do Brasil juntamente com a agricultura. E, mais contemporaneamente, a expansão do setor da agroindústria na transformação e beneficiamento de matéria-prima, com compras e vendas no interior do país, que, juntamente com a parte da exportação é um dos setores que mais movimenta o Produto Interno Bruto (PIB), constituindo parte significante da estrutura econômica do país.

Para Freitas (2016, s.p.), até a metade do século XX, a agricultura foi avançando com meios tradicionais de produção, técnicas rudimentares de cultivo e preparação do solo com uma utilização muito reduzida de máquinas e defensivos agrícolas, caracterizando-se como uma prática extensiva. A partir da década de 1970, o modelo intensivo de produção agropecuária tomou mais espaço no campo

brasileiro, com utilização de tecnologia avançada, de implementos agrícolas, de adubos, de fertilizantes e de sementes selecionadas a cada safra, tornando-se mais comum nos grandes latifúndios monocultores brasileiros. Na pecuária, empregou-se o uso de medicamentos mais eficazes, de medidas sanitárias para controle de pragas e doenças, de vacinas, daintrodução de técnicas avançadas na reprodução dos animais e de melhoramento genético das raças.

O desenvolvimento de pesquisas científicas nesse setor, associados ao uso de máquinas e implementos sofisticados, colaboram a cada ano para o aumento da produtividade nacional além de, melhorar consideravelmente a qualidade dos produtos agropecuários exportados.

A relevância da agropecuária para o PIB brasileiro destacou que, no período de janeiro a dezembro 2016, o ramo agrícola seguiu em alta com elevação de 0,18% em dezembro do mesmo ano, enquanto a pecuária recuou 0,4%, dados que resultaram em uma variação positiva de 0,11%, o que favoreceu o acúmulo do crescimento na base de 4,48% no agronegócio, dados estimados pelo Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada (CEPEA, 2017).

No fechamento do segundo semestre de 2016 o Brasil ocupava a posição de terceiro maior agroexportador mundial, estando atrás apenas da União Europeia que ocupava a segunda posição e dos Estados Unidos em primeiro. Na última década o Brasil ultrapassou a China e a Austrália.

Segundo a análise da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a partir dos dados do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC), houve uma retomada das exportações do café entre janeiro a julho de 2014. O resultado das vendas do café em grãos foi de US$ 3,1 bilhões, com aumento de

16,1% em relação ao igual período do ano anterior. A queda nos valores dos grãos de café internacional, do ano de 2013 ao início de 2014, foi prejudicial à renda das exportações, entretanto, isso mudou no ano seguinte.

Conforme os dados do site Canal Rural, a carne bovina também se sobressai. A venda desse produto apresentou um aumento significativo juntamente com o segmento de couros e peles bovinas. A soja, em grãos, liderava a pauta de exportações no ano de 2014, com a valorização também do farelo de soja e da carne suína.

O Indicador do boi gordo ESALQ/ BM&F Bovespa (São Paulo) acumulou recuo de 3,72% em março de 2014. Entre 29 de março e 5 de abril de 2014, especificamente, o indicador caiu 5,5%.

Segundo Lis (2017), citado pelo Ministério da Indústria, em março de 2017, o setor da agropecuária brasileira sofreu grande impacto negativo, tendo uma queda de 19%. O escândalo da Operação Carne Fraca, investigada pela Policia Federal, foi tornada pública e a averiguação desestabilizou principalmente o mercado interno. O agronegócio, como sendo um dos mais importantes setores para a economia do país, atualmente se encontra deteriorado. Os analistas do CEPEA observaram que, as vendas caíram drasticamente após duas semanas da divulgação da notícia. Logo na primeira quinzena de março, os preços do boi gordo e da carne já estavam baixos no mercado brasileiro, mas, o movimento de queda acabou sendo intensificado após a divulgação da operação com queda de 19% na primeira semana sucessiva a divulgação dessa operação, com o declínio de US$62,2 milhões na terceira semana do mês de março de 2017 para US$50,5 milhões na quarta semana do mesmo mês. A baixa nas exportações decorreu com barreiras e aumento nas fiscalizações pelos dez

maiores importadores de carne do Brasil, sendo eles, União Europeia, China, Hong Kong, Arábia Saudita, Rússia, Japão, Holanda e Egito. Sem a menção de países com baixos comércios com o Brasil.

Após pouco mais de duas semanas da deflagração da operação Carne Fraca pela Polícia Federal, observou-se que os impactos no mercado pecuário têm sido mais intensos no contexto interno do que no externo, segundo dados obtidos pelo CEPEA (2017).

O peso negativo à capacidade exportadora e a competitiva do país nos mercados mundiais pode ser verificado em observância aos inquéritos apresentada nas investigações, da Operação Carne Fraca.

No aspecto macroeconômico a exportação proveniente do setor da agropecuária brasileira, da produção de commodities agropecuárias, demonstra que no período posterior aos anos 1980 observou-se maior relevância a esse setor.

De acordo com dados do IPEA (2012), o Brasil posicionava-se como quarto colocado em exportação milho (10,4% do comércio mundial); primeiro colocado em soja em grão (43,1% do comércio mundial); segundo colocado em carne bovina (23,2% do comércio mundial); e primeiro colocado em carne de frango (43,5% do comércio mundial).Estudos apresentaram que na produção brasileira, soja, carne suína, milho, carne de aves e açúcar obtiveram maior crescimento em comparação ao restante dos países, no período 1996-2007 – com exceção dos primeiros anos para carne suína e milho.

Inúmeros trabalhos avaliam a capacidade exportadora ou competitiva do Brasil nos mercados mundiais em produtos como açúcar, álcool, carnes (bovina, suína, e de aves), frutas, grãos e óleos vegetais, café, algodão e vinho.

Um segmento que apresenta potencial de crescimento é o da exportação de frutas, apesar das dificuldades encontradas no que diz as resistências criadas por alguns países em função do grande número de defensivos utilizados na fruticultura que não têm seus LMRs apresentados no Codex Alimentarius, órgão científico de criação das normas internacionais para resíduos em alimentos, IPEA (2012).

Outro segmento que merece destaque é o de grãos e óleos vegetais, podendo incluir soja, milho e seus derivados.

Segundo o site BEEFPOINT (2001), uma das áreas com bastante influência para a rentabilidade dos produtos exportados é exercida pela participação ao longo da história brasileira, o âmbito da agropecuária familiar, com atuação moderada e com um significativo aumento no crescimento tecnológico do mesmo setor agropecuário juntamente com os demais campos de rendimento da economia. Por essa circunstância, o modo familiar tem sido afiliado ao termo passado, retardo, de quase nenhuma importância.

Tendo no ponto de vista, que sua significância recebe estímulo quando questiona a futuridade das pessoas que sobrevivem do campo, o problema do êxodo rural decorre da desigualdade coletiva no campo e na urbanização. No entanto, o universo moderno pôs o sistema familiar de produtividade no interior de um conteúdo próprio associado a economia. Então se de um ângulo, a agropecuária familiar tem lado social inquestionável, do outro, sua estabilidade é incerta.

Compete ao governo e a sociedade a melhoria de medidas capacitadas nas mudanças dos sentidos do crescimento familiar, devido no que diz a favor do bem estar geral de todos. É muito importante projetar o perfil desde prosseguimento,

conduzindo o melhoramento das organizações públicas, com destaque na produção familiar.

Uma elucidação da parte do PIB (Produto Interno Bruto), relacionada ao âmbito agropecuário familiar, necessita do VBP (Valor Bruto de Produção), cujo é realizado pela produção familiar, funcionando na forma de margem bruta igual a receita bruta menos o desembolso, no lucro igual a receita bruta menos o custo total e na lucratividade igual ao total de receitas menos custo total vezes cem divididos pelo total de receitas chegando ao V.B.P= Produção versus Preço Médio BEEFPOINT (2001).

Através das informações anuais de cada pesquisa, definiram as alterações dos produtos na produção na agropecuária. Essa porcentagem é relacionada a atuação de cada produto dentro do VPB nas microrregiões. Em inúmeros produtos feito o leite, a indisponibilidade de bases nos municípios, pelas informações constantes do IBGE, atrapalha na classificação microrregional, por isso, a presença no VPB é caracterizada em âmbito estadual.

A respectiva tabulação aferida pelo VPB, proporciona a conquista de resultados que possibilitam compreender na influência familiar no contexto de economia agropecuária em campo nacional. No entanto, apenas fazendo com o uso de um estudo retratado, não é viável avaliar a relevância na agropecuária familiar na ligação com o PIB Nacional. Destaca-se que neste emprego propõe determinar não apenas na cooperação oferecida pelo setor de produtividade da área familiar, mas também em todo agrupamento econômico unida a essa área. Neste contêm, a contagem que une, além da demanda familiar, a reivindicação de insumos, as fabricas de transformações das matérias primas e o tanto que é fabricado nos estágios

de comercialização e envio desses produtos e insumos, associados a todo o momento com a organização familiar. Neste, todo serviço é titulado como agronegócio familiar.

Os estudos da evolução e das vertentes de duradouro tempo do agronegócio podem sustentar na demarcação das maneiras futuras de aplicação e atos desenvolvimentistas da administração privada e pública. Nesta acepção, as agro negociações em uma totalidade, acredita em uma fração de grande significado na economia.

> A metodologia para o cálculo do PIB do agronegócio familiar e patronal baseia-se na mesma técnica empregada no cálculo do agronegócio em geral, o modelo fundamenta-se na intensidade da interligação para trás e para frente da agropecuária propriamente dita. (FURTUOSO; GUILHOTO, 2003, s.p.)

A produção agrícola familiar com concorrência no mercado de exportação de produtos com alto rendimento, muitas vezes acabam por optarem por produtos que satisfaçam não somente suas necessidades essenciais como as necessidades do âmbito social em que está inserida. O complexo empresarial agropecuário no ramos do comércio exterior com quedas aparente apresentado, rotineiramente afeta muito os pequenos produtores que possui sua clientela fixa, mesmo pouca mais fiel, que deixa de acreditar na procedência de determinado produto pela generalização nacional ou internacional de determinado escândalo envolvendo o setor pecuário de exportação.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Através da melhoria nos grãos para modificação dos sabores, do aperfeiçoamento nos setores, as indústrias têm passado por processos de modernização das máquinas para a adequação e para ofertar produtos tanto ao comércio nacional como para ao mercado de exportação.

A expansão de 9,3% de 1990 a 2012 e os avanços aproximados de US$ 14 milhões para US$ 80 milhões mostrou a grande importância do papel da agropecuária no comércio exterior, que é o pilar para a sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

Logo, no instante em que os setores agrícolas agregam ao ramo industrial profunda união aos outros departamentos produtivos, geram a associação interna nacional para com que a cada ano haja um acréscimo no comércio interno do país. As definições das fronteiras por trivial não-capitalista de produção fez com que a agricultura brasileira se enquadrasse às imposições a essas, resultando em um assíduo crescimento industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história econômica do Brasil a agropecuária tem ocupado lugar de destaque seja na forte influência financeira e como fonte de desenvolvimento. Nos tempos atuais, o país mantém um alívio no déficit externo, garantindo o saldo comercial positivo. Com isso, o setor agropecuário mantém uma estratégia na

economia na geração de renda e de emprego, garantindo também, a redução da desigualdade de renda, com papel central na segurança alimentar.

Contudo, o setor agropecuário enfrentará grandes desafios, pois, além de atender mundialmente as demandas de produtos agrícolas deverá atender a novos requisitos ecológicos. Portanto, a economia brasileira deve estar preparada para desafios e metas impostas aos acordos e aos acontecimentos acarretando um significativo crescimento das exportações de produtos agropecuários.

REFERÊNCIAS

BEEFPOINTS, Equipe. **Valor Bruto de Produção – V.B.P.**, 2011. Disponível: http://www.beefpoint.com.br/radares-tecnicos/gerenciamento/valor-bruto-de-producao-v-b-p-6569/. Acesso em: 28 jun 2017.

CEPEA, Boi/CEPEA: **Preço Segue em Queda no Brasil; Exportação Volta a Cair**, 2017. Disponível: http://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/boi-cepea-preco-segue-em-queda-no-brasil-exportacao-volta-a-cair.aspx. Acesso em: 28 jun 2017.

FURTUOSO, M.C.O., GUILHOTO, J.J.M. "**Estimativa e Mensuração do Produto Interno Bruto do Agronegócio da Economia Brasileira, 1994 a 2000**". Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Vol 41, Nº 4, p. 803-827, 2003.

GUILHOTO, J.J.M. **A importância do agronegócio familiar no Brasil.** Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000300002. Seleção por consequência. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. Fev, 2000. Disponível: http://www.incra.gov.br/fao/. Acesso em: 29 jun 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ipeadata: **Dados Macroeconômicos**. Disponível em: http://www. ipeadata.gov.br.Acesso em: 12 jun 2017.

LIS, Laís. **Média Diária de Exportação de Carnes cai 19% após Operação Carne Fraca**, 2017. Disponível: http://g1.globo.com/economia/noticia/media-diaria-de-exportacao-de-carnes-cai-19-apos-operacao-carne-fraca.ghtml. Acesso em: 28 jun 2017.

TEIXEIRA, Eduardo de Freitas. "**Importância da Agropecuária Brasileira"**. Brasil Escola. Disponível em: http://brasilescola.uol.com.br/brasil/a-importancia-agropecuaria-brasileira.htm. Acesso em: 17 abr 2017.